ASSE

NOVAS IDEIAS NOS NOVOS CONQUISTAS

201

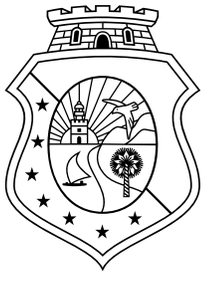
LEG

CEA

Mensagem à Assembleia

2018

GOVERNO DO ESTADO DO CEARÁ



GOVERNO DO
ESTADO DO CEARÁ

MENSAGEM À ASSEMBLEIA 2018

NOVAS IDEIAS NOS VAS CONQUISTAS 2018

GOVERNO DO
ESTADO DO CEARÁ

MENSAGEM À ASSEMBLEIA LEGISLATIVA

2018

ABERTURA DA 4ª SESSÃO
LEGISLATIVA DA 29ª LEGISLATURA

Governo do Estado do Ceará

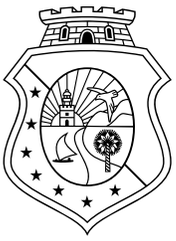
GOVERNADOR
Camilo Sobreira de Santana
VICE-GOVERNADORA
Maria Izolda Cela de Arruda Coelho

Gabinete do Governador	José Élcio Batista
Gabinete da Vice-Governadora	Fernando Antônio Costa de Oliveira
Casa Civil	José Nelson Martins de Sousa
Procuradoria-Geral do Estado	Juvêncio Vasconcelos Viana
Controladoria e Ouvidoria-Geral do Estado	José Flávio Barbosa Jucá de Araújo
Conselho Estadual de Educação	José Linhares Ponte
Secretaria da Agricultura, Pesca e Aquicultura	Euvaldo Bringel Olinda
Secretaria das Cidades	Jesualdo Pereira Farias
Secretaria da Ciência, Tecnologia e Educação Superior	Inácio Francisco de Assis Nunes Arruda
Secretaria da Cultura	Fabiano dos Santos
Secretaria do Desenvolvimento Agrário	Francisco José Teixeira
Secretaria do Desenvolvimento Econômico	Cesar Augusto Ribeiro
Secretaria da Educação	Antonio Idilvan de Lima Alencar
Secretaria Especial de Política sobre Drogas	Aline Bezerra Oliveira Lima
Secretaria do Esporte	José Euler de Oliveira Barbosa
Secretaria da Fazenda	Carlos Mauro Benevides Filho
Secretaria da Infraestrutura	Lúcio Ferreira Gomes
Secretaria da Justiça e Cidadania	Maria do Perpétuo Socorro França Pinto
Secretaria do Meio Ambiente	Artur José Vieira Bruno
Secretaria do Planejamento e Gestão	Francisco de Queiroz Maia Júnior
Secretaria dos Recursos Hídricos	Francisco José Coelho Teixeira
Secretaria da Saúde	Henrique Jorge Javi de Sousa
Secretaria da Segurança Pública e Defesa Social	André Santos Costa
Secretaria do Trabalho e Desenvolvimento Social	Josbertini Virgínio Clementino
Secretaria do Turismo	Arialdo de Mello Pinho
Controladoria Geral de Disciplina dos Órgãos de Segurança Pública e Sistema Penitenciário	Rodrigo Bona Carneiro (Respondendo)

Governo do Estado do Ceará

SECRETARIA DO PLANEJAMENTO E GESTÃO

Secretário	Francisco de Queiroz Maia Júnior
Secretário-Adjunto	Antônio Sérgio Montenegro Cavalcante
Secretário Executivo	Júlio Cavalcante Neto
Assessoria de Desenvolvimento Institucional	Patrícia Maria Campos Pinheiro
Assessoria Jurídica	Franklin Viana Moreira
	Heloysa Helena de Meneses Freire Rocha
Coordenadoria de Planejamento,	Naiana Corrêa Lima Peixoto
Orçamento e Gestão	Raimundo Avilton Meneses Júnior
	Régis Meireles Benevides
Coordenadoria de Promoção de Políticas de Combate à Pobreza e Inclusão Social	José de Lima Freitas Júnior
Coordenadoria de Cooperação Técnico-Financeira	Ticiana da Mota Gentil Parente
Coordenadoria de Gestão de Pessoas	Fábio da Silva Miranda
	João Evangelista Moura Marçal
	Silvana Martins Rodrigues Dourado
Coordenadoria de Gestão Previdenciária	Francisco Robson da Silva Fontoura
Coordenadoria de Promoção da Qualidade de Vida do Aposentado	Guirlanda de Fátima Távora Ponte
Coordenadoria de Perícia Médica	Francisco de Assis Barreto Dias de Carvalho
Coordenadoria de Modernização da Gestão do Estado	Vanessa Machado Arraes
Coordenadoria de Gestão de Compras	Valdir Augusto da Silva
Coordenadoria de Recursos Logísticos e de Patrimônio	André Theophilo Lima
Coordenadoria da Infraestrutura de Tecnologia da Informação e Comunicação	Marcos Medeiros de Vasconcellos
Coordenadoria Administrativo-Financeira	Otávio Nunes de Vasconcelos
Companhia de Habitação do Ceará	Vilani Pinheiro Falcão
Empresa de Tecnologia da Informação do Ceará	Adalberto Albuquerque de Paula Pessoa
Escola de Gestão Pública do Estado do Ceará	Lúcia Maria Gonçalves Siebra
Instituto de Pesquisa e Estratégia Econômica do Ceará	Flávio Ataliba Flexa Daltro Barreto
Instituto de Saúde dos Servidores do Estado do Ceará	José Olavo Peixoto Filho



GOVERNO DO ESTADO DO CEARÁ

EQUIPE DE COORDENAÇÃO E ELABORAÇÃO – SEPLAG

Supervisão Geral
Naiana Corrêa Lima
Raimundo Avilton Meneses Júnior
Régis Meireles Benevides

Coordenação Técnica
Raimundo Avilton Meneses Júnior

Orientação Técnica
Lara Maria Silva Costa

Elaboração e Assessoramento SEPLAG
Cristiane Lorenzetti Colares
Sandra Maria Braga
Virgínia Dantas Soares Teixeira

Colaboração Técnica
Bruno Martins Rizardi
Clarisse de Almeida Cordeiro Nogueira
Edgard Lombardi Campos
Eveline Maria Cordeiro Brandão
Fernando Antunes Sanchez Salvador Lopes
Francisca Maria Sousa Moreira
Francisco Menezes de Freitas
Giovanna de Mello Cardoso Pereira
Isabela Araújo Resende
João Ricardo dos Santos Gonçalves

Colaboração Técnica
Juliana Brito Santana Leal
Luiz Carlos Holanda Antero
Maria Lúcia Holanda Gurjão
Mariana Braga Teixeira
Natália Geraldini Sabat
Nathalia Cardoso Laquini
Rebeca dos Santos Freitas
Renata Maria Jurema Pontes Viana

Apoio Jornalístico
Darlan Ferreira Moreira
Joanna Magalhães Cruz

Equipe de Elaboração – Ipece
Alexsandre Lira Cavalcante
Ana Cristina Lima Maia Souza
Dércio Nonato Chaves de Assis
Jimmy Lima de Oliveira
Luciana de Oliveira Rodrigues
Paulo Araújo Pontes
Nicolino Trompieri Neto
Raquel da Silva Sales
Witalo de Lima Paiva

Colaboração GABGOV
Ana Carolina Castro Mota
Rubenia Rocha

Governo do Estado do Ceará

EQUIPE SETORIAL DE ELABORAÇÃO

Adeline de Araújo Lobão da Silva (Secitece)
Adriana Xavier de Santiago (SCidades)
Afonso Gonçalves de Carvalho Neto (Nutec)
Aila Pequeno Holanda Porto (ESP)
Aila Wariss Maia (ESP)
Alcides Maria do Nascimento Parente (DER)
Aline Alves de Oliveira (URCA)
Aline Holanda Linhares (Secitece)
Aline Ribeiro Gomes (Nutec)
Aluizio Souza Freitas, Cap BM (FDCC)
Amanda Viana de Macedo Parente (Casa Civil)
Ana Carolina A. Freitas da Rocha (Funcap)
Ana Josicleide Maia (Urca)
Ana Lúcia Aragão Alves (Setur)
Ana Roberta Duarte Piancó (URCA)
Ana Virgínia Aguiar Colelho (ESP)
Anita Ludimila Leda Batista Rolim (Sesa)
Ana Maria Cavalcante Carneiro (Secitece)
Antonio Marcos Alves Sousa, Asp BM (FDCC)
Antônio Odálio Girão de Almeida (Ceasa)
Antonio Eldair da Cunha (COHAB)
Antônio Tarciso Coelho Pinto (Ematerce)
Ari Célio Reges Mendes (SPD)
Átila Einstein de Oliveira (Pefoce)
Aurilene Pereira Moura Moreira (Uece)
Beatrice Veras de Sousa Albuquerque (Seapa)
Cibelle Teixeira de Oliveira (URCA)
Daiana Mária de Souza (Secult)
Dalva Uchoa de Lima (Ceasa)
Daniel Carneiro de Almeida (Adagri)
Danielle Silva Pinto (Arce)
Danilo Barbosa Gomes (CEE)
Denilson Albano Portácio (Seduc)
Denilson Marcelino Fidelis (COGERH)
Denise Andrade Araújo (CGE)
Elisabete Maria Cruz Romão (Semace)
Emanuela dos Santos Pinheiro (Aesp)
Eufrauzina Hortência Pedrosa Carlos (Sesa)
Fabiola Linhares Bezerra (Sesporte)
Fernando Antônio Alves dos Santos (Uece)
Flávia Livino de Carvalho Costa (EGPCE)
Francisca Betanha Quinto Barros (Polícia Civil)
Francisca Imaculada dos Santos Silva (CED)
Francisca Luzitelma Santos Caracas (Issec)
Francisco Alexsandro Sales Beserra (SOHIDRA)
Francisco Bergson Parente Fernandes (Ematerce)
Francisco Hemirton Lemos Peixoto (SOHIDRA)
Francisco José Coelho Bezerra (Issec)
Francisco Leopoldo Moreira Filho (Nutec)
Francisco Ricardo V. Catarina, TenCel PM (PMCE)
Francisco Vanderlan Carvalho Vieira Filho (SSPDS)
Frederico Jorge Barbosa Acário (CODECE)
Gabriela Paulino da Silva (Vicegov)
Gecilda Correa Nunes (Ematerce)
Giselle Maria Maia Cavalcante Plutarco (COGERH)
Gotardo Gomes Gurgel Júnior (Sesporte)
Heloísa de Aquino Câmara (SRH)
Heloísa Helena Garcia Mota (SRH)
Hermano Abreu Rodrigues (Sesporte)
Ídima Silvia Ferreira Rodrigues (SCidades)
Ismênia Márcia Linhares Justino (Gabgov)
Itamar Teixeira Bezerra (Ematerce)
Jaana Flávia Fernandes Nogueira (Seduc)
Jairo Ferreira da Silva Júnior (EGPCE)
Jackeline Sales de Melo (Cagece)
Jamile dos Santos de Moura (Aesp)
Jessé de Moura Filho (Detran)
João Ferreira de Almeida Júnior (Secult)

Governo do Estado do Ceará

EQUIPE SETORIAL DE ELABORAÇÃO

João Paulo da Cruz da Silva (SRH)
João Washington de Meneses (Sesa)
Joaquim José Facó (DER)
Jorge Pinto Filho (SDA)
José Benedito Rocha (Ceasa)
José Durval Beserra Filho, TenCel PM (PMCE)
José Eleri de Sousa (SSPDS)
José Erivilson de Lima (EGPCE)
José Flávio Guedes (Secitece)
José Maurício Mendes Giffoni (Semace)
José Maurício Nobre de Oliveira (DAE)
José Rubson Augusto Mendes (SEPLAG)
José Valdo Mesquita Aires Filho (Setur)
José Teófilo Braga Neto (COHAB)
José Walfrido Mororó Monteiro (ZPE Ceará)
Josimar Ferreira dos Santos (SPD)
Kaliny Kélvia Pessoa Siqueira Lima (UVA)
Keilla Farias Castro (Ceará Portos)
Kelly Darlane Nepomuceno Ramos (CGE)
Lara Jurema Pontes Almeida Gentil (SOHIDRA)
Leiliane Silva de Aguiar (UVA)
Leiliane dos Santos Silva (Gabgov)
Léo Barbosa Pessoa (Seapa)
Lilia Michele da Costa Sousa (SDA)
Lorena Maria Moreira Chagas (Detran)
Luce Karine Soares Balreira (SOHIDRA)
Lúcia Pompeu de Vasconcelos Castro (Gabgov)
Luciana Albuquerque Guimarães (Metrofor)
Luciano de Sousa Pontes (ViceGov)
Luiz Carlos Fernandes Moreira (Polícia Civil)
Luiz Carlos de Oliveira Carmo (CED)
Luiz de Oliveira Costa Júnior (Adagri)
Luiz Ramom Teixeira Carvalho (Seas)
Luiza de Marilac Barros Rocha (Sesa)
Marcele Pinho de Arruda Mapurunga (Sejus)
Marcelo Correia Lima da Rocha (SDE)
Marcos Antonio Silva Saraiva (Sefaz)
Maria Eleusa Costa (ESP)
Maria de Marilac Coelho Rocha (ESP)
Maria de Jesus de Sousa Cavalcante (Sesa)
Maria Denise Alves Eugênio (SRH)
Maria Dias Cavalcante (SEMA)
Maria Esther Frota Cristino (IPECE)
Maria Jussara Laroca Figueiredo dos Santos (CGD)
Maria Nayde de Magalhães Macedo (Funceme)
Maria Nilce Quinderé (Cegás)
Maria Salete Lucena de Azevedo (DAE)
Marilce Stenia Ribeiro Macedo (CEE)
Marcos Manuel de Almeida Júnior (Adece)
Mario Jorge de Freitas (Ceará Portos)
Nátia de Matos Nunes (SDE)
Nelci Gadêlha de Almeida (SEMA)
Núbia Ferreira Almeida (URCA)
Olêda Maria Castro Araújo (Sesa)
Patrícia Maria Campos Pinheiro (SEPLAG)
Patrícia Lima Lopes, Cb BM (CBMCE)
Paulo Henrique F. Martins Filho (Ceará Portos)
Paulo Henrique Parente Neiva Santos (DAE)
Raimundo Alves Braga Bastos (Semace)
Rannieri Rios Veloso (IDACE)
Raquel Barroso Vieira (Sesporte)
Raquel Luna Vasconcelos (CGD)
Rejane Lima dos Santos (SOHIDRA)
Ricardo Leite Soares (Etice)
Roberto Benevides de Castro (ZPE Ceará)
Rodolfo Sena da Penha (CED)
Rômulo Braga Gomes (Semace)
Rosa Meire Alves Guimarães (UVA)

GOVERNO DO ESTADO DO CEARÁ

EQUIPE SETORIAL DE ELABORAÇÃO

Sâmia Margarida de Sá Benevides (STDS)
Sandra Maria B. Libanio de Vasconcelos (STDS)
Sandra Maria Morais Melo Leopoldino (STDS)
Sandra Maria Olimpio Machado (Sefaz)
Sarah Furtado Freire (COGERH)
Sarah Gleiciane de Araújo Silva (SCidades)
Sara Maria Spinosa Juvencio (IDACE)
Sebastião Lopes Araújo (STDS)
Sérgio Moreira Câmara (SRH)
Silviane Torres da Costa (SCidades)
Sônia Maria Câmara Sisnando Saraiva (Sefaz)
Suelde Maria Gonçalves Montenegro (Funceme)
Temis Jeane Filizola Brandão dos Santos (SEDUC)
Tércio Carvalho de Almeida (Cagece)
Taumaturgo Medeiros dos Anjos Júnior (SDA)
Thiago Costa Silva (Uece)
Thomaz Pires Cassundé (Semace)
Tuíro Camboim Morais
Vera Lúcia Teixeira Salgado (Nutec)
Verônica Sousa dos Santos Correia (ESP)
Vilma Maria Freire dos Anjos (Adagri)
Viviany Maria Mota Rodrigues (IDACE)
Zirlânea da Silva Gonçalves (Seduc)
Wanna Karla de Sousa Cavalcante (Secult)
Wilton A. B. Shimabokuro, TenCel BM (CBMCE)

NOVAS IDEIAS NOS VAS CONQUISTAS 2018

PRONUNCIAMENTO DO GOVERNADOR >>

MENSAGEM DO GOVERNADOR CAMILO SANTANA À ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO CEARÁ NA ABERTURA DO ANO LEGISLATIVO DE 2018.

EXCELENTÍSSIMO SENHOR PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO CEARÁ, EXCELENTÍSSIMOS SENHORES DEPUTADOS, EXCELENTÍSSIMAS SENHORAS DEPUTADAS, DEMAIS AUTORIDADES AQUI PRESENTES, MINHAS SENHORAS E MEUS SENHORES:

Ao iniciarmos este novo ano legislativo – o último da atual gestão –, submeto à consideração desta Assembleia Legislativa, em obediência aos preceitos legais, a Mensagem do Ano de 2018.

Compreendo este momento, não apenas como um mero ato tradicional, mas o efetivo exercício de harmonia entre os poderes, com o conjunto das senhoras e senhores deputados prestando valiosa contribuição ao Governo do Estado ao apreciar, com visão objetiva e isenta, o relato das ações que lhes apresento.

Minha mensagem, embora carregada da necessária e contumaz racionalidade, não poderia deixar de ser de entusiasmo e otimismo, porque está embasada em fatos que fizeram de 2017 um ano de grandes avanços para o Ceará e abriram caminho para novas e significativas conquistas para o nosso Estado. Com planejamento, responsabilidade, ousadia e muito trabalho, alcançamos vitórias importantes em todas as áreas do Governo. Sempre com a compreensão de que os desafios são enormes e que muito temos ainda para melhorar. O fato é que nenhuma crise nacional foi capaz de frear a nossa determinação de fazer do Ceará um Estado cada vez mais forte, mais desenvolvido, mais justo e mais solidário para cada um dos irmãos e irmãs cearenses.

Digo, com orgulho, que 2017 foi, para nós, mais um grande ano para a Educação. Além do maciço investimento do Governo do Ceará em novas escolas e no fortalecimento da carreira do magistério, considerada a melhor do Brasil, ampliamos o nosso programa de escolas de tempo integral e alcançamos os melhores resultados da história. A escola pública do Ceará superou a média brasileira em leitura, escrita e matemática das crianças matriculadas no terceiro ano do Ensino Fundamental e obteve os melhores resultados do Nordeste, segundo a Avaliação Nacional da Alfabetização. No IDEB, do Ministério da Educação, nosso Estado colocou 77 escolas no ranking das 100 melhores escolas públicas do país. Os 24 primeiros lugares são do Ceará. Passamos a apoiar cada vez mais nossos jovens para alcançar sucesso no Enem e batemos recorde de inscrição dos nossos alunos, com 99,51% de adesão, quando a média do Brasil foi de apenas 60%.

Valorizamos a meritocracia e premiamos mais de quarenta mil alunos com notebooks no Programa Aprender pra Valer, além de 355 escolas municipais com melhores resultados no Spaece, que receberam recursos extras para equipamentos e melhorias. Também criamos o Avance – Bolsa Universitário, programa de auxílio aos nossos estudantes que chegaram à universidade e não tinham condições de se manter. Cada aluno passou a receber um salário

mínimo por seis meses ou meio salário mínimo por um ano. Além disso, passamos a fornecer carteiras de habilitação de forma gratuita para quatro mil estudantes da rede estadual. Destaco, ainda, a criação dos Centros Cearenses de Idiomas, que levarão cursos gratuitos de inglês e espanhol para os alunos de nossas escolas públicas. Serão onze centros neste primeiro momento, ajudando a qualificar nossos jovens para o concorrido mercado de trabalho.

Voltando a falar da escola de tempo integral, uma das mais importantes medidas na valorização dos jovens e de prevenção da violência, chegamos em 2017 a 71 escolas regulares que passaram a ser de tempo integral. Não havia nenhuma no início de nosso Governo. Este ano serão mais 40. Somando-se às 117 escolas profissionalizantes, o Ceará alcançará este ano 228 escolas de tempo integral, 32% do total de nossas escolas. Tenho dito e repito: essa é uma das mais importantes políticas sociais e transformará para melhor, num curto espaço de tempo, a vida de milhares de jovens e famílias cearenses.

No Ensino Superior, convocamos novos professores efetivos e nomeamos novos servidores para cargos administrativos em nossas universidades estaduais. Concedemos 1.624 bolsas de pós-graduação e instituímos o Plano de Cargos, Carreiras e Salários dos servidores técnico-administrativos das Instituições de Educação Superior do Estado.

Afirmo, com a convicção dos fatos, que 2017 também foi para o Ceará, mesmo diante de todos os desafios, um importante ano para a saúde. Batemos recorde de internações, cerca de 90 mil, 10% a mais que em 2016, e recorde histórico de cirurgias, mais de 65 mil, 12% a mais que no ano anterior. Ao mesmo tempo em que aumentamos o acesso dos cearenses à nossa rede estadual de saúde, tivemos uma redução da mortalidade hospitalar de 13%. Também mantivemos, em 2017, o nosso Ceará como estado referência em transplantes, com cerca de 1.500 procedimentos. Atendemos mais e melhor. O Estado cumpriu o seu papel e salvou milhares de vidas.

Para que esses números fossem possíveis, realizamos um orçamento de mais de três bilhões de reais, sendo 150 milhões de reais a mais que em 2016 no custeio. Com isso, melhoramos e ampliamos nossa rede de saúde. Construímos novas UPAs, ampliamos em 60% os leitos de emergência do Hospital de Messejana, modernizamos e ampliamos o Hospital César Cals, iniciamos o funcionamento do Hospital Regional do Sertão Central e demos ordem de serviço para a construção do novo Hospital Regional do Jaguaribe.

Outras medidas importantes foram a inclusão do trombolítico nas unidades do Samu para salvar vidas de vítimas de infarto, sendo o primeiro Estado do Brasil com essa iniciativa, e a implantação do Diagnóstico Cidadão nas unidades de saúde, para avaliar a qualidade do atendimento. Entendemos que, quando ouvimos o cidadão na ponta, suas críticas, elogios ou sugestões, podemos melhorar cada vez mais os serviços prestados. Não poderia deixar de citar aqui também o apoio financeiro que o Governo do Estado tem dado para a construção do IJF 2, em Fortaleza, que terá mais de duzentos novos leitos.

Por último, aprovamos nesta Casa um projeto para zerar as filas de cirurgia em nosso Estado. Uma meta ousada, com um custo de mais de 100 milhões de reais. São recursos do Tesouro Estadual, já garantidos. Um projeto de suma importância para os cearenses, sobretudo para aqueles de menor poder aquisitivo.

Diante da escalada da violência, que atormenta todos as vinte e sete unidades da federação, órfãos de uma ação efetiva do Governo Federal, não medimos esforços nem investimentos para reforçar a segurança pública no Ceará. Nunca nossos policiais trabalharam tanto, realizaram tantas prisões, desarticularam tantas quadrilhas e apreenderam tanta droga como em 2017.

Temos um grave problema, reconheço, mas não cederemos jamais ao crime organizado, que espalhou seus tentáculos pelo país inteiro, movido pelo negócio milionário do tráfico de drogas e armas, que entram todos os dias pelas nossas fronteiras diante do comportamento inerte das instâncias federais. E quando digo isso, não culpo apenas este Governo, mas todos os outros que passaram e não deram a devida atenção para o problema da violência, que atormenta famílias e destrói sonhos. Essa é uma luta de todos nós que fazemos o Estado, Governos Estaduais e Federal, Assembleia Legislativa, Judiciário, Ministério Público, Defensoria, prefeituras e todas as instituições. E essa discussão deve ser séria, desapaixonada e, principalmente, longe do discurso politiqueiro de quem não quer a solução dos problemas, mas se locupletar diante deles. O crime não pode e não vai vencer o Estado jamais.

Prestando contas do que o Governo do Estado fez no Ceará em 2017 na área da segurança, somente no ano passado, convocamos e formamos quase 2.800 novos policiais militares, que já estão reforçando o policiamento das ruas. Outros 1.400 já estão em formação na academia. Pela Polícia Civil, foram 730 convocados em 2017. Outros 660 estão na academia e reforçarão nosso setor de inteligência e nossas delegacias. No total, este Governo está aumentando em 50% o efetivo da polícia judiciária. Tivemos ainda reforço dos Bombeiros, Perícia Forense, agentes do Sistema Socioeducativo e agentes penitenciários. Todas essas novas contratações já somam quase nove mil profissionais de segurança somente neste Governo. Destacamos ainda a Lei de Promoções, criada por nós em 2015, e que chegou em 2017 a mais de 13 mil policiais beneficiados. Ainda ampliamos a média salarial do Nordeste para a Polícia Civil e criamos nova gratificação para soldados e cabos da PM e Bombeiros. Para a Pefoce, aprovamos Projeto de Lei aqui na Assembleia que projeta a descompressão da carreira.

Com as novas contratações, conseguimos ampliar as delegacias 24h e as bases do Batalhão do Raio no interior do estado, Fortaleza e Região Metropolitana. O Raio chegou a 11 batalhões. Instalamos os Territórios da Paz em Sobral e na área do Grande Bom Jardim, em Fortaleza, além de mais duas Unidades Integradas de Segurança, as Unisegs, na Capital. Somente no ano passado, entregamos quase quatrocentas novas viaturas e investimos em armas e equipamentos de segurança para nossos policiais.

Aprovamos o programa de videomonitoramento, que contemplará quarenta municípios, com mais 600 câmeras espalhadas pelo Estado.

Na parte da Justiça, inauguramos uma nova unidade prisional, com capacidade para 600 detentos, e inauguramos a Vara Única de Audiências de Custódia, interligada à Delegacia de Capturas e à Polinter, com o objetivo dar celeridade aos trabalhos e otimizar a ação da polícia.

Além de todas essas ações, criamos, com o importante apoio desta Casa, a Lei da Segurança Bancária, uma iniciativa pioneira no país, que garante que os bancos se responsabilizem pela proteção dos seus usuários e servidores contra prejuízos causados por assaltos ou furtos dentro dos seus estabelecimentos. Não era justo que as instituições que mais obtêm lucro neste país estivessem eximidas da responsabilidade de garantir a sua segurança interna.

Por último, destaco nessa importante área do Governo, a criação do Plano Estadual de Segurança Pública. Um trabalho minucioso, de três volumes, a partir de estudos e dados estatísticos, experiências realizadas dentro e fora do Brasil, além de um plano de ações que contempla a intersetorialidade, com prazos e metas, e o papel de cada signatário. O plano, inédito no país, foi elaborado em parceria com o Fórum Brasileiro de Segurança Pública, entidade considerada referência na área em todo o Brasil, e está à disposição de qualquer cidadão no site do Governo do Estado.

O fato, real e sem retoques, é que o Estado está firme e determinado a combater toda e qualquer estrutura criminosa que invista contra a nossa sociedade, além de promover ações de inclusão social que visam o combate à desigualdade. É justamente em momentos mais complexos e desafiadores que mostramos toda a nossa força. E, podem ter certeza, vamos vencer!

Na área dos Recursos Hídricos, outro grande desafio diante de seis anos seguidos de seca, o maior período da história, trabalhamos dia e noite para garantir água para os cearenses. Mesmo com apenas seis por cento das reservas hídricas, nossas ações foram fundamentais para que não houvesse colapso de abastecimento em nenhuma cidade.

Somente em 2017, perfuramos quase 1.500 poços profundos. Nos três anos deste Governo foram feitos mais de 40% de todos os poços perfurados na história do Ceará. Além disso, construímos novas adutoras, instalamos centenas de chafarizes, milhares de cisternas, sistemas de abastecimento e dessalinizadores. Garantimos a plena continuidade da importante obra do Cinturão das Águas e lutamos junto ao Governo Federal pela retomada das obras do Rio São Francisco, que devem ser concluídas este ano.

2017 foi marcante para o Estado do Ceará no Meio Ambiente. Depois de quarenta anos, realizamos a tão sonhada Regulamentação do Parque do Cocó, com 1.571 hectares, o quarto maior parque natural em área urbana da América Latina. Ainda concluímos a importante obra da barragem do Rio Cocó, para conter as enchentes históricas da cidade e ainda ajudar a rede de abastecimento de água.

Na política da habitação, entregamos, só no ano passado, quase cinco mil moradias. Nos nossos três anos de Governo, já realizamos o sonho da casa própria para mais de quinze mil famílias e, somente este ano, mais que dobraremos esse número, com outras 17.700 novas moradias. Ainda emitimos mais de doze mil títulos de domínio de imóveis pelos Programas de Regularização Fundiária e Papéis da Casa. No Programa Garantia-Safra, foram mais de 230 mil agricultores cadastrados, em 180 municípios.

Na área da Cultura, aprovamos nesta Casa a Lei do Plano Estadual de Cultura Infância. Realizamos, com enorme sucesso, a décima segunda Bienal Internacional do Livro do Ceará, com um público de 450 mil pessoas e a participação de 35 mil alunos, de 775 escolas do nosso Estado. Realizamos festivais de música na capital e no interior para um público de meio milhão de pessoas, e lançamos, em parceria com a ANCINE, o Ceará Filmes, com o objetivo de ampliar a política para o audiovisual e a cultura digital cearenses.

Na área dos esportes, o Ceará abraçou a boa iniciativa das areninhas e está levando o programa para mais de quarenta municípios. Fomos além, e criamos o projeto das miniareninhas para mais de cem cidades. Sem falar nas Vilas Olímpicas. Dessa forma, cada município cearense passará a ter um equipamento esportivo construído pelo Governo do Estado. É mais esporte e saúde para nossos jovens e adultos. Já para as crianças, o Programa Mais Infância, ligado ao gabinete da primeira-dama, levou lazer e alegria através das atividades do Arte na Praça, com mais de cinquenta edições em todo o Ceará, além da construção de 26 brinquedopraças somente no ano passado.

2017 foi também um ano de grandes investimentos em infraestrutura. Nosso Programa de Logística e Estradas, Ceará de Ponta a Ponta, levou melhorias em duplicação, pavimentação e restauração para rodovias do Ceará inteiro, além da construção de novas estradas. Chegamos ao fim do ano com quase mil quilômetros de obras rodoviárias concluídas ou em andamento. Até o final do nosso Governo, a meta é chegar a três mil quilômetros.

Em Fortaleza, inauguramos a 19ª estação da Linha Sul do Metrô, que teve o horário de funcionamento ampliado até às 23h, e iniciamos a operação assistida do ramal Parangaba-Mucuripe do VLT, no trecho Parangaba-Borges de Melo. Ainda demos início à bilhetagem eletrônica do VLT de Sobral e voltamos a operar o VLT do Cariri.

2017 foi também o ano do turismo para o Ceará. Realizamos várias parcerias que transformaram nosso estado num importante centro de conexões aéreas para o Brasil e para o mundo. O primeiro e decisivo passo foi dado com a concessão do Aeroporto Pinto Martins para a empresa alemã Fraport, uma das maiores do setor. Ainda fechamos parceria com empresas aéreas para a instalação do hub Air France-KLM-Gol, com seis voos semanais para a Europa. Depois veio a conquista dos dois voos diários da Gol para os Estados Unidos, a ampliação dos voos da TAM, também para os Estados Unidos, e outras grandes empresas que passaram a oferecer novas rotas para o Brasil e exterior a partir do Ceará. Outra grande

conquista foi o Aeroporto de Jericoacoara, no município de Cruz, que passou a operar com voos diretos de SP e, em pouco tempo, passou a receber até dez voos semanais. Com esse incremento, nossa meta é triplicar o número de passageiros em nosso Ceará nos próximos anos, chegando a 16 milhões por ano.

Todas essas conquistas têm se dado através de um trabalho sério, responsável e incansável. Temos orgulho de sermos considerado o Estado mais transparente do Brasil e o mais equilibrado em termos fiscais.

Prova disso, é que, mesmo numa região pobre, somos o Estado com maior capacidade de investimento nacional em relação à Receita Corrente Líquida. Consolidamos nesse quesito, em 2017, um investimento de 13,9%, o maior do Brasil, num total de 2 bilhões e 467 milhões de reais. Nossa economia também fechará o ano de 2017 com crescimento de 1,5% a mais do que o ano de 2016, quase 50% acima da média do país.

Contudo, é importante mantermos cada vez mais o nosso foco. Para retomar a atividade econômica, lançamos o Ceará Veloz, que nos trouxe respostas rápidas em termos de geração de renda e emprego. Priorizando investimentos em estradas e na construção civil. Já em julho voltamos a gerar empregos com carteira assinada. E consolidamos o ano de 2017 com o reforço do setor do comércio e serviços, como o Estado da região Nordeste que mais gerou empregos.

Diante disso, podemos dizer que somos um Estado que hoje desperta a atenção de analistas econômicos e é respeitado por grandes investidores. A exemplo dos investimentos da Vale e dos sul-coreanos na Siderúrgica do Pecém, temos atraído outros grandes empreendimentos, como a Angola Cables, um hub tecnológico, que passará a conectar o Brasil ao mundo através do Ceará. Teremos ainda, em curto prazo, a importante parceria do Porto de Roterdã com o nosso Porto do Pecém, transformando nosso estado num centro de conexões marítimas.

Com a implantação dos hubs aéreo, marítimo e tecnológico, podemos nos considerar o Estado do Nordeste com maior potencial de desenvolvimento. Estamos construindo um grande presente, na convicção de que nosso futuro será de relevantes conquistas. O Estado está pronto para enfrentar desafios importantes, como a redução da pobreza e, sobretudo, da extrema pobreza. Infelizmente, o Ceará possui 10% da população em Extrema Pobreza do Brasil, segundo dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (Pnad) de 2015.

Neste sentido, lançamos, ainda em 2017, o Cartão Mais Infância, no âmbito do Programa Mais Infância Ceará, que se refere a um benefício de transferência de renda para cerca de 60 mil famílias cearenses com crianças de 0 a 5 anos e 11 meses, que se encontram em situação de extrema vulnerabilidade social, as quais também terão prioridades nos encaminhamentos de políticas públicas ligadas à assistência, trabalho, educação e saúde.

E é neste sentido da superação de diversos desafios que preocupam os cearenses há décadas, que buscamos construir um Estado forte. Um Estado que cresce economicamente. Um Governo que promove uma gestão pública eficiente, baseada no alcance de resultados para nossa sociedade e que busca continuamente reduzir a pobreza e promover avanços em todas as políticas públicas.

Nessa perspectiva, buscamos ser um Governo cada vez mais estratégico, com foco na sociedade, que prioriza os resultados e não os produtos, que tem parceiros produtivos, que busca maiores níveis de eficiência e investe na elevação de sua produtividade. E um importante passo para nos aproximarmos ainda mais desse Ceará que todos nós cearenses desejamos foi o lançamento da Plataforma de Desenvolvimento de Longo Prazo Ceará 2050, cujo objetivo central é empreender um processo de reflexão estratégica e de negociação de prioridades para o alcance de uma sociedade menos desigual, uma economia mais competitiva e um meio ambiente mais preservado – numa perspectiva de longo prazo, constituindo-se em um referencial para o desenvolvimento do Estado.

Quando tomamos a decisão de iniciar o planejamento para as próximas gerações, tivemos o cuidado de convidar todos os segmentos, para garantir a pluralidade de pensamentos e ideias. São os homens e mulheres cearenses de todas as origens que devem dizer aonde queremos chegar nos próximos anos e qual o melhor caminho a seguir.

Este é, Senhoras Deputadas e Senhores Deputados, o Ceará que estamos construindo.
O Ceará que reúne numa só realidade seus múltiplos e favoráveis aspectos, que olha para o futuro — inovador, competitivo e sustentável — buscando o investimento de grandes empresas internacionais, integrando sua economia aos grandes mercados mundiais, conectando continentes através dos hubs aéreo, portuário e tecnológico, num múltiplo mercado físico que conflui a “esquina do Atlântico”.

Sigamos firmes, unidos, em meio a desafios e conquistas, na certeza de que estamos caminhando no rumo certo. O rumo de um Ceará cada vez mais desenvolvido, com menos desigualdade e mais oportunidades para todos os cearenses.
Novas ideias, novas conquistas. Esse é o Ceará que queremos.
Muito obrigado.

CAMILO SOBREIRA DE SANTANA
Governador

NOVAS
IDEIAS
NOS
VAS
CONQUISTAR

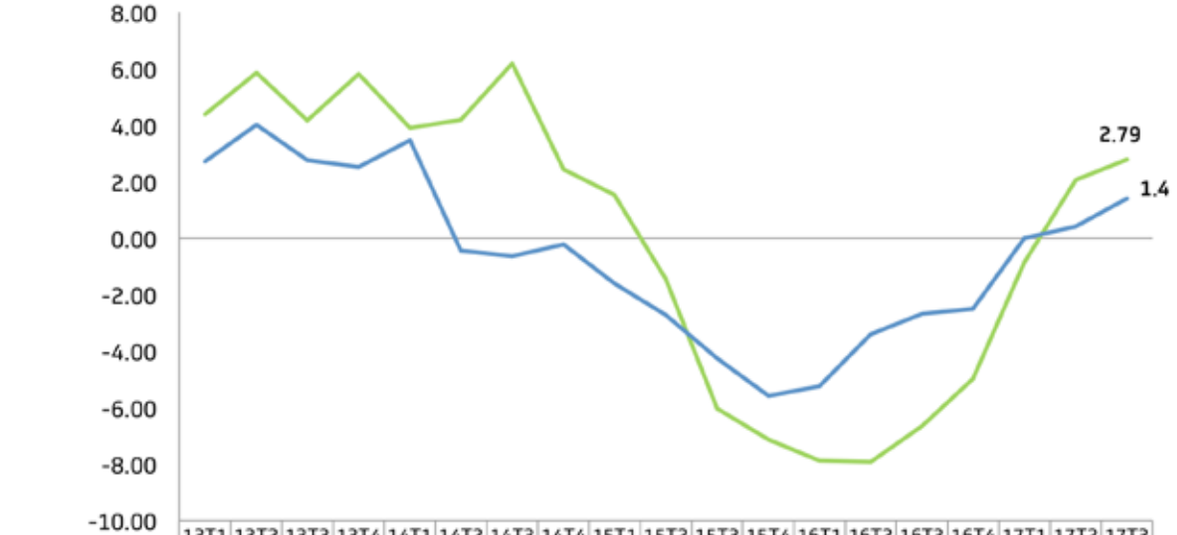
NOVAS IDEIAS NOS VASCONQUISTAS 2018

DESTAQUES DE 2017 >>

DESTAQUES

CEARÁ DA GESTÃO DEMOCRÁTICA POR RESULTADOS

EVOLUÇÃO DO PIB TRIMESTRAL CEARÁ E BRASIL (%) - 2013.1- 2017.3(*) (EM RELAÇÃO A IGUAL PERÍODO DO ANO ANTERIOR)



	13T1	13T2	13T3	13T4	14T1	14T2	14T3	14T4	15T1	15T2	15T3	15T4	16T1	16T2	16T3	16T4	17T1	17T2	17T3
Tx.PIB_CE (%)	4.39	5.87	4.16	5.81	3.91	4.20	6.19	2.45	1.55	-1.46	-6.03	-7.14	-7.87	-7.93	-6.64	-4.99	-0.86	2.07	2.79
Tx.PIB_BR (%)	2.7	4.0	2.8	2.5	3.5	-0.4	-0.6	-0.2	-1.6	-2.7	-4.3	-5.6	-5.2	-3.4	-2.7	-2.5	0.0	0.4	1.4

Fonte: Ipece e IBGE. (*) Ceará e Brasil: são dados preliminares e podem sofrer alterações quando forem divulgados os dados definitivos.

O ESTADO DO CEARÁ TEM A MELHOR SITUAÇÃO FISCAL DO PAÍS, DIZ FIRJAN.

1º	2º	3º	4º	5º	6º	7º	8º	9º	10º	11º	12º	13º	14º
CE	MA	PA	AP	ES	AL	PB	TO	SC	RR	PI	RO	AM	BA

OBTENÇÃO DE **NOTA MÁXIMA** NA 3ª EDIÇÃO DA ESCALA BRASIL TRANSPARENTE.

ENDIVIDAMENTO

43,6% da RCL: limite de 200% (Lei de Responsabilidade Fiscal)

Lançamento da Plataforma de **Desenvolvimento Sustentável Ceará 2050.**

CEARÁ 2050
JUNTOS PENSANDO O FUTURO

Pacto entre Governo, municípios, entidades, movimentos sociais e sociedade civil para planejar o Estado até 2050.

Redução do nível de endividamento de 0,47 em 2016, para 0,38 em 2017. A LRF permite que a Dívida Consolidada Líquida seja até **duas vezes** o valor da Receita Corrente Líquida.

Expansão das ações do Pacto por um **Ceará Pacífico** para outros territórios do Estado, como o bairro Bom Jardim, em Fortaleza, e a cidade de Sobral.

DESTAQUES
CEARÁ PACÍFICO

LANÇAMENTO DO CEARÁ PACÍFICO EM AÇÃO.
Único Estado do Brasil com programa combinado de repressão qualificada e prevenção social.

CEARÁPACÍFICO
MOVIMENTO PELA VIDA

Implantação de **TRÊS UNIDADES INTEGRADAS DE SEGURANÇA (UNISEG)** no Conjunto Ceará, no Bom Jardim e em Sobral.

Atendimento a **9.650** pessoas, considerando presos e egressos, com **AÇÕES DE QUALIFICAÇÃO PROFISSIONAL E CULTURA.**

Implantação de cinco empresas dentro do sistema prisional, **BENEFICIANDO 80 PRESOS.**

Entrega de nova unidade prisional, com **CAPACIDADE PARA 600 VAGAS, EM ITAITINGA.**

Ampliação do encaminhamento de egressos ao mercado de trabalho, **BENEFICIANDO 305 EGRESSOS.**

Capacitação de **23 SERVIDORES** para atuarem como mediadores, com a finalidade de fortalecer a **"CONSTRUÇÃO DA CULTURA DA PAZ".**

Premiação da unidade prisional Irmã Imelda Lima Pontes com o **Prêmio Innovare 2017, pelo projeto "Meninas que Encantam",** como a prática que melhor representa os esforços para o aprimoramento do sistema penitenciário brasileiro.

Realização do **PROGRAMA EDUCACIONAL DE RESISTÊNCIA ÀS DROGAS (PROERD)** em 58 municípios do Estado.

Estruturação de **41 UNIDADES DA POLÍCIA MILITAR.**

TODAS AS CIDADES ACIMA DE **50 MIL HABITANTES RECEBERÃO BPRAIO E VIDEOMONITORAMENTO.**

EM 2017, FORAM IMPLANTADAS **9 COMPANHIAS** DO BATALHÃO DO **RAIO (BPRAIO).**

TAUÁ, CANINDÉ, MARACANAÚ, CAUCAIA, FORTALEZA, MARANGUAPE, CRATO, EUSÉBIO E ACARAÚ.

Formação e nomeação de **2.705 SOLDADOS DA PMCE.**

AQUISIÇÃO DE
329
NOVAS VIATURAS.

CONVOCAÇÃO DE
730 NOVOS PROFISSIONAIS PARA A POLÍCIA CIVIL: 53 DELEGADOS, 476 INSPETORES E 201 ESCRIVÃES.
INVESTIMENTO: R$ 9.393.940,95 NA BOLSA FORMAÇÃO.

IMPLANTAÇÃO DA MÉDIA SALARIAL do Nordeste para PM, PEFOCE, Polícia Civil e Bombeiros.

DESTAQUES
CEARÁ SAUDÁVEL

HOSPITAL GERAL DE FORTALEZA (HGF)
realiza primeira neurocirurgia
com paciente acordado no Ceará.

Reinauguração
das instalações
da unidade de
Acidente Vascular
Cerebral (AVC) do
HOSPITAL GERAL DE FORTALEZA (HGF).

Entrega da modernização
da ala de **MATERNIDADE E NEONATOLOGIA DO HOSPITAL CÉSAR CALS.**

CEARÁ É O PRIMEIRO A ADOTAR O USO DO TROMBOLÍTICO EM NÍVEL ESTADUAL NO SAMU 192, AGILIZANDO O ATENDIMENTO E REDUZINDO AS SEQUELAS DO ATAQUE CARDÍACO.

Plantão Saúde Ceará

Realização de **MAIS DE 366 TRANSPLANTES DE MEDULA ÓSSEA**, em uma parceria entre o Centro de Hematologia e Hemoterapia do Ceará **(HEMOCE), DO GOVERNO DO CEARÁ, E O HOSPITAL UNIVERSITÁRIO WALTER CANTÍDIO** (HUWC), do Governo Federal.

GRANDES NÚMEROS A COMEMORAR:

ATENDIMENTO EM 11 HOSPITAIS da Rede Estadual.

MAIS DE 66.565 CIRURGIAS e cerca de **89.767 INTERNAÇÕES.** Realização de **1.518 TRANSPLANTES E 7,82 MILHÕES DE EXAMES REALIZADOS NOS HOSPITAIS DA REDE ESTADUAL.**

Um total de **63.209 ATENDIMENTOS FEITOS PELO SAMU.**

2.677.864 ATENDIMENTOS NAS 32 UPAS DO GOVERNO DO ESTADO.

Entrega de **48 NOVOS** leitos na emergência do **HOSPITAL DE MESSEJANA.**

HOSPITAL REGIONAL DO CARIRI, referência em trauma e acidente vascular cerebral, recebe **PRÊMIO LÍDERES DA SAÚDE NORTE/NORDESTE.**

RECONHECIMENTO

PROGRAMA DIAGNÓSTICO CIDADÃO: 81% DE OPINIÕES ÓTIMO/BOM em 26 unidades de saúde. Dos mais de **84 MIL** usuários que registraram opinião, **88,5%** afirmaram que **RECOMENDARIAM O SERVIÇO DE SAÚDE** a uma familiar.

Certificação pela **ORGANIZAÇÃO NACIONAL DE ACREDITAÇÃO (ONA)** para 12 unidades de saúde (três hospitais, um laboratório, quatro policlínicas e quatro CEOs).

RECONHECIMENTO INTERNACIONAL PARA O CEO DE JUAZEIRO DO NORTE na 34ª Conferência da Sociedade Internacional de Qualidade em **SERVIÇOS DE SAÚDE (ISQUA).**

REALIZAÇÃO DA CAMPANHA PELO PARTO NORMAL "QUEM ESPERA, ESPERA", SENDO O CEARÁ O PRIMEIRO ESTADO A RECEBER ESTA INICIATIVA DO **FUNDO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA A INFÂNCIA (UNICEF).**

Ceará zera fila de cirurgia de **LÁBIO LEPORINO**.
Já foram realizados no Ceará **4.279** atendimentos, **38.511** consultas, **2.092** operações e **2.682** procedimentos cirúrgicos, em parceria com a **OPERAÇÃO SORRISO**.

O CEARÁ É O PRIMEIRO Estado brasileiro a doar **SANGUE RARO PARA OUTRO PAÍS,** de acordo com a **ORGANIZAÇÃO PAN-AMERICANA DA SAÚDE (OPAS).**

Inauguração de **DUAS UNIDADES DE PRONTO ATENDIMENTO (UPAS) 24H**, sendo uma no município de Aracati e outra em Caucaia.

PROJETO EM EPIDEMIOLOGIA de campo forma primeira turma, capacitando **18 PROFISSIONAIS EM SAÚDE** de seis municípios. Todos da primeira turma do **PROJETO-PILOTO EPISUS-FUNDAMENTAL.**

IMPLANTAÇÃO DE 127 SISTEMAS de abastecimento de água, beneficiando mais de **8.700 FAMÍLIAS.**

IMPLANTAÇÃO DE 7.592 CISTERNAS, garantindo **SEGURANÇA HÍDRICA**, **ACESSO À ÁGUA POTÁVEL** e melhor **QUALIDADE DE VIDA** a quase **38 MIL PESSOAS**.

Mais de **55 MIL PESSOAS** utilizaram os equipamentos nas **VILAS DE ESPORTE E LAZER.**

CEARÁ ATLETA

O programa bolsa esporte do Ceará.

Concessão de **841 BOLSAS** a crianças, jovens e adultos para o **CEARÁ ATLETA,** programa bolsa esporte do Ceará.

Areninha

ASSINATURA DA ORDEM DE SERVIÇO PARA CONSTRUÇÃO DE 40 ARENINHAS.

DESTAQUES
CEARÁ DO CONHECIMENTO

JUVENTUDE EM TEMPO INTEGRAL
ENSINO MÉDIO ESTADUAL EM TEMPO INTEGRAL

ESCOLAS EM TEMPO INTEGRAL

117 ESCOLAS EM FUNCIONAMENTO, com a implantação de duas escolas profissionais, em Sobral e Palmácia.

Atendimento a **1.415.279 ALUNOS BENEFICIADOS** com **IMPRESSÃO DE MATERIAL DE APOIO DIDÁTICO** pedagógico do 1º ano do Ensino Fundamental.

IDEB - DAS 100 MELHORES ESCOLAS DE ENSINO FUNDAMENTAL DO BRASIL, 77 SÃO DO CEARÁ.

Fonte: Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP).

LANÇAMENTO DO PROGRAMA **CNH POPULAR ESTUDANTIL,** BENEFICIANDO **8 MIL ESTUDANTES**

CNH POPULAR estudantil

Lançamento do
PROGRAMA AVANCE – BOLSA UNIVERSITÁRIO,

AVANCE
PROGRAMA BOLSA UNIVERSITÁRIO DO CEARÁ

com o objetivo de melhorar as condições de acesso à universidade para **1.000 ESTUDANTES** egressos da rede pública cearense.

Prêmio Aprender pra Valer

ENTREGA DE 40.585 NOTEBOOKS

para estudantes contemplados com o **PRÊMIO APRENDER PRA VALER NOS ANOS DE 2014 E 2015.**

Implementação do projeto **ENEM, CHEGO JUNTO, CHEGO BEM** junto a **99.669 ALUNOS** da rede pública estadual.

READEQUAÇÃO DE 603 ESCOLAS

com equipamentos, mobiliários, reformas e ampliações.

Formação para **609 EDUCADORES** da rede municipal, por meio do **PROGRAMA DE FORMAÇÃO CONTINUADA EM EDUCAÇÃO INFANTIL**, beneficiando **272.966 CRIANÇAS.**

Realização do curso de **ESPECIALIZAÇÃO EM GESTÃO ESCOLAR** para **5.158 PROFISSIONAIS,** de **130 MUNICÍPIOS**.

O CEARÁ SUPEROU A MÉDIA BRASILEIRA

EM LEITURA, ESCRITA E MATEMÁTICA DAS CRIANÇAS QUE ESTAVAM MATRICULADAS NO 3º ANO DO ENSINO FUNDAMENTAL DA REDE PÚBLICA. Além disso, o Estado obteve os melhores resultados do Nordeste, segundo a Avaliação Nacional da Alfabetização (ANA).

CEARÁ **MELHOR EDUCAÇÃO PÚBLICA** DO PAÍS

PREMIAÇÃO DE 265 ESCOLAS PÚBLICAS que apresentaram melhores resultados nas avaliações do Spaece.

MAISPAIC

– ENTREGUES EM 2017

02 ESCOLAS DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL,
17 ESCOLAS DE ENSINO MÉDIO REGULARES,
17 GINÁSIOS E QUADRAS POLIESPORTIVAS E
05 CENTROS DE EDUCAÇÃO INFANTIL (CEI).

Concessão de **1.624 BOLSAS** de pós-graduação *stricto sensu*, sendo **710 DE INICIAÇÃO CIENTÍFICA E TECNOLÓGICA, 489 DE MESTRADO E 425 DE DOUTORADO**.

Posse de **63 NOVOS PROFESSORES EFETIVOS** para as universidades do Vale do Acaraú (UVA) e Regional do Cariri (Urca).

Posse de **127 NOVOS SERVIDORES** para o cargo de técnico-administrativo da Universidade Estadual do Ceará (UECE).

Capacitação de 10.165 pessoas em cursos de formação inicial e continuada.

Assistência estudantil a 3.048 alunos matriculados nos cursos de graduação, por meio de auxílio-alimentação e bolsas de estágio.

Instituição do **PLANO DE CARGOS, CARREIRAS E VENCIMENTOS** dos servidores técnico-administrativos das Instituições de Educação Superior (IES) estaduais.

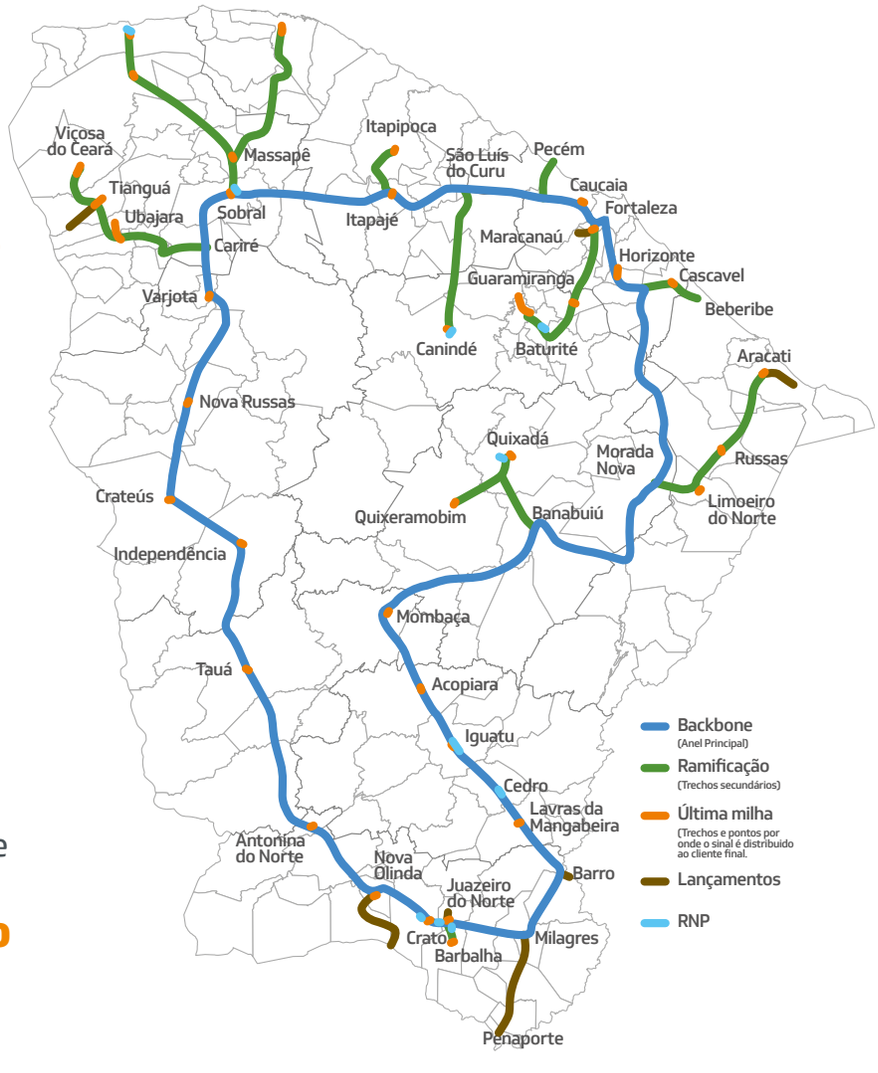
CRIAÇÃO DE MAIS DE 300 GRUPOS DE PESQUISA desenvolvidos nas IES do Estado.

ENTREGA DO PLANO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INOVAÇÃO 2018–2026.

Apoio a **400 NOVOS** empreendedores para o desenvolvimento de 100 startups de base tecnológica, por meio do **PROJETO CORREDORES DIGITAIS.**

CORREDORES DIGITAIS

Interligação de 19 novos municípios ao **CINTURÃO DIGITAL DO CEARÁ.**



PROMOÇÃO DE 1.779 AÇÕES CULTURAIS, democratizando o acesso aos bens e serviços culturais para quase 1,9 milhão de pessoas.

ATRAÇÃO DO CENTRO DE INOVAÇÃO DA MICROSOFT, em parceria com a Faculdade Farias Brito e o Grupo M. Dias Branco.

Atração da 2ª Turma do Curso de **MESTRADO PROFISSIONAL EM SEGURANÇA DE AVIAÇÃO E AERONAVEGABILIDADE** Continuada, com 50 vagas ofertadas.

CEARÁ FILMES

Em parceria com a ANCINE, tem por objetivo ampliar a política para o audiovisual e a cultura digital cearense. Viabilizou o Edital Ceará de Cinema e Vídeo e o Programa Cinema da Cidade.

INVESTIMENTO EM 2017: EDITAL CEARÁ DE CINEMA E VÍDEO: R$ 10 MILHÕES (ANCINE) + R$ 7 MILHÕES (SECULT)
PROGRAMA CINEMA DA CIDADE: R$ 2,3 MILHÕES (ANCINE)

VILA DA MÚSICA

Primeiro equipamento da Secretaria da Cultura do Estado do Ceará no interior, tem como foco a socialização, formação humana e o ensino musical.

INVESTIMENTO EM 2017: R$ 742.334,99

REALIZAÇÃO DO FESTIVAL MALOCA DRAGÃO, por ocasião da semana do aniversário de 18 anos do Centro Dragão do Mar, com um **PÚBLICO DE 450.000 PESSOAS E 2.875 PROFISSIONAIS ENVOLVIDOS.**

CASA DE SABERES CEGO ADERALDO é o mais novo equipamento de cultura do Estado. Voltado à arte, educação, saberes tradicionais, patrimônio cultural e natural.

INVESTIMENTO EM 2017: R$ 600.231,40

Realização do **XIII FESTIVAL MÚSICA DA IBIAPABA,** para um público de 14.816 pessoas.

Realização do **XI ENCONTRO MESTRES DO MUNDO,** ganhando o Prêmio Rodrigo Melo de Franco, do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN).

Realização da **XII BIENAL INTERNACIONAL DO LIVRO DO CEARÁ**, com um público de 450 mil pessoas e participação de 775 escolas e 34.500 estudantes, de 59 municípios.

APROVAÇÃO DA LEI DO PLANO ESTADUAL DE CULTURA INFÂNCIA, INSTITUINDO UMA POLÍTICA PIONEIRA NO PAÍS SOBRE O TEMA.

Ampliação de **60 para 80 mestres** reconhecidos como Tesouros Vivos do Ceará, através de Lei sancionada em **junho de 2017.**

DESTAQUES

CEARÁ DE OPORTUNIDADES

CSP | Companhia Siderúrgica do Pecém

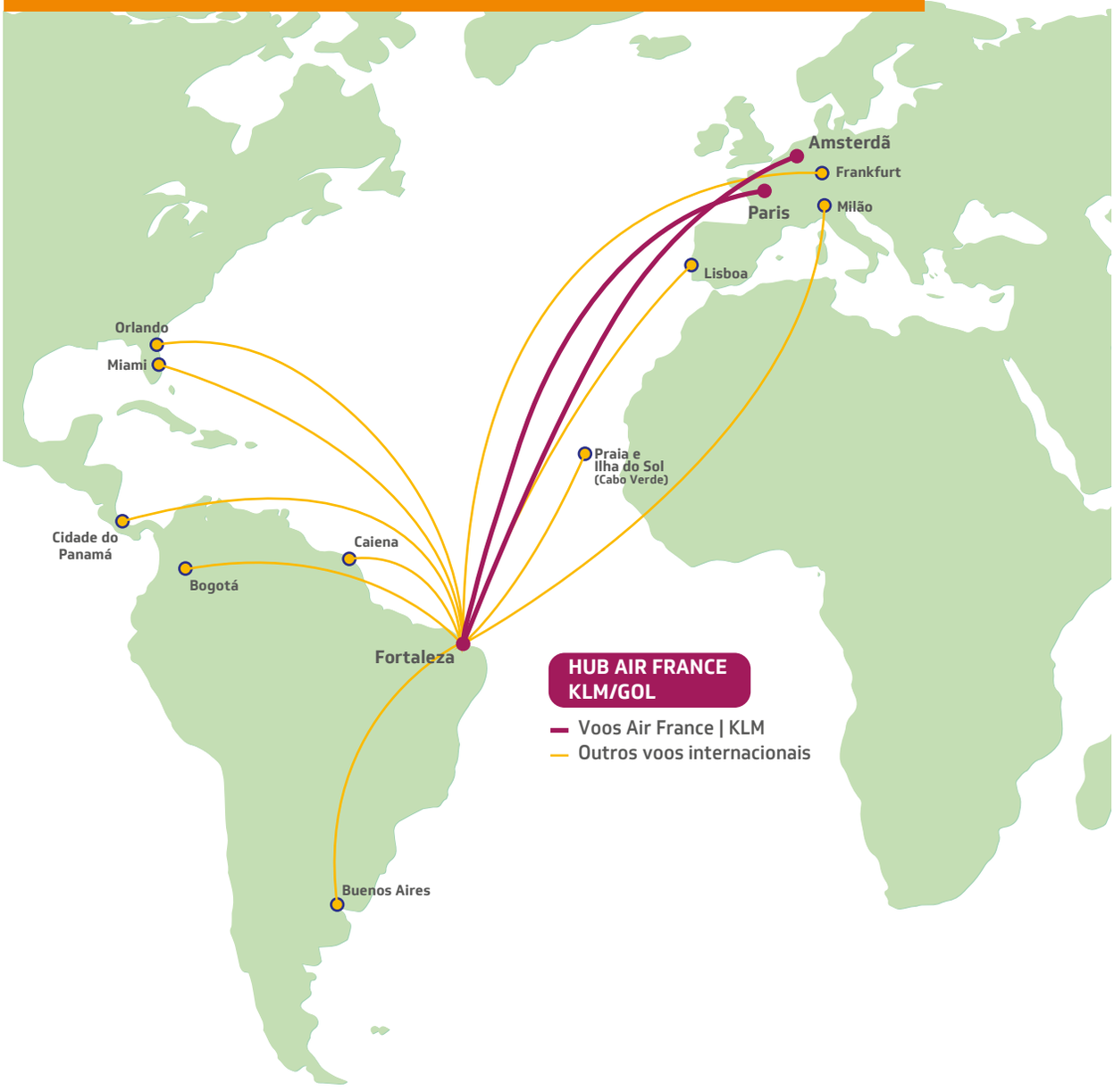
AUMENTO DE MAIS DE 55% NO VALOR DAS EXPORTAÇÕES CEARENSES.

Ampliação da participação do **CEARÁ** nas **EXPORTAÇÕES BRASILEIRAS: EM TORNO DE 32%.**

AUMENTO SIGNIFICATIVO DE EXPORTAÇÕES DE PRODUTOS INDUSTRIALIZADOS, em torno de 50%, principalmente afetados pelo setor de aço.

Assinatura do memorando de entendimento com o Porto de Roterdã para Gestão do **COMPLEXO INDUSTRIAL E PORTUÁRIO DO PECÉM (CIPP).**

NOVAS CONEXÕES DO CEARÁ PARA O MUNDO | HUB AÉREO



INSTALAÇÃO DE NOVOS HUBS E CENTROS DE CONEXÕES DE SERVIÇOS AEROPORTUÁRIOS DE PASSAGEIROS E CARGAS DA AIRFRANCE, KLM E GOL.

NOVAS CONEXÕES DO CEARÁ PARA O MUNDO | HUB DIGITAL

ATRAÇÃO DO HUB DE DADOS DA ANGOLA CABLES E INSTALAÇÃO DO DATA CENTER.

NOVAS CONEXÕES DO CEARÁ PARA O MUNDO | HUB PORTUÁRIO

ROTA SAMBA

ROTAS E CONECTIVIDADE

ROTA BLX

ROTAS E CONECTIVIDADE

ROTA TANGO

CONECTIVIDADE NACIONAL

Ceará de Ponta a Ponta

O Programa de Logística e Estradas do Ceará.

DUPLICAÇÃO DA CE-085 TRECHO PARACURU-TRAIRI.

135,49 KM de estradas pavimentadas,
195,40 KM de estradas restauradas
e **34,46 KM** de estradas duplicadas:
TOTALIZANDO 365,35 KM.

CONCLUSÃO DA OBRA DA AVENIDA DO CONTORNO, no município de Juazeiro do Norte, com cerca de **8,57** km de extensão.

SINALIZE

PROGRAMA DE SEGURANÇA NO TRÂNSITO

INVESTIMENTO DE
R$ 120 MILHÕES

CEARÁ VELOZ

LANÇAMENTO DO CEARÁ VELOZ, CONJUNTO DE MEDIDAS PARA ACELERAR O CRESCIMENTO DA ECONOMIA.

PROJEÇÃO DE R$ 8,7 BILHÕES EM INVESTIMENTOS.

EXPECTATIVA DE GERAÇÃO DE 524,6 MIL EMPREGOS.

- BUROCRACIA
+ INFRAESTRUTURA
E OPORTUNIDADES

DUPLICAÇÃO DA TAXA DE COLOCAÇÃO DAS PESSOAS COM DEFICIÊNCIA

pelo Sistema Público de Emprego, resultando em quase 1.700 pessoas com deficiência nas empresas cearenses.

SINE/CE-IDT:

2º LUGAR NO BRASIL

1º LUGAR NO NORDESTE

na colocação de trabalhadores no emprego formal.

1º LUGAR NO CEARÁ NO ATENDIMENTO DO SEGURO-DESEMPREGO,

habilitando 75% dos trabalhadores requerentes do estado.

INAUGURAÇÃO DO AEROPORTO REGIONAL DE JERICOACOARA, RECEBENDO SEU PRIMEIRO VOO COMERCIAL VINDO DE CONGONHAS, SÃO PAULO.

ENTREGA DO **CENTRO DAS RENDEIRAS LUIZA TÁVORA, NA PRAINHA,** EM AQUIRAZ.

IMPLANTAÇÃO DO SISTEMA DE CERTIFICAÇÃO DE AUTENTICIDADE DOS PRODUTOS ARTESANAIS E DE RECONHECIMENTO DAS OBRAS DE ARTE POPULAR CEARENSES com a emissão do Selo Ceart para 3.700 produtos artesanais, beneficiando 6.893 artesãos.

PRESTAÇÃO DE ASSISTÊNCIA TÉCNICA E EXTENSÃO RURAL A 48.636 PRODUTORES RURAIS.

ASSESSORIA TÉCNICA EM 600 COMUNIDADES

assistidas pelo Projeto Paulo Freire nos 31 municípios de atuação da área de abrangência do projeto, totalizando **24.186 FAMÍLIAS.**

INCENTIVO AO AUMENTO DA PRODUÇÃO

das principais culturas da agricultura familiar, **BENEFICIANDO QUASE 150 MIL AGRICULTORES FAMILIARES, EM 182 MUNICÍPIOS, COM INVESTIMENTO DE MAIS DE R$ 17 MILHÕES.**

RECUPERAÇÃO DE 73.400 PLANTAS DE CAJUEIRO IMPRODUTIVAS.

PRESTAÇÃO DE ASSISTÊNCIA TÉCNICA A 773 AQUICULTORES MARINHOS E CONTINENTAIS.

Índice de **COBERTURA VACINAL** do rebanho bovino: **92,15%** na **PRIMEIRA ETAPA** da campanha.

PROMOÇÃO DA INSERÇÃO PRODUTIVA DE 295 AGRICULTORES FAMILIARES,

com o financiamento de 95 projetos de apoio às cadeias produtivas da agricultura familiar.

DESTAQUES
CEARÁ SUSTENTÁVEL

Aquisição de **TRÊS COMBOIOS**, com investimento aproximado de **R$ 7,3 MILHÕES,** totalizando nove equipamentos para **PERFURAÇÃO DE POÇOS.**

Construção de **19,6 KM DE ADUTORAS.**

Implantação de **257 SISTEMAS DE ABASTECIMENTO D'ÁGUA SIMPLIFICADOS.**

Construção, recuperação e ampliação de **8 PEQUENAS BARRAGENS, BENEFICIANDO 3.287 FAMÍLIAS.**

CONCLUSÃO DA ADUTORA DE AQUIRAZ, que transportará água do macrossistema da estação de tratamento do Gavião para a cidade.

Conclusão de **87%** do **TRECHO I DO CINTURÃO DAS ÁGUAS DO CEARÁ (CAC)**, com a execução física de **38 KM.**

APRIMORAMENTO DOS PROGNÓSTICOS DA FUNCEME, com a implementação das previsões de Temperatura de Superfície do Mar (TSM) no seu **MODELO CLIMÁTICO GLOBAL.**

Concessão de **380 OUTORGAS** de execução de obras e/ou serviços de interferência hídrica e de **1.977 OUTORGAS** de direito de uso de recursos hídricos.

NOS ÚLTIMOS 3 ANOS, FORAM PERFURADOS **41% DE TODOS OS POÇOS DA HISTÓRIA DO CEARÁ.**

POÇOS DO CEARÁ
PROGRAMA DE PERFURAÇÃO DE POÇOS

Perfuração de **1.374 POÇOS** pela SOHIDRA.

AQUISIÇÃO DE 3 ESTAÇÕES MÓVEIS de Tratamento de Água (ETAs) para abastecimento das cisternas de **ARMAZENAMENTO DE ÁGUA.**

CONSTRUÇÃO DA BARRAGEM GERMINAL, COM 3,145 MILHÕES DE M³.

Inclusão de **10 MUNICÍPIOS DO CEARÁ NO SEMIÁRIDO NORDESTINO.**

Início da **DISTRIBUIÇÃO DE GÁS NATURAL RENOVÁVEL**,produzido na planta de **PURIFICAÇÃO DE BIOGÁS** implantada no **ATERRO SANITÁRIO DE CAUCAIA**, por meio de gasodutos em poliamida com cerca de **23 KM DE EXTENSÃO**, a maior rede atualmente em utilização no mundo.

Regulamentação do **PARQUE ESTADUAL DO COCÓ,** com **1.571,29 HECTARES.**

4º maior **PARQUE NATURAL** em área urbana da **AMÉRICA LATINA.**

Elaboração de **TRÊS PLANOS DE GESTÃO REGIONALIZADA DE COLETA SELETIVA**, beneficiando 81 municípios inseridos nas bacias Metropolitana, Salgado e Acaraú.

REGULAMENTAÇÃO DA UNIDADE DE **CONSERVAÇÃO DO PARQUE ESTADUAL DO COCÓ.**

Distribuição de **110.000 MUDAS** de **ESPÉCIES NATIVAS PARA 125 MUNICÍPIOS.**

Elaboração de **14 PLANOS DE MANEJO** para **UNIDADES DE CONSERVAÇÃO ESTADUAL.**

Implementação do **PROJETO VIVA O PARQUE,** por meio da realização de 171 edições, no **PARQUE DO COCÓ E NO PARQUE BOTÂNICO.**

CONCLUSÃO DA **BARRAGEM DO RIO COCÓ,** EM FORTALEZA.

CONCLUSÃO DA OBRA DE URBANIZAÇÃO DO **TRECHO III - MARGEM DIREITA DO RIO COCÓ.**

CONCURSO NACIONAL DE IDEIAS PARA O PARQUE ESTADUAL DO COCÓ.

A proposta vencedora recebeu R$ 80 mil, além de R$ 50 mil para a segunda e R$ 25 mil para a terceira. A análise dos projetos recebidos selecionou as três melhores propostas urbanísticas, paisagísticas e arquitetônicas, conforme determina o Edital do certame.

Construção da Central de Tratamento de **RESÍDUOS NA REGIONAL NORTE.**

Elaboração de 49 planos de recuperação de **ÁREAS DEGRADADAS POR LIXÕES (PRAD).**

Elaboração dos **PLANOS REGIONAIS DE GESTÃO INTEGRADA DE RESÍDUOS SÓLIDOS** para 159 municípios.

DESTAQUES
CEARÁ ACOLHEDOR

CONTRATAÇÃO DE 417 UNIDADES HABITACIONAIS
por meio do Programa Nacional de Habitação Rural (PNHR).

BENEFICIAMENTO DE 25.766 PESSOAS, com a entrega de **6.254 UNIDADES HABITACIONAIS.**

Emissão de **10.789 TÍTULOS URBANOS** de domínio de imóveis e **9.475 TÍTULOS RURAIS** pelo Programa Regularização Fundiária.

CAPACITAÇÃO DE 7.507 JOVENS por meio de programas de **PROMOÇÃO DA JUVENTUDE.**

Vapt Vupt
SEU DOCUMENTO RÁPIDO E SEM BUROCRACIA

Realização de mais de
2 MILHÕES
DE ATENDIMENTOS,
na capital e no interior
do estado, nos programas
BALCÃO DA CIDADANIA E VAPT VUPT.

Realização de
8 CONFERÊNCIAS MACRORREGIONAIS
de Promoção da Igualdade Racial, totalizando
1.000
PARTICIPANTES.

Publicação do Plano Estadual de
ENFRENTAMENTO AO TRABALHO ESCRAVO.

Adesão de
231.225
AGRICULTORES
familiares ao
GARANTIA-SAFRA,
em **180 MUNICÍPIOS.**

Viabilização da
participação de
1.817 PESSOAS
COM DEFICIÊNCIA
no projeto
PRAIA
ACESSÍVEL.

Implantação de
1.197 CISTERNAS
para promoção
de acesso à água
para produção
de alimentos, em
62 municípios,
beneficiando
1.197 FAMÍLIAS.

AMPLIAÇÃO das competências das **10 DELEGACIAS DE DEFESA DA MULHER** do Estado do Ceará.

Publicação de decreto para atendimento de **TRAVESTIS E TRANSEXUAIS** nestas **DELEGACIAS.**

GARANTIA DO DIREITO À VIDA, POR MEIO DO **PROGRAMA DE PROTEÇÃO A VÍTIMAS E TESTEMUNHAS**, PARA **33 PESSOAS.**

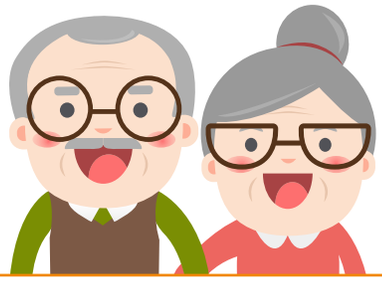
ASSISTÊNCIA A **45 MILITANTES,** POR MEIO DO **PROGRAMA DE PROTEÇÃO AOS DEFENSORES DOS DIREITOS HUMANOS.**

PRESTAÇÃO DE ASSISTÊNCIAS PSICOSSOCIAIS E JURÍDICAS A **254 FAMILIARES** DE FORMA DIRETA E MAIS DE 200 CASOS ENCAMINHADOS À REDE DE ATENDIMENTO PARCEIRA DO **CENTRO DE REFERÊNCIA E APOIO ÀS VÍTIMAS DE VIOLÊNCIA.**

ASSISTÊNCIA A **89 FAMILIARES** POR MEIO DO **PROGRAMA DE PROTEÇÃO A CRIANÇAS E ADOLESCENTES AMEAÇADAS DE MORTE.**

LANÇAMENTO DO CARTÃO MAIS INFÂNCIA, que beneficiará inicialmente **44.082 FAMÍLIAS, EM 150 MUNICÍPIOS.**

Instalação do **GRUPO DE TRABALHO MEMÓRIA VERDADE,** com a missão de formular uma política estadual de memória no Estado do Ceará.



Elaboração da **POLÍTICA PÚBLICA ESTADUAL DA PESSOA IDOSA.**

Instalação da **OUVIDORIA ESPECIAL DE DIREITOS HUMANOS.**

Aquisição da produção leiteira, bovina e caprina de **1.898 FORNECEDORES,** totalizando mais de **10 MILHÕES DE LITROS DE LEITE**, beneficiando 1.664 entidades socioassistenciais.

Distribuição de
2.095,80 TONELADAS
de alimentos, por meio do **PROGRAMA DE AQUISIÇÃO DE ALIMENTOS (PAA).**

Inclusão de
165 SURDOS
no processo de habilitação para concessão da
CNH POPULAR.

SUMÁRIO

DESEMPENHO ESTADUAL

DESEMPENHO ECONÔMICO E PERSPECTIVAS 71

DESEMPENHO ECONÔMICO....72
PERSPECTIVAS....86

DESEMPENHO DOS EIXOS DA POLÍTICA DE GOVERNO 91

CEARÁ DA GESTÃO DEMOCRÁTICA POR RESULTADOS....92
CEARÁ ACOLHEDOR....95
CEARÁ DE OPORTUNIDADES....99
CEARÁ SUSTENTÁVEL....101
CEARÁ DO CONHECIMENTO....104
CEARÁ SAUDÁVEL....107
CEARÁ PACÍFICO....109

DESEMPENHO DA AÇÃO GOVERNAMENTAL

EIXO I – CEARÁ DA GESTÃO DEMOCRÁTICA POR RESULTADOS 117

TEMA – GESTÃO FISCAL....118
TEMA – PLANEJAMENTO E GESTÃO....123
TEMA – TRANSPARÊNCIA, CONTROLE E PARTICIPAÇÃO SOCIAL....131

EIXO II – CEARÁ ACOLHEDOR 139

TEMA – ASSISTÊNCIA SOCIAL....140
TEMA – HABITAÇÃO....143
TEMA – INCLUSÃO SOCIAL E DIREITOS HUMANOS....146
TEMA – SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL....153

EIXO III – CEARÁ DE OPORTUNIDADES 159

TEMA – AGRICULTURA FAMILIAR E AGRONEGÓCIO....160
TEMA – INDÚSTRIA....165
TEMA – SERVIÇOS....168
TEMA – INFRAESTRUTURA E MOBILIDADE....171
TEMA – TURISMO....176
TEMA – TRABALHO E RENDA....179
TEMA – EMPREENDEDORISMO....182
TEMA – PESCA E AQUICULTURA....184
TEMA – REQUALIFICAÇÃO URBANA....186

EIXO IV – CEARÁ SUSTENTÁVEL 191

TEMA – RECURSOS HÍDRICOS....192
TEMA – MEIO AMBIENTE....196
TEMA – ENERGIAS....206

EIXO V – CEARÁ DO CONHECIMENTO 209

TEMA – EDUCAÇÃO BÁSICA....210
TEMA – EDUCAÇÃO PROFISSIONAL....216
TEMA – EDUCAÇÃO SUPERIOR....220
TEMA – CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INOVAÇÃO....224
TEMA – CULTURA....229

EIXO VI – CEARÁ SAUDÁVEL 237

TEMA – SAÚDE....238
TEMA – ESPORTE E LAZER....244
TEMA – SANEAMENTO BÁSICO....247

EIXO VII – CEARÁ PACÍFICO 255

TEMA – SEGURANÇA PÚBLICA....256
TEMA – JUSTIÇA E CIDADANIA....261
TEMA – POLÍTICA SOBRE DROGAS....264

TEMAS TRANSVERSAIS 269

TEMA – DESENVOLVIMENTO INTEGRAL DA JUVENTUDE....270
TEMA – POLÍTICA DE GÊNERO....273
TEMA – IGUALDADE ÉTNICO-RACIAL....275
TEMA – PROMOÇÃO DE DIREITOS PARA A POPULAÇÃO DE RUA....276
TEMA – ATENÇÃO À PESSOA COM DEFICIÊNCIA....277
TEMA – ATENÇÃO À PESSOA IDOSA....280
TEMA – INCLUSÃO E DIREITOS DA POPULAÇÃO LGBT....282
TEMA – PROMOÇÃO DE DIREITOS PARA A CRIANÇA E O ADOLESCENTE....283
TEMA – POLÍTICA DE MEMÓRIA....287
TEMA – CONVIVÊNCIA COM A SECA....288

NOVAS IDEIAS NOS VAS CONQUISTAS 2018

DESEMPENHO ESTADUAL >>

NOVAS IDEIAS NOS VAS CONQUISTAS

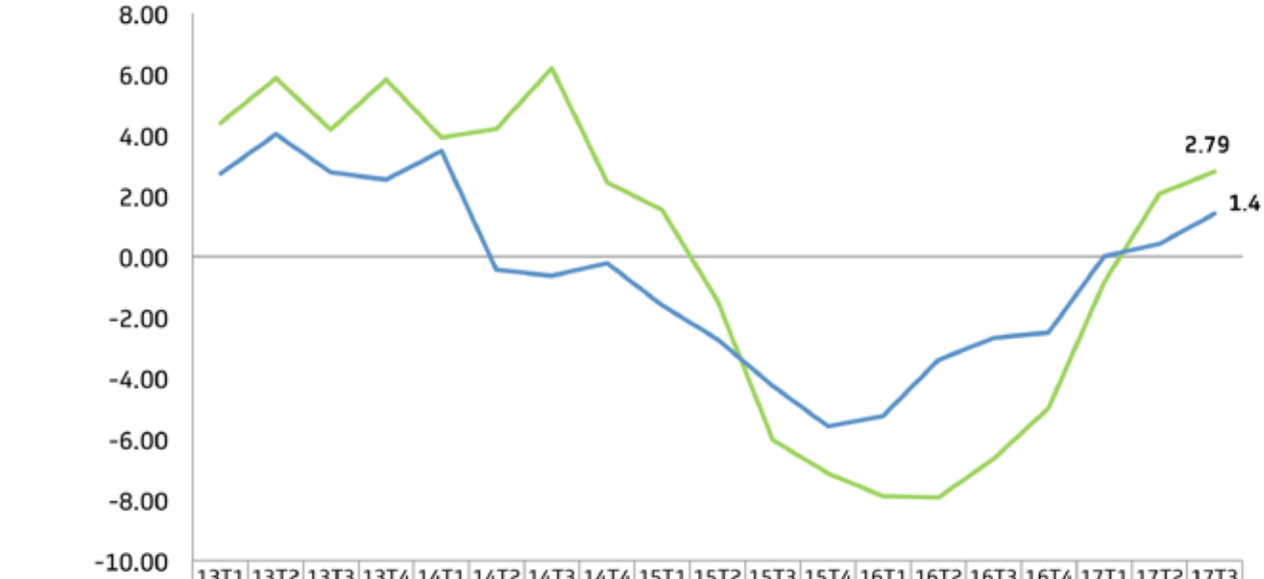
GOVERNO CEARÁ

DESEMPENHO ECONÔMICO E PERSPECTIVAS >>

DESEMPENHO ECONÔMICO

O ano de 2017 registrou o início da retomada do crescimento da economia cearense após dois anos de recessão, como se pode observar no Gráfico 1. Verifica-se que, no período de recessão, compreendido entre o segundo trimestre de 2015 e o primeiro trimestre de 2017, o PIB estadual apresentou quedas trimestrais mais intensas do que a economia do Brasil. Enquanto que, no segundo e terceiro trimestres de 2017, o contrário se verifica, com um ritmo de crescimento superior da atividade local ante a nacional.

Gráfico 1: Evolução do PIB Trimestral Brasil e Ceará – 2014.1/2017.3



	13T1	13T2	13T3	13T4	14T1	14T2	14T3	14T4	15T1	15T2	15T3	15T4	16T1	16T2	16T3	16T4	17T1	17T2	17T3
Tx.PIB_CE (%)	4.39	5.87	4.16	5.81	3.91	4.20	6.19	2.45	1.55	-1.46	-6.03	-7.14	-7.87	-7.93	-6.64	-4.99	-0.86	2.07	2.79
Tx.PIB_BR (%)	2.7	4.0	2.8	2.5	3.5	-0.4	-0.6	-0.2	-1.6	-2.7	-4.3	-5.6	-5.2	-3.4	-2.7	-2.5	0.0	0.4	1.4

Fonte: Ipece e IBGE. (*) Ceará e Brasil: são dados preliminares e podem sofrer alterações quando forem divulgados os dados definitivos.

Para entender melhor este comportamento recente, serão analisados nas seções seguintes os três grandes setores da economia: Serviços, Indústria e Agropecuária, bem como indicadores conjunturais de comércio exterior e mercado de trabalho.

SERVIÇOS

Na análise setorial, ao se comparar o terceiro trimestre de 2017 com o mesmo período de 2016, verifica-se que o setor de Serviços cresceu 1,91% (Tabela 1), com destaque positivo para as atividades do Comércio (6,65%) e Intermediação Financeira (2,37%). Esses resultados corroboram para a recuperação do setor que, simetricamente à economia agregada, registrou o segundo trimestre consecutivo de crescimento após dois anos de recessão econômica.

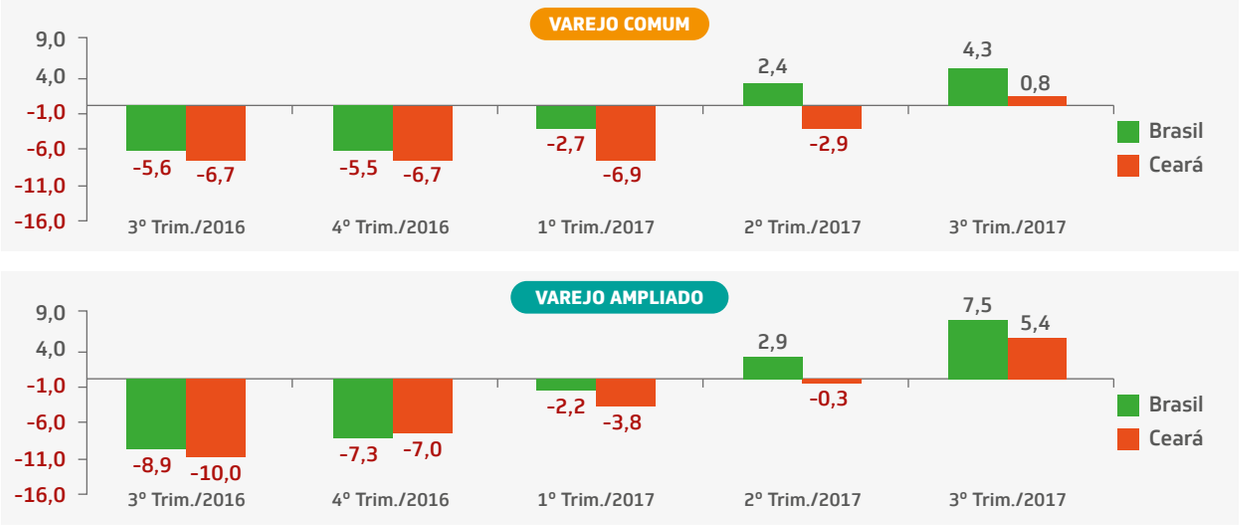
Tabela 1: Taxas de crescimento (%) trimestrais do Valor Adicionado do setor de Serviços Ceará – 2017/2016 (¹)

Setores e Atividades	3º Trim. 2016 (²)	1º Trim. 2017 (²)	2º Trim. 2017 (²)	3º Trim. 2017 (²)	Acumulado no ano (²)	Acumulado nos 4 últimos Trim. (³)
Serviços	-5,51	-0,52	0,25	1,91	0,55	-0,68
Comércio	-12,20	-0,87	1,03	6,65	2,28	-0,81
Alojamento e Alimentação	-3,97	-3,15	-2,01	-0,23	-1,81	-2,05
Transportes	-3,78	-1,64	-2,00	0,20	-1,12	-1,63
Intermediação Financeira	-9,88	-1,91	-1,20	2,37	-0,23	-2,12
Administração Pública	0,16	1,28	1,65	-0,27	0,89	0,63
Outros Serviços	6,20	-1,57	-1,10	-1,82	-1,50	0,07

Fonte: Ipece e IBGE.
(¹) São dados preliminares e podem sofrer alterações, quando forem divulgados os dados definitivos.
(²) Em comparação a igual período do ano anterior.
(³) Em comparação aos quatro trimestres imediatamente anteriores.

Conforme dados divulgados da Pesquisa Mensal do Comércio (PMC), do IBGE, no terceiro trimestre de 2017, o varejo comum cearense passou a registrar uma ligeira variação positiva de 0,8% (Gráfico 2) nas vendas, após a baixa registrada no segundo trimestre de 2017. Todavia, o desempenho local ficou bem abaixo da média nacional (4,3%). Nota-se que o varejo comum nacional já havia apresentado alta desde o segundo trimestre, revelando um melhor desempenho no ano. Por sua vez, o varejo ampliado cearense registrou forte recuperação no terceiro trimestre, com uma alta de 5,4% (Gráfico 3), ainda inferior à registrada em nível nacional (7,5%). Todavia, no terceiro trimestre de 2016, foram observadas quedas de 8,9% para o varejo ampliado nacional e 10,0% no varejo ampliado cearense.

Gráfico 2: Variação trimestral do volume de vendas do comércio varejista comum e ampliado – do 3º Trimestre/2016 ao 3º Trimestre/2017 – Brasil e Ceará



Fonte: PMC/IBGE. Elaboração: IPECE.

A seguir, as Tabelas 2 e 3 apresentam os resultados da variação anual do volume de vendas no comércio varejista comum e ampliado, tanto nacional quanto estaduais, para o período do acumulado do ano até o 3º trimestre dos últimos cinco anos. No varejo comum de 2016 (Tabela 2), apenas um estado (Roraima) havia registrado crescimento nas vendas no período. Todavia, em 2017, esse número aumentou para quinze estados, apresentando uma melhora significativa no quadro de vendas do varejo comum nacional, com destaque para os estados de Santa Catarina (+13,7%), Alagoas (+8,2%), Amazonas (+6,7%), Rio Grande do Sul (+5,1%) e Pernambuco (+4,8%). Mesmo diante de um bom desempenho mensal de setembro, o varejo comum cearense registrou a sexta maior queda em vendas (-3,0%), superado por Goiás (-9,0%), Roraima (-6,8%), Distrito Federal (-6,7%), Sergipe (-5,7%) e Espírito Santo (-3,6%).

Tabela 2: Variação anual do volume de vendas do comércio varejista comum. Acumulado do ano até o 3º trimestre/2013 a 2017 – Brasil e Estados

Estados	2013	2014	2015	2016	2017
Santa Catarina	2,1	-0,3	-0,3	-6,9	13,7
Alagoas	6,1	5,8	-7,4	-7,0	8,2
Amazonas	2,4	0,8	-6,3	-11,6	6,7
Rio Grande do Sul	3,7	3,1	-5,3	-5,4	5,1
Pernambuco	5,9	3,4	-6,4	-10,7	4,8
Mato Grosso	6,1	2,8	-7,4	-8,5	4,2
Paraná	5,2	2,5	-1,2	-6,3	4,0
Maranhão	7,6	6,7	-5,4	-7,5	3,9
Minas Gerais	0,3	2,5	-2,0	-1,0	3,7
Rondônia	8,3	9,3	-3,3	-12,3	3,1
Amapá	3,3	8,0	-7,5	-20,0	3,0
Acre	1,3	13,7	1,2	-10,1	2,7
São Paulo	3,9	1,8	-2,9	-4,8	0,8
Mato Grosso do Sul	11,0	4,4	-0,4	-6,8	0,8
Rio Grande do Norte	9,8	3,1	-2,4	-9,6	0,4
Tocantins	5,4	6,3	-1,4	-9,4	-0,2
Pará	5,3	2,8	-2,8	-12,4	-0,9
Paraíba	9,8	3,2	-8,6	-3,7	-1,4
Bahia	1,6	5,6	-6,6	-12,9	-1,4
Piauí	3,4	2,3	-3,4	-8,4	-1,6
Rio de Janeiro	4,8	3,3	-2,2	-8,0	-2,0
Ceará	3,6	6,6	-3,7	-6,7	-3,0
Espírito Santo	2,1	0,5	-6,1	-11,4	-3,6
Sergipe	3,0	1,6	1,6	-12,0	-5,7
Distrito Federal	2,0	1,3	-5,5	-11,0	-6,7
Roraima	4,4	5,4	9,6	0,7	-6,8
Goiás	4,0	2,2	-9,5	-10,0	-9,0
Brasil	3,9	2,6	-3,3	-6,5	1,3

Fonte: PMC/IBGE. Elaboração: Ipece.

No varejo ampliado, ainda pior, (Tabela 3), em 2016, todos os estados haviam registrado queda nas vendas no período. Ao passo que, em 2017, vinte e um estados passaram a registrar crescimento nas vendas, esboçando uma recuperação considerável frente ao ano anterior. O Ceará, dessa vez, ficou no grupo dos que apresentaram variação positiva, com o décimo oitavo crescimento (+0,4%), superando apenas Roraima, Bahia e Minas Gerais.

Tabela 3: Variação anual do volume de vendas do comércio varejista ampliado. Acumulado do ano até o 3º trimestre/2013 a 2017 – Brasil e Estados

Estados	2013	2014	2015	2016	2017
Santa Catarina	3,0	1,4	-7,8	-9,5	13,9
Rio Grande do Sul	6,1	1,5	-11,3	-10,4	11,0
Amazonas	3,3	2,6	-8,3	-13,2	10,1
Alagoas	3,7	3,6	-9,0	-9,1	7,7
Maranhão	6,1	2,5	-7,9	-13,4	6,3
Tocantins	4,2	3,3	-11,6	-14,6	6,2
Mato Grosso	5,9	0,8	-9,9	-10,4	5,4
Amapá	3,7	-2,2	-8,5	-18,3	5,2
Espírito Santo	-4,0	-4,5	-14,5	-16,4	4,5
Pernambuco	4,6	1,5	-8,4	-14,0	3,9
Acre	10,7	5,1	-8,0	-12,5	3,8
Distrito Federal	-0,6	0,7	-10,8	-13,8	3,8
Paraná	6,8	-3,2	-7,4	-7,4	3,6
Rio de Janeiro	6,1	1,3	-5,5	-12,1	2,4
Paraíba	9,1	3,2	-12,9	-7,3	2,1
Pará	3,3	0,8	-3,7	-13,9	1,3
São Paulo	2,6	-5,6	-6,1	-6,5	1,2
Ceará	-0,8	4,6	-5,9	-11,4	0,4
Minas Gerais	1,0	-0,4	-6,9	-5,0	0,3
Bahia	1,3	1,7	-7,7	-12,2	0,2
Roraima	5,0	4,0	2,5	-1,0	0,0
Piauí	6,7	1,0	-6,8	-9,3	-0,6
Mato Grosso do Sul	8,9	-0,7	-4,4	-7,4	-0,6
Sergipe	2,2	2,6	-4,3	-15,0	-0,8
Rio Grande do Norte	9,3	1,8	-3,6	-10,5	-2,1
Rondônia	2,1	5,2	-8,2	-5,4	-6,3
Goiás	6,3	-2,3	-13,0	-13,7	-9,4
Brasil	3,6	-1,4	-7,4	-9,2	2,7

Fonte: PMC/IBGE. Elaboração: Ipece.

Sob a ótica das atividades, a Tabela 4 abaixo evidencia que, das treze atividades analisadas, cinco apresentaram crescimento e as demais, queda no varejo cearense, frente aos nove primeiros meses de 2016.

As maiores altas foram observadas nas atividades de Material de construção (+16,5%); Equipamentos e materiais para escritório, informática e comunicação (+15,2%) e Artigos farmacêuticos, médicos, ortopédicos, de perfumaria e cosméticos (+12,0%). Por outro

lado, as maiores quedas foram observadas nas vendas de Móveis (-30,2%); Combustíveis e lubrificantes (-25,0%) e Livros, jornais, revistas e papelaria (-16,4%). A principal explicação para a queda nas vendas de móveis está ligada à queda da renda das famílias e ao esgotamento de políticas passadas ligadas ao incentivo à compra de bens deste setor. Já com relação às vendas de combustíveis, as sucessivas altas de preço praticadas pelas distribuidoras ao longo de vários meses do ano deterioraram o consumo da atividade.

Tabela 4: Variação do volume de vendas do comércio varejista por atividades. Acumulado do ano até o 3º trimestre/2013 a 2017 – Brasil e Ceará

Atividades	Brasil					Ceará				
	2013	2014	2015	2016	2017	2013	2014	2015	2016	2017
Material de construção	3,0	1,4	-7,8	-9,5	13,9	1,0	9,4	-0,2	-25,4	16,5
Equipamentos e materiais para escritório, informática e comunicação	6,1	1,5	-11,3	-10,4	11,0	-7,7	8,7	-24,7	-12,6	15,2
Artigos farmacêuticos, médicos, ortopédicos, de perfumaria e cosméticos	3,3	2,6	-8,3	-13,2	10,1	20,9	3,1	6,9	-4,2	12,0
Outros artigos de uso pessoal e doméstico	3,7	3,6	-9,0	-9,1	7,7	1,5	17,3	1,3	-12,9	5,9
Veículos, motocicletas, partes e peças	6,1	2,5	-7,9	-13,4	6,3	-9,4	-0,6	-12,7	-19,2	4,5
Hipermercados, supermercados, produtos alimentícios, bebidas e fumo	4,2	3,3	-11,6	-14,6	6,2	-0,8	3,5	-5,6	-3,2	-0,6
Eletrodomésticos	5,9	0,8	-9,9	-10,4	5,4	-2,7	6,8	-9,4	-27,0	-2,5
Tecidos, vestuário e calçados	3,7	-2,2	-8,5	-18,3	5,2	5,3	8,5	4,3	-2,5	-2,7
Hiper e supermercados	-4,0	-4,5	-14,5	-16,4	4,5	-1,0	3,8	-5,3	-2,5	-7,5
Móveis e eletrodomésticos	4,6	1,5	-8,4	-14,0	3,9	6,2	7,5	-7,8	-17,2	-13,1
Livros, jornais, revistas e papelaria	10,7	5,1	-8,0	-12,5	3,8	-0,5	-5,7	-13,7	-22,3	-16,4
Combustíveis e lubrificantes	-0,6	0,7	-10,8	-13,8	3,8	13,6	10,7	-3,3	-4,4	-25,0
Móveis	6,8	-3,2	-7,4	-7,4	3,6	23,5	7,9	-5,2	-2,2	-30,2

Fonte: PMC/IBGE. Elaboração: Ipece.

INDÚSTRIA

No terceiro trimestre de 2017, comparado com o mesmo período de 2016, o setor de Indústria cresceu 0,38% (Tabela 5), com destaques para as atividades de Eletricidade, Gás e Água (2,68%) e da Indústria de Transformação (2,19%). Este é o primeiro resultado positivo para o setor no ano de 2017, que, apesar da recuperação da Indústria de Transformação, ainda sofre reflexos da crise na atividade da Construção Civil (-6,30%), na qual ainda reduz os estoques para, potencialmente, seguir com a construção de novos imóveis no médio prazo.

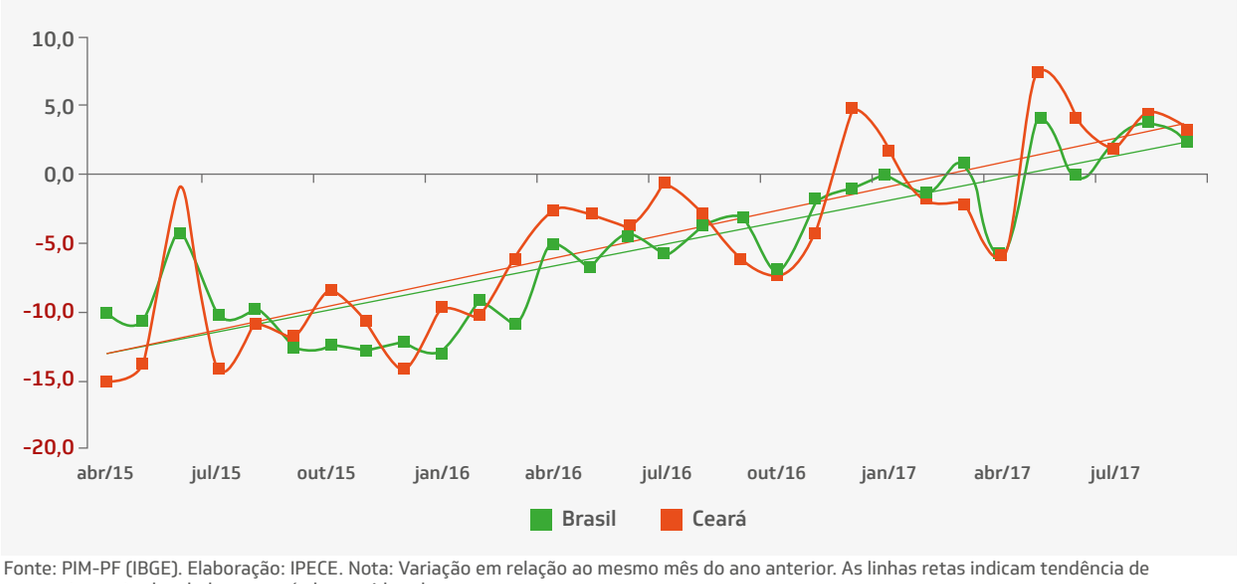
Tabela 5: Taxas de crescimento (%) trimestrais do Valor Adicionado do setor da Indústria – Ceará – 2016/2017 (1)

Setores e Atividades	3º Trim. 2016 (2)	1º Trim. 2017 (2)	2º Trim. 2017 (2)	3º Trim. 2017 (2)	Acumulado no ano (2)	Acumulado nos 4 últimos Trim. (3)
Indústria	-11,82	-2,54	-2,64	0,38	-1,57	-3,46
Extrativa Mineral	0,64	-20,06	-21,06	-20,89	-20,67	-13,83
Transformação	-5,35	0,06	3,36	3,05	2,19	1,28
Construção Civil	-21,03	-7,59	-9,51	-1,75	-6,30	-9,58
Eletricidade, Gás e Água (SIUP)	-5,70	5,68	1,22	1,20	2,68	0,26

Fonte: Ipece e IBGE. (1) São dados preliminares e podem sofrer alterações, quando forem divulgados os dados definitivos.
(2) Em comparação a igual período do ano anterior, (3) Em comparação aos quatro trimestres imediatamente anteriores.

No Gráfico 3, a seguir, que confronta trajetórias mensais da atividade industrial, destaca-se a melhora do ritmo da produção em ambos os parques, nacional e local, embora próximas, mas com ligeira vantagem da última em 2017.

Gráfico 3: Variação Mensal (%) da Produção Física Industrial Ceará e Brasil – Jul/2015 – Set/2017



Fonte: PIM-PF (IBGE). Elaboração: IPECE. Nota: Variação em relação ao mesmo mês do ano anterior. As linhas retas indicam tendência de comportamento dos dados no período considerado.

Considerando os desempenhos estaduais, o terceiro trimestre reafirma o movimento de recuperação mais difuso observado ao longo de 2017. No acumulado do ano, a maior parte das unidades da federação pesquisadas apresenta números positivos, indicando uma expansão da produção industrial local (Tabela 6).

Entre os catorze estados que participam do levantamento, apenas quatro registraram queda entre os meses de julho e setembro de 2017 na comparação com o ano anterior. A indústria cearense, diante dos resultados dos últimos meses, acumula, em 2017, uma expansão de 1,6% sobre o mesmo período de 2016. Apesar do período recente de crescimento, o estado tem apenas a segunda menor taxa de expansão acumulada, superando somente o Estado do Rio Grande do Sul (0,9%), ainda que acima da média nacional e nordestina. A Tabela 2.7 traz os resultados para os estados pesquisados, para o país e a região.

Tabela 6: Variação (%) da Produção Física Industrial – Brasil e Estados Jul – Set/2016 e 2017 e Acumulado do Ano

Atividades	Variação Mensal (2016)				Variação Mensal (2017)			
	Abril	Maio	Junho	Acumulado de 2016	Abril	Maio	Junho	Acumulado de 2017
Brasil	-5,6	-3,6	-3,0	-6,7	2,5	4,0	2,5	0,9
Nordeste	-7,9	-2,9	-1,7	-3,3	3,8	2,0	-1,1	-0,6
Paraná	-0,1	-3,1	-9,1	-6,8	3,1	8,6	8,9	5,1
Santa Catarina	-5,3	1,6	1,1	-4,1	4,9	5,2	2,4	3,6
Amazonas	-4,6	-7,6	-11,7	-14,5	-0,8	6,0	7,5	3,3
Goiás	0,8	-1,1	-3,3	-2,5	0,7	2,6	7,2	2,3
Espírito Santo	-6,4	3,3	1,6	-1,5	0,4	8,8	-1,9	2,2
Mato Grosso	-2,7	-9,4	-10,4	2,5	2,7	15,4	4,5	2,1
São Paulo	-1,8	-2,9	0,0	-6,1	4,4	6,8	5,0	2,0
Rio de Janeiro	-8,0	-6,8	-4,2	-8,6	-9,9	-0,1	17,8	1,8
Ceará	-0,5	-2,7	-6,0	-4,9	2,0	4,6	3,3	1,6
Rio Grande do Sul	-12,0	0,4	-0,5	-4,6	2,0	-1,2	-5,0	0,9
Pernambuco	-2,8	-1,0	-2,7	-12,5	-5,1	0,5	-4,1	-0,1
Minas Gerais	-0,2	-2,9	2,3	-4,0	1,2	2,3	-1,5	-0,1
Bahia	-18,0	-9,6	-5,8	-3,3	7,8	4,2	4,3	-3,0
Pará	-5,2	-2,8	-10,1	-7,7	-6,8	-5,9	0,4	-5,0

Fonte: PIM-PF (IBGE). Elaboração: Ipece. Nota: Variação em relação ao mesmo período do ano anterior. Ordenado pelo acumulado do ano de 2017.

AGROPECUÁRIA

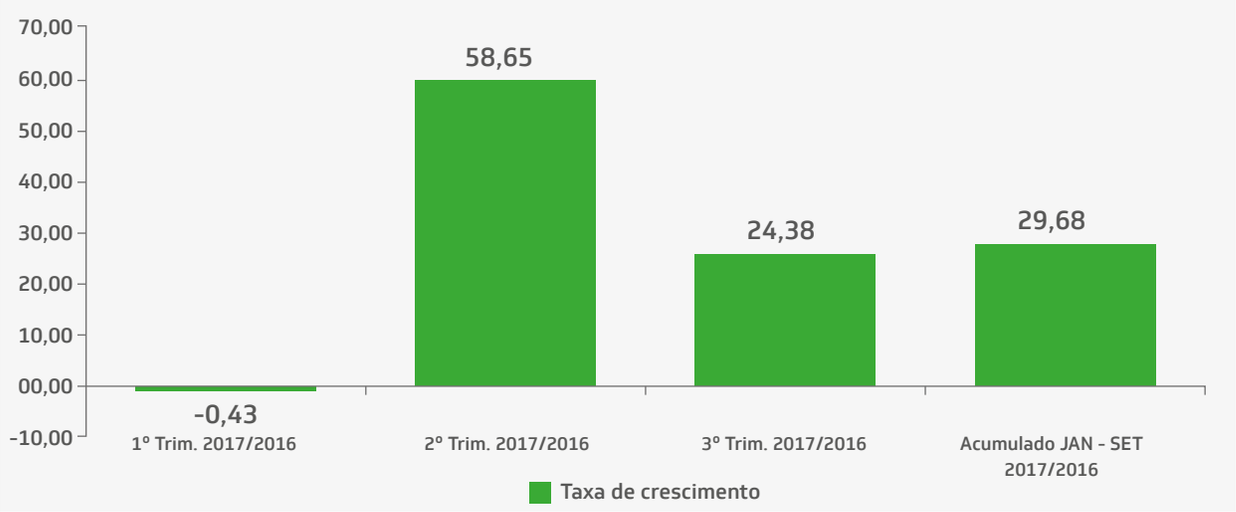
O setor agropecuário cearense vem sofrendo com o baixo volume de chuvas. Desde o ano de 2012, a quantidade coletada aquém da média histórica para o estado, conforme dados da Fundação Cearense de Meteorologia e Recursos Hídricos (Funceme), vem agravando a situação hídrica e climatológica da região, causando forte queda na produtividade agrícola e perda nas atividades pecuárias.

Ainda que a irregularidade das chuvas é uma característica inerente ao semiárido do Nordeste, que abrange 93% do território do Ceará, é essencial a intensificação da política de gestão de água, fundamentada nesses longos períodos de seca, de modo a evitar ou amenizar maiores danos causados pela insuficiência de água.

Contudo, as expectativas para 2017 do setor agropecuário apontam crescimento ao fim do ano: conforme as estimativas realizadas, o valor adicionado do setor no acumulado de janeiro até setembro de 2017 indica uma variação positiva de 29,68%, comparado com o mesmo período de 2016 (Gráfico 4). Esse desempenho está associado ao maior volume de chuva ocorrido em 2017 que, embora tenha ficado abaixo da média histórica, foi melhor do que o registrado em 2016.

No âmbito nacional, o setor agropecuário também indica crescimento no acumulado de janeiro a setembro de 2017, comparado a igual período de 2016, com taxa positiva de 14,5%.

Gráfico 4: Taxas de Crescimento Trimestrais do Valor Adicionado da Agropecuária – Ceará – 2017/2016



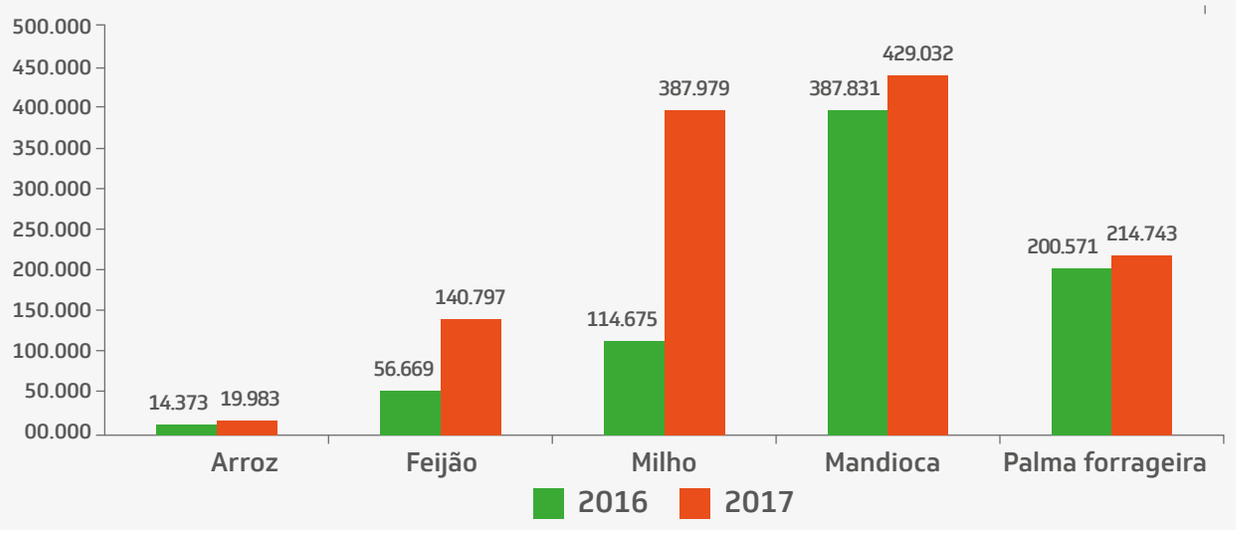
Fonte: IPECE

Em Levantamento Sistemático da Produção Agrícola LSPA/IBGE[1], a produção de grãos no Ceará indica uma variação anual de +195% em 2017.

No caso da mandioca, verifica-se estimativa de um crescimento de 10,6% na produção. A produção da palma forrageira também indicou maior produção em 2017, comparado ao ano de 2016, com crescimento de 7,1% (Gráfico 5).

Essas duas últimas culturas são mais resistentes à falta de água e mais adaptativas ao clima e solo do semiárido. Ademais, a palma forrageira vem sendo muito utilizada como alimento para os rebanhos do estado.

Gráfico 5: Produção obtida e estimativa de grãos e outras culturas (em toneladas) – Ceará – 2016-2017



Fonte: IBGE. Nota: O valor de 2016 refere-se aos valores da produção obtida e o valor de 2017 corresponde à estimativa.

A produção de frutas também indica crescimento para a maioria das culturas, principalmente aquelas associadas ao plantio de sequeiro, a destacar castanha de caju (74,8%), abacaxi (70,6%), laranja (22%) e goiaba (14,2%). É importante ressaltar que estas lavouras também são produzidas no sistema de irrigação.

1 - As estimativas realizadas pelo LSPA/IBGE começam o ano com base na média da produtividade dos últimos cinco anos e nas condições de plantio. Esta sistemática possibilita, a cada mês da fase de tratos culturais, a correção das estimativas para as variáveis investigadas.

A melancia e melão vêm sendo as culturas mais penalizadas nesse ano, em decorrência da crise hídrica do estado, forçando os produtores a reduzir as áreas de produção. Essas duas culturas são produzidas, quase na sua totalidade, em áreas irrigadas. Diante disso, a estimativa é de queda de 19,4% para o melão e 6,9% para a melancia.

Tabela 7: Produção obtida e estimativa de Frutas (em toneladas) no Ceará – 2016-2017

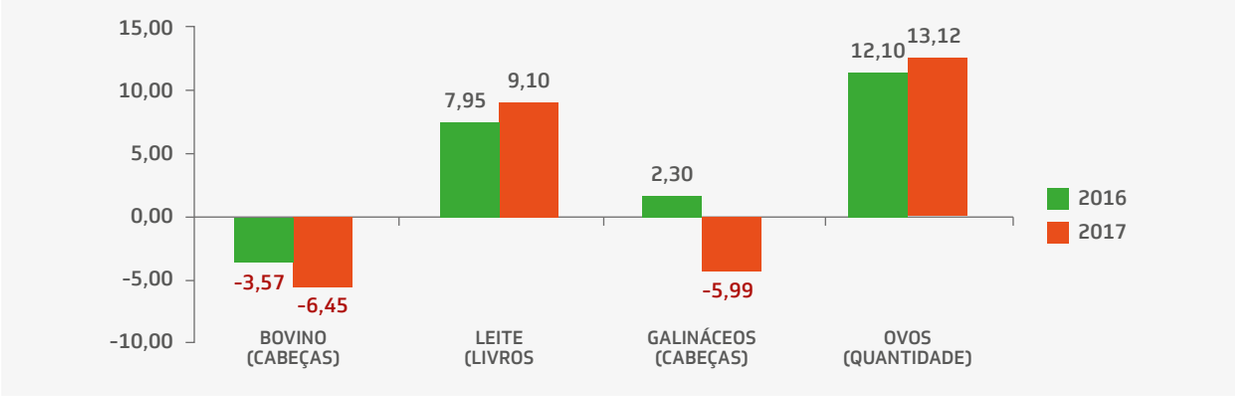
Produção de Frutas	Produção 2016*	Estimativa 2017	Variação (%) 2017/2016
Acerola	12.728	12.439	-2,27
Banana	323.846	359.526	11,02
Goiaba	15.434	17.627	14,21
Laranja	8.474	10.338	22,00
Mamão	110.520	129.298	16,99
Manga	43.233	46.742	8,12
Maracujá	98.122	115.041	17,24
Melancia	35.469	33.032	-6,87
Melão	98.535	79.391	-19,43
Castanha de caju	30.968	54.148	74,85
Abacaxi**	429	732	70,63
Coco-da-bahia**	263.527	188.587	-28,44

Fonte: IBGE. Notas: (*) O valor de 2016 refere-se à produção obtida e o valor de 2017 corresponde à estimativa. (**) Produção em mil frutos.

Nas atividades da pecuária, destacam-se os produtos de origem animal com estimativas de crescimento positivo, a destacar leite e ovos. Para o ano de 2017, estima-se um crescimento de 9,1% na produção de leite, cujos produtores consideram as precipitações registradas como suficientes para criar pasto e fazer silagem, garantindo o alimento do gado até a próxima quadra chuvosa. É importante destacar que o setor de laticínio do Ceará continua investindo, com expansão de fábricas e, consequentemente, aumento da produção, gerando maior demanda de leite. A produção de ovos continua registrando crescimento elevado e, em 2017, estima-se um aumento de 13,12%, comparado ao ano de 2016.

Já o rebanho de animais vem indicando queda no ano de 2017, comparado ao ano de 2016. A atividade de galináceos indica queda de 5,99%. O rebanho de bovino é estimado mais um ano de queda, com variação negativa de 6,45%, em 2017. Esses resultados reforçam a redução que a atividade bovino vem apresentando nos últimos anos no Ceará (Gráfico 6).

Gráfico 6: Taxa de crescimento (%) de produção animal – Ceará 2016-2017



Fonte: IBGE/IPECE.

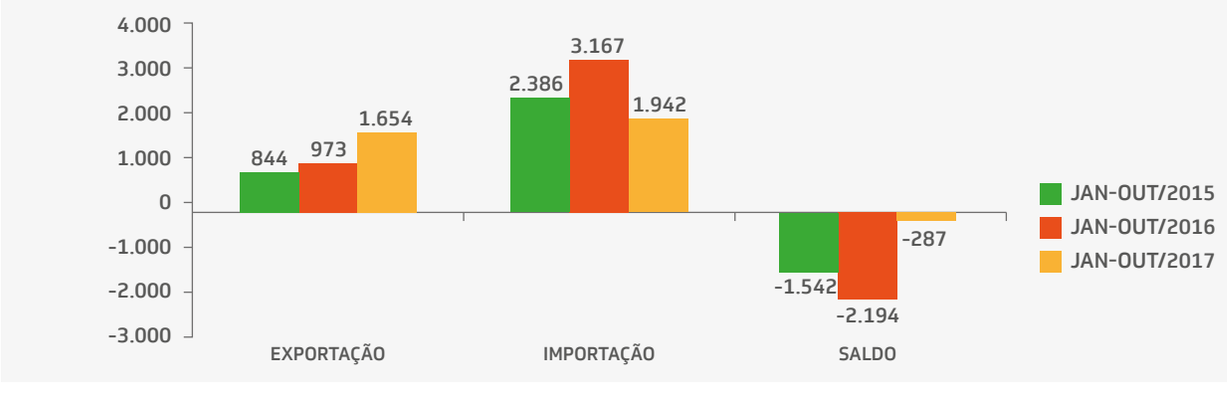
INDICADORES CONJUNTURAIS

COMÉRCIO EXTERIOR

As exportações do Ceará, no acumulado de janeiro a outubro de 2017, totalizaram US$ 1,65 bilhão, valor bastante superior aos verificados no mesmo período de anos anteriores, registrando um crescimento próximo de 70% em relação ao acumulado de janeiro a outubro de 2016. Com esse desempenho, a participação das exportações cearenses, nos dez primeiros meses de 2017, representou 0,9% do total da pauta nacional, acima do percentual de participação verificado no mesmo período de 2016, quando era de 0,6%. A participação do Ceará nas exportações nordestinas também aumentou, passando de 9,2% para 11,9% no período analisado. As importações cearenses alcançaram o valor de US$ 1,94 bilhão no acumulado de janeiro a outubro, apresentando, assim, uma queda de 86,9% em relação ao mesmo período de 2016, quando o valor registrado foi de US$ 3,1 bilhões (Gráfico 7).

O saldo da balança comercial cearense totalizou um déficit de US$ 287,4 milhões, no acumulado de janeiro a outubro de 2017, valor menor do que o registrado no mesmo período de 2016 (US$ 2,19 bilhões). O déficit da balança comercial é o menor desde 2009, quando registrou o valor de US$ 142 milhões. Com o movimento das exportações e importações, a corrente de comércio do Ceará, no acumulado de janeiro a outubro de 2017, alcançou o valor de US$ 3,59 bilhões, com redução de 13% em relação ao mesmo período de 2016. Essa queda da corrente de comércio pode ser explicada, em parte, pelo aumento atípico das importações no ano de 2016.

Gráfico 7: Balança comercial cearense (US$ 1.000.000 - FOB) de janeiro a outubro – 2015-2016-2017



Fonte: SECEX/MDIC.

No acumulado de janeiro a outubro de 2017, a pauta cearense foi liderada pelos produtos metalúrgicos, com US$ 837,5 milhões em vendas externas, participando com 50,63% do valor total exportado pelo estado no período. No mesmo período em 2016, a participação desse setor era de 9,65% do total exportado. As exportações de outros produtos semimanufaturados de ferro ou aço não ligado, de seção transversal retangular, participaram com 96,4% do total desse grupo.

Calçados e sua partes ocuparam o segundo lugar, com valor de US$ 240,8 milhões, participando com 14,56% do total exportado no período. Em seguida, estão Couros e peles, com US$ 106 milhões; Produtos da indústria de alimentos e bebidas, com US$ 78,6 milhões; e Castanha de caju, fresca ou seca, sem casca, com US$ 74,7 milhões. No período, esses cinco segmentos, que lideraram a pauta de exportação, representaram 80,89% do total exportado pelo estado.

Dos principais produtos da pauta, no acumulado de janeiro a outubro de 2017, os que apresentaram maior crescimento, comparado ao mesmo período de 2016, foram: Produtos metalúrgicos (791,9%) e Combustíveis minerais, óleos minerais, matérias betuminosas e ceras minerais (67,1%). Ao passo que Castanha de caju, fresca ou seca, sem casca (-11,4%), Couros e peles (-16,3%), Têxteis (-26,3%) e Frutas (-56,8%), registraram maior queda (Tabela 8).

Tabela 8: Exportações por itens e produtos selecionados
Ceará – de janeiro a outubro de 2016-2017 (US$ FOB)

Descrição dos produtos	Jan-Out/2016		Jan-Out/2017		Var. %
	US$ de P2	Part. %	US$ de P1	Part. %	
Produtos metalúrgicos	93.899.153	9,65	837.547.577	50,63	791,96
Calçados e suas partes	220.335.030	22,64	240.893.731	14,56	9,33
Couros e peles	126.731.739	13,02	106.075.795	6,41	-16,30
Produtos ind. de alim. e beb.	73.178.513	7,52	78.681.320	4,76	7,52
Castanha de caju, fresca ou seca, sem casca	84.407.794	8,67	74.778.135	4,52	-11,41
Combustíveis minerais, óleos minerais, matérias betuminosas e ceras minerais	34.233.164	3,52	57.228.406	3,46	67,17
Ceras vegetais	45.695.304	4,69	47.566.196	2,88	4,09
Frutas (exceto castanha de caju)	80.989.981	8,32	34.954.419	2,11	-56,84
Lagosta	31.190.409	3,20	32.929.417	1,99	5,58
Têxteis	41.770.673	4,29	30.786.098	1,86	-26,30
Demais produtos	140.888.985	14,48	112.648.736	6,81	-20,04
Ceará	973.320.745	100	1.654.089.830	100,00	69,94

Fonte: SECEX/MDIC.

A pauta de importação cearense, no acumulado de janeiro a outubro de 2017, foi liderada pelo segmento de Combustíveis minerais, óleos minerais e matérias betuminosas, com o montante de US$ 758 milhões. Esse valor representou 39% da pauta cearense, significando um crescimento de 88,6%, ante o mesmo período de 2016. Os produtos em destaque dentro desse grupo foram: Hulha betuminosa, não aglomerada e Gás natural liquefeito. Em seguida, aparecem os Produtos da indústria química, com 9,85% da pauta importadora do Ceará, com relevância para a importação de Glifosato

e seu sal de monoisopropilamina, Outros inseticidas, apresentados de outro modo e Ácido 2,4-diclorofenoxiacético (2,4-D), seus sais e seus ésteres, produtos voltados para culturas agrícolas.

A importação de Cereais foi de US$ 174 milhões, respondendo por 8,96% do total importado, sendo o trigo e o milho os principais cereais importados. O Ceará importou a quantia de US$ 160,6 milhões do grupo Reatores nucleares, caldeiras, máquinas e aparelhos mecânicos nos dez primeiros meses de 2017, expressando uma participação de 8,28% na pauta importadora. Em quinta colocação estão Têxteis, com valor de US$ 121,6 milhões.

A castanha de caju continua entre os dez principais produtos importados pelo estado, devido à escassez interna do produto. O principal fornecedor desse produto para o Ceará é a Costa do Marfim.

Os dez principais produtos importados, de janeiro a outubro de 2017, responderam por 89,71% de tudo o que foi comprado pelo Ceará nesse período.

Tabela 9: Importações por itens e produtos selecionados Ceará – de janeiro a outubro de 2016-2017 (US$ FOB)

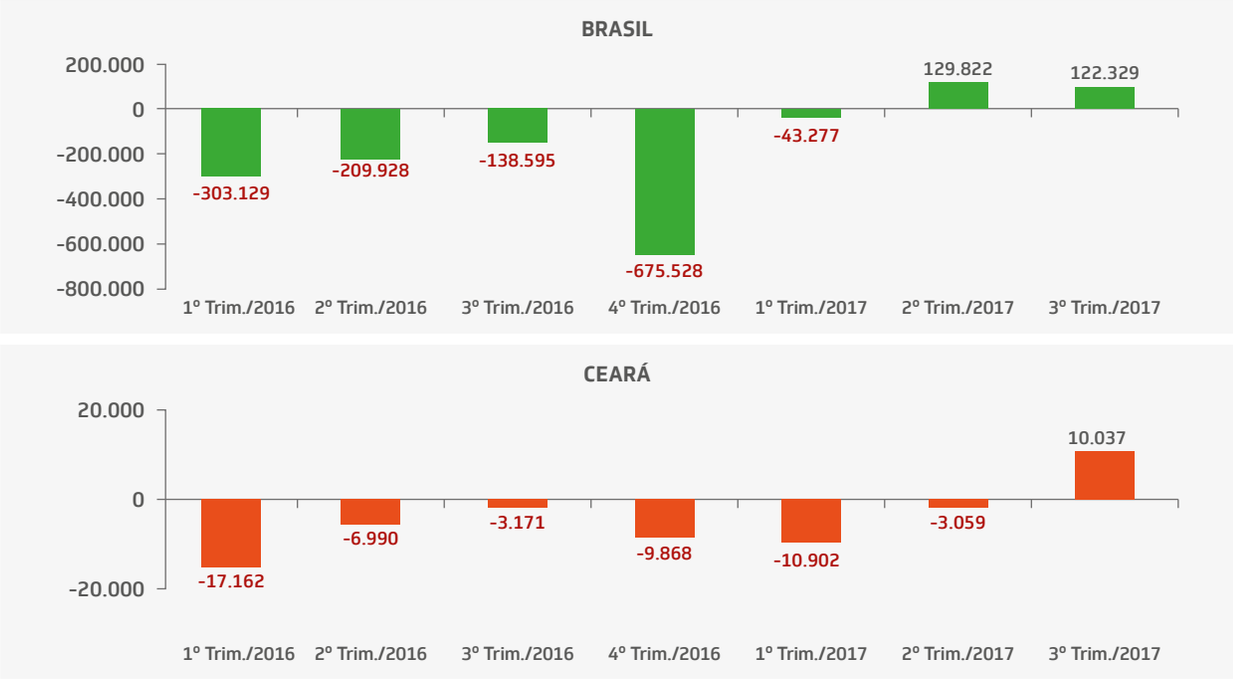
Descrição dos produtos	Jan-Out/2016		Jan-Out/2017		Var. %
	US$ de P2	Part. %	US$ de P1	Part. %	
Combustíveis minerais, óleos minerais e matérias betuminosas	401.813.954	12,69	758.033.068	39,04	88,65
Produtos ind. química	171.109.781	5,40	191.332.980	9,85	11,82
Cereais	157.772.089	4,98	174.000.120	8,96	10,29
Reatores nucleares, caldeiras, máquinas e aparelhos mecânicos	1.657.562.829	52,34	160.676.145	8,28	-90,31
Têxteis	109.764.566	3,47	121.694.131	6,27	10,87
Produtos metalúrgicos	90.548.291	2,86	119.543.677	6,16	32,02
Máquinas, aparelhos e materiais elétricos e suas partes	319.881.971	10,10	92.970.900	4,79	-70,94
Plásticos, borrachas e suas obras	57.496.706	1,82	76.253.594	3,93	32,62
Castanha de caju, fresca ou seca, com casca	10.019.184	0,32	28.371.129	1,46	183,17
Instrumentos e aparelhos de óptica, aparelhos médico-cirúrgicos	14.123.234	0,45	18.953.797	0,98	34,20
Demais produtos	176.747.438	5,58	199.756.298	10,29	13,02
Ceará	3.166.840.043	100,00	1.941.585.839	100,00	-38,69

Fonte: SECEX/MDIC.

MERCADO DE TRABALHO

Conforme dados divulgados pelo CAGED, do Ministério do Trabalho, é possível observar que o país registrou criação de vagas a partir do 2º trimestre de 2017, enquanto o Ceará, apenas no 3º trimestre, revelando certa defasagem na recuperação dos empregos e confirmando o bom momento vivido pelo mercado de trabalho nos três meses que formam esse último período (Gráfico 8).

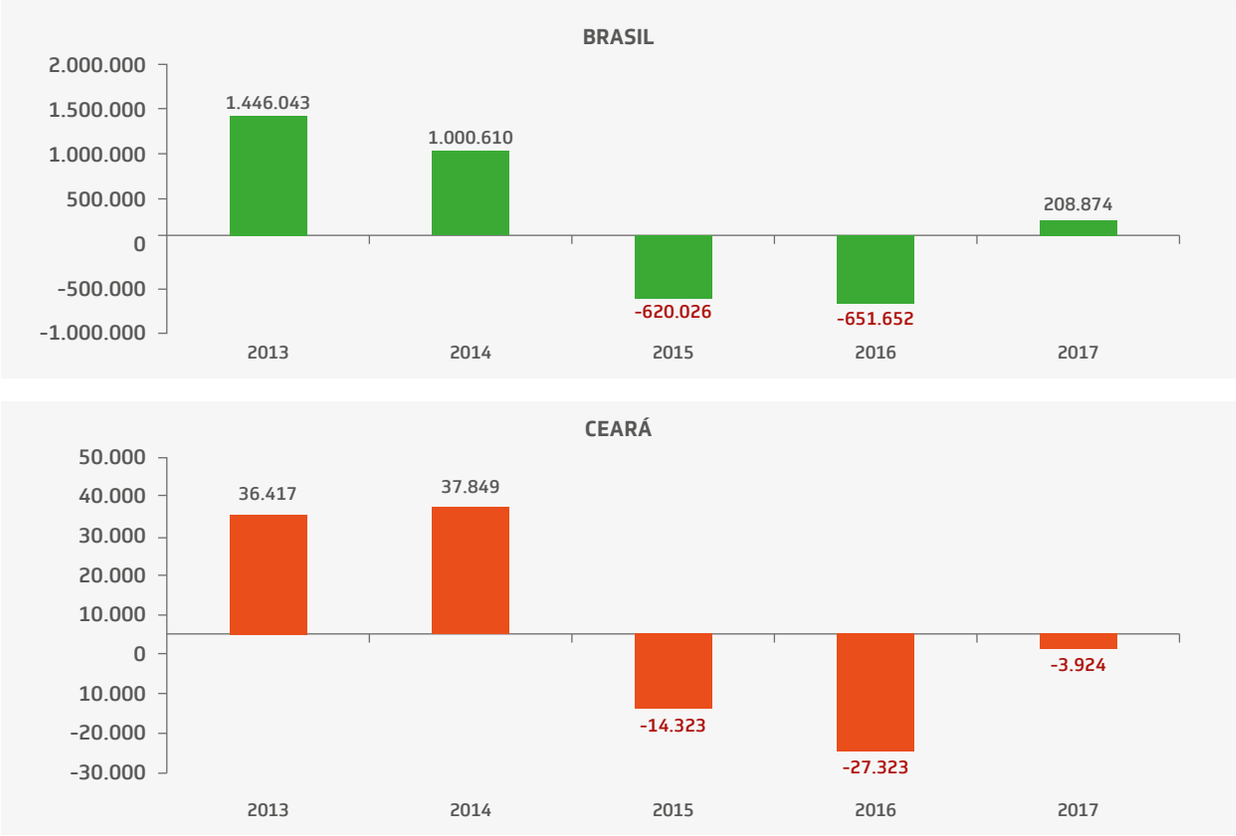
Gráfico 8: Evolução trimestral do emprego celetista – Brasil e Ceará – do 1º trimestre/2016 ao 3º trimestre/2017



Fonte: CAGED/MTE. Elaboração: IPECE.

Pela análise do Gráfico 9 abaixo, que apresenta a evolução dos empregos para o acumulado do ano até o 3º trimestre no Brasil e no Ceará nos últimos cinco anos, é possível obter uma ideia mais clara da recuperação observada no mercado de trabalho no último ano. O país conseguiu reverter o sinal negativo observado nos últimos dois anos, passando a gerar 208.874 vagas no acumulado até setembro de 2017. O Ceará, por sua vez, que registrou aumento da destruição de postos de trabalho em 2016, passou a fechar um número significativamente menor em 2017 (-3.924 vagas).

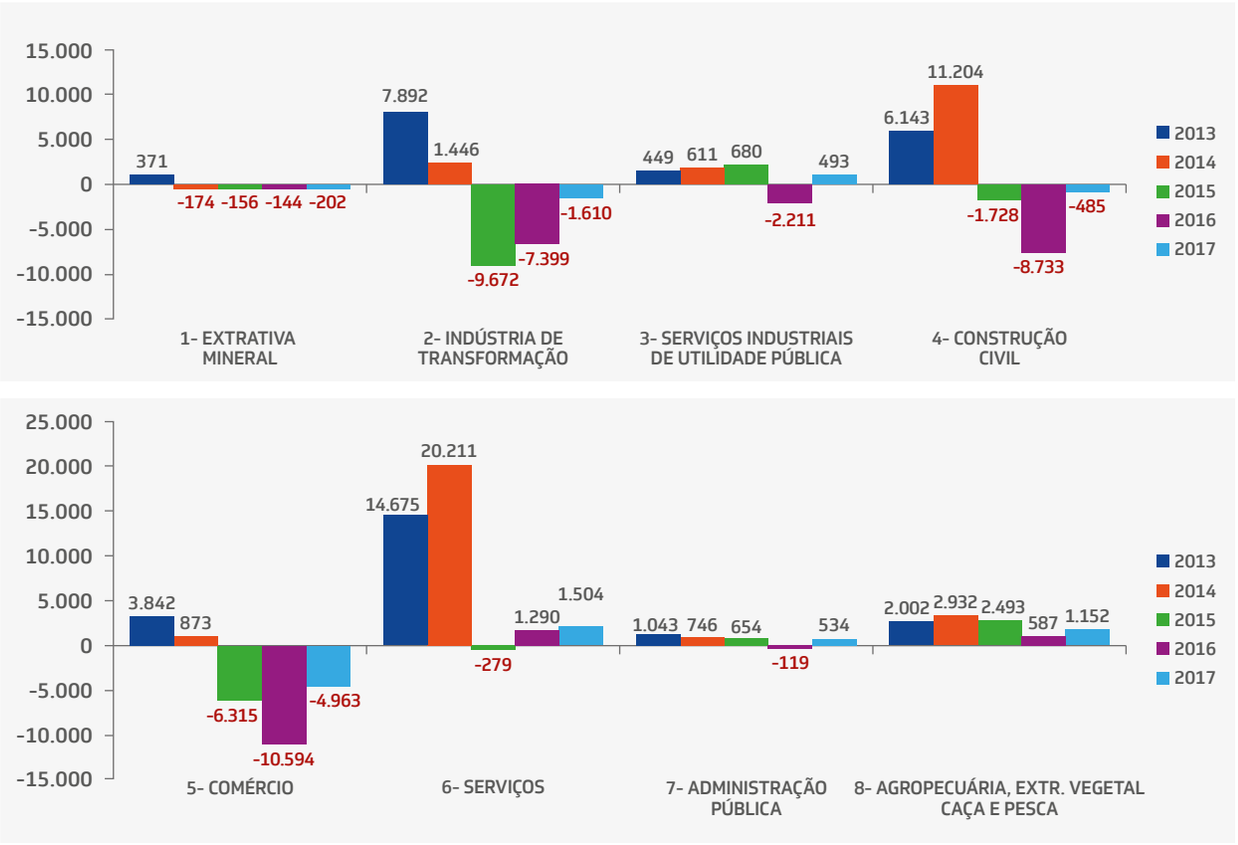
Gráfico 9: Evolução do emprego celetista – Brasil e Ceará. Acumulado do ano até o 3º trimestre/2013 a 2017



Fonte: CAGED/MTE. Elaboração: IPECE.

Por meio da análise do Gráfico 10, é possível conhecer a dinâmica do emprego com carteira assinada por setores da economia cearense para o acumulado até o terceiro trimestre dos últimos cinco anos. Notam-se os setores que mais criaram vagas no ano de 2017: Agropecuária, ext. vegetal, caça e pesca (1.152) e Serviços (1.504). Por outro lado, os setores que mais registraram fechamento de vagas foram Comércio (-4.963 vagas); Indústria de transformação (-1.610 vagas) e Construção civil (-485 vagas).

Gráfico 10: Evolução do saldo de empregos celetistas por setores. Acumulado do ano até o 3º trimestre/2013 a 2017 – Ceará



Fonte: CAGED/MTE. Elaboração: IPECE.

PERSPECTIVAS

Após o início da crise macroeconômica que iniciou no segundo trimestre de 2014 e no qual começou a repercutir no Ceará a partir do segundo trimestre de 2015, o ano de 2017 configura-se o início da retomada do crescimento econômico. Segundo o Banco Central[2], a previsão para o PIB do Brasil em 2017 é um crescimento de 0,98% (Tabela 10). Para o PIB do Ceará, a perspectiva é de que, para o ano de 2017, ocorra um crescimento de 1,5%, com a possibilidade de variar num intervalo entre 1,0% e 2,0%.

Para o ano de 2018, a projeção de crescimento do PIB do Ceará é de uma taxa positiva de 3,0%, devendo oscilar em um intervalo de 2,5% a 3,5%, superior à taxa projetada para o Brasil de 2,68% (Tabela 10). Já para o valor corrente do PIB, em 2018, o valor esperado é de R$ 6.943.022 milhões para o Brasil e de R$ 146.816 milhões para o Ceará, representando 2,11% do PIB brasileiro. Em relação ao PIB *per capita*, em 2018, a projeção para o Brasil é de R$ 33.191 e do Ceará é de R$ 16.177, representando aproximadamente 53% em relação ao PIB *per capita* do Brasil.

2- Estimativa apresentada no relatório FOCUS do Banco Central do Brasil em 22/12/2017.

Tabela 10: Estimativa do PIB pm e PIB *per capita* Brasil e Ceará – 2017-2018

Indicadores Selecionados	2017		2018	
	Ceará	Brasil	Ceará	Brasil
PIB (R$ milhões correntes)	137.110	6.504.237	146.816	6.943.022
Crescimento Real do PIB (%)	1,5	0,98	3,0	2,68
PIB *per capita* (R$ correntes)	15.200	31.321	16.177	33.191

Fonte: Ipece, IBGE e Relatório FOCUS 22/12/17.

Espera-se que a concretização da retomada para o crescimento das economias do Brasil e Ceará em 2018 seja fruto da convergência do índice de inflação IPCA para valores abaixo da meta de 4,5%, bem como uma trajetória de queda da taxa de juros SELIC iniciada no final de 2016 e com projeção de 6,75% para o final de 2018. Esses elementos são importantes para tornar o crédito mais atraente e, assim, estimular a retomada do crescimento dos investimentos das empresas, bem como o aumento do consumo das famílias, impactando de forma positiva no PIB. No caso do Ceará, soma-se esse impacto à continuidade do equilíbrio das finanças públicas estaduais, que torna o Estado do Ceará entre os três maiores entes da federação, em termos de capacidade de investimento público nominal.

Por outro lado, a magnitude do crescimento econômico para o Brasil, e que repercute para a economia cearense, está bem limitada, em decorrência do Governo Federal não estar cumprindo a meta fiscal, isto é, o alto déficit orçamentário não está sendo revertido e pode ser aumentado, tanto no fechamento do ano de 2017 quanto para 2018. O Governo Federal precisa dar os primeiros resultados de redução do déficit, para que se apresente uma trajetória decrescente da dívida pública no médio e longo prazos. É com essa condição que o crescimento econômico do Brasil será significativo e sustentável para os próximos anos.

O setor agropecuário cearense ainda é muito dependente das chuvas e, além disso, o estado vem passando por uma intensa crise hídrica, com reservatórios encerrando o ano de 2017 com apenas 8%, comprometendo o abastecimento, tanto para o consumo humano, como para as atividades econômicas.

Conforme sinaliza a Fundação Cearense de Meteorologia e Recursos Hídricos (Funceme), a probabilidade de *El Niño* (fenômeno que aquece as águas do Oceano Pacífico e aumenta as chances de chuvas fracas) está diminuindo, havendo maior possibilidade de chuvas acima da média em 2018.

Diante de tal acréscimo de probabilidade, espera-se que o setor agropecuário, em 2018, continue crescendo e assuma uma tendência de retomada de crescimento. Com uma quadra chuvosa em torno da média histórica, as culturas de sequeiro tendem a apresentar maior produção e maior rendimento. Com isso, a expectativa é de que a produção de grãos e oleaginosas atinja uma quantidade superior aos valores obtidos nos últimos anos.

Para as frutas, também se espera crescimento diante de uma melhor quadra chuvosa, porém, em ritmo mais lento, visto que o cultivo de muitas culturas frutíferas ocorre em áreas irrigadas. Sendo assim, para aumentar a área de colheita, é necessário autorizar um maior volume de água, que, por sua vez,

dependerá do aumento dos reservatórios ou disponibilidades de água do estado.

Quanto à pecuária, a perspectiva é de que os produtos de origem animal continuem crescendo no estado, a destacar a produção de leite, que vem apresentando bom desempenho diante das novas técnicas de produção e criação das vacas leiteiras. Com relação aos rebanhos de aves e suínos, espera-se um crescimento em 2018, comparado com 2017. O mesmo não pode ser esperado para o bovino, visto que este demora mais para aumentar a quantidade, além de existir um desestímulo por parte dos criadores para retomar a criação de bovino.

A retomada da atividade industrial para o ano de 2018 continua a depender da implantação de reformas fiscais e políticas necessárias para recuperar a confiança dos agentes econômicos, bem como de medidas que estimulem a retomada da economia no curto prazo.

Apesar do cenário mais positivo observado em 2017, ainda é preciso cautela para avaliar os resultados obtidos. O ciclo recessivo para a indústria cearense foi longo e intenso, e tal processo pode ter comprometido parte da estrutura produtiva. Por outro lado, esse processo pode ter eliminado negócios ineficientes, preservando aqueles mais competitivos, que podem contribuir para uma retomada mais consistente. Assim, a intensidade desta retomada, sua velocidade e sustentação são variáveis que continuam não totalmente claras. Os primeiros trimestres de 2018 devem permitir uma leitura mais clara do processo que se inicia, mas os crescimentos já alcançados se constituem em um sinal promissor.

Após anos difíceis para as vendas do varejo nacional e local, o ano de 2017 mostrou-se um ano de retomada de crescimento para o setor. Grande parte do uso dos recursos das contas inativas do FGTS, ocorrido em 2017, foi utilizada para o pagamento de dívidas. Isso acelerou a diminuição do nível de endividamento das famílias. Por outro lado, apesar da redução ocorrida, a taxa de juros do cartão de crédito ainda permanece elevada, a ponto de não favorecer um aumento considerável do consumo das famílias. Mesmo com a queda dos juros nominais, a dificuldade de acesso ao crédito ainda permanece alta e só se reverterá com a sustentabilidade do crescimento econômico no médio prazo. Ainda assim, uma possível redução de juros, somada à queda da inflação e à redução do nível de endividamento, são elementos que supostamente favorecerão não somente o aumento de poder de compra das famílias, como também o crescimento das vendas do varejo nacional e local para o ano de 2018.

O cenário internacional do ano de 2018 mostra-se favorável para o comércio exterior, com crescimento da economia mundial de 3,7%, segundo projeção do Fundo Monetário Internacional (FMI), com destaque para a economia americana, com expectativa de crescimento econômico de 2,3%, e a Europa, com projeção de 2,2%. A economia dos países da América do Sul também indica crescimento em 2018, destacando a Argentina, com estimativa de crescimento econômico de 2,5%, Paraguai (4,0%) e Uruguai (3,1%).

O Relatório de Mercado Focus, do Banco Central, prevê uma taxa de câmbio para o ano de 2018 de R$ 3,30, valor considerado benéfico, segundo alguns especialistas de mercado, para as transações comercias,

visto que pode ser considerada uma taxa de equilíbrio, ou seja, neutra para exportadores, importadores e produtores domésticos.

Diante desse cenário, espera-se que as exportações cearenses continuem crescendo em 2018, influenciadas principalmente pelas vendas externas de produtos metalúrgicos. Porém, é necessário um esforço maior para exportar os produtos considerados tradicionais da pauta cearense, como têxtil, calçados e couros e peles, pois estes vêm perdendo mercado nos últimos anos. As exportações de frutas registraram queda em consequência do longo período de seca, mas, caso se confirme chuvas favoráveis no Ceará, as vendas externas de frutas tendem a voltar a crescer.

Com relação às importações cearenses, a expectativa é de que se mantenha o comportamento de 2017, com compras de insumos industriais, bens de capital e combustíveis minerais.

De um modo geral, pode-se esperar uma redução do déficit da balança comercial cearense em 2018, em virtude de um crescimento das exportações mais intensa do que das importações.

No âmbito das finanças públicas, espera-se para o ano de 2018 a continuidade do desequilíbrio fiscal das contas públicas do Governo Federal, sendo provável que se registre o quinto ano seguido de déficit primário. Dessa forma, as atenções voltam-se para as contas previdenciárias, em que se estima um crescimento das despesas com pagamentos de aposentadorias no Governo Federal. Não à toa, espera-se que a votação no Congresso para a reforma da previdência ocorra ainda no primeiro semestre de 2018.

É interessante observar que a reforma da previdência interessa diretamente o Governo do Estado do Ceará, cujo déficit previdenciário apresenta um crescimento significativo desde o ano de 2010 e, em 2017, já ultrapassou o valor de R$ 1,0 bilhão. Note-se que, ao final de 2016, o Governo Estadual propôs a majoração da alíquota da contribuição previdenciária dos servidores do Estado do Ceará de 11% para 14% e a patronal de 22% para 28%. Essa medida deverá contribuir para a redução do déficit previdenciário nos próximos anos.

Entre as principais receitas do Governo cearense estão as receitas de ICMS (Imposto sobre a Circulação de Mercadorias e Serviços) e os repasses do FPE (Fundo de Participação dos Estados). Em todos os trimestres de 2017, as receitas de ICMS foram superiores às de 2016. Com relação ao FPE, o terceiro trimestre de 2017 apresentou um crescimento de 1,27%, relativamente ao terceiro trimestre de 2016. Essa recuperação das receitas do Estado, tanto das transferidas, como da arrecadação própria, é indicativo da retomada econômica, nacional e estadual, respectivamente. Este comportamento de aumento das receitas estaduais tende a se manter no ano de 2018, dada a previsão de um crescimento do PIB maior do que o ano de 2017.

Apesar do aumento das receitas verificado no ano de 2017, o Governo do Ceará manteve um considerável esforço da administração estadual no controle das despesas, com o intuito de manter o equilíbrio fiscal e a alta capacidade de investimento público verificado nos últimos anos. Este comportamento é um dos pilares para o aumento do crescimento econômico estadual em 2018.

NOVAS IDEIAS NOS VAS CONQUISTAS

GOVERNO CEARÁ

DESEMPENHO DOS EIXOS DA POLÍTICA DE GOVERNO >>

Entre 2015 e 2018, o Governo do Estado propõe se assentar no modelo de gestão pública orientada para o alcance de resultados; no estímulo à participação cidadã; na construção, execução, monitoramento e avaliação dos programas e projetos visando à efetividade da ação governamental; e na promoção do desenvolvimento territorial pela interiorização. Logo, a gestão estadual tem se centrado em superar desafios prioritários e potencializar oportunidades regionais, instrumentalizando a intersetorialidade, com o escopo de implementar estratégias setoriais articuladas e territorializadas. A intenção é trespassar a fragmentação e a transitoriedade de governos, em ordem de substanciar políticas públicas contínuas, integradas e transversais de Estado.

A visão participativa entre sociedade e governo sobre o porvir se expressa no "Ceará que queremos". Ao longo dos últimos anos de gestão, os espaços de participação garantiram um debate qualificado, com o engajamento de técnicos, lideranças da sociedade e entidades da sociedade civil organizada, fortalecendo a cultura democrática, a participação social e pactuando compromissos fundamentais entre diversos atores. Portanto, os muitos "Cearás" puderam se manifestar das mais diversas maneiras, por expressivas representações da sociedade civil organizada, reconhecidas como referências nas áreas centro dos debates, bem como por sua capacidade de transformar a realidade cearense.

A desafiadora missão de alavancar o processo de desenvolvimento do Ceará demandou seu desdobramento nos atuais sete Eixos Governamentais de Atuação Intersetorial: Ceará da Gestão Democrática por Resultados; Ceará Acolhedor; Ceará de Oportunidades; Ceará Sustentável; Ceará do Conhecimento; Ceará Saudável; e Ceará Pacífico.

1. CEARÁ DA GESTÃO DEMOCRÁTICA POR RESULTADOS

Uma das vertentes do eixo "Ceará da Gestão Democrática por Resultados" é a organização das ações governamentais de forma planejada, para uma execução eficaz e eficiente, de modo a contribuir para o desenvolvimento de políticas públicas integradas e cuja atenção encontra-se concretamente direcionada às necessidades dos cidadãos.

Neste sentido, busca-se garantir no Estado o crescimento econômico constante; o equilíbrio financeiro, fiscal e orçamentário; bem como a redução de desigualdades das realidades sociais vigentes. Buscando concretizar tais propostas desde o momento inicial da gestão, tem sido possível trespassar desafios e orientar diretamente o foco aos resultados desejados.

O ponto de partida da Gestão Democrática baseada no alcance de Resultados lastreia-se no planejamento estratégico, democrático, inclusivo e participativo. Além disso, em busca de eficiência, eficácia e efetividade, visa a pactuação de resultados exequíveis, mensuráveis e transparentes.

Um modelo que adota a contratualização de resultados é extremamente desafiador, instigando a mudança de postura dos

gestores públicos e a conscientização acerca dos compromissos pactuados. Isto condiciona o ciclo de formulação do planejamento, orçamento e gestão estadual.

O êxito da implementação deste modelo pressupõe a integração de eixos estratégicos, a integração de processos, recursos, programas e produtos com os resultados, assim como a internalização e o compartilhamento de mecanismos de monitoramento intensivo e avaliação constante.

Deste modo, o desenvolvimento de estratégias voltadas ao atendimento das expectativas da sociedade é possibilitado por meio de uma agenda governamental que reconheça e incorpore a importância da transversalidade dos temas, da intersetorialidade das ações e do desenvolvimento regional sustentável em seu sentido mais amplo, depreendendo a realidade como resultado de múltiplas variáveis, facetas e determinações.

A transição de iniciativas setoriais para arranjos intersetoriais e transversais contribui para uma administração pública eficaz e eficiente, podendo repercutir em todo o sistema social. Isto favorece o melhor desempenho dos atores públicos e a alocação técnica e adequada de recursos.

O planejamento regionalizado e descentralizado origina as condições para a construção de vetores econômicos interdependentes e corredores mais dinâmicos de atividades. Isto contribui para o desenvolvimento das aptidões regionais e eleva a eficiência sistêmica, rumo à ruptura da geração de pobreza e desigualdade.

Em sintonia com a política federal, o Governo Estadual reconhece a necessidade do fortalecimento das instituições públicas, com protagonismo e controle da sociedade, transparência e qualidade da gestão enquanto instrumentos para a efetiva democratização do Estado.

A qualificação da gestão pública, com o aprimoramento técnico e político dos processos de incorporação social e o adequado atendimento à população, permitirá ao Estado cumprir seu papel no fomento ao desenvolvimento e, assim, contribuir para a superação das desigualdades.

O diálogo entre governo e sociedade deve assegurar a participação popular no processo decisório e na gestão das políticas públicas; propiciar maior transparência; aprimorar o acesso a essas políticas; disponibilizar e divulgar as informações. Nesta cultura de aproximação entre governo e sociedade, dois instrumentos de controle social assumem protagonismo: o Portal da Transparência e a Lei de Acesso à Informação. Estes dispositivos contribuem para a efetividade das políticas e o pleno exercício da cidadania.

Um Estado transparente e comprometido com a participação social fortalece a idoneidade na gestão fiscal, na racionalização e no controle da qualidade dos gastos. Assim, busca aproximar-se de suas metas e ações finalísticas e da execução de seu planejamento estratégico.

Com isso, o Governo busca qualificar seu desempenho de planejamento e gestão, de modo a aprimorar o processo de monitoramento e avaliação de suas ações, a partir do desenvolvimento das seguintes políticas: Gestão Fiscal; Planejamento e Gestão; Transparência e Controle; e Participação Social.

Resultado Estratégico: serviços públicos estaduais planejados e geridos de forma eficiente e efetiva, produzindo impactos e atendendo às necessidades dos cidadãos, com transparência e equilíbrio fiscal.

Indicadores Estratégicos	Unidade	2014	2015	2016	2017
Índice de Concentração Regional dos Investimentos (ICI)	índice	1,23	0,93	0,93	ND
Despesa de Pessoal do Poder Executivo/ Receita Corrente Líquida	percentual	44,09	45,93	40,68	42,68
Despesa Finalística Empenhada/ Despesa Total	percentual	37,5	31,62	31,01	37,11*
Investimento/ Receita Corrente Líquida	percentual	24,1	15,89	12,18	13,22*
Nível de Endividamento (Dívida Consolidada Líquida/ Receita Corrente Líquida)	proporção	0,42	0,55	0,47	0,38

Fontes: Ipece, Sefaz e Seplag. ND: Dado ainda não disponível pelas fontes oficiais de pesquisa. *Valor estimado, sujeito a alteração.

Quanto aos indicadores estratégicos relativos ao eixo, considerando o "Índice de Concentração Regional dos Investimentos (ICI)[3]", verifica-se que, no ano de 2014, seu valor foi maior que 1, o que indica uma maior concentração dos investimentos públicos em torno da região da Grande Fortaleza. Ademais, mesmo nos anos em que o ICI apresentou-se abaixo de 1 (2015 e 2016), seus valores ficaram razoavelmente próximos desse nível, o que pode influenciar na atratividade de pessoas e de negócios em favor da região ao longo do tempo.

A Grande Fortaleza, em 2016, concentrava 44,84% da população cearense e um Produto Interno Bruto (PIB) que equivalia em 2015 – último ano com dado disponível – a 64,94% do total do Estado. Para que as disparidades regionais sejam consistentemente reduzidas, faz-se necessário que o ICI permaneça em patamares inferiores a 1 durante um período relativamente longo de tempo, tal como ocorreu em 2015 e 2016. Assim, os municípios do interior poderão avançar mais do que a região da Grande Fortaleza em termos de oferta de serviços públicos, infraestrutura, mobilidade urbana, dentre outros.

No que se refere à análise fiscal, a projeção do indicador "Despesa de Pessoal do Poder Executivo/ Receita Corrente Líquida" é superior ao percentual observado em 2016, em função de receitas não recorrentes executadas no ano passado, como a repatriação de recursos não declarados e a expressiva arrecadação, embora atípica, do Imposto sobre Transmissão Causa Mortis e Doação (ITCMD). Mesmo assim, espera-se que, ao final de 2017, o Poder Executivo atinja o percentual de 42,68%, abaixo do limite de alerta definido pela Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF).

Ainda quanto à despesa, o indicador "Despesa Finalística Empenhada/ Despesa Total" apresenta, para o final de 2017, uma projeção superior ao executado em 2016. Diversos fatores contribuem para essa expectativa, destacando-se: o crescimento do custeio nos Programas Finalísticos que, até novembro de 2017, comparado a igual período de 2016, foi 6,7% maior; elevação dos investimentos apresentou um percentual superior a 7%, quando comparado a igual período de 2016; e alocação no orçamento dos Programas Finalísticos de Despesas de Pessoal, a fim de desenvolver o Centro de Custo que resulte em informações fidedignas para o controle gerencial e a tomada de decisão.

Os fatores acima destacados, com ênfase

3 - Para maiores detalhes, ver: NOGUEIRA, C. A. G.; MEDEIROS, C. N.; NOGUEIRA, A. O. Índice de Concentração Regional dos Investimentos Públicos Realizados pelo Governo do Ceará (ICI). Fortaleza: Ipece, 2017 (Nota Técnica n. 66). Disponível em: http://www.ipece.ce.gov.br/notas_tecnicas/NT_66.pdf

na migração da Despesa com Pessoal da Secretaria da Educação (Seduc), para os Programas Finalísticos, evidenciam uma expectativa positiva para uma maior execução das Despesas Finalísticas em relação à Despesa Total executada pelo Estado.

No campo dos investimentos, a previsão para o "Investimento sobre a Receita Corrente Líquida (RCL)" é de que seja maior do que o realizado em 2016, em função do crescimento dos investimentos no ano de 2017, com destaque para o Projeto São José III, executado pela Secretaria do Desenvolvimento Agrário (SDA).

Quanto à RCL, a expectativa é de que seja menor do que a de 2016, em função da inexistência, em 2017, de r+eceitas atípicas ocorridas no ano anterior: repatriação de recursos não declarados e arrecadação do ITCMD.

Já com relação ao nível de endividamento do Ceará em 2017, observa-se que atingiu o menor patamar da série histórica em análise, indicando que a política de investimentos do Estado vem sendo conduzida em um ambiente de sustentabilidade. Por um lado, o Estado indica nível de endividamento baixo, garantindo o seu equilíbrio fiscal. Por outro, a representatividade dos investimentos realizados com recursos do Tesouro perante a Receita Corrente Líquida coloca o Ceará em posição de destaque perante os demais estados da federação.

O Ceará e o Governo Federal possuem um termo de entendimento técnico, por meio do Programa de Reestruturação e Ajuste Fiscal, que procura manter o controle do endividamento público. A intenção é que dívidas elevadas não comprometam a receita futura com o pagamento de encargos, o que inviabilizaria a qualidade dos gastos públicos com serviços prestados à população.

2. CEARÁ ACOLHEDOR

O Eixo Ceará Acolhedor fundamenta-se na articulação de um conjunto de políticas públicas pautado na inclusão social das classes excluídas da sociedade, no respeito à pluralidade e à liberdade de escolhas dos indivíduos e na garantia dos direitos humanos e civis.

Estas políticas se conjugam no firme propósito de ampliar o acesso a bens e serviços, ao conhecimento, ao lazer, à renda e ao trabalho. Com o fortalecimento de uma ação pública pautada no acolhimento, o Governo passa programaticamente a assumir o compromisso de proporcionar ao cidadão uma vivência e uma convivência pessoal, familiar e comunitária segura, inclusiva e que resguardem direitos sociais.

Assim, o acolhimento torna-se um dos principais eixos da política deste Governo como condição primordial para se avançar no desenvolvimento social, econômico, político e sustentável do Estado do Ceará. Portanto, na política governamental, o acolhimento eleva o diálogo como norte do entendimento, firmando o compromisso de responder às necessidades e assegurar os direitos de todos os cearenses.

A presente gestão, em sintonia com os governos federal e municipais, com entidades

representativas, categorias profissionais, organizações e setores sociais, orienta suas ações com o objetivo de avançar no reconhecimento de lutas históricas. Tal quadro apresenta-se como legado do processo de redemocratização do país, com a conquista dos direitos sociais, fortalecendo as estruturas de participação cidadã, a exemplo dos Conselhos Tutelares, Conselhos Municipais, fóruns de participação e outros mais, bem como ampliando os mecanismos de acesso aos direitos constitucionais.

Na esfera do Eixo Ceará Acolhedor, enquadram-se as políticas públicas de Assistência Social; Habitação; Inclusão Social; Direitos Humanos; Segurança Alimentar e Nutricional.

Resultado Estratégico: Inclusão social e direitos humanos assegurados para a população cearense, com prioridade aos segmentos vulneráveis.

Indicadores Estratégicos	Unidade	2014	2015	2016	2017
Percentual de pobres (até 1/2 sal. min. *per capita*)	percentual	43,7	44,6	49,7[1] [2]	ND
Percentual de extremamente pobres (até R$ 85 *per capita*)	percentual	-	-	8,0[1] [3]	ND
Percentual de jovens de 15 a 29 anos que não estudam e não trabalham	percentual	23,6	27,6	28,8[1] [4]	ND
Percentual de domicílios com insegurança alimentar[5]	percentual	ND	ND	ND	ND
Déficit Habitacional	número	283.102	300.752	ND	ND

Fontes: PNAD, PNAD Suplemento em segurança alimentar, PNAD contínua do IBGE e Fundação João Pinheiro/MG. Elaboração: Ipece.
ND: Dado ainda não disponível pelas fontes oficiais de pesquisa.
[1] Informação atualizada pela PNAD Contínua 2016, não comparável aos valores calculados a partir das PNADs anuais divulgadas anteriormente pelo IBGE.
[2] Faixa de rendimento (efetivo) domiciliar *per capita* (inclusive rendimentos em cartão/tíquete transporte ou alimentação).
[3] A partir do primeiro semestre de 2018, será possível calcular os valores para o período 2012-2016.
[4] Percentual de jovens desocupados e que não frequentavam escola, cursos pré-vestibular, técnico de nível médio ou de qualificação profissional.
[5] Os indicadores de (IN) segurança alimentar e nutricional fazem parte da divulgação de resultados dos levantamentos Suplementares da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios – PNAD. O IBGE, em parceria com o Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, divulgaram as pesquisas nos anos de 2004, 2009 e 2013.

Em razão da mudança da fonte de dados, da PNAD para PNAD Contínua, a presente seção utiliza para análise dos indicadores relativos à Pobreza, à Extrema pobreza e aos Jovens de 15 a 29 anos que não estudam e não trabalham os dados anualizados da PNAD Contínua de 2016, sem a possibilidade de comparação com anos anteriores. Já em relação à questão da Segurança alimentar e nutricional (SAN), utiliza-se na análise a PNAD Suplemento em SAN de 2013. Para o aspecto do déficit habitacional, são utilizados os relatórios da Fundação João Pinheiro, de Minas Gerais.

A fim de determinar o quantitativo de pobres e não pobres sob a ótica monetária, é necessário optar por uma linha de corte, cuja escolha se deve muitas vezes ao valor adotado administrativamente nas políticas públicas. O Estado do Ceará, por meio da Lei Complementar nº 37/2003 (DOE de 27/11/2003), criou um Fundo Especial de Gestão de Natureza Contábil, cuja finalidade consiste em viabilizar, para a população pobre e extremamente pobre do Estado do Ceará, acesso a níveis dignos de subsistência. Tal fundo é denominado de FECOP (Fundo Estadual de Combate à Pobreza). A classificação de pobreza nele considerada, pela ótica monetária, refere-se às pessoas vivendo com menos que a metade do salário mínimo *per capita*, que em 2016 representou 49,7% da população do Estado.

No Brasil, diferentes índices são utilizados na esfera administrativa para mensurar a

pobreza. Dentre eles, destacam-se as linhas do Programa Brasil Sem Miséria (PBSM), que determina a faixa de R$ 85,00 para designar a pobreza extrema[4], e a linha do Benefício de Prestação Continuada (BPC), que define como extrema pobreza o rendimento domiciliar *per capita* abaixo de 25% do salário mínimo. Segundo tais linhas, os dados da PNAD Contínua mostraram, em 2016, respectivamente, 4,2% e 12,1% das pessoas residentes em domicílios particulares na condição de pobreza extrema. Neste aspecto, o Ceará destacou-se em comparação à média nacional em 3,8 pontos percentuais (8,0%), e apresentou comportamento quase semelhante à taxa nordestina (7,9%).

Em conformidade com a gravidade do problema, destaca-se a criação do Programa para Superação da Extrema Pobreza Infantil no Ceará (Lei nº 172/2017) neste mesmo ano. A partir de então, as famílias atendidas com prioridade são as residentes no Ceará e cuja renda média *per capita* seja de até R$ 85,00, sem levar em consideração valores recebidos de outros auxílios, como o Bolsa Família e Benefício de Superação da Extrema Pobreza. Além disso, nessas residências devem morar crianças de zero a cinco anos e onze meses de idade e as famílias devem estar inscritas no Cadastro Único (CadÚnico) para programas sociais, bem como terem sido selecionadas pelo índice de vulnerabilidade econômica do Instituto de Pesquisa e Estratégia Econômica do Ceará (Ipece).

Dentre as diversas ações adotadas pelo Estado no combate à pobreza, destaca-se a criação do "Cartão Mais Infância Ceará", regulamentado pela lei estadual nº 16.360/2017 e lançado em 11 de dezembro de 2017, como um benefício de transferência de renda para famílias cearenses com crianças de 0 a 5 anos e 11 meses que se encontram em situação de extrema vulnerabilidade social.

A fim de complementar a análise da pobreza monetária em compasso com o olhar sobre as condições de moradia, o IBGE, inspirado nos esforços mexicanos de abordagem da pobreza multidimensional, investigou com os dados da PNAD Contínua as restrições de acesso à educação, à proteção social, à moradia adequada, aos serviços de saneamento básico e à comunicação (internet).

Como resultado, constatou-se que, em 2016, 64,9% da população brasileira tinha restrição em ao menos uma das dimensões analisadas, destacadamente no acesso à proteção social. Conforme parâmetro adotado pelo Instituto, em 2017[5], foram consideradas carentes desse aspecto as pessoas que satisfaziam simultaneamente as duas condições a seguir: residentes em domicílios onde não havia nenhum morador de 16 anos ou mais de idade com trabalho formal ou aposentado/pensionista; e domicílios com rendimento domiciliar *per capita* inferior a meio salário mínimo, e com nenhum membro recebendo rendimentos de outras fontes, o que inclui programas sociais (proxy) foi de 15,2%.

Além da dimensão da pobreza no estado, é preocupante também a proporção de "Jovens de 15 a 29 anos que não estudam e não trabalham" – de 28,8%, em 2016. Desta forma, o Governo do Estado vem realizando estudos para a implementação de um plano com ações específicas para tal público.

Mas falar de pobreza também sugere falar de fome, de insegurança alimentar e nutricional. A existência de diferentes indicadores na literatura para retratar a questão da segurança alimentar é, antes de tudo, reflexo da complexidade do conceito.

O IBGE incorporou como forma de suplemento da PNAD nos anos de 2004, 2009 e 2013 a questão da segurança alimentar e nutricional

4 - Conforme Decreto nº 8.794, de 29 de junho de 2016, que altera os valores da caracterização da Pobreza e Extrema Pobreza do Plano Brasil Sem Miséria 5 - https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv101459.pdf

do Brasil e dos estados, com base na Escala Brasileira de Insegurança Alimentar. Pelo uso desse indicador, mediu-se, para a população brasileira, o fenômeno da pobreza diretamente a partir da experiência de insegurança alimentar vivenciada e percebida pelas pessoas afetadas no país.

Em 2013, a pesquisa registrou que 35,5% dos domicílios particulares no Ceará apresentavam algum tipo de insegurança alimentar e nutricional (leve, moderada ou grave). Comparativamente à pesquisa anterior, realizada em 2009, isso representou uma queda no indicador de 12,6% (48,1 pontos percentuais).

Por fim, dentro do leque dos direitos da população vulnerável, destaca-se também a questão da falta de moradia. O indicador "Déficit Habitacional", expresso em unidade, representa a necessidade de construção de novas moradias para solucionar a falta de habitação. Seu cálculo é realizado pela soma de quatro componentes:

a) habitações precárias (domicílios rústicos - sem paredes de alvenaria ou madeira aparelhada; e domicílios improvisados - locais e imóveis sem fins residenciais e lugares que servem como moradia alternativa);

b) coabitação familiar – cômodos (domicílios particulares compostos por um ou mais aposentos) e famílias secundárias que desejam constituir novo domicílio (famílias que dividem a moradia com uma família principal e desejam constituir domicílio);

c) ônus excessivo com aluguel urbano (número de famílias urbanas com renda familiar de até três salários mínimos que moram em casa ou apartamento e que despendem mais de 30% de sua renda com aluguel); e

d) adensamento excessivo de moradores em domicílios alugados (com número médio superior a três moradores por dormitório).

A metodologia de cálculo do déficit habitacional vem sofrendo alterações ao longo do tempo para incorporar críticas e sugestões, levando em conta a viabilidade técnica e a contribuição para a obtenção de resultados mais fidedignos. Os dados de déficit habitacional de 2015 publicados em 2017 no estudo "Déficit Habitacional no Brasil 2015: resultados preliminares" foram produzidos pela Fundação João Pinheiro (FJP), utilizando dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) 2015, divulgada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

A análise das primeiras estimativas do déficit habitacional no Brasil, em 2015, aponta para um aumento nos números total e relativo quanto aos anos de 2013 e 2014. Além disso, revela também que o peso relativo do fator ônus excessivo com aluguel na composição do déficit habitacional vem crescendo nos últimos anos, tendo superado a marca dos 50%.

No Estado do Ceará, o déficit total, em termos absolutos, é de 300.752 habitações, sendo 222.504 urbanas e 78.248 rurais. Já o déficit relativo de habitações representa 10,8% do total de habitações do Estado. A composição do déficit estadual é formada por 23,9% de habitações precárias; 24% de coabitação familiar; 47,4% de ônus excessivo de aluguel; e 4,8% de adensamento excessivo.

Estas informações são instrumento fundamental para subsidiar a tomada de decisões, a formulação, o monitoramento e a avaliação de políticas habitacionais para o Governo, em todas as suas esferas.

3. CEARÁ DE OPORTUNIDADES

O Eixo Ceará de Oportunidades integra os temas representativos das bases de sustentação econômica do desenvolvimento no Ceará. Nesta esfera, as políticas estruturadas buscam responder aos desafios da economia estadual mediante objetivos estratégicos que visam promover o crescimento econômico atrelado ao desenvolvimento territorial, bem como gerar mais emprego, renda, riqueza e trabalho emancipado.

A estratégia de crescimento econômico pressupõe novos arranjos e impulsos produtivos, bem como o melhor esclarecimento, consolidação ou recuperação dos fatores que determinaram o ritmo de desempenho da economia cearense e possibilitam-na estar posicionada acima da média da economia nacional.

Nas díspares condições do desenvolvimento desigual, a possibilidade de captação de projetos sustentáveis de investimento mais complexos se mantém entre os fatores que sinalizam a dinamização da economia cearense. Entre os entraves, a redução do crédito e o declínio do emprego são aspectos que demandam novas estratégias.

Estas variáveis podem influenciar o desempenho de diversos setores da economia. É notável, por exemplo, reconhecer a crise hídrica e seus efeitos negativos sobre o ramo agropecuário em seis anos de seca. A forte queda na produtividade da área, bem como as repercussões no crescimento industrial e de serviços são fatores a serem considerados nesta análise conjuntural.

Não bastasse, prevaleceu o reconhecimento de que o atual modelo de fomento ao crescimento econômico, fundamentado na atração de empreendimentos e na concentração de grandes projetos, em especial na Região Metropolitana de Fortaleza, tenderia a ampliar a desigualdade regional. Desse modo, destaca-se o desafio da propagação da equidade social e regional.

Neste sentido, o Governo Estadual adotou, como primeira estratégia, o mapeamento do Estado em 14 Regiões de Planejamento. Esta divisão possibilitou priorizar as estratégias de política e a atuação regionalizada dos Programas do PPA, por exemplo. A divisão regional em 14 áreas resultou em um conhecimento mais específico dos gargalos regionais.

Em última instância, a interiorização está sendo articulada rumo a um processo de desenvolvimento econômico fortemente atrelado ao desenvolvimento territorial. No que permeia a segunda estratégia, esta iniciativa consistiu no propósito de gerar mais emprego, trabalho emancipado, renda e riqueza, tratando de ampliar as ações governamentais, no sentido de incorporar a totalidade das forças produtivas.

Como foco desta estratégia, primeiramente ressalta-se a ampliação da dimensão e do número de empresas que fazem uso de tecnologias, e que, ao mesmo tempo, não geram prejuízo ao aumento de postos de trabalho. Delas, aproveita-se o potencial gerador de oportunidades e a atratividade tecnológica, com vistas ao desenvolvimento regional.

O segundo foco é a geração apoderada

de trabalho emancipado, que reflete o movimento de economia solidária como uma alternativa nas relações sociais de produção e se consolida enquanto uma estratégia de sustentação econômica para o desenvolvimento. A consequência é a redução dos elementos intermediários na distribuição de renda e o fomento à geração desconcentrada de riqueza.

As políticas estaduais que contemplam o Ceará de Oportunidades articulam-se nos temas: Agricultura Familiar e Agronegócio; Indústria; Serviços; Infraestrutura e Mobilidade; Turismo; Trabalho e Renda; Empreendedorismo; Pesca e Aquicultura; e Requalificação Urbana.

Resultado Estratégico: Desenvolvimento econômico sustentável, solidário e competitivo alcançado nos espaços rurais e urbanos, considerando as identidades dos territórios cearenses.

Indicadores Estratégicos	Unidade	2014	2015	2016	2017
Taxa de crescimento do PIB (%)	percentual	4,18	-3,42	-5,3[1]	1,50[1]
PIB *per capita* (R$)	R$	14,225,05	14.669,14	14.662,58[1]	15.199,94[1]
Participação PIB Ceará/PIB Brasil	percentual	2,18	2,18	2,10[1]	2,11[1]
Razão PIBpc CE / PIBpc Brasil	proporção	0,50	0,50	0,48[1]	0,49[1]
Índice de Gini da renda domiciliar *per capita*	índice	0,50	0,49	0,54[2] [3]	ND
Razão PIB Interior/Grande Fortaleza	proporção	0,54	0,54	ND	ND
Razão de empregos formais do Interior/ Grande Fortaleza	proporção	0,46	0,46	0,48	ND
Razão entre a renda domiciliar *per capita* rural e a renda domiciliar *per capita* total	percentual	53,40	56,80	ND[4]	ND
Participação do Ceará nas exportações brasileiras	percentual	0,65	0,55	0,70	0,93[1]
Valor das exportações cearenses (US$ Milhão FOB)	US$ milhão FOB	1.471,11	1.045,78	1.294,13	2.030,24[1]

Fonte: IBGE, MTE, PNAD E PNAD Contínua/IBGE. Elaboração: Ipece.
ND: Dado ainda não disponível pelas fontes oficiais de pesquisa.
[1] Valor estimado, sujeito a alteração.
[2] Informação atualizada pela PNAD Contínua 2016, não comparável aos valores calculados a partir das PNADs anuais divulgadas anteriormente pelo IBGE.
[3] Índice de Gini do rendimento (efetivo) domiciliar *per capita* (inclusive rendimentos em cartão/tíquete transporte ou alimentação).
[4] Não disponível. A PNAD Contínua não permite o cálculo de indicadores para zona rural.

De acordo com o relatório do terceiro trimestre de 2017 do Ipece, o Produto Interno Bruto (PIB) do Ceará atingiu aumento de 2,79%. No ano acumulado, esteve em torno de 1,50%. Apesar do PIB cearense acumulado dos últimos quatro trimestres estar negativo, salienta-se que os resultados da economia cearense ultrapassam os da economia nacional.

O crescimento do PIB do terceiro trimestre de 2017, com relação ao mesmo período de 2016, alavanca o movimento de recuperação da economia cearense, iniciado no segundo trimestre de 2017. Essa retomada vem sendo encabeçada, sobretudo, pelas atividades da indústria de transformação e do comércio.

Após dois anos de recessão econômica no Ceará, o ano de 2017 marca o inicio da retomada do crescimento econômico, com uma taxa positiva prevista de 1,5%, gerando aumento no valor do PIB *per capita* e de sua participação em relação ao Brasil, após quedas registradas em 2016. A retomada do crescimento manteve a participação do PIB do Ceará em relação ao do Brasil em 2,11%.
Mesmo em um ano de crise econômica latente, que se reverberou em crescimento

considerável do desemprego no Brasil, o Ceará caminhou no sentido reverso e aumentou, ainda que timidamente, o nível de empregos formais nas regiões do interior. Observa-se que o indicador "Razão de empregos formais do Interior/ Grande Fortaleza" passou de 0,46, em 2015, para 0,48, em 2016. Os dados de 2017 ainda não se encontram disponíveis.

No que tange às exportações cearenses, os últimos anos vêm apresentando bom desempenho, com exceção de 2015, que registrou uma redução mais acentuada, comparado aos anos anteriores. Para 2017, estima-se que as exportações cearenses ultrapassem o valor de dois bilhões de dólares, registrando crescimento de aproximadamente 56,8%, em relação a 2016.

Com esse desempenho, a participação das exportações cearenses é de 0,93%, a maior da série. Esse aumento das exportações deve-se, principalmente, às vendas externas de placas de aço, realizadas pela Companhia Siderúrgica do Pecém.

De acordo com IBGE e com os dados da Pnad Contínua, a desigualdade medida a partir do Índice de Gini chegou a 0,525 em 2016 no Brasil. Os maiores valores foram registrados no Nordeste, correspondendo a 0,522, e no Sudeste, equivalendo a 0,518. O Índice de Gini da renda domiciliar *per capita* mede o nível de concentração da renda, que varia no intervalo de zero a um, onde zero representa máxima igualdade e um, máxima desigualdade de renda.

No Ceará, a desigualdade (0,54) foi superior à brasileira e nordestina, conforme dados de 2016. Com a perspectiva de melhoria nas condições econômicas e gestão fiscal, bem como a manutenção da capacidade de investimento do Estado, espera-se para 2017 um resultado positivo neste indicador.

Por fim, considerando a razão entre a renda domiciliar *per capita* rural e a renda domiciliar *per capita* total no Ceará, entre 2014 e 2015, observou-se uma melhora, embora a renda *per capita* da zona rural ainda represente apenas 56,80% da renda total.

4. CEARÁ SUSTENTÁVEL

O Ceará tem 86,8% de sua área na região climática do semiárido brasileiro. Este perfil sugere um risco de seca 60% mais significativo e prolongado. Tal fato reflete-se sobre toda a população, requerendo medidas que aprimorem a convivência com o ambiente, bem como minimizem seus impactos ambientais, sociais e produtivos. Deve-se, então, considerar as múltiplas alternativas e estratégias voltadas ao acesso a recursos naturais e bens fundamentais articulados aos consideráveis atributos potenciais do bioma caatinga.

Apesar desse quadro restritivo de padecimento ante as desigualdades sociais, são múltiplas as alternativas e estratégias possíveis, algumas construídas com o protagonismo popular e adequadas à efetivação do acesso aos recursos naturais e bens fundamentais. As inovações em tecnologias sociais, atreladas às técnicas e estratégias de convivência com o semiárido, devem ser qualificadas e universalizadas para se converterem em possibilidades efetivas de aumento da renda e melhoria na qualidade de vida de milhões de cidadãos afetados cotidianamente com a seca.

Somente por meio do fortalecimento de políticas públicas de convivência com o

semiárido o Estado do Ceará conseguirá se adaptar e se utilizar das potencialidades do bioma caatinga e de sua ampla e única biodiversidade funcional: forrageira, medicinal ou madeireira, para promover o pleno desenvolvimento sustentável em todo o seu território.

Nesta perspectiva, em julho de 2017, o Governo Estadual instituiu o Pacto pelo Ceará Sustentável, que, por sua abrangência e transversalidade, tende a conquistar uma destacada posição nas ações voltadas para o desenvolvimento inclusivo no Estado do Ceará, com o objetivo de planejar e monitorar, de forma sistêmica e integrada, as políticas socioambientais realizadas em conjunto com outras instituições. Além disso, pretende articular ações na gestão de recursos hídricos, na convivência com o Semiárido, no saneamento básico e nas energias renováveis.

Resultado Estratégico: Meio ambiente protegido, com utilização racional dos recursos naturais.

Indicadores Estratégicos	Unidade	2014	2015	2016	2017
Índice de qualidade do meio ambiente (IQM)	índice	60,4	49,8	52,0	42,0
População cearense com destinação final adequada de resíduos sólidos	percentual	52,66	52,95	53,45[1]	53,49
Número de reservatórios com aplicação da metodologia do IQAR	número	7	21	21	21
Participação das energias alternativas na matriz energética do Ceará	percentual	39,00	41,58	41,58	45,00
Percentual de cobertura vegetal	percentual	ND	57	58	59

Fonte: Ipece, SCidades, IBGE, Cogerh, Sema, Seinfra.
ND: Dado ainda não disponível pelas fontes oficiais de pesquisa/ Valor indisponível.
[1] Valor do indicador alterado de 53,58% para 53,45%, em decorrência de correção metodológica na série histórica, relacionada à atualização da estimativa populacional.

O "Índice de Qualidade do Meio Ambiente (IQM)" tem como objetivo principal mensurar os esforços dos municípios cearenses no desenvolvimento de ações voltadas à preservação ambiental. Na sua versão atual, o indicador identifica a existência de iniciativas municipais relacionadas à correta captação, separação e destinação dos resíduos sólidos urbanos gerados.

Os municípios que atendem a todos os requisitos que compõem o índice de qualidade alcançam a pontuação máxima de 1,0 ponto. Já aqueles que não atendem a nenhum dos requisitos têm pontuação 0,0 (zero). O resultado para o estado é obtido pela soma da pontuação obtida por município, e pode variar de 0,0 a 184,0. Quanto mais elevado for o resultado estadual (mais próximo de 184), maior é o indicativo de que os municípios têm, em conjunto, desenvolvido ações efetivas no tratamento dos resíduos sólidos, melhorando a qualidade do meio ambiente local e de todo o Ceará.

Os resultados do IQM revelam um quantitativo que tem se mantido aquém do esperado para o indicador. Em 2017, os números alcançaram o mais baixo valor da série, 42,0 pontos. Tal resultado mantém o cenário de recuo nas iniciativas municipais voltadas à melhoria do meio ambiente, pelo menos em relação àquelas que são observadas no índice. De fato, um número expressivo de municípios não tem conseguido pontuar nos requisitos considerados e a maioria não tem atendido ao conjunto dos requisitos estabelecidos, o que explica o escore mais baixo em 2017.

Outro indicador estratégico deste eixo é o

"População cearense com destinação final adequada de resíduos sólidos", que se refere ao percentual da população urbana do Estado do Ceará atendida por destinação adequada de tais materiais produzidos pela atividade humana.

Segundo a Política Nacional de Resíduos Sólidos, estabelecida pela Lei nº 12.305/2010, a destinação adequada inclui a reutilização, a reciclagem, a compostagem, a recuperação e o aproveitamento energético ou outras destinações admitidas pelos órgãos competentes, como os aterros sanitários e as centrais de tratamento de resíduos. O percentual da população urbana cearense com destinação final adequada de resíduos sólidos, em dados finais de 2017, foi de 53,49%.

A melhoria do indicador supramencionado, em relação a 2016, pode ser explicada pelos esforços empreendidos em se estruturar uma política de resíduos sólidos efetiva nas regiões metropolitanas, atrelado a um expressivo crescimento populacional. Calcula-se que as estruturas existentes hoje no estado atenderam com destinação final adequada de resíduos sólidos a uma população urbana estimada, no ano de 2017, em 3.622.142 habitantes, de um total de população urbana no estado estimado em 6.771.579 habitantes.

O Estado tem empreendido esforços no sentido de contribuir com a destinação final adequada de resíduos sólidos para a população urbana do interior (exceto a Região Metropolitana de Fortaleza) por meio de duas ações, quais sejam:

a) a construção de duas Centrais de Tratamento de Resíduos (CTR), as quais atenderão aos consórcios públicos municipais denominados CGIRS-RMS (Consórcio para Gestão Integrada de Resíduos Sólidos da Região Metropolitana de Sobral) e COMARES-UL (Consórcio Municipal para Aterro de Resíduos – Unidade Limoeiro do Norte). Por meio dessa ação, serão beneficiados 28 municípios com a destinação e tratamento de resíduos sólidos urbanos, de construção civil e de serviço de saúde. A CTR de Sobral já se encontra com obras em execução e a CTR de Limoeiro do Norte em fase final de licitação;

b) a elaboração de estudos ambientais e projetos de engenharia de CTRs e aterros sanitários que serão entregues aos consórcios intermunicipais de resíduos. Esses estudos são imprescindíveis à operacionalização adequada dos empreendimentos no setor, com a parceria de diferentes esferas do governo e/ou entidades privadas.

Além disso, o Ceará vem desenvolvendo iniciativas de fomento à implementação da coleta seletiva no estado, disponibilizando aos municípios projeto-padrão de Centrais Municipais de Reciclagem (CMRs), que possibilitam a destinação adequada aos resíduos passíveis de serem reinseridos no sistema produtivo.

Encontra-se em fase de elaboração, planos regionalizados de coleta seletiva que atenderão a 81 municípios pertencentes às Bacias Metropolitana e dos rios Salgado e Acaraú.

Na perspectiva hídrica, há o indicador "Número de reservatórios com aplicação da metodologia do IQAR – Índice de Qualidade da Água de Reservatórios", calculado inicialmente nos sete reservatórios estratégicos que abastecem a Região Metropolitana de Fortaleza e expandido para todos os 20 (vinte) açudes da Bacia Metropolitana, além do Castanhão.

A aplicação deste índice mostrou-se bastante promissora, uma vez que retrata

bem a real qualidade da água observada nos reservatórios. O seu grande objetivo nos próximos anos é aplicar uma versão regionalizada para todos os reservatórios monitorados.

No tocante à matriz energética do Ceará, em 2016, o percentual de participação das energias alternativas atingiu a marca de 41,58% devido à conclusão de obras de parques eólicos, bem como ao incremento da participação da geração distribuída, notadamente no setor de energia solar fotovoltaica. Em 2017, foi notório um leve incremento de unidades geradoras de energia, especialmente, por meio das fontes eólica e solar, que representam apenas 45% de toda a capacidade de geração de energia elétrica no Estado.

A respeito da preservação ambiental, o "Percentual de cobertura vegetal" tem como base os dados publicados no Inventário Florestal Nacional realizado no Ceará. O estudo compreende o levantamento da situação das florestas do território cearense, com relação à cobertura vegetal, área de floresta e percepção do uso das florestas pelas comunidades. O levantamento apontou que, nos anos de 2014-2015, 57% do território cearense estava coberto por vegetação florestal, ou seja, 84.830,82 km². Nesta perspectiva, foi estabelecido como meta o incremento da cobertura vegetal em torno de 1% ao ano, considerando projetos e ações previstos em seu planejamento a partir do PPA.

Neste sentido, em 2017, a partir da efetivação das ações de florestamento e reflorestamento, estima-se que se atinja um percentual de 59% de cobertura vegetal.

5. CEARÁ DO CONHECIMENTO

O conhecimento incorporado por uma sociedade é determinante para seu desenvolvimento econômico, compreendendo distribuição de riqueza inclusiva às camadas historicamente excluídas. Neste sentido, o desenvolvimento econômico pressupõe o crescimento da riqueza atrelado à redução da desigualdade.

Nas sociedades modernas, o conhecimento é um dos instrumentos mais relevantes de transformação. Nessa construção, manifesta-se como motor eficaz e proeminente na geração da riqueza e na inclusão social.

A missão do Governo é, portanto, assegurar as condições para a produção da riqueza e sua distribuição equitativa na sociedade. O compromisso central do Plano Plurianual 2016-2019 é lançar bases sólidas para a construção de uma sociedade do conhecimento no Ceará. Esta proposta visa introduzir de forma efetiva no Estado os pilares de uma economia inovadora do século XXI, alavanca para um salto de qualidade no perfil econômico do Ceará, aumentando a participação do Estado no PIB do país, estacionado na casa dos 2% há algumas décadas. Esse propósito representa uma revolução na política de desenvolvimento econômico e social, disponibilizando o acesso ao conhecimento, à cultura e à educação para todas as classes e camadas sociais.

As ações que envolvem a construção do conhecimento dispõem de um amplo espectro: do Ensino Básico à pesquisa e inovação,

passando pela cultura, pela economia criativa, pela educação profissional e qualificação do trabalhador. Os efeitos da produção do conhecimento e de sua ampla difusão alcançam praticamente todos os aspectos da vida social: do aumento da produtividade nas atividades econômicas, à melhoria da prestação de serviços pelo Estado; do aprimoramento do exercício da cidadania, até um apoderamento mais equânime e generalizado dos bens culturais e da riqueza material.

Portanto, trata-se aqui da determinação clara de um projeto para o Ceará baseado na educação e capacitação do seu povo, em todos os níveis do conhecimento, da sua utilização decisiva no processo de geração e distribuição da renda e da riqueza.

O primeiro passo para a construção de uma sociedade do conhecimento está na Educação Básica de qualidade. Isso se traduz, nessa dimensão, em um desafio a ser enfrentado de forma conjunta, pelo Estado e pela Sociedade. Outras tarefas, igualmente decisivas, estão conectadas à Ciência, Tecnologia e Inovação, ao Ensino Superior, à Educação Profissional e à Cultura.

Neste sentido, a construção de um Ceará mais próspero e justo passa pelo delineamento de estratégias que sejam capazes de correlacionar os aspectos educacionais ao desenvolvimento econômico-social, trilhando o caminho do conhecimento como catalisador para uma nova economia, com vistas a garantir melhores e maiores oportunidades.

Resultado Estratégico: População com formação integral de qualidade, com ênfase na equidade e produção do conhecimento e inovação.

Indicadores Estratégicos	Unidade	2014	2015	2016	2017
Taxa de analfabetismo das pessoas de 15 anos ou mais de idade (%)	percentual	16,3	17,3	15,2[1]	ND
Escolaridade média das pessoas de 15 anos ou mais de idade	anos de estudo	7,0	7,0	7,1[1]	ND
Diferença da escolaridade média entre os 25% mais ricos e os 25% mais pobres da população de 15 anos ou mais de idade	anos de estudo	2,61	1,97	2,89[1]	ND
Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB) da rede estadual do Ensino Médio[4]	índice	-	3,45	-	3,52[2]
Percentual de estudantes egressos das escolas estaduais de educação profissional inseridos no mercado de trabalho	percentual	31,30[3]	24,00[3]	13,60	14,00
Participação de graduados no mercado de trabalho formal	percentual	18,8	20,1	20,6	ND

Fonte: SEDUC, PNAD e PNAD Contínua/IBGE. Elaboração: Ipece.
ND: Dado ainda não disponível pelas fontes oficiais de pesquisa.
[1] Informação atualizada pela PNAD Contínua 2016, não comparável aos valores calculados a partir das PNADs anuais divulgadas anteriormente pelo IBGE.
[2] O dado do IDEB referente a 2017 é uma previsão.
[3] Esses dados foram considerados preliminares por não terem três anos completos. O corte não foi aplicado, pois os dados não possuem referência à data de inserção no registro ou de admissão do egresso.
[4] O IDEB é um índice medido só nos anos ímpares e divulgados somente no ano posterior.

A "Taxa de analfabetismo das pessoas de 15 anos ou mais", que é representada pela proporção da população cearense com mais de 15 anos de idade que não saber ler e escrever pelo menos um bilhete simples, foi de 15,2%, em 2016. Tal número foi superior ao dobro da taxa nacional (7,2% no mesmo ano).

No entanto, é importante lembrar que a baixa escolaridade e as altas taxas de analfabetismo da população cearense são reflexos de problemas estruturais históricos, que impediram o acesso de milhares de pessoas ao sistema público de ensino. Sendo assim, a grande quantidade de analfabetos no estado é explicada pela manutenção de indivíduos que, em décadas passadas, tiveram maiores restrições no acesso à escola e a um ensino público de qualidade. Importante também rememorar a contabilização dos chamados "novos analfabetos".

Sendo assim, a quantidade de analfabetos na sociedade é caracterizada, por um lado, por gerações mais velhas que não tiveram oportunidades de acesso ao sistema de ensino e, por outro, pela reposição por parte da população mais jovem que não foi alfabetizada adequadamente.

Partindo desse raciocínio, uma das principais vias de erradicação do analfabetismo é assegurar o acesso de todas as crianças à escola e, também, garantir que sejam escolarizadas adequadamente, evitando, no futuro, que venham a fazer parte do grupo de analfabetos do Estado.

Dessa maneira, espera-se que daqui a alguns anos o Ceará consiga erradicar o analfabetismo absoluto, visto que importantes melhorias educacionais vêm sendo implementadas no estado nos últimos anos, dentre as quais o Programa Alfabetização na Idade Certa e a lei de incentivos aos gestores municipais, que se propõem a melhorar a qualidade da educação ofertada às crianças de seus municípios.

Considerando a escolaridade média da população de 15 anos ou mais no Ceará, verificou-se, em 2016, o somatório de 7 anos de estudo, o equivalente ao Ensino Fundamental incompleto. Para a conclusão desta etapa de ensino são necessários oito anos escolares completos. O esperado seria que a população dedicasse, em média, onze anos ou mais de sua vida aos estudos, correspondendo à conclusão do Ensino Médio.

Vale salientar que o estado é responsável pela oferta do Ensino Médio regular e profissional, enquanto compete aos municípios a oferta da Educação Infantil e do Ensino Fundamental, este último, compartilhado com o Estado. Desta forma, destaca-se como política, em 2016, o início da implantação do tempo integral em 26 escolas estaduais de ensino regular, a partir da 1ª série do Ensino Médio, e a expansão gradual para as demais séries e escolas.

Outro indicador importante é a participação de graduados no mercado de trabalho formal, que mostra a evolução da qualidade da mão de obra ofertada no estado. Embora a escolaridade média do cearense não tenha aumentado significativamente nos últimos anos, a proporção de pessoas com Ensino Superior completo no mercado formal tem aumentado recentemente. Isto evidencia o aumento da qualidade da mão de obra empregada e, consequentemente, da produtividade do trabalho – que, por sua vez, é a principal causa do crescimento econômico sustentável. Em 2016, a participação dos graduados no mercado formal estava em torno de 20,6%.

Ainda no que tange à empregabilidade, o indicador de "Percentual de estudantes

egressos das escolas estaduais de educação profissional inseridos no mercado de trabalho", em 2017, possui a estimativa de 14%, tendo em vista que os alunos adentrarão no ano de 2018. Esta projeção, com aumento de 0,40 pontos percentuais em relação ao obtido em 2016 (13,6%), explica-se a partir da intensificação do maior acompanhamento da inserção dos alunos em campo de trabalho, a partir de um sistema piloto, aberto para os principais atores: alunos, professores e gestores da rede de educação profissional.

No entanto, pode-se observar quedas consecutivas neste indicador ao longo da série histórica (2014 a 2016), que podem ser justificadas, dentre outros motivos, pela crise econômica que tem afetado os setores produtivos de nossa economia e pela elevada quantidade de inserção desses jovens no Ensino Superior, sobretudo em virtude das características diferenciadas do ensino integrado.

Ao analisar a escolaridade segmentada pela renda, pode-se notar que ainda existe uma grande diferença. Basicamente, em 2016, essa lacuna entre a escolaridade média do grupo dos 25% mais ricos do Estado em relação ao grupo dos 25% mais pobres foi de 2,89 anos, sendo, contudo, inferior à diferença registrada nesse mesmo ano no Brasil, que foi de 4,44 anos. Considerando a manutenção de todas as políticas públicas, somada aos esforços para melhorar o IDEB do Ensino Médio da rede estadual do Ceará, estima-se que, em 2017, haja um aumento no índice de 3,45 obtido em 2015, para 3,52.

6. CEARÁ SAUDÁVEL

A saúde cidadã é uma diretriz fundamental para o desenvolvimento humano, econômico, político, socioambiental e sustentável do Ceará. Estar saudável é um conceito dinâmico e abrangente, qualificado pela intervenção humana e resultante de um processo coletivo, a partir da interação entre determinantes culturais, econômicos, sociais e ambientais.

Dessa forma, a construção de um Ceará Saudável deve promover a garantia de direitos, a criação de ambientes favoráveis ao bem-estar, o desenvolvimento de hábitos saudáveis e o desenvolvimento de habilidades pessoais, bem como a mudança de estilos de vida. Com a finalidade de concretizar tais premissas, é imprescindível a articulação de diversos setores da sociedade, priorizando a participação social e o acesso da população ao conhecimento. Além disto, faz-se imprescindível a interação entre distintas políticas públicas, reorientando o modelo de atenção à saúde, com vistas à melhoria da qualidade de vida da população.

Com isso, pretende-se favorecer a vigência de um Estado Saudável, promotor de uma cultura de paz, que compreenda ações articuladas e compartilhadas entre as políticas públicas de saúde, esporte, lazer, saneamento básico, educação, habitação, entre outras.

Nesta perspectiva, o Eixo Governamental de Articulação Intersetorial intitulado Ceará Saudável contempla três temas estratégicos: Saúde, Esporte e Lazer, e Saneamento Básico.

Resultado Estratégico: População mais saudável.

Indicadores Estratégicos	Unidade	2014	2015	2016	2017
Expectativa de vida ao nascer	ano	73,4	73,6	73,8	ND
Proporção de domicílios com abastecimento de água adequado	percentual	78,6	78,0	79,8[1] [2]	ND
Proporção de domicílios com esgotamento sanitário adequado	percentual	44,8	51,9	45,2[1] [3]	ND
Razão da mortalidade materna	óbito materno por 100 mil nascidos vivos	83,2	55,8	60,4	57,7[4]
Taxa de mortalidade infantil	óbito por 1 mil nascidos vivos	11,8	12,1	12,7	13,3[4]

Fonte: NUIAS/COPROM/SESA, PNAD Anual/PNAD Contínua/ Projeção da população do Brasil e Unidades da Federação – IBGE.
ND: Dado ainda não disponível pelas fontes oficiais de pesquisa.
[1] Informação atualizada pela PNAD Contínua 2016, não comparável aos valores calculados a partir das PNADs anuais divulgadas anteriormente pelo IBGE.
[2] Domicílios nos quais a principal fonte de abastecimento de água era a rede geral de distribuição.
[3] Domicílios nos quais o escoamento do esgoto era feito pela rede geral ou fossa ligada à rede.
[4] Dados parciais sujeitos à revisão. Os valores de 2017 são referentes ao período de janeiro a novembro/17.

A expectativa de vida, também conhecida como esperança de vida, corresponde ao número médio de anos que a população de uma determinada região pode esperar viver.

Sabe-se que a mesma está intimamente relacionada à qualidade de vida da região, à educação, à saúde, à assistência social, ao saneamento básico, à segurança pública e a outros fatores que a influenciam diretamente. Segundo o IBGE, a expectativa de vida brasileira vem crescendo historicamente.

No caso do Ceará, em 2016, a expectativa de vida dos cearenses esteve em torno de 73 anos de vida, sendo dois anos a menos que a média do Brasil, que era de 75,8 anos[6]. Vale ressaltar que as mulheres têm uma expectativa de vida maior que a dos homens, devido à sobremortalidade masculina em todas as idades, que se acentua entre os 15 e 29 anos de idade.

Grande parte do aumento da expectativa de vida da população cearense se deve às melhorias das condições médicas e sanitárias ofertadas e das mudanças nos fatores socioeconômicos observadas nos últimos anos, o que é positivo para a sociedade. Avanços nas áreas da saúde, melhorias da nutrição, nas condições sanitárias e de trabalho, no ensino e no bem-estar social, juntamente com os avanços tecnológicos, são fatores que contribuem para este aumento.

O envelhecimento da população cearense apresenta desafios à formulação e ao desenvolvimento das políticas públicas que precisam atender a um público que tem crescido a cada ano. É necessário, portanto, se pensar em intervenções que envolvam desde o atendimento médico, ao social e econômico.

As melhorias nas condições sanitárias são destacadamente importantes e impactam diretamente na melhoria e na qualidade de vida dos cearenses. Dessa forma, destaca-se o indicador que mede a proporção de domicílios com abastecimento de água e esgotamento sanitários adequados no Estado.

De acordo com dados da PNAD Contínua de 2016, 79,8% dos cearenses tinham acesso a água adequadamente. A principal forma de abastecimento de água utilizada pelos domicílios foi a rede geral de distribuição. Já o acesso ao saneamento básico adequado foi mais restrito, com menos de 50% dos

6 - Mais informações podem ser consultadas no link: ftp://ftp.ibge.gov.br/Tabuas_Completas_de_Mortalidade/Tabuas _Completas_de_Mortalidade_2016/tabua_de_mortalidade_2016_analise.pdf

domicílios cearenses atendidos pelo serviço de coleta de esgoto[7], o que coloca em risco tanto a saúde dos moradores, principalmente dos mais pobres, quanto o meio ambiente.

Quanto à medida da mortalidade materna, observou-se uma redução, entre 2014 e 2017, embora os números tenham permanecido elevados. Em tal período, a Razão da Mortalidade Materna (RMM) variou de 65,2 a 57,7 óbitos por 100.000 nascidos vivos (Sinasc). A Organização Pan-Americana da Saúde/Organização Mundial da Saúde (OPAS/OMS) considera aceitável uma RMM inferior a 20 mortes por 100.000 NV – Nascidos Vivos.

Os esforços para a redução da mortalidade materna e neonatal e da morbidade e agravos resultantes das complicações da gravidez e do parto, além das oriundas do próprio processo assistencial, abrangem a organização da Linha de Cuidado Materno Infantil na rede de saúde do Estado, com um pré-natal de qualidade através da qualificação na atenção primária, com a publicação e implantação da Linha Guia Nascer no Ceará (diretriz clínica), capacitação dos profissionais na estratificação de risco das gestantes, capacitações das enfermeiras obstétricas e médicos obstetras das maternidades nas boas práticas no parto e nascimento, e no manejo obstétrico na hemorragia pós-parto e abortamento.

Já com relação ao indicador "Taxa de mortalidade infantil", houve variação de 12,3 óbitos por mil nascidos vivos, em 2014, para 13,3, em 2017. Entretanto, apesar do aumento, o número ainda se encontra abaixo da meta, que foi definida como 15.

A situação no Ceará acompanha o contexto nacional, destacando a inversão proporcional dos seus componentes da mortalidade infantil, em que o risco de morte de crianças maiores de 27 dias (óbitos pós-neonatais) apresenta redução e o risco de morte de crianças menores de 28 dias (óbitos neonatais) passa a representar quase a totalidade dos óbitos em menores de um ano de idade, chegando a representar 70,1% dessas mortes e a neonatal precoce 50% dos óbitos.

As ações desenvolvidas para melhoria das condições de saúde dessas crianças com até um ano de idade, abrangeram os Cursos de Atenção Humanizada ao Recém-Nascido de Baixo Peso – Método Canguru e Atenção Básica; Cuidado Compartilhado; oficinas de capacitação da Estratégia Amamenta e Alimenta Brasil; treinamentos sobre Triagem Neonatal; Seminário de Sensibilização para o Aleitamento Materno; publicação e implementação da Linha Guia Nascer no Ceará na Atenção Primária; entre outras.

7. CEARÁ PACÍFICO

Este Eixo consolida-se a partir da visão de um horizonte justo e pacífico. Engloba, assim, a busca por convivência e segurança cidadãs e aponta para uma sociedade pacificadora e pacificada. Ancora-se, também, na compreensão de que todos, sem distinção, têm direito ao trabalho, à atenção social, à proteção, ao amparo, à defesa e à justiça.

Nesta perspectiva, o Estado atua como protagonista em duas frentes: i) no processo de defesa desses direitos, uma vez que abraça a concepção de transversalidade temática e intersetorialidade das suas ações, integrando-se ao Poder Judiciário, ao Ministério Público e à Defensoria Pública; e ii) enquanto agente não perpetuador de violação de direitos, uma vez que preza pela solidez de uma política de segurança que respeite plenamente o cidadão. Além disso, contempla a noção

7 - Quando a canalização das águas servidas e dos dejetos, proveniente do banheiro ou sanitário, estava ligada a um sistema de coleta que os conduzia a um desaguadouro geral da área, região ou município, mesmo que o sistema não dispusesse de estação de tratamento da matéria esgotada.

de desenvolvimento social e visa superar a percepção segmentada da violência e da própria segurança pública.

É em busca do alcance de tal objetivo, que duas secretarias setoriais – a do Trabalho e Desenvolvimento Social (STDS) e a da Segurança Pública e Defesa Social (SSPDS) – trabalham conjuntamente na compreensão das distintas nuances da questão. Elas compreendem o conceito ampliado do desenvolvimento social em sua complexidade, atuando de maneira incisiva no combate à violência e na promoção do acesso pleno aos direitos sociais.

A política de segurança cidadã deve adotar, de um lado, estratégias focadas no combate às desigualdades, das quais decorrem os fatores que potencializam os riscos de insegurança. De outro, estratégias que resultem no fortalecimento dos fatores de proteção, pelos quais se planejam ações que resguardem a tranquilidade social. Assim, busca-se o equilíbrio entre as noções de segurança e cidadania, conjugando a paridade entre deveres individuais e direitos sociais.

A garantia de um Ceará Pacífico pressupõe uma abordagem multissetorial integrada, com foco na prevenção da violência pela redução da vulnerabilidade social de amplas parcelas da população. Atrelado a esta abordagem, projeta-se o reordenamento distributivo dos bens e serviços públicos e das relações econômicas e sociais, com vistas a garantir plena justiça social.

A atual política de segurança pública adota um modelo de gerenciamento de conflitos que busca a humanização do aparelho repressivo e a integração entre as polícias. Além disto, o Estado tem se esforçado no desempenho de ações articuladas às políticas preventivas municipais e às diversas instâncias de participação social, no fomento à qualidade de vida urbana e no acesso a uma justiça eficiente, dinâmica e eminentemente pública. É amparado na compreensão das múltiplas causalidades da violência, da criminalidade e da criminalização, que se consolidam propostas voltadas para a construção de uma sociedade justa e pacífica, com ênfase na segurança pública articulada à justiça, à cidadania e à política sobre drogas, com o enaltecimento da defesa social.

Por fim, a política de justiça deve buscar a isonomia ante desigualdades que afetam a sociedade cearense, contrapondo a concentração da renda e da riqueza, o que gera assimetrias e apartes entre as classes e camadas sociais. Assim, resguarda-se a prevalência do interesse público, oportunizando a participação popular nos processos decisórios e construindo os caminhos para um horizonte em que a justiça se materialize.

Resultado Estratégico: População com segurança cidadã e justiça efetiva.

Indicadores Estratégicos	Unidade	2014	2015	2016	2017
Taxa de Crimes Violentos contra o Patrimônio (CVP)	taxa por 100 mil habitantes	-[1]	684,65	810,62	852,33
Taxa de Crimes Violentos Letais e Intencionais (CVLI)	taxa por 100 mil habitantes	50,2	45,13	38,01	51,89
Taxa de reincidência por autuação em flagrante	percentual	38,94	85,12	50,26	44,90
Participação de jovens de 18 a 29 anos na população encarcerada	percentual	48,3	45,55	59,1	56,62

Fonte: AAESC/SSPDS (Dados registrados até nov/17) e Sejus.[1] Dado indisponível.

No que tange aos indicadores de segurança pública, na "Taxa de Crimes Violentos contra o Patrimônio (CVP)", verifica-se ainda tendência de crescimento, em parte explicada pelas várias ações realizadas no sentido de incentivar o cidadão a realizar a notificação dos crimes. A continuidade da modernização da Delegacia Eletrônica e a instalação das Bases Móveis em mais três Unisegs (Conjunto Ceará, Bom Jardim e Sobral) possibilitam a diminuição da subnotificação e trazem dados mais realistas da taxa de CVP no Estado.

Ressalta-se que, na comparação dos dados 2016/2015, o crescimento foi de 18,4%. Quando se faz o mesmo comparativo para o período 2017/2016, o crescimento foi de 5,1%. Desta forma, pode-se afirmar que ações como a parceria com a Polícia Rodoviária Federal (PRF) para utilização do Sistema SPIA, assim como o fortalecimento e a realização de operações integradas com os órgãos de segurança das esferas federal e municipal, têm possibilitado resultados que ainda não são os desejáveis, mas que prospectam a diminuição efetiva da Taxa de CVP, o que, em última instância, certamente se traduzirá em maior sensação de segurança para a população cearense.

Na "Taxa de Crimes Violentos Letais e Intencionais (CVLI)", após dois anos consecutivos de redução, registrou-se um aumento em 2017 de 36,5% em relação ao ano de 2016 (dados de dezembro projetados). Isto ocorreu apesar de todos os esforços envidados pelo Estado, uma vez que, em 2017, por meio de trabalho conjunto com suas vinculadas, registraram-se números recordes de apreensão de armas de fogo, de drogas e de prisões em flagrante.

Cabe ainda ressaltar que nesse ano iniciou-se a análise dos dados para conhecer o perfil das vítimas de homicídio do estado e, pelo que foi possível verificar, a partir da análise da ficha criminal, 83% dos que morrem sujeitos a tal circunstância no estado têm envolvimento, direto ou indireto, com o tráfico de drogas.

Quanto à taxa de reincidência por autuação em flagrante, em 2017, observou-se uma redução de aproximadamente 10,7%, se comparada com a de 2016. A análise deste indicador pode remeter a algumas conclusões, dentre elas, destaca-se a de que os sujeitos que cometeram crimes e contam com ficha criminal, ou até mesmo aqueles que já prestaram contas com a justiça, permanecem maior período de tempo cumprindo suas penas e, portanto, fora de circulação.

Porém, correlacionando tais dados com o número de prisões em flagrante realizados pelos profissionais de segurança pública, pode-se também concluir que outras pessoas estão entrando para as estatísticas, fato este preocupante, uma vez que os índices já registrados são desfavoráveis.

Muitas são as ações que o Governo tem realizado para enfrentar a criminalidade. Dentre as quais destacam-se a utilização da tecnologia por meio da integração de sistema e compartilhamento de dados com os órgãos de segurança pública dos Governos Federal e Municipais, e a Assinatura de um Acordo de Resultados, em que Governador e Secretários da SSPDS, da Seplag e da Sefaz se comprometem a unir esforços para a implementação de ações prioritárias no combate ao crime.

No contexto prisional, sobre o percentual de 56,62 registrado no indicador "Participação de jovens de 18 a 29 anos na população encarcerada", é importante esclarecer que foram considerados o quantitativo de 27.342 pessoas, referente ao total do sistema, incluindo os seguintes regimes: fechados, semiabertos, provisórios e abertos.

Pela análise do indicador, é notório que essa faixa etária encontra-se mais associada às práticas tidas como perpetuadoras de ameaças à segurança pública e, portanto, é alvo mais suscetível das ações que visam reprimi-las. Faz-se necessário, portanto, alinhar os eixos de atuação governamental que enfrentam contundentemente as causas da violência, buscando ampliar a ação do sistema de justiça criminal da simples repressão e punição para o tratamento e reinserção social dos apenados. Atualmente, em relação a esta faixa etária, no estado, há três unidades que abrigam cerca de 4.000 encarcerados da totalidade do sistema, ficando o restante distribuído nas demais unidades e em outros regimes.

Apesar da redução de 2,48 pontos percentuais em relação a 2016, é importante frisar que este indicador continua elevado, motivo pelo qual o Governo tem investido em capacitação profissional, educação e diversos projetos de ressocialização voltados aos presos e egressos, com o objetivo maior de evitar que estes jovens voltem ao cárcere.

NOVAS IDEIAS NOS VAS CONQUISTAS 2018

DESEMPENHO DA AÇÃO GOVERNAMENTAL >>

NOVAS IDEIAS NOS VAS CONQUISTAS

GOVERNO CEARÁ

EIXO I – CEARÁ DA GESTÃO DEMOCRÁTICA POR RESULTADOS >>

O Ceará da Gestão Democrática por Resultados contempla as políticas governamentais voltadas à busca do crescimento constante, do equilíbrio financeiro, fiscal e orçamentário, e da redução persistente das desigualdades. O propósito central deste eixo consiste em serviços públicos estaduais planejados e geridos de forma eficiente e efetiva, atendendo às necessidades dos cidadãos, com transparência e equilíbrio fiscal.

Voltadas a este propósito, as ações do governo organizam-se em três temas estratégicos: Gestão Fiscal; Planejamento e Gestão; e Transparência, Controle e Participação Social, cujas principais realizações encontram-se elencadas a seguir.

TEMA – GESTÃO FISCAL

O principal foco deste tema é garantir o equilíbrio fiscal do Estado do Ceará ao longo dos exercícios. Para tanto, é preciso atuar em um contexto que envolve uma série de variáveis influenciadas individualmente por fatores nem sempre tão previsíveis. Isto implica na necessidade de um monitoramento amiúde do comportamento das finanças públicas, requerendo decisões tempestivas sobre a alocação de recursos.

O Estado do Ceará tem tradição na condução de suas finanças, promovendo ajustes quando se fazem necessários. Prova disso é que, a despeito de crises e fatores exógenos, o Estado mantém suas despesas em dia, cumpre os limites da Lei de Responsabilidade Fiscal e demais limites formais que regem as finanças públicas, possui capacidade de endividamento e capacidade de investimento. Neste último caso, paradoxalmente, se por um lado o Estado do Ceará possui elevada capacidade e ritmo de investimentos realizados no passado recente, representando algo benéfico para nossa população, existe a preocupação de garantir recursos nos exercícios seguintes para custear o funcionamento dos novos equipamentos.

No contexto de um cenário desafiador para as finanças estaduais, considerando-se ainda os efeitos dos desequilíbrios fiscais identificados em outras unidades da federação, o tema Gestão Fiscal ganha ainda mais importância, considerando-se que, uma vez sendo alcançados resultados satisfatórios, fica garantido um ambiente de equilíbrio fiscal salutar para a economia cearense e o desenvolvimento do Estado.

O resultado esperado neste tema estratégico é o equilíbrio fiscal e orçamentário garantido. O desempenho dos indicadores que medem o alcance do referido resultado pode ser observado na tabela abaixo:

Indicadores Temáticos – 2014-2017

Indicadores Temáticos	Unidade de Medida	2014	2015	2016	2017	
					Prog.	Real.(*)
Capacidade de investimento do Tesouro	R$ milhão	622,19	629,36	1.634,60	621,60	1.169,00
Crescimento nominal do ICMS	%	8,62	4,27	5,80	6,50	7,91
Resultado Primário/PIB Estadual	%	0,40	0,40	1,30	0,40	1,20

Fonte: Sefaz. (*) Dados preliminares sujeitos a revisão.

O indicador "Capacidade de investimento do Tesouro" superou a meta programada para 2017 em 88,06%, alcançando o montante de R$ 1.169,00 milhões. Como principal subsídio a este resultado, têm-se que, ao longo dos anos, o Estado do Ceará tem mantido uma sustentabilidade no crescimento real do ICMS, que é a principal receita do Estado.

Mesmo nos momentos mais severos da crise econômica e fiscal brasileira, o Governo do Ceará conseguiu, por meio de políticas bem estruturadas, recuperar e manter a arrecadação do Estado, permitindo, assim, o alto nível de investimentos que tem colocado o Ceará em posição fiscal de destaque no país. Os investimentos, por sua vez, geram renda e emprego, reaquecendo a economia em cenários de recessão. Aliado a uma política de governo e econômica de busca por parcerias privadas que tragam para a região desenvolvimento econômico, o Ceará desponta com um grande diferencial para ser o Estado que largará na frente com a possível retomada econômica do Brasil. O Porto do Pecém, a Siderúrgica, o Aeroporto de Jericoacoara, o *hub* da AirFrance, dentre outras diversas potencialidades, já sinalizam para uma recuperação da atividade econômica cearense.

Ilustra o comportamento satisfatório deste indicador perante o cenário nacional, inclusive, o fato de o Estado do Ceará ocupar a primeira posição em investimentos realizados proporcionalmente à Receita Corrente Líquida dentre todos os estados da federação, alcançando o percentual de 12,18%. Vale ressaltar ainda que a política de investimentos está sendo feita sem comprometer o nível de endividamento do Estado.

O "Crescimento nominal do ICMS" de 7,91% em 2017 demonstra a superação de meta estabelecida também com relação a este indicador. Considerando-se a relevância deste para as finanças públicas estaduais e a complexidade que envolve o tema, o escopo de sua análise é ampliado de modo a discorrer acerca da arrecadação total.

A arrecadação tributária própria do Estado do Ceará, no período de janeiro a dezembro de 2017, atingiu o montante de R$ 12,406 bilhões em termos nominais. Na composição da arrecadação, o ICMS apresenta-se como a receita mais expressiva, contribuindo com 90,78% da Receita de Arrecadação Própria.

O IPVA contribuiu com 6,91%, o ITCD com 0,58% e as taxas e outras receitas tributárias com 1,74%. O montante tributário relativo à arrecadação própria obteve um crescimento nominal de 3,81%, comparado ao exercício de 2016, quando se atingiu o valor de R$ 11,950 bilhões, conforme demonstrado na tabela 1.

Tabela 1: Receitas de Arrecadação Própria - Valores Nominais em R$

Receitas	2016 (R$)	2017 (R$)	Variação (2017/2016) %	Participação %
ICMS	10.436.149.947,25	11.261.901.475,31	7,91%	90,78%
IPVA	729.233.429,94	857.233.388,13	17,55%	6,91%
ITCD	657.604.784,68	72.300.202,50	-89,01%	0,58%
Multas Autônomas / Taxas e Outras Direta	127.416.509,88	215.517.678,44	69,14%	1,74%
TOTAL	11.950.404.671,75	12.405.796.367,51	3,81%	100,00%

Fonte: Sefaz/Coordenadoria de Administração Tributária – CATRI/Célula de Planejamento e Acompanhamento – CEPAC.
Nota 1: Nestes montantes estão inclusos os valores referentes ao principal, multa e juros, Dívida Ativa e FECOP.
Nota 2: Os valores da arrecadação de novembro e dezembro de 2017 são estimados, sujeitos a alterações.

No que diz respeito às transferências constitucionais feitas ao Tesouro Estadual, estas atingiram R$ 6,219 bilhões, no período de janeiro a dezembro de 2017, com um decréscimo nominal de 3,67% relativamente ao mesmo período do ano passado, conforme demonstrado na tabela 2. Destaca-se como a de maior representatividade a receita do Fundo de Participação dos Estados (FPE), que, no período supracitado, totalizou R$ 6,091 bilhões, com um decréscimo nominal de 4,01%, comparado com 2016.

Tabela 2: Receitas de Transferências Constitucionais - Valores Nominais em R$

Receitas	2016	2017	Variação (2017/2016) %	Participação %
FPE	6.345.216.365,16	6.090.617.455,03	-4,01%	97,93%
CIDE	34.086.961,20	46.626.331,43	36,79%	0,75%
ROYALTIES	22.143.475,19	26.015.940,50	17,49%	0,42%
IPI	30.536.312,01	32.215.425,85	5,50%	0,52%
LEI KANDIR	23.821.346,28	23.821.346,28	0,00%	0,38%
Fundo de Exportação	520.796,25	0,00	-100,00%	0,00%
TOTAL	6.456.325.256,09	6.219.296.499,09	-3,67%	100,00%

Fonte: Sefaz/Coordenadoria de Administração Tributária – CATRI/Célula de Planejamento e Acompanhamento – CEPAC.
Nota1: Os valores da arrecadação de Novembro e Dezembro de 2017 são estimados, sujeitos a alterações.

Por fim, considerando o somatório das receitas de arrecadação própria e as transferências constitucionais, o Estado arrecadou, no período de janeiro a dezembro de 2017, o valor de R$ 18,625 bilhões, com crescimento nominal de 1,19%, comparando-se ao mesmo período do ano passado. Destaca-se que o decréscimo real neste período foi de 2,05%.

Ainda quanto à arrecadação acumulada do ICMS, no período de janeiro a dezembro de 2017, esta totalizou, em termos nominais, o valor de R$ 11,262 bilhões, que corresponde a um incremento de 7,91% em relação ao mesmo período do ano anterior, quando a arrecadação atingiu o total de R$ 10,436 bilhões.

No que se refere ao ICMS por segmento econômico, merece destaque o desempenho dos macrossegmentos de Combustíveis, Comunicação e Energia Elétrica, com representatividade de 42,80% da arrecadação total do ICMS, que proporcionaram, no exercício de 2017, receita de R$ 4,820 bilhões, resultando em um incremento de 5,13%, em termos nominais, comparado com o ano de 2016, quando o total foi de R$ 4,585 bilhões. Em termos reais, apresentou acréscimo de 1,73%.

O resultado do indicador "Resultado Primário/ PIB Estadual" ilustra outro fator favorável ao equilíbrio fiscal do Estado do Ceará, superando em 0,8 pontos percentuais a meta estabelecida para 2017. Vale ressaltar que, sem comprometer o equilíbrio fiscal, o Estado atingiu meta de Resultado Primário em R$ 1.691,4 milhões (até agosto de 2017), conforme legislação pertinente.

PROGRAMAS TEMÁTICOS DA GESTÃO FISCAL

Para que o Governo pudesse apresentar o desempenho observado nos indicadores relacionados acima, as ações finalísticas referentes a este tema estratégico foram desenvolvidas por meio dos programas: Educação Fiscal e Cidadania; Gestão Fiscal e

Financeira; e Modernização da Gestão Fiscal. Para tanto, foi utilizado um volume de recursos orçamentários da ordem de R$ 30,24 milhões.

PROGRAMA 002 – EDUCAÇÃO FISCAL E CIDADANIA

O Programa tem como objetivo principal desenvolver ações para esclarecer os cidadãos sobre a função social dos tributos, a gestão fiscal do Estado e sua responsabilidade no controle da aplicação desses recursos, por meio do exercício da cidadania, buscando, assim, a construção de uma sociedade mais livre, justa e solidária, tendo como público-alvo professores, alunos de todos os níveis de ensino, servidores públicos, sindicatos, comunidades, ONGs.

PRINCIPAIS REALIZAÇÕES:

• Realização de palestras, dentre as quais: "A importância do NAF - Núcleo de Apoio Fiscal e Contábil", nos estabelecimentos de Ensino Superior Unichristus e UNI7 (ação do Programa Nacional de Educação Fiscal); "O desenvolvimento do Programa de Educação Fiscal no Ceará"; na 51ª Reunião Ordinária do Grupo de Gestores de Finanças Públicas, do Confaz; "Um caminho para cidadania", em seminário da Auditece; "Módulo Fiscal Eletrônico e Módulo Educação Fiscal", na Federação das Indústrias do Estado do Ceará (Fiec); "O Por quê Educação Fiscal", para alunos do nível médio do Sesi.

• Realização de palestra no Seminário dos Órgãos Públicos, na Delegacia da Receita Federal, em Juazeiro do Norte, abrangendo 49 municípios da Região do Cariri, e de palestra sobre o tema Educação Fiscal na Mostra Científica do Cariri, também em Juazeiro do Norte.

• Realização de visitas técnicas no âmbito do Projeto Escolas no Fisco a dois estabelecimentos de Ensino Médio e profissionalizante.

• Realização de evento referente ao Dia Estadual de Educação Fiscal no Ceará, em Aquiraz.

• Realização do 1º Seminário de Educação Fiscal do Cariri, com o tema "Desenvolvimento Social e Cidadania".

• Planejamento e sensibilização para continuidade de ações e/ou implantação da Educação Fiscal em novos segmentos da sociedade: Grupo GEFE (Grupo Estadual de Educação Fiscal); Escolas de Gestão Pública; Centro Industrial do Ceará (CIC); Representante Crede Acaraú; Grupo Nacional de Educação Fiscal; Universidade Estácio de Sá; e Secretaria Municipal de Educação de Fortaleza.

PROGRAMA 053 – GESTÃO FISCAL E FINANCEIRA

O Programa tem como objetivo principal garantir a eficiência e eficácia do sistema de fiscalização, arrecadação, tributação e de gestão fiscal do Estado do Ceará, tendo como público-alvo os contribuintes.

PRINCIPAIS REALIZAÇÕES:

• Instituição do Programa de Recuperação Fiscal no âmbito do Estado do Ceará, destinado a promover a regularização de créditos, mediante anistia dos créditos de natureza tributária oriundos do ICMS, IPVA e ITCD, bem como os créditos não tributários do Detran.

• Implantação, com colocação em produção, da Redesim – sistema integrado que permite a abertura, fechamento, alteração e legalização de empresas, simplificando procedimentos e reduzindo a burocracia.

• Implantação do Projeto Módulo Fiscal Eletrônico (MFE), que prevê a definição e operacionalização do novo modelo de emissão de documentos fiscais de operações de venda ao consumidor pela solução do MPE e solução de inteligência fiscal.

• Definição de ações de fiscalização que representaram a lavratura de 10.306 Autos de Infração no período de janeiro a novembro de 2017, na Fiscalização do Trânsito de Mercadorias, no valor principal total corrigido de R$ 8,99 milhões. Considerando as multas e juros corrigidos, o montante totaliza R$ 19,39 milhões.

• Estabelecimento de ações de cobrança que resultaram no pagamento de autos de infração no período de janeiro a outubro de 2017, totalizando R$ 221,78 milhões.

• Atualização dos valores do Preço médio ponderado ao consumidor final (PMPF) da Gasolina, Etanol, Óleo Diesel e GLP, resultando na arrecadação de R$ 1 milhão de janeiro a novembro de 2017 e monitoramento fiscal do segmento Combustíveis, resultando em R$ 42 milhões.

• Monitoramento fiscal do segmento Energia e Comunicação, envolvendo R$ 29,7 milhões no período de janeiro a novembro de 2017.

• Realização de ações de monitoramento e fiscalização na Substituição Tributária, resultando em notificações e autuações no montante de R$ 299,13 milhões. Deste montante, foram pagos R$ 46,64 milhões.

• Verificação do segmento de empresas que praticam venda porta a porta, possibilitando atingir os seguintes resultados: R$ 30 milhões recuperados e mais de R$ 76 milhões em autos lavrados ainda não pagos.

• Realização de 250 ações de monitoramento fiscal no Sistema Integrado de Gerenciamento Tributário (Siget), com valor de notificações de R$ 1,25 milhão.

PROGRAMA 060 – MODERNIZAÇÃO DA GESTÃO FISCAL

O Programa tem como objetivo principal contribuir para a sustentabilidade fiscal do Estado do Ceará, com ampliação das receitas próprias, contenção e melhoria da qualidade dos gastos públicos e aperfeiçoamento da governança na gestão e da transparência, por meio da integração dos fiscos, da transparência e da modernização da gestão fiscal, contábil, financeira e patrimonial, em cumprimento às normas constitucionais e legais brasileiras, tendo como público-alvo os contribuintes.

PRINCIPAIS REALIZAÇÕES:

• Definição de nova metodologia de atendimento padrão, com o intuito de modernizar os serviços ofertados em mais duas unidades fazendárias.

• Concretização de iniciativas tecnológicas, por parte da Secretaria da Fazenda, para sincronização do cadastro fiscal do Estado.

TEMA – PLANEJAMENTO E GESTÃO

Uma das vertentes do eixo "Ceará da Gestão Democrática por Resultados", que tem por finalidade garantir crescimento constante, equilíbrio financeiro, fiscal e orçamentário e redução das persistentes desigualdades, é a organização das ações governamentais de forma planejada para uma execução eficaz e eficiente, contribuindo com a integração e a efetividade das políticas públicas.

O ponto de partida para a consecução desta finalidade está assentado na necessidade do (I) planejamento estratégico e na (II) contratualização dos resultados. O primeiro deve ser democrático, inclusivo e participativo; o segundo, claro, objetivo, preciso, mensurável e transparente.

Assim, para o bom funcionamento das instituições, é necessário promover um aperfeiçoamento institucional, a intersetorialidade e o desenvolvimento regional sustentável, o que estimula a prosperidade e a inovação em todo o sistema social. E, para isto, é importante promover a passagem das iniciativas setoriais para um arranjo multissetorial e transversal, garantindo maior efetividade por parte dos atores públicos e autonomia para a alocação técnica e meritórica de recursos.

Finalmente, um planejamento regionalizado e descentralizado, aliado à concepção de uma gestão pública moderna, focada no alcance de resultados, cria as condições para a construção de matrizes econômicas interdependentes, corredores dinâmicos de atividades, fortalecimento das vocações regionais e aumento da eficiência sistêmica, contribuindo para o rompimento do ciclo gerador de pobreza e desigualdade.

O resultado esperado neste tema estratégico é a gestão pública eficiente, efetiva, descentralizada e regionalizada. O desempenho dos indicadores que medem o alcance do referido resultado pode ser observado na tabela abaixo:

Indicadores Temáticos – 2014-2017

Indicador	Unidade de Medida	2014	2015	2016	2017	
					Prog.	Real.(*)
Despesa Executada em relação à Despesa Autorizada	%	98,88	95,03	96,25	96,54	95,51
Despesa Finalística Empenhada em relação à Despesa Total	%	37,50	31,62	31,01	35,67	37,11
Operações de Crédito Aplicado em relação à Previsão de Desembolso Anual	%	89,00	75,00	54,50	50,00	50,20(1)
Valor de Ordens de Compras emitidas em relação ao Valor Total da Ata de Registro de Preço do Estado	%	21,00	33,20	40,25	25,00	39,66(2)

Fonte: Seplag. (*) Dados preliminares sujeitos a revisão. (1) Total executado na LOA 2017 até 08/12/2017: R$ 0,816 bilhão e total previsto PAF: R$1,627 bilhão. (2) Considera as atas sob a responsabilidade da Seplag finalizadas no período de 01/01/2017 a 11/12/2017.

A projeção do indicador "Despesa Executada/ Despesa Autorizada", para o final do exercício, leva em consideração os valores executados e previstos até novembro de 2017. Além disso, no mês de dezembro, há um acréscimo relevante da execução em relação aos meses anteriores, em virtude, principalmente, do pagamento de pessoal, que engloba, além do pagamento ordinário, a segunda parcela do 13º salário. Destaca-se, também, o crescimento de outros tipos de despesas, como custeios e despesas referentes aos projetos Mapp.

Com base nessas análises, vislumbra-se um nível de execução de 95,51% do valor projetado, em linha, com os anos anteriores.

O indicador "Despesa Finalística Empenhada/ Despesa Total" apresenta, para o final de 2017, uma projeção superior ao executado em 2016. Diversos fatores contribuem para essa expectativa, destacando-se: o crescimento do Custeio nos Programas Finalísticos que, até novembro de 2017, comparado a igual período de 2016, foi 6,7% maior; elevação dos investimentos apresentou um percentual superior a 7%, quando comparado a igual período de 2016; e alocação no orçamento dos Programas Finalísticos de Despesas de Pessoal, a fim de desenvolver Centro de Custo que resulte em informações fidedignas para o controle gerencial e a tomada de decisão.

Os fatores acima destacados, com ênfase na migração da Despesa com Pessoal da Secretaria da Educação (Seduc) para os Programas Finalísticos, evidenciam uma expectativa positiva para uma maior execução das Despesas Finalísticas em relação à Despesa Total executada pelo Estado.

Considerando o indicador "Percentual das Operações de Crédito aplicado em relação à Previsão de Desembolso Anual", destaca-se que, para 2017, foi prevista uma meta um pouco mais conservadora em relação ao ano anterior, pois o cenário de dificuldades para contrapartida permaneceu o mesmo, o que se confirmou durante a execução.

Com o indicador "Valor de Ordens de Compras emitidas em relação ao Valor Total das Atas de Registro de Preço do Estado", avalia-se o cumprimento de duas importantes diretrizes do Governo na área de compras: a) aquisições baseadas em demandas corporativas da Administração Pública Estadual, com foco no planejamento anual dos órgãos e entidades; e b) prioridade de contratação de bens, materiais e serviços por meio do Sistema de Registro de Preços.

Nesse sentido, aferir o percentual do valor das "Ordens de Compras em relação ao Total Registrado em Ata" é importante porque se conhece o grau de eficiência na gestão dos compradores, notadamente quanto à atividade de planejamento.

Analisando o desempenho do indicador, cabe registrar as principais razões que dificultaram a obtenção de bons índices de utilização das Atas de Registro de Preços. A primeira é a própria legislação, que não obriga os órgãos participantes a contratarem as quantidades estimadas; a outra se traduz nas medidas de contenção de gastos para o cumprimento das diretrizes de ajuste fiscal, as quais repercutiram também na redução das contratações por registro de preços.

De toda forma, a meta de 2017, de 25%, foi superada, alcançando 39,66% de utilização das Atas, considerando as Aquisições por Registros de Preços finalizadas no período de 01/01/2017 a 11/12/2017.

PROGRAMAS TEMÁTICOS DO PLANEJAMENTO E GESTÃO

Para que o governo pudesse apresentar o desempenho observado nos indicadores relacionados acima, as ações finalísticas referentes a este tema estratégico foram desenvolvidas por meio dos programas: Governança do Pacto por um Ceará Pacífico; Fortalecimento Institucional dos Municípios; Fortalecimento do Sistema Estadual de Planejamento; Modernização da Gestão Pública Estadual; Gestão e Desenvolvimento Estratégico de Pessoas; e Comunicação Institucional e Apoio às Políticas Públicas. Para tanto, foi utilizado um volume de recursos orçamentários da ordem de R$ 299,34 milhões.

PROGRAMA 015 – GOVERNANÇA DO PACTO POR UM CEARÁ PACÍFICO

O Programa tem como objetivo principal contribuir para a integração das ações dos órgãos de todos os poderes e órgãos autônomos, visando à melhoria da eficiência e eficácia das ações de políticas de prevenção à violência, tendo como público-alvo atores governamentais e sociedade civil organizada.

PRINCIPAIS REALIZAÇÕES:

• Fortalecimento e expansão do Pacto por um Ceará Pacífico, nos municípios de Fortaleza e Sobral.

• Fortalecimento das parcerias entre as Secretarias de Estado e as Prefeituras, especialmente dos municípios de Fortaleza, Sobral e Juazeiro do Norte.

• Implantação do Aplicativo Tempo de Justiça Mobile, que permite visualizar toda a base de dados do sistema e trazer maior agilidade no acompanhamento dos processos.

• Implantação do aplicativo móvel 190, que permite ao usuário criar ocorrências de forma mais rápida e com eficiência.

• Implantação do Alerta MP a partir de convênio firmado entre Ministério Público do Ceará e Vice-governadora do Estado do Ceará, aplicativo móvel que tem como principal funcionalidade prover um canal de comunicação direto com uma central de monitoramento.

PROGRAMA 021 – FORTALECIMENTO INSTITUCIONAL DOS MUNICÍPIOS

O Programa tem como objetivo principal elevar a capacidade institucional dos municípios do Estado do Ceará, tendo como público-alvo os municípios cearenses.

Este programa possui as seguintes iniciativas prioritárias, cujo desempenho físico de seus produtos principais pode ser observado na tabela abaixo:

Iniciativas Prioritárias	Produto	Unidade de Medida	Programado 2017	Realizado 2017 (*)
Formação e capacitação em gestão pública	Pessoa capacitada	unidade	351	659
Formação e capacitação em gestão pública nos municípios dos Vales do Jaguaribe e do Acaraú	Pessoa capacitada	unidade	40	80
Apoio à execução de equipamentos e espaços públicos nos Vales do Jaguaribe e do Acaraú	Projeto elaborado	unidade	9	2

Fonte: Sistema Integrado de Monitoramento e Avaliação (Sima). (*) Dados preliminares sujeitos a revisão.

PRINCIPAIS REALIZAÇÕES:

• Capacitação de 659 servidores, de 24 municípios, em 12 regiões do Estado – Cariri (128), Centro Sul (155), Grande Fortaleza (12), Litoral Norte (156), Litoral Oeste/Vale do Curu (03), Maciço de Baturité (01), Serra da Ibiapaba (104), Sertão Central (03), Sertão de Sobral (02), Sertão dos Inhamuns (01), Vale do Jaguaribe (01) e Litoral Leste (93), no tema Gestão Tributária.

• Capacitação de 80 técnicos e gestores municipais, de 17 municípios, das regiões Vale do Acaraú e Vale do Jaguaribe, com duas capacitações, com participação de 40 técnicos em cada uma e carga horária de 40h/aula cada capacitação, nos temas Gestão de Projetos e Licenciamento Ambiental.

• Elaboração de dois projetos para apoiar a execução de equipamentos e espaços públicos nas regiões dos Vales do Acaraú e Vale do Jaguaribe, respectivamente: Projeto estrutural para a ponte sobre o Riacho Boqueirão, na Avenida Perimetral do município de Sobral; e Projeto executivo, de arquitetura e complementares para o Polo Metal Mecânico de Tabuleiro do Norte.

• Execução de serviços de redesenho de processos para melhoria do ambiente de negócios para os municípios de Russas e Sobral.

• Elaboração do Projeto Habitacional Rural, entregue ao município de Choró, na região do Sertão Central.

PROGRAMA 065 – FORTALECIMENTO DO SISTEMA ESTADUAL DE PLANEJAMENTO

O Programa tem como objetivo principal promover o aperfeiçoamento da Gestão Pública do Estado do Ceará orientada para o alcance de resultados, tendo como público-alvo órgãos e entidades públicas, instituições privadas e sociedade civil organizada.

Este programa possui a seguinte iniciativa prioritária, cujo desempenho físico pode ser observado na tabela abaixo:

Iniciativa Prioritária	Produto	Unidade de Medida	Programado 2017	Realizado 2017
Gestão do Planejamento Estadual orientado para resultados	Instrumento de Planejamento e Gestão elaborado	Unidade	5	5

Fonte: Sistema Integrado de Monitoramento e Avaliação (Sima). (*) Dados preliminares sujeitos a revisão.

PRINCIPAIS REALIZAÇÕES:

• Lançamento da Plataforma de Desenvolvimento Ceará 2050.

• Realização das oficinas regionais de monitoramento participativo do PPA 2016-2019 nas 14 Regiões de Planejamento do Ceará, com o objetivo de promover a participação do cidadão no planejamento e monitoramento das políticas públicas do Estado.

• Elaboração e entrega dos seguintes instrumentos de planejamento e gestão: Mensagem de Governo 2017 à Assembleia Legislativa do Estado do Ceará; Projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias 2018; Projeto de Lei Orçamentária Anual 2018; Projeto de Lei da revisão do PPA para o Biênio (2018-2019) e Modelo de Gestão Participativa.

• Celebração de seis acordos de resultados com as Secretarias da Educação, da Infraestrutura, do Meio Ambiente, dos Recursos Hídricos, da

Saúde e da Segurança Pública e Defesa Social, além do início da implementação do Modelo de Gestão para Resultados em mais dez setores.

• Conclusão da 1ª turma da formação (240 h/a), no âmbito do Programa de Formação Continuada em Gestão para Resultados (ProGpR), com a entrega de certificados para 28 servidores da Rede Estadual de Planejamento.

• Celebração de 28 contratos de gestão, totalizando R$ 794,56 milhões e, ainda, 21 aditivos a contratos, totalizando o valor de R$ 63,1 milhões.

• Promoção do Programa de Parcerias e Concessões, com preparação para elaboração de estudos de dois Projetos de Parcerias Público-Privadas: Planta de Dessalinização e PPP 1 do Metrofor (Linha Sul, VLT Parangaba - Mucuripe, VLT Sobral e VLT Cariri), além de dois Projetos de Concessão de Uso de Grande Porte: Centro de Eventos do Ceará e Placas solares nas áreas livres do Eixão das Águas.

• Acompanhamento da execução de Projetos na modalidade Parceria Público-Privada (PPP - Castelão e PPP - Vapt Vupt), totalizando um desembolso no montante de aproximadamente R$ 50 milhões.

• Divulgação de 95 estudos e entrega de 43 documentos, com finalidade de assessorar o desenvolvimento e avaliação de políticas públicas.

• Seleção e aprovação de 218 projetos estratégicos de combate aos mecanismos de geração da pobreza e de desigualdades sociais, por parte do Conselho Consultivo de Políticas de Inclusão Social (CCPIS), apresentados por 15 Secretarias de Estado, com a finalidade de alocação e uso de recursos do Fundo Estadual de Combate à Pobreza (Fecop), para fomentar a execução de ações voltadas à superação da pobreza e à redução das desigualdades sociais, representando um investimento da ordem de R$ 581,28 milhões.

• Apresentação do Relatório de Desempenho Físico-Financeiro do Fecop, junto à Assembleia Legislativa do Estado do Ceará, ao Tribunal de Contas do Estado (TCE) e à Controladoria e Ouvidoria Geral do Estado (CGE), de modo a publicizar os recursos captados e utilizados, a título de prestação de contas.

• Participação no processo de elaboração do Plano Estadual de Combate à Pobreza, junto ao Instituto de Pesquisa e Estratégia Econômica do Ceará (Ipece), como instrumento estratégico de formulação e implementação de políticas públicas que garantam o acesso de pessoas, famílias e comunidades vulneráveis a oportunidades de desenvolvimento integral.

PROGRAMA 069 – MODERNIZAÇÃO DA GESTÃO PÚBLICA ESTADUAL

O Programa tem como objetivo principal promover a eficiência na utilização dos recursos públicos e a otimização de processos governamentais, tendo como público-alvo os órgãos e entidades da Administração Pública Estadual.

Este programa possui as seguintes iniciativas prioritárias, cujo desempenho físico de seus produtos principais pode ser observado na tabela abaixo:

Iniciativas Prioritárias	Produto	Unidade de Medida	Programado 2017	Realizado 2017 (*)
Gestão do patrimônio mobiliário e imobiliário do Poder Executivo do Estado do Ceará	Sistema de Gestão Corporativa modernizado	Unidade	2	1
Gestão da política de compras governamentais do Estado do Ceará	Sistema de Gestão Corporativa modernizado	Unidade	1	2

Fonte: Sistema Integrado de Monitoramento e Avaliação (Sima). (*) Dados preliminares sujeitos a revisão.

PRINCIPAIS REALIZAÇÕES:

• Implantação dos novos procedimentos contábeis de depreciação, amortização e exaustão para os bens móveis pertencentes ao patrimônio estadual, assim como providências pertinentes à alienação de bens (móveis e imóveis) inservíveis e/ou antieconômicos.

• Implantação dos procedimentos contábeis no Sistema de Gestão de Bens Móveis (SGBM) e realização de cursos e treinamento para os servidores que utilizam o Sistema, atendendo diretrizes estabelecidas pela Secretaria do Tesouro Nacional (STN).

• Roteirização/Modernização do sistema de rotas, além da elaboração do projeto de implantação de sistema para uso de frota compartilhada e gestão de uso da frota dedicada no Estado do Ceará.

• Conclusão de leilão de bens móveis inservíveis e/ou antieconômicos, apresentando arrecadação de R$ 3,799 milhões.

• Implantação do módulo de Planejamento de Compras no Sistema Licitaweb, para utilização de todos os órgãos e entidades do Governo do Estado, nos termos do art. 15 da Lei nº 8.666/1993. O sistema permite dois tipos de planejamento: Planejamento Anual e Planejamento de Registro de Preços (RP).

• Implantação do módulo de Elaboração Eletrônica dos Editais no Sistema Licitaweb, permitindo a padronização dos instrumentos de convocação e demais processos de aquisição. A implementação já atingiu 85% do total de processos.

• Implantação do Painel das Compras, composto por indicadores de performance, elaborados com base nos itens adjudicados nas contratações dos órgãos, entidades e unidades de ensino do Estado, disponíveis no Sistema de Gestão de Compras – Licitaweb.

• Melhoria do Catálogo de Bens, Materiais e Serviços, com a atualização da metodologia de especificação e classificação dos itens, assegurando qualidade nas especificações, consonância com o mercado fornecedor, aderência a padrões de sustentabilidade e integração com os demais sistemas corporativos. O esforço de padronização levou a uma redução de 73% dos itens no Catálogo.

• Entrega do Plano de Avaliação e Adequação de Estruturas Organizacionais, que resultou na Lei de Reestruturação Organizacional do Poder Executivo (Lei Nº 16.230/2017) e em 21 decretos de regulamentos/estruturas.

• Atualização da Carta Eletrônica de Serviços, disponibilizada no site do Acesso Cidadão e no Portal do Governo, com o objetivo de facilitar o conhecimento dos serviços que o Estado se dispõe a prestar à comunidade, além da transparência e controle social, o que propicia a constante melhoria no desempenho.

PROGRAMA 070 – GESTÃO E DESENVOLVIMENTO ESTRATÉGICO DE PESSOAS

O Programa tem como objetivo principal alcançar o perfil desejado do servidor público para o atendimento ao cidadão, de forma motivada e eficiente, em um modelo de gestão baseado em resultados, tendo como público-alvo os servidores públicos estaduais e seus dependentes, servidores públicos de outros entes e colaboradores.

Este programa possui as seguintes iniciativas prioritárias, cujo desempenho físico de seus produtos principais pode ser observado na tabela abaixo:

Iniciativas Prioritárias	Produto	Unidade de Medida	Programado 2017	Realizado 2017 (*)
Prestação de assistência a portadores de necessidades especiais	Pessoa assistida	Unidade	2.000	1.661
Prestação de serviços de assistência médica, hospitalar, odontológica, exames especializados, laboratoriais e complementar de saúde aos servidores públicos estaduais e beneficiários	Pessoa assistida	Unidade	416.939	277.120

Fonte: Sistema Integrado de Monitoramento e Avaliação (Sima). (*) Dados preliminares sujeitos a revisão.

PRINCIPAIS REALIZAÇÕES:

• Realização de 86.420 assistências hospitalares, 70.994 exames especializados e laboratoriais, 15.946 assistências odontológicas, 7.293 assistências em fisioterapia, 974 assistências em fonoaudiologia, 2.573 assistências em psicologia e 92.920 assistências médicas (consultas).

• Construção de uma agenda positiva junto às entidades representativas dos servidores públicos estaduais, culminando, em 06/12/2017, com a entrega da proposta de um novo modelo de Assistência à Saúde, contemplando a contribuição financeira do Servidor.

• Reestruturação do modelo de credenciamento, passando a credenciar exclusivamente prestadores de pessoa jurídica, eliminando pagamento de encargos previdenciários patronais prestados por pessoa física, gerando uma economia de quase R$ 600 mil, comparado ao mesmo período de 2016.

• Integração do Sistema de Gestão em Saúde, com o Cadastro de Fornecedores do Estado do Ceará (CRC), permitindo agilidade na comprovação da regularidade fiscal do credenciado.

• Realização de seis viagens relativas à modalidade Perícia Itinerante em cada uma das cidades-polos: Quixadá, Juazeiro do Norte e Sobral, onde a equipe constituída por 1 médico, 1 psicólogo e 1 assistente social realizaram perícias para concessão de benefícios diversos a servidores/militares residentes no interior do Estado.

• Realização de 20.738 perícias médicas presenciais, 3.104 perícias documentais (no interior do Estado) e 723 perícias domiciliares/hospitalares até novembro/2017.

• Análise de 1.955 processos até novembro de 2017, referentes a editais de concursos, seleção pública simplificada, informações prestadas à PGE e demais entidades, referentes aos casos sub-judice; seleção de estagiários de Nível Médio e Superior; nomeação, demissão e exoneração de cargos efetivos; ampliação de carga horária e outros.

• Inserção de 1.003 estagiários de Nível Médio e Superior nos órgãos estaduais, dentro do Programa de Estágio do Governo do Estado.

• Coordenação da realização de 10 concursos públicos para os órgãos: Universidade Regional do Cariri (URCA), Fundação Universidade Estadual do Ceará (Funece), Polícia Militar, Companhia de Gás do Ceará (Cegás), Universidade Estadual Vale do Acaraú (UVA), Secretaria da Justiça e Cidadania (Sejus), Departamento Estadual de Trânsito (Detran), Polícia Civil, Fundação Cearense de Meteorologia e Recursos Hídricos (Funceme) e Superintendência do Sistema Estadual de Atendimento Socioeducativo (Seas), totalizando 7.639 vagas.

• Coordenação da realização de quatro seleções simplificadas para os órgãos: Metrô de Fortaleza (Metrofor), Seas e UVA, totalizando 1.214 vagas.

• Execução de 11 projetos nas modalidades: coral, karatê e ginástica laboral, nos órgãos/entidades: Secretaria do Planejamento e Gestão (Seplag), Fundação Núcleo de Tecnologia Industrial do Ceará (Nutec), Hospital São José de Doenças Infecciosas, Hospital Infantil Albert Sabin, Secretaria do Desenvolvimento Agrário (SDA), Departamento Estadual de Rodovias (DER), Secretaria da Infraestrutura do Estado do Ceará (Seinfra), TV Ceará, Secretaria da Segurança Pública e Defesa Social (SSPDS) e Departamento de Arquitetura e Engenharia (DAE), visando à melhoria da qualidade de vida dos servidores no ambiente de trabalho do serviço público.

• Formação e qualificação profissional de servidores públicos: de janeiro a novembro de 2017, foram aproveitadas 14.131 oportunidades de capacitação pelos servidores, numa parceria com a Escola de Gestão Pública do Estado do Ceará (EGPCE), através dos seguintes eventos: 89 Cursos Presenciais, 20 Cursos a Distância, 32 Palestras, 5 Seminários e 9 Oficinas. Considerando a meta de 10.500 servidores capacitados em 2017, a Escola de Gestão Pública, já em novembro, atingia o quantitativo de 14.131, superando a referida meta.

• Aplicação de novas alíquotas de contribuição previdenciária para manutenção do Supsec, a partir de 28 de março, em cumprimento à Lei Complementar Nº 167/2016, passando a alíquota do beneficiário de 11% (onze por cento) para 12% (doze por cento) em 2017, 13% (treze por cento) em 2018 e 14% (quatorze por cento) em 2019 e a alíquota do Estado, de 22% (vinte e dois por cento) para 24% (vinte e quatro por cento) em 2017, 26% (vinte e seis por cento) em 2018 e 28% (vinte e oito por cento) em 2019, tendo em vista evitar o comprometimento futuro da concessão de benefícios previdenciários em razão de uma possível falta de recursos, considerando o elevado encargo do Estado com o pagamento das aposentadorias e pensões, com tendência de crescimento em razão do envelhecimento da população, levando a uma crescente insuficiência financeira do Sistema Previdenciário Estadual.

• Liberação relativa à Receita Patrimonial de R$ 25,3 milhões, oriundos de aplicações financeiras dos recursos acumulados do Fundo Previdenciário (Previd), no período de janeiro a outubro de 2017, atingindo 175,20% da meta definida na Política de Investimentos para 2017.

PROGRAMA 081 – COMUNICAÇÃO INSTITUCIONAL E APOIO ÀS POLÍTICAS PÚBLICAS

O Programa tem como objetivo principal contribuir para a agilidade e qualidade na formulação e execução das políticas públicas, programas, projetos e atividades que venham ao encontro das aspirações do cearense, tendo como público-alvo as instituições governamentais e a sociedade.

Este programa possui as seguintes iniciativas prioritárias, cujo desempenho físico de seus produtos principais pode ser observado na tabela abaixo:

Iniciativas Prioritárias	Produto	Unidade de Medida	Programado 2017	Realizado 2017(*)
Realização de campanhas, informativos e divulgação em mídias diversas	Ação Publicitária realizada	unidade	30	41
Organização, promoção e mobilidade de eventos e viagens governamentais	Evento realizado	unidade	500	1.098
Apoio a instituições e organizações da Sociedade Civil para implementação de políticas públicas	Instituição apoiada	unidade	120	81

Fonte: Sistema Integrado de Monitoramento e Avaliação (Sima). (*) Dados preliminares sujeitos a revisão.

PRINCIPAIS REALIZAÇÕES:

• Emissão e divulgação de 243 edições do Diário Oficial do Estado, publicadas com aproximadamente 129.293 matérias de órgãos do Governo do Estado, Tribunal de Contas do Município, Tribunal de Contas do Estado, Assembleia Legislativa e de interesse de particulares.

• Realização de 41 campanhas publicitárias, com destaque para Campanhas do Turismo, da Segurança Pública, da Saúde (*Aedes Aegypt* e balanço das ações de combate ao mosquito), da Educação (Ideb, PAIC, Escolas de Tempo Integral), Campanha "Cada Gota Conta", Programa "Ceará de Ponta a Ponta", Regulamentação do Parque do Cocó, Prestação de Contas e Balanço da Gestão.

• Pesquisas e elaboração de estudos no âmbito do Pacto por um Ceará Pacífico, com coleta e sistematização dos dados relacionados aos índices de violência e criminalidade.

• Realização de 1.098 eventos diversos, incluindo 396 eventos oficiais, dentre eles: implantação do Batalhão de Policiamento de Rondas e Ações Intensivas e Ostensivas (Raio) em diversos municípios, inaugurações de Unidades Integradas de Segurança (Unisegs), inaugurações de estradas e sistemas de abastecimento de água, inaugurações de Escolas de Ensino Médio e Profissionalizantes, nomeações e promoções de Bombeiros e Policiais Militares, inaugurações de Unidades de Pronto Atendimento (UPAs) e realização da Operação Sorriso.

• Apoio a 81 instituições da sociedade civil na realização de projetos, destacando-se, entre eles: Ceará Natal de Luz, Casa Cor Ceará, Mostra Educativa Audiovisual do 10° For Rainbow, I Encontro de Protagonismo Juvenil, Aprender a ler é um prazer, Dragão Fashion Brasil 2017, 54ª Expolguatu, Realização do 7º TIC - Festival Internacional de Teatro Infantil do Ceará, Festival Halleluya e 63ª Expoece.

• Elaboração de 540 relatórios para auxiliar no monitoramento de 672 obras em todo o Estado, com destaque para as obras do VLT, praças, areninhas, escolas, estradas, hospitais e policlínicas, habitação e urbanização do Rio Cocó, Maranguapinho e da Comunidade do Dendê.

TEMA – TRANSPARÊNCIA, CONTROLE E PARTICIPAÇÃO SOCIAL

Uma das principais finalidades do Governo é garantir crescimento constante, equilíbrio financeiro, fiscal e orçamentário e redução das persistentes desigualdades. Para tanto, cabe ao Governo se organizar e mobilizar a sociedade para construir o consenso em torno do melhor modelo que alcance os objetivos estratégicos e as metas que tornarão possível o desenvolvimento sustentável.

Estado e Sociedade não devem ser considerados fins em si mesmos, e sim, organizações sociais postas em prol do desenvolvimento humano, do aumento da liberdade com igualdade e da justiça social. Para tanto, é preciso fortalecer a participação cidadã, o controle interno e o controle social do desenvolvimento como método de gestão, ampliando o relacionamento governo-sociedade, com base no critério de interesse

público e por meio de canais efetivos de participação, representação, negociação e articulação político-institucionais.

Atuando nesse sentido, a regulação de serviços públicos no Estado se destaca por sua função social e econômica, admitindo uma posição de equilíbrio do mercado e de medição dos diversos interesses envolvidos, que englobam, além do próprio governo, as empresas reguladas e os usuários dos serviços delegados.

O fortalecimento dos aspectos acima mencionados também passa pela democratização dos processos de gestão pública, visando aproximar o Governo dos cidadãos, a partir de pactos de funcionamento e de participação na esfera pública, por meio de mecanismos de participação cidadã e controle social, tais como: ouvidorias, conferências, seminários, mesas de diálogo e negociação, fóruns, audiências, consultas públicas, orçamento participativo, conselhos de políticas públicas, organizações da sociedade civil, leis de iniciativa popular, novas formas e linguagens de participação e fórum de interconselhos.

O resultado esperado neste tema estratégico é a transparência, o controle e a participação social promovidos de forma ampla e efetiva. O desempenho dos indicadores que medem o alcance do referido resultado pode ser observado na tabela abaixo:

Indicadores Temáticos – 2014-2017

Indicador	Unidade de Medida	2014	2015	2016	2017	
					Prog.	Real.(*)
Índice de satisfação do usuário com as ferramentas de ouvidoria e transparência	%	76,67	75,82	80,60	77,00	82,80
Percentual de implementação das ações propostas para sanar fragilidades	%	-	-	-	42,00	78,08
Percentual de regularidade das contas de gestão julgadas pelo TCE	%	96,19	95,17	93,40	93,00	ND [1]
Percentual de utilização das ferramentas de transparência e de participação social	%	2,95	4,11	4,41	4,60	4,93

Fonte: CGE. (*) Dados preliminares sujeitos a revisão. [1] Dado ainda não disponível. O resultado do indicador será apurado em 2018.

O indicador "Índice de satisfação do usuário com as ferramentas de ouvidoria e transparência", que representa o nível de satisfação do cidadão-usuário com as ferramentas de ouvidoria e de transparência disponibilizadas no Sistema de Ouvidoria e Portal da Transparência, apresentou o resultado de 82,80%, relativamente ao período de janeiro a novembro de 2017, indicando uma tendência de aumento da satisfação em relação aos exercícios anteriores. O índice de satisfação foi impactado positivamente, especialmente pela melhoria na qualidade das respostas demandadas para Ouvidoria, bem como pelos aperfeiçoamentos realizados no Portal da Transparência.

O indicador "Percentual de implementação das ações propostas para sanar fragilidades", que representa o nível de implementação das ações propostas pelos órgãos e entidades do Poder Executivo Estadual no denominado Plano de Ações para Sanar Fragilidades (PASF), em decorrência das atividades de controle (auditorias, controle interno preventivo, orientações técnicas e ouvidoria), com a finalidade de sanar fragilidades identificadas pelo Órgão Central de Controle Interno, apresentou o resultado de 78,08%, no corrente exercício, indicando um resultado

satisfatório em relação a nove órgãos e entidades que foram monitorados.

O indicador "Percentual de regularidade das contas de gestão julgadas pelo Tribunal de Contas do Estado do Ceará (TCE)" representa o nível de regularidade da gestão estadual, com base no julgamento do Controle Externo em relação às contas dos gestores estaduais. O resultado desse indicador será aferido após o encerramento do exercício de 2017. Considerando que a série histórica relativa ao período de 2014 a 2016 apresenta uma tendência de decréscimo, no corrente exercício foram intensificadas ações com vistas ao Fortalecimento do Controle Interno, destacando-se o Programa de Integridade.

O indicador "Percentual de utilização das ferramentas de transparência e de participação social", que representa o nível de utilização, pelo cidadão, das ferramentas de transparência e de participação social disponibilizadas pelo Governo (Sistema de Ouvidoria e Portal da Transparência), apresentou o resultado de 4,93%, relativamente ao período de janeiro a novembro de 2017, indicando uma tendência de aumento da satisfação em relação aos exercícios anteriores, considerando a ampliação da realização de ações de divulgação das ferramentas por meio de oferta de cursos, palestras nas escolas estaduais e nas universidades de Fortaleza, bem como eventos de fomento à participação social.

PROGRAMAS TEMÁTICOS DA TRANSPARÊNCIA, CONTROLE E PARTICIPAÇÃO SOCIAL

Para que o Governo pudesse apresentar o desempenho observado nos indicadores relacionados acima, as ações finalísticas referentes a este tema estratégico foram desenvolvidas por meio dos programas: Regulação dos Serviços Públicos Delegados; Auditoria Governamental; Controladoria Governamental; e Participação e Controle Social. Para tanto, foi utilizado um volume de recursos orçamentários da ordem de R$ 88,87 milhões.

PROGRAMA 026 – REGULAÇÃO DOS SERVIÇOS PÚBLICOS DELEGADOS

O Programa tem como objetivo principal promover e zelar pela eficiência econômica e técnica dos serviços públicos delegados, propiciando condições de regularidade, continuidade, segurança, atualidade, universalidade e modicidade das tarifas, observando a satisfação das necessidades dos usuários, tendo como público-alvo o poder concedente (União, Estado do Ceará e Municípios), concessionárias e delegatárias, usuários dos serviços públicos delegados e sociedade.

Este programa possui as seguintes iniciativas prioritárias, cujo desempenho físico de seus produtos principais pode ser observado na tabela abaixo:

Iniciativas Prioritárias	Produto	Unidade de Medida	Programado 2017	Realizado 2017(*)
Avaliação do serviço de transporte rodoviário intermunicipal de passageiros	Serviço avaliado	unidade	1	0
Assistência técnica e estudos regulatórios do serviço de saneamento básico	Estudo elaborado	unidade	0	1

Fonte: Sistema Integrado de Monitoramento e Avaliação (Sima). (*) Dados preliminares sujeitos a revisão.

PRINCIPAIS REALIZAÇÕES:

• Realização de estudo sobre os modelos de regulação da prestação de serviços públicos de saneamento rural, como contribuição à consolidação da Lei Federal do Saneamento Básico (Lei Nº 11.445/2007) e da Política Nacional de Resíduos Sólidos (Lei Nº 12.305/2010).

• Fiscalização sobre a emissão de bilhetes de passagem no serviço de transporte intermunicipal de passageiros.

• Realização de 33 fiscalizações de abastecimento de água e esgotamento sanitário até o mês de novembro.

• Fiscalização do cumprimento de oito Planos Municipais de Saneamento Básico.

• Publicização das "Cartas de Desempenho dos Serviços de Abastecimento de Água e Esgotamento Sanitário", contendo os indicadores alcançados no ano de 2016, referente a 150 municípios operados pela Cagece, visando à aferição do desempenho da concessionária e da qualidade dos serviços prestados.

• Realização de duas fiscalizações do serviço de distribuição de gás canalizado.

• Atendimento de 2.526 usuários, até o mês de setembro, no serviço de Ouvidoria, tratando de reclamações, consultas, denúncias, sugestões/críticas/elogios e pedidos de informações relacionados aos serviços públicos regulados em todas as regiões do Estado.

• Atualização de normas disciplinadoras dos setores regulados, envolvendo as resoluções relacionadas ao sistema de avaliação de desempenho do serviço de abastecimento e esgotamento sanitário (2013) e o limite padrão para a Porcentagem de Perdas Totais dos serviços de gás canalizado (2005).

• Realização de quatro eventos Fórum Regulação e Cidadania, com o objetivo de promover a transparência da ação regulatória, debatendo temas de interesse da sociedade, tais como iluminação pública, saneamento rural e a situação hídrica no Estado do Ceará.

• Estabelecimento da regulação no conjunto de serviços, infraestrutura e instalações operacionais do Serviço Autônomo de Água e Esgoto do Município de Sobral.

• Implantação de mais dois canais de atendimento do serviço de Ouvidoria, sendo um referente ao posto de serviço no Terminal Rodoviário Engenheiro João Tomé e, o segundo, referente ao atendimento realizado pelo aplicativo Whatsapp.

• Premiação da Ouvidoria da Arce, pelo quinto ano consecutivo, na Avaliação de Desempenho das Ouvidorias Setoriais do Estado – Tipo 1, conforme critérios definidos pelo Decreto nº 30.938, de 10 de julho de 2012.

PROGRAMA 047 – AUDITORIA GOVERNAMENTAL

O Programa tem como objetivo principal assegurar a adequada aplicação dos recursos públicos e a oferta de serviços públicos com qualidade, tendo como público-alvo órgãos e entidades do Poder Executivo Estadual, Assembleia Legislativa e Tribunal de Contas do Estado do Ceará.

Este programa possui a seguinte iniciativa prioritária, cujo desempenho físico de seu produto principal pode ser observado na tabela abaixo:

Iniciativas Prioritárias	Produto	Unidade de Medida	Programado 2017	Realizado 2017(*)
Aperfeiçoamento de métodos em auditoria governamental e qualificação dos servidores	Capacitação realizada	unidade	1	2

Fonte: Sistema Integrado de Monitoramento e Avaliação (Sima). (*) Dados preliminares sujeitos a revisão.

PRINCIPAIS REALIZAÇÕES:

• Realização de 95 atividades de auditoria de regularidade de Contas de Gestão de 2016, a distância, sendo 30 referentes às unidades sorteadas e 65 relativas à verificação de composição processual.

• Realização de duas capacitações em Auditoria Governamental, sendo um Curso de Formação de Auditores Internos e um Curso de Impactos do Novo Ciclo nos Orçamentos de Obras Rodoviárias.

• Realização de três atividades de auditorias especializadas em obras públicas.

• Realização da 39ª edição do Fórum Permanente de Controle Interno, com o tema Manual de Obras Públicas e Serviços de Engenharia.

• Apresentação e discussão técnica específica do Manual de Obras Públicas para engenheiros, técnicos e todos os envolvidos na execução de serviços de engenharia e obras públicas do Poder Executivo do Governo do Estado do Ceará.

• Realização de uma atividade de auditoria especial de apuração de denúncia registrada por meio do Sistema de Ouvidoria (SOU).

• Realização de duas atividades de auditoria técnica de indicadores no âmbito da operação PforR.

• Realização de duas atividades de auditoria em projetos financiados pelo Banco Mundial (PforR e São José 3), cujo beneficiário/executor é o Tribunal de Contas do Estado do Ceará.

• Realização de 76 atividades de Auditoria de Instrução de Tomada de Contas Especiais.

• Realização de uma atividade de auditoria na Folha de Pagamento, em parceria com uma empresa de consultoria, incluindo análise de cadastro, rubricas gerais e específicas, em órgãos do Poder Executivo do Governo do Estado do Ceará.

• Realização de uma atividade de auditoria de processo em contratos de gestão celebrados.

PROGRAMA 048 – CONTROLADORIA GOVERNAMENTAL

O Programa tem como objetivo principal elevar o nível de eficiência e de racionalização na utilização dos recursos para a prestação dos serviços públicos e indicar medidas para prevenir a reincidência de ocorrências constatadas quando da realização de atividades por parte do órgão central de controle interno, tendo como público-alvo o Comitê de Gestão Fiscal e Gestão por Resultados (Cogerf), Governador, Órgãos e Entidades do Poder Executivo Estadual, Assembleia Legislativa e TCE.

Este programa possui a seguinte iniciativa prioritária, cujo desempenho físico de seu produto principal pode ser observado na tabela abaixo:

Iniciativas Prioritárias	Produto	Unidade de Medida	Programado 2017	Realizado 2017 (*)
Aperfeiçoamento de métodos em controladoria governamental e qualificação dos servidores	Capacitação realizada	unidade	1	2

Fonte: Sistema Integrado de Monitoramento e Avaliação (Sima). (*) Dados preliminares sujeitos a revisão.

PRINCIPAIS REALIZAÇÕES:

• Realização de duas capacitações em Controladoria Governamental, "Apoio às Normas Internacionais de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público" e "Detecção de Casos de Fraude e Corrupção", ambas com participação dos auditores de controle interno e dos servidores de todos os órgãos e entidades do Estado, totalizando aproximadamente 500 servidores capacitados.

• Elaboração do modelo do Programa de Integridade do Poder Executivo do Estado do Ceará, com o objetivo de fomentar a racionalização e o fortalecimento do Sistema de Controle Interno do Poder Executivo em suas três linhas de defesa.

• Validação do projeto "Desenvolvimento do Sistema de Informações Gerenciais Estratégicas de Controle", no âmbito da operação PforR, com recursos do Banco Mundial.

• Elaboração de 246 relatórios diários de monitoramento do Serviço Auxiliar de Informações para Transferências Voluntárias (CAUC) e de 12 relatórios mensais de monitoramento do CAUC.

• Elaboração de relatórios de controle interno sobre as contas anuais de Governo, gestão fiscal e acompanhamento das despesas de pessoal.

• Acompanhamento do Plano de Ação para Sanar Fragilidades (PASF), relativo às recomendações do TCE nas contas anuais de Governo.

• Análise técnica padronizada de 417 processos submetidos ao Grupo Técnico de Gestão de Contas (GTC), para encaminhamento ao Comitê de Gestão por Resultados e Gestão Fiscal (Cogerf).

• Elaboração de estudos nas áreas de compras e de pessoal, no âmbito do Observatório da Despesa Pública do Ceará (ODP).

• Celebração de Acordo de Cooperação Técnica com os Municípios de Fortaleza, Sobral, Crato, Juazeiro do Norte e São Gonçalo do Amarante, objetivando adesão à Rede do Observatório da Despesa Pública (ODP Municipal) e consequente capacitação para 18 servidores dos referidos municípios sobre a correspondente metodologia de implementação.

• Emissão de 18 orientações técnicas aos órgãos e entidades do Poder Executivo Estadual.

• Realização do acompanhamento de nove Planos de Ação para Sanar Fragilidades (PASFs) de órgãos e entidades do Poder Executivo Estadual.

• Elaboração das propostas de fluxo para o processo de Captação de Recursos por meio de convênios de receita e contratos de operação de crédito, com a identificação e avaliação de riscos e estabelecimento de procedimentos de controle, no âmbito de atuação do Controle Interno Preventivo.

• Realização de 29 capacitações para os atores do processo de Celebração de Contratos e de Parcerias, com utilização dos Sistemas Coorporativos e-Parcerias e Sistema de Acompanhamento de Contratos e Convênios (SACC).

• Realização de monitoramento de uma amostra de 64 instrumentos de parceria com o registro das ocorrências no Sistema e-Parcerias.

• Realização da 40ª edição do Fórum Permanente de Controle Interno, com o tema Programa de Integridade.

• Realização do XI Encontro Estadual de Controle Interno, com o tema Governança e Integridade na Administração Pública.

PROGRAMA 049 – PARTICIPAÇÃO E CONTROLE SOCIAL

O Programa tem como objetivo principal promover o exercício do direito à cidadania e a transparência dos serviços prestados pelo Poder Executivo Estadual, tendo como público-alvo a sociedade cearense.

Este programa possui a seguinte iniciativa prioritária, cujo desempenho físico de seu produto principal pode ser observado na tabela abaixo:

Iniciativas Prioritárias	Produto	Unidade de Medida	Programado 2017	Realizado 2017(*)
Realização de ações de fomento ao controle social e qualificação dos servidores e da sociedade	Capacitação realizada	unidade	1	1

Fonte: Sistema Integrado de Monitoramento e Avaliação (Sima). (*) Dados preliminares sujeitos a revisão.

PRINCIPAIS REALIZAÇÕES:

• Obtenção de nota máxima na 3ª edição da Escala Brasil Transparente, em que a Controladoria Geral da União avalia o grau de cumprimento às normas de Lei de Acesso à Informação, Lei nº 12.527/2011, por meio da implementação de melhorias nas ferramentas informatizadas de relacionamento com a sociedade.

• Registro de 352.450 acessos ao Portal da Transparência, até novembro de 2017, e alcance de aproximadamente 1,45 milhão de acessos desde a sua implementação.

• Realização do curso em EAD Cidadania ParticipAtiva: controle social ao alcance de todos, com o objetivo de desenvolver na população a consciência cidadã, disseminando de forma didática conhecimentos relacionados à prática do controle social, atingindo mais de 23 mil inscritos.

• Realização de oito palestras de sensibilização para o exercício do Controle Social, contemplando escolas de Nível Médio da Rede Pública de Ensino, universidades e ONGs.

• Realização de capacitação para 10 turmas em Ética e Controle Social, incluindo as turmas realizadas no âmbito do Programa Executivo de Formação em Gestão Pública, destinados aos servidores do Estado.

• Registro superior a 95% no índice de respostas encaminhadas ao cidadão, relativo a 46.666 manifestações no Sistema de Ouvidoria.

• Registro superior a 99% no índice de atendimento das 28.666 solicitações de informações.

• Emissão de 14 pareceres técnicos pelo Grupo Técnico de Apoio ao Comitê Gestor de Acesso à Informação (GTA/CGAI).

• Realização de mais de 110 mil atendimentos a cidadãos, por meio da Central de Atendimento 155, realizando registros de ouvidoria e acesso à informação, bem como fornecendo orientações e posicionamento sobre suas demandas.

• Realização de 12 atividades de atendimento descentralizado de ouvidoria e acesso à informação, oportunidade em que o Governo oferece atendimento presencial à população em locais de grande circulação, como parte de programa de rede de televisão.

NOVAS IDEIAS NOS VAS CONQUISTAS

GOVERNO CEARÁ

EIXO II – CEARÁ ACOLHEDOR >>

O Ceará Acolhedor contempla as políticas governamentais que se sustentam no respeito à pluralidade e à liberdade individual de escolhas e respeito aos direitos humanos. O propósito central deste eixo consiste na inclusão social e direitos humanos assegurados para a população cearense, priorizando os segmentos vulneráveis.

Voltadas a este propósito, as ações do Governo organizam-se em quatro temas estratégicos: Assistência Social, Habitação, Inclusão Social e Direitos Humanos e Segurança Alimentar e Nutricional, cujas principais realizações encontram-se elencadas a seguir.

TEMA – ASSISTÊNCIA SOCIAL

A Política Nacional de Assistência Social, aprovada pelo Conselho Nacional de Assistência Social em 2004, instituiu o Sistema Único da Assistência Social (SUAS) como modelo de gestão para esta política pública. O SUAS determina as funções das três esferas de Governo na execução da política pública que deve afiançar e garantir as seguintes seguranças:

1. De acolhida: provida por meio da oferta pública de espaços e serviços para a permanência de indivíduos e famílias, em períodos de curta, média e longa permanência.

2. De renda: operada por meio da concessão de auxílios financeiros e de benefícios continuados, nos termos da lei, para cidadãos não incluídos no sistema contributivo de proteção social, em situações de vulnerabilidade decorrente do ciclo de vida e/ou incapacitados para a vida independente e para o trabalho.

3. De convívio ou vivência familiar, comunitária e social: por meio da oferta pública de rede continuada de serviços garantidores de oportunidades que favoreçam a criação e retomada de vínculos familiares e sociais, bem como as condições para o exercício de atividades profissionais.

4. De desenvolvimento da autonomia individual, familiar e social: pela superação das causas das vulnerabilidades e riscos sociais.

5. Sobrevivência a riscos eventuais de natalidade e mortalidade, incluindo o benefício pela garantia de sobrevivência das famílias e indivíduos em situações de riscos circunstanciais, emergenciais e temporários.

As ações da proteção social são organizadas em dois níveis: a proteção social básica e a proteção social especial. A proteção social básica atende às famílias e indivíduos em situação de vulnerabilidade social, prevenindo situações de risco e fortalecendo os vínculos familiares e comunitários, tendo como unidade de atendimento o Centro de Referência da Assistência Social (CRAS); e os serviços de proteção social especial, de média e alta complexidade, que objetivam proteger famílias e indivíduos em situações de risco pessoal e social, cujos direitos tenham sido violados, com ou sem rompimento dos laços familiares e comunitários decorrentes de abandono, maus-tratos físicos e/ou psíquicos, abuso e exploração sexual, uso de substâncias psicoativas, cumprimento de medidas socioeducativas, situação de rua, situação de trabalho infantil, dentre outras que tem como unidade de referência para oferta de seus serviços o Centro de Referência Especializado de Assistência Social (CREAS).

O resultado esperado neste tema estratégico são as famílias em situação de vulnerabilidade e riscos pessoal e social com acesso aos direitos socioassistenciais garantidos. O desempenho dos indicadores que medem o alcance do referido resultado pode ser observado na tabela abaixo:

Indicadores Temáticos – 2014-2017

Indicador	Unidade de Medida	2014	2015	2016	2017	
					Prog.	Real.(*)
Percentual de municípios com serviços socioassistenciais da Proteção Social Básica cofinanciados	%	86,41	86,41	86,41	86,41	86,41
Percentual de municípios com Benefícios Eventuais cofinanciados	%	88,04	88,04	90,21	90,21	90,22
Percentual de municípios com serviços socioassistenciais da Proteção Social Especial cofinanciados	%	21,20	21,20	21,20	50,54	21,20

Fonte: STDS (*) Dados preliminares sujeitos a revisão.

Quanto ao cofinanciamento dos serviços socioassistenciais da Proteção Social Básica, o indicador mantém-se constante desde 2014. Contudo, o Governo Estadual ainda não conseguiu atingir a meta de cofinanciamento para a totalidade dos CRAS nos 184 municípios, conforme determina o Pacto de Aprimoramento do Sistema Único de Assistência Social (SUAS), bem como repassar para os municípios o valor de 50% correspondente ao valor da União.

Em relação aos Benefícios Eventuais cofinanciados, seu indicador mantém-se constante desde 2016. Vale ressaltar que os repasses dos recursos do Fecop foram suficientes apenas para cinco meses, ocasionando uma descontinuidade dos serviços cofinanciados, deixando de atender um grande contingente de pessoas em situação de vulnerabilidade.

Quanto ao indicador "Percentual de municípios com serviços socioassistenciais da Proteção Social Especial cofinanciados", executados pelos CREAS, verifica-se que não houve expansão do cofinanciamento para demais municípios em 2017. A meta seria ampliar a cobertura para 50,54% dos municípios cearenses com CREAS municipais implantados no Estado, porém, devido a restrições orçamentárias, a expansão prevista não foi concretizada.

PROGRAMAS TEMÁTICOS DA ASSISTÊNCIA SOCIAL

Para que o governo pudesse apresentar o desempenho observado nos indicadores relacionados acima, as ações finalísticas referentes a este tema estratégico foram desenvolvidas por meio dos programas: Proteção Social Especial; Implementação do Sistema Único de Assistência Social; e Proteção Social Básica. Para tanto, foi utilizado um volume de recursos orçamentários da ordem de R$ 89,47 milhões.

PROGRAMA 072 – PROTEÇÃO SOCIAL ESPECIAL

O Programa tem como objetivo principal garantir a oferta de serviços de proteção social especial no âmbito do SUAS para famílias e indivíduos em situação de risco pessoal e social por violação de direitos e/ou rompimento de vínculos familiares e comunitários, tendo como público-alvo crianças, adolescentes, idosos, mulheres e pessoas com deficiência com direitos ameaçados ou violados e com vínculos familiares rompidos.

Este programa possui as seguintes iniciativas prioritárias, cujo desempenho físico de seus produtos principais pode ser observado na tabela abaixo:

Iniciativas Prioritárias	Produto	Unidade de Medida	Programado 2017	Realizado 2017(*)
Ampliação de oferta de serviços especializados de média complexidade	Centro de Referência implantado	unidade	8	0
Apoio a entidades sociais na prestação do atendimento a pessoas em situação de risco pessoal e social	Pessoa atendida	unidade	1.438	1.505

Fonte: Sistema Integrado de Monitoramento e Avaliação (Sima). (*) Dados preliminares sujeitos a revisão.

PRINCIPAIS REALIZAÇÕES:

• Atendimento a 1.505 pessoas nos serviços de Proteção Social Especial.

• Atendimento a 587 pessoas nos Centros de Referência Especializados de Assistência Social (CREAS) Regionais de Fortaleza e Cariri.

• Estruturação do abrigo de idosos Olavo Bilac, em Fortaleza, atendendo 82 idosos.

• Assessoramento técnico a 91 municípios, com monitoramento dos serviços da Proteção Social Especial e orientações às equipes técnicas na execução dos serviços e utilização dos recursos nos CREAS.

• Capacitação de 798 profissionais gestores e técnicos dos CREAS.

• Cofinanciamento para 39 municípios com serviços de Proteção Social Especial.

• Inserção de 60 adolescentes e jovens no mercado de trabalho, por meio do Projeto Abrigar.

PROGRAMA 073 – IMPLEMENTAÇÃO DO SISTEMA ÚNICO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

O Programa tem como objetivo principal consolidar o Sistema Único de Assistência Social em todo o Estado do Ceará, tendo como público-alvo os municípios cearenses.

Este programa possui a seguinte iniciativa prioritária, cujo desempenho físico de seu produto principal pode ser observado na tabela abaixo:

Iniciativas Prioritárias	Produto	Unidade de Medida	Programado 2017	Realizado 2017(*)
Assessoramento à gestão municipal na Política de Assistência Social	Município assessorado	unidade	184	184

Fonte: Sistema Integrado de Monitoramento e Avaliação (Sima). (*) Dados preliminares sujeitos a revisão.

PRINCIPAIS REALIZAÇÕES:

• Assessoramento a 184 municípios na gestão do SUAS.

• Capacitação de 5.018 gestores e técnicos.

• Realização do 1º Encontro Estadual de Gestores Municipais sobre as Políticas Públicas de Assistência Social.

• Realização da 5ª Oficina de Apoio Técnico sobre o Marco Regulatório das Organizações da Sociedade Civil e a Legislação do Sistema Único de Assistência Social.

• Capacitação de 25.000 profissionais da Assistência Social e demais profissionais dos 184 municípios do Ceará, no Curso de Gestão Social, Extensão Universitária, na modalidade Educação a Distância (EaD).

• Capacitação de 120 gestores estaduais no Programa de Treinamento Dale Carnegier Training.

PROGRAMA 080 – PROTEÇÃO SOCIAL BÁSICA

O Programa tem como objetivo principal assegurar a implementação do Sistema Único

de Assistência Social no Ceará, apoiando a gestão municipal e a rede socioassistencial dos serviços, programas, projetos e benefícios da Proteção Social Básica, tendo como público-alvo os gestores e técnicos dos municípios, crianças, adolescentes, jovens, idosos e famílias em situação de vulnerabilidade social.

Este programa possui as seguintes iniciativas prioritárias, cujo desempenho físico de seus produtos principais pode ser observado na tabela abaixo:

Iniciativas Prioritárias	Produto	Unidade de Medida	Programado 2017	Realizado 2017 (*)
Apoio ao atendimento a crianças, adolescentes, jovens e suas famílias em situação de risco pessoal e social	Família atendida	unidade	1.368.796	644.750
Apoio ao atendimento a pessoas idosas em situação de risco pessoal e social	Pessoa atendida	unidade	7.200	0

Fonte: Sistema Integrado de Monitoramento e Avaliação (Sima). (*) Dados preliminares sujeitos a revisão.

PRINCIPAIS REALIZAÇÕES:

• Atendimento de 644.750 famílias nos Centros de Referência da Assistência Social (CRAS).

• Cofinanciamento para 159 municípios, com o Programa de Atendimento Integral à Família (PAIF).

• Cofinanciamento para 166 municípios com benefícios eventuais.

• Capacitação de 2.626 profissionais.

• Atendimento de 1.720 pessoas com deficiência.

• Assessoramento técnico da equipe estadual em 184 municípios.

• Assessoramento a 63 municípios pelo Programa de Apoio às Reformas Sociais do Ceará (PROARES).

• Atendimento de 1.842 famílias através do Projeto Polos de Convivência e Fortalecimento de Vínculos Sociais (ABCs, Circo Escola e CIPs).

• Acompanhamento a 4.850 famílias dos 36 municípios mais pobres do Estado, no âmbito do Programa para Resultados (PforR), do Ceará com o Banco Mundial.

• Capacitação de 3.425 pessoas das equipes de referência dos CRAS, equipes da Gestão do SUAS, Cadúnico, Bolsa Família, gestores, conselheiros e técnicos municipais e estaduais.

• Implantação de quatro CRAS em três municípios, sendo dois em Caucaia, um em Juazeiro do Norte e um em Viçosa do Ceará, beneficiando 4.000 famílias.

• Capacitação de 100 profissionais no Seminário de Sensibilização sobre o Projeto de Práticas Alimentares Saudáveis.

• Capacitação de 296 profissionais de unidades sociais (CRAS, CEIs, Polos e Centros de Esporte).

TEMA – HABITAÇÃO

A questão habitacional no Ceará, refletindo a realidade brasileira, se caracteriza pela existência de déficit habitacional e inadequação dos domicílios em nível expressivo. Os componentes do déficit habitacional são classificados como: domicílios precários (improvisados e rústicos, inservíveis ou inadequados para a moradia ou localizados em áreas de risco); coabitação familiar (famílias conviventes em um mesmo domicílio, embora tendo intenção de constituir domicílio exclusivo); ônus excessivo (famílias

com renda de até três salários mínimos despendendo valor igual ou superior a 30% da renda familiar com aluguel); e adensamento excessivo de domicílios alugados (número médio de moradores por dormitório acima de três). Por sua vez, a inadequação domiciliar se constitui em: domicílios carentes de serviço de infraestrutura; domicílios sem unidade sanitária domiciliar exclusiva; e adensamento excessivo em domicílios próprios.

A Política de Habitação foi estabelecida com vistas ao enfrentamento do déficit habitacional e à inadequação domiciliar no Estado do Ceará. O tema Habitação, relacionado ao Eixo Acolhedor, em função da descentralização das políticas, tem a execução dos seus programas e projetos sob a responsabilidade do estado e municípios, em parceria com o Governo Federal.

Além disso, o Estado é uma das partes envolvidas no enfrentamento do problema. Os municípios, que também celebram instrumentos junto à União e ao Governo Federal, detém a informação totalizada das contratações, bem como das entregas.

Ademais, há instituições financeiras federais que também contribuem para o enfrentamento do déficit habitacional, uma vez que os financiamentos para habitações populares são parte da solução desse problema para as famílias de baixa renda, segmento alvo das ações do Governo do Estado do Ceará.

O resultado esperado nesse tema estratégico são as famílias em situação de vulnerabilidade social com moradia integrada aos serviços e equipamentos públicos. O desempenho do indicador que mede o alcance do referido resultado pode ser observado na tabela abaixo:

Indicador Temático – 2014-2017

Indicador	Unidade de Medida	2014	2015	2016	2017	
					Prog.	Real.(*)
Famílias beneficiadas com habitação de interesse social	Nº	3.149	3.591	7.696	14.622	4.283

Fonte: SCidades. (*) Dados preliminares sujeitos a revisão.

O indicador "Famílias beneficiadas com habitação de interesse social" refere-se ao número de famílias de baixa renda que foram beneficiadas pelo Estado com unidades habitacionais.

Foram beneficiadas 4.283 famílias com a entrega de unidades habitacionais, conforme dados parciais de 2017, o que corresponde a 29,29% da meta programada.

Quanto ao apoio promovido pelo Estado ao Programa Minha Casa Minha Vida (PMCMV), foram ofertadas 4.248 unidades habitacionais nas modalidades Fundo de Arrendamento Residencial (4.046), PMCMV Fase 2/SUB 50 (12), e Programa Nacional de Habitação Rural (PNHR) (190). Também foram ofertadas 35 unidades no projeto de apoio à construção de unidades habitacionais em parceria com municípios.

As entregas correspondem a 3.106 unidades na RMF (Grande Fortaleza) e 1.177 unidades no Interior.

Embora as contratações realizadas no período 2012-2014 tenham sinalizado avanço com tendência de crescimento na entrega de unidades habitacionais, o contingenciamento de recursos da União no período 2015-2017, em decorrência da crise político-econômica enfrentada no país, provocou atraso no repasse dos recursos federais para início/

execução/conclusão dos empreendimentos e, ainda, contribuiu expressivamente na diminuição de novas contratações.

PROGRAMAS TEMÁTICOS DA HABITAÇÃO

Para que o Governo pudesse apresentar o desempenho observado nos indicadores relacionados acima, as ações finalísticas referentes a este tema estratégico foram desenvolvidas por meio do programa Habitação de Interesse Social, utilizando, para tanto, um volume de recursos orçamentários da ordem de R$ 34,41 milhões.

PROGRAMA 022 – HABITAÇÃO DE INTERESSE SOCIAL

Esse Programa tem como objetivo principal proporcionar moradia digna à população de baixa renda para o enfrentamento do déficit habitacional e da inadequação domiciliar, tendo como público-alvo as famílias de baixa renda aprovadas nos critérios previamente estabelecidos em programas habitacionais no âmbito estadual e federal.

O programa possui as seguintes iniciativas prioritárias, cujo desempenho físico de seus produtos principais pode ser observado na tabela abaixo:

Iniciativas Prioritárias	Produto	Unidade de Medida	Programado 2017	Realizado 2017 (*)
Ampliação da oferta de moradia de interesse social na área urbana	Unidade Habitacional entregue	unidade	10.400	4.093
Oferta de moradia de interesse social – Dendê	Unidade Habitacional entregue	unidade	1.000	0
Melhoria das condições físicas das unidades habitacionais – Dendê	Unidade Habitacional reformada	unidade	147	0
Melhoria das condições ambientais nas unidades habitacionais no meio rural	Fogão Sustentável instalado	unidade	3.000	1.175
Ampliação da oferta de moradia de interesse social na área rural	Unidade Habitacional entregue	unidade	2.750	190

Fonte: Sistema Integrado de Monitoramento e Avaliação (Sima). (*) Dados preliminares sujeitos a revisão.

PRINCIPAIS REALIZAÇÕES:

• Entrega de 4.093 unidades habitacionais na área urbana das regiões da Grande Fortaleza (3.064), Cariri (982), Maciço de Baturité (09), Sertão de Canindé (03) e Sertão de Sobral (35), beneficiando 16.863 pessoas.

• Entrega de 190 unidades habitacionais por meio dos Projetos PMCMV – PNHR na área rural das regiões do Cariri (05), Centro Sul (19), Grande Fortaleza (42), Litoral Leste (04), Litoral Oeste (55), Serra de Ibiapaba (11), Sertão Central (09), Sertão de Sobral (35) e Sertão dos Inhamuns (10), beneficiando 783 pessoas.

• Realização de atividades de mobilização, organização e fortalecimento social e educação ambiental no empreendimento José Euclides Ferreira Gomes, beneficiando 5.992 pessoas, aproximadamente 1.488 famílias.

• Prestação de serviço de atendimento presencial a 4.280 pessoas, para acesso a informações sobre projetos habitacionais, atualização cadastral e encaminhamento para PMCMV nos empreendimentos José Euclides Ferreira Gomes, Ana Facó e Cidade Jardim II.

• Entrega de 1.175 fogões sustentáveis nas regiões do Cariri (142), Centro Sul (98), Grande Fortaleza (98), Litoral Norte (76), Litoral Oeste/Vale do Curu (86), Litoral Leste/Jaguaribe (126), Sertão Central (243), Sertão de Canindé (103) e Vale do Jaguaribe (203), beneficiando 4.876 pessoas.

• Entrega de 3.906 escrituras de imóveis localizados em áreas urbanas das regiões do Cariri (38), Centro Sul (04), Grande Fortaleza (3.830), Litoral Leste (01), Litoral Norte (01), Maciço de Baturité (04), Serra da Ibiapaba (01), Sertão Central (04), Sertão de Canindé (03), Sertão de Sobral (11), Sertão de Crateús (05) e Vale do Jaguaribe (04), beneficiando 19.530 pessoas.

TEMA – INCLUSÃO SOCIAL E DIREITOS HUMANOS

O tema Inclusão Social e Direitos Humanos baseia-se no acolhimento à dignidade da pessoa humana como direito constitucional. O Governo do Estado tem alinhado seus esforços às estratégias nacionais, imprimindo aos direitos humanos uma condição de políticas especiais, em conformidade com as necessidades e demandas de diversos segmentos populacionais.

Nesta perspectiva, o Estado do Ceará, seguindo a União, garantiu na sua organização político-administrativa o atendimento constitucional das diretrizes no Programa Nacional de Direitos Humanos (PNDH-3). Neste esforço, o Governo do Estado fortaleceu e reorganizou a Secretaria de Justiça e Cidadania, e criou as Coordenadorias Especiais no âmbito do Gabinete do Governador, tratando os segmentos especiais como tema transversal das políticas setoriais, além de ter criado a Superintendência Estadual de Atendimento Socioeducativo (Seas), para coordenar, no âmbito estadual, o Sistema de Atendimento Socioeducativo.

O Governo estadual definiu alternativas de política para acolher os segmentos de crianças e adolescentes, mulheres, étnico-raciais, idosos, pessoas com deficiência, LGBT, população de rua e minorias sociais (contingentes populacionais vulneráveis), o que tem gerado bons resultados em relação à promoção e defesa dos direitos desses segmentos.

O resultado esperado neste tema estratégico são indivíduos e grupos sociais vulneráveis com inclusão e direitos humanos assegurados. O desempenho dos indicadores que medem o alcance do referido resultado pode ser observado na tabela abaixo:

Indicadores Temáticos – 2014-2017

Indicador	Unidade de Medida	2014	2015	2016	2017	
					Prog.	Real.(*)
Percentual de imóveis rurais com regularização fundiária realizada	%	62,06	62,00	69,03	78,58	78,52
Número de pessoas com direitos humanos sociais violados acolhidas	Nº	2.443	1.341	1.151	2.956	2.732
Percentual de unidades de medidas socioeducativas funcionando em conformidade com o SINASE	%	50,00	50,00	50,00	80,00	80,00

Fonte: SDA/STDS/Seas. (*) Dados preliminares sujeitos a revisão.

O processo de regularização fundiária no ano de 2017 alcançou a média de 99,92% da execução programada para este ano, o que representa a totalidade 78,52% de imóveis rurais regularizados no Estado. Tal percentual cresceu 9,49 pontos percentuais em comparação às ações desenvolvidas no ano de 2016. Importante destacar, ainda, que

a execução das atividades de regularização fundiária no ano de 2017 foi desenvolvida com recursos estaduais, em maior monta, e complementados com recursos federais, distribuídos nas 14 regiões.

No que tange ao "Número de pessoas com direitos humanos sociais violados acolhidas", pode-se destacar o número de pessoas em cumprimento de medidas socioeducativas nos Centros Socioeducativos do Estado do Ceará, que é de 900 adolescentes e jovens. Todavia, esse número não representa o quantitativo de jovens que ingressaram no Sistema Estadual de Atendimento Socioeducativo de meio fechado e de semiliberdade, porquanto há aqueles que passam um período mais exíguo, de 45 dias a seis meses, havendo, portanto, uma grande rotatividade.

Diante disto, para o ano de 2017, os dados foram analisados de acordo com o número de adolescentes que ingressaram nos Centros Socioeducativos localizados nas cidades de Fortaleza, Juazeiro do Norte, Sobral, Iguatu e Crateús, e que, portanto, foram atendidos pelo Estado com todas as ações determinadas pelo Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo (Sinase) e pelo Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), representando, assim, o total de 2.732 adolescentes e jovens atendidos.

O indicador "Percentual de unidades de medidas socioeducativas funcionando em conformidade com o SINASE" cresceu 30 pontos percentuais em relação a 2016, especialmente devido ao aumento do volume de recursos destinados à melhoria da infraestrutura dessas unidades. Em vista disso, foi possível melhorar o padrão arquitetônico de todas as unidades, além de terem sido retomadas atividades de escolarização formal, profissionalização, esporte, arte, cultura e lazer em todos os Centros Socioeducativos do Estado.

PROGRAMAS TEMÁTICOS DA INCLUSÃO SOCIAL E DIREITOS HUMANOS

Para que o governo pudesse apresentar o desempenho observado nos indicadores relacionados acima, as ações finalísticas referentes a este tema estratégico foram desenvolvidas por meio dos programas: Garantia dos Direitos Humanos e Cidadania; Desenvolvimento Territorial Rural Sustentável e Solidário; Promoção e Defesa dos Direitos Humanos; e Proteção e Promoção dos Direitos de Adolescentes em Atendimento Socioeducativo. Para tanto, foi utilizado um volume de recursos orçamentários da ordem de R$ 157,27 milhões.

PROGRAMA 005 – GARANTIA DOS DIREITOS HUMANOS E CIDADANIA

O Programa tem como objetivo principal atender a garantia dos direitos humanos e cidadania, ampliando a visibilidade e a acessibilidade dos serviços oferecidos à sociedade, tendo como público-alvo a população em geral.

Este programa possui a seguinte iniciativa prioritária, cujo desempenho físico de seu produto principal pode ser observado na tabela abaixo:

Iniciativas Prioritárias	Produto	Unidade de Medida	Programado 2017	Realizado 2017(*)
Realização de ações para promoção da cidadania	Evento realizado	unidade	30	81

Fonte: Sistema Integrado de Monitoramento e Avaliação (Sima). (*) Dados preliminares sujeitos a revisão.

PRINCIPAIS REALIZAÇÕES:

• Atendimento a 2.174.690 pessoas, até setembro de 2017, nas Unidades de Atendimento: Vapt Vupt, Casa do Cidadão e Balcão da Cidadania.

• Atendimento a 254 pessoas pelo Centro de Referência e Apoio à Vítima de Violência (CRAVV).

• Fortalecimento da articulação local do Núcleo de Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas (NETP) e Posto Avançado de Atendimento Humanizado ao Migrante (PAAHM), por meio da transversalidade de atuação com parcerias realizadas junto aos Núcleos de Mediação Comunitária, do Ministério Público do Estado do Ceará (MPCE), à Coordenação do Projeto Primeiro Passo, da Secretaria do Trabalho e Desenvolvimento Social (STDS) e à Escola Superior da Defensoria Pública do Estado do Ceará (DPCE).

• Realização da Semana Nacional de Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas, com distribuição de material informativo e palestras em todas as unidades do Vapt-Vupt da capital.

• Proteção de 89 pessoas (crianças, adolescentes e seus familiares) pelo Programa de Proteção a Crianças e Adolescentes Ameaçados de Morte (PPCAAM).

• Assistência a 33 pessoas pelo Programa de Proteção a Vítimas e Testemunhas (PROVITA).

• Proteção a 45 militantes da política de direitos humanos pelo Programa de Proteção dos Defensores dos Direitos Humanos (PPDDH).

• Indenização a 35 ex-presos, em julgamento de políticos por meio da Comissão de Anistia Wanda Sidou.

• Realização de 81 eventos e ações de promoção da cidadania, como: visitas às escolas públicas para fomentar a política de combate ao tráfico de pessoas, blitzes educativas no Posto Avançado de Atendimento localizado no Aeroporto Internacional de Fortaleza, dentre outros.

PROGRAMA 030 – DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL RURAL SUSTENTÁVEL E SOLIDÁRIO

O Programa tem como objetivo principal contribuir com a redução das desigualdades regionais e com as formulações de políticas públicas que atendam as diversidades territoriais, nas dimensões socioeconômicas e de infraestrutura necessária ao desenvolvimento sustentável e solidário, tendo como público-alvo agricultores(as) familiares e povos e comunidades tradicionais e suas representações.

Este programa possui a seguinte iniciativa prioritária, cujo desempenho físico de seu produto principal pode ser observado na tabela abaixo:

Iniciativas Prioritárias	Produto	Unidade de Medida	Programado 2017	Realizado 2017(*)
Apoio a ações de desenvolvimento fundiário e agrário	Família beneficiada	unidade	5.682	5.702

Fonte: Sistema Integrado de Monitoramento e Avaliação (Sima). (*) Dados preliminares sujeitos a revisão.

PRINCIPAIS REALIZAÇÕES:

• Financiamento, pelo Programa Nacional do Credito Fundiário (PNCF), de quatro imóveis rurais, beneficiando 28 famílias com 436,11 ha.

• Construção, por meio do Programa Nacional de Habitação Rural (PNHR), de nove moradias em Guaiúba e de 17 em Jaguaretama, beneficiando 26 famílias em unidades produtivas financiadas pelo PNCF.

• Implantação de 51 subprojetos de infraestrutura produtiva e social em 28 imóveis financiados pelo PNCF por investimento comunitário.

• Prestação de assistência técnica e extensão rural a 48.636 produtores rurais familiares, concentrada na formação e conhecimento de novas técnicas e práticas direcionadas para o fortalecimento da convivência com o semiárido.

• Apoio a ações de desenvolvimento fundiário e agrário a 5.702 famílias, referentes a acompanhamento social das famílias assentadas e reassentadas indígenas, quilombolas e pescadores artesanais.

• Emissão de 9.475 Títulos de Domínio de Imóveis pelo Programa de Regularização Fundiária.

• Realização de georreferenciamento e cadastramento rural de 8.477 novos imóveis, distribuídos em 10 municípios das regiões: Vale do Jaguaribe, Centro Sul e Litoral Norte.

• Aquisição de três imóveis rurais por utilidade pública para melhoria dos centros de população, beneficiando 96 famílias camponesas nos municípios de Tamboril e Ararendá.

• Aquisição de um imóvel rural para manutenção produtiva das 120 famílias impactadas pela construção da Barragem do Figueiredo, no município de Iracema.

PROGRAMA 054 – PROMOÇÃO E DEFESA DOS DIREITOS HUMANOS

O Programa tem como objetivo principal contribuir para a efetividade das políticas públicas referentes à promoção e defesa dos direitos dos segmentos vulneráveis, tendo como público-alvo mulheres, populações negra, indígena, quilombola, de povos de terreiro, cigana e de rua, crianças e adolescentes, jovens, segmento LGBT, pessoas com deficiência e pessoas idosas.

Este programa possui as seguintes iniciativas prioritárias, cujo desempenho físico de seus produtos principais pode ser observado na tabela abaixo:

Iniciativas Prioritárias	Produto	Unidade de Medida	Programado 2017	Realizado 2017 (*)
Melhoria do atendimento dos agentes públicos aos grupos vulneráveis	Servidor capacitado	unidade	2.785	3.307
Ampliação do controle social e participação democrática e popular nas políticas transversais	Evento de Participação Cidadã realizado	unidade	87	75
Promoção da visibilidade dos aspectos socioculturais dos grupos vulneráveis	Evento realizado	unidade	110	46
Formação integral para emancipação dos grupos vulneráveis	Pessoa capacitada	unidade	2.620	9.147
Ampliação do atendimento a pessoas em situação de vulnerabilidade	Pessoa atendida	unidade	32.290	24.247

Fonte: Sistema Integrado de Monitoramento e Avaliação (Sima). (*) Dados preliminares sujeitos a revisão.

PRINCIPAIS REALIZAÇÕES:

• Atividade em alusão ao Dia da Visibilidade de Transexuais e Travestis, em parceria com o Centro Cultural Banco do Nordeste e o Projeto 'Babado Solidário', incluindo debates, apresentações culturais, recebimento e entrega de doações de produtos de higiene e beleza a pessoas que estão na Unidade Prisional Irmã Imelda.

• Exposição de fotografias e premiação organizada pela Coordenadoria da Diversidade de Fortaleza, na unidade prisional Irmã Imelda.

• Realização do Evento "Dandaras Vivem", com uma programação voltada para a cultura, exibição de filmes e debate, apresentação de artistas LGBT, em parceria com Centro Cultural Dragão do Mar.

• Realização do VIII Miss Gay Regional, Seminário de Sexualidade, Identidade de Gênero e Preconceito na Escola, com a presença também de docentes e discentes, em parceria com o Governo Municipal e os Movimentos Sociais de Paramoti.

• Apoio e participação na XVIII Parada pela Diversidade Sexual do Ceará.

• Realização do I Festival da Diversidade do Crato, em parceria entre Governo do Estado, Governo Municipal e Organizações não governamentais.

• Capacitação de 65 servidores das áreas da Saúde, Segurança Pública e Educação, nas cidades de Alto Santo (30 servidores), Apuiarés (15 servidores) e Tamboril (20 servidores), em temas relacionados com as Políticas Públicas para LGBT.

• Capacitação em Seminário sobre a Lei Maria da Penha e Diversidade Sexual, no Centro de Formação Olímpica do Nordeste (CFO), para 1.200 candidatos aprovados no último concurso da Polícia Militar do Estado do Ceará (PMCE).

• Realização de evento relativo ao dia de Enfrentamento ao Trabalho Escravo (21 de janeiro), em data alusiva à memória e à verdade.

• Realização de 1.070 atendimentos no Centro de Referência de Direitos Humanos, com serviços de assessoria jurídica popular e encaminhamento psicossocial para a Rede de Proteção.

• Formação do Grupo de Trabalho para defesa das Comunidades Costeiras do Ceará, para atendimento das demandas das comunidades vulneráveis nos municípios de Camocim, Beberibe, Aracati, Itapipoca e Acaraú.

• Realização de três seminários de Educação em Direitos Humanos, nas macrorregiões de Sertão dos Inhamuns, Sertão Central e Maciço de Baturité, totalizando a participação de 250 pessoas, com o objetivo de mapear as experiências exitosas no campo da educação em direitos humanos e coletar propostas para a elaboração do Plano Estadual de Educação em Direitos Humanos.

• Realização do Seminário de Educação em Direitos Humanos, em parceria com a Rede de Escolas de Gestão Pública do Estado, totalizando a participação de 60 servidores públicos estaduais.

• Instalação da Ouvidoria Especial de Direitos Humanos, com o papel de monitorar as violações de direitos humanos em todo o Estado.

• Apoio à realização da 10ª Bienal da União Nacional dos Estudantes (UNE), no Centro Dragão do Mar de Arte e Cultura, com a participação de 5.173 pessoas.

• Elaboração, mobilização e acompanhamento do projeto Educação de Jovens e Adultos (EJA) articulado à Qualificação Profissional.

• Lançamento do Edital NaPaz, com a participação de cerca de 3.000 pessoas, em parceria com o Programa Ceará Pacífico e o Instituto de Desenvolvimento do Trabalho.

• Capacitações para 7.507 jovens, sendo 5.230 por meio dos Projovens Urbano 3, Urbano 5, Campo Saberes da Terra, e as demais por meio de curso de Fabricação de Pães Artesanais e Caseiros, em parceria com o Serviço Nacional de Aprendizagem Rural (Senar); participação na Feira Agroecológica, em parceria com o Instituto Antônio Conselheiro (IAC); intercâmbio das turmas de Quixeramobim e Araripe, para conhecimento de um Sistema de Bioágua, dentre outras.

• Realização da Caravana de Combate à Violência Contra a Mulher, em 20 escolas, nas regiões da Grande Fortaleza, Sertão de Sobral, Serra da Ibiapaba e Cariri, com a participação de 2.117 pessoas.

• Capacitação sobre o ID Jovem no Ceará, em parceria com a Secretaria Nacional de Juventude, com a participação de 75 pessoas.

• Elaboração da Política Pública Estadual da Pessoa Idosa, em parceria com o Conselho Estadual dos Direitos da Pessoa Idosa (CEPID), instituições da Pessoa Idosa e representantes da sociedade civil.

• Articulação junto aos órgãos responsáveis pela efetivação e implementação do Passe Livre Intermunicipal para pessoas carentes com deficiência.

• Viabilização da participação de 1.825 pessoas com deficiência no Programa Praia Acessível.

• Realização de 227 atendimentos pela Central de Intérpretes de Libras.

• Inclusão de 165 surdos no processo de habilitação para concessão da Carteira Nacional de Transito – CNH Popular, por meio do apoio da Central de Interpretes de Libras.

• Execução de atividades de participação cidadã, com a Comissão de Reajuste do Plano Estadual de Promoção da Igualdade Racial.

• Realização de oito Conferências Macrorregionais de Promoção da Igualdade Racial, com o apoio dos respectivos municípios-sede: Caucaia, Redenção, Sobral, Caridade, Crato, Crateús, Itapipoca e Quixadá, totalizando mil participantes.

• Realização da IV Conferência Estadual de Promoção da Igualdade Racial, em Fortaleza, com o tema: Ceará da Igualdade Racial, Reconhecimento, Justiça e Desenvolvimento na Década dos Afrodescendentes.

• Capacitação de 257 agentes públicos das políticas setoriais de assistência social e segurança pública e profissionais que atuam com a assessoria a agricultores familiares, pautando as temáticas: diversidade étnico-racial, combate ao racismo institucional, mediação e pacificação social, relações sociais e o trabalho com povos e comunidades tradicionais.

• Realização da tradicional Festa de Yemanjá, na Praia de Iracema, promovida pela Associação Cultural Pai Luiz de Aruanda, Associação Espírita de Umbanda e Centro Cultural de Umbanda.

• Capacitação de grupos vulneráveis, com a temática Mulheres Negras e o Enfrentamento ao Racismo, no bairro Canindezinho, com a participação de 31 pessoas, e no Seminário Mulheres Negras e Indígenas nos Espaços de

Poder, realizado na Faculdade Cearense, com a participação de 79 pessoas.

• Realização do I Seminário Diversidade Religiosa, em parceria com a Unesco, visando tratar dos dados apresentados no Relatório sobre Intolerância e Violência Religiosa no Brasil.

• Formações técnicas itinerantes do Projeto Municipalizando a Política de Igualdade Racial no Ceará, com orientações para criação de conselhos, órgãos e planos de promoção da igualdade racial, nos municípios de Horizonte, Salitre, Uruburetama, Tamboril e Juazeiro do Norte.

• Atendimento nas Unidades Móveis para Atendimento à Mulher em Situação de Violência do Campo, Floresta e das Águas, nos municípios de Fortaleza, Tianguá, Pacatuba, Caridade, Pedra Branca, Alto Santo, Jaguaribara e Crato.

• Realização de 339 capacitações nas Unidades Móveis de Atendimento à Mulher em Situação de Violência do Campo, da Floresta e das Águas.

• Realização da Campanha "16 Dias de Ativismo pelo Fim da Violência contra as Mulheres" no Ceará.

PROGRAMA 075 – PROTEÇÃO E PROMOÇÃO DOS DIREITOS DE ADOLESCENTES EM ATENDIMENTO SOCIOEDUCATIVO

O Programa tem como objetivo principal prestar atendimento integral ao adolescente em cumprimento de medida socioeducativa privativa/restritiva de liberdade, fortalecendo sua reinserção sociofamiliar e comunitária, tendo como público-alvo adolescentes em conflito com a lei, de ambos os sexos, na faixa etária de 12 a 18 anos, podendo excepcionalmente serem atendidos jovens de até 21 anos incompletos, sentenciados judicialmente.

Este programa possui a seguinte iniciativa prioritária, cujo desempenho físico de seu produto principal pode ser observado na tabela abaixo:

Iniciativas Prioritárias	Produto	Unidade de Medida	Programado 2017	Realizado 2017(*)
Melhoria da estrutura das unidades de atendimento a adolescentes em cumprimento de medidas socioeducativas	Unidade de Internação reformada	unidade	7	10

Fonte: Sistema Integrado de Monitoramento e Avaliação (Sima). (*) Dados preliminares sujeitos a revisão.

PRINCIPAIS REALIZAÇÕES:

• Capacitação de 450 adolescentes com a realização de cursos em áreas, como: doces e salgados, paisagismo, pintura e textura, mecânica de motos, jardinagem, culinária regional, pintura predial, dentre outros.

• Reforma de 10 Centros Socioeducativos de internação, internação provisória e semiliberdade.

• Inclusão de 75 adolescentes no Projeto de Aprendizagem Profissional e Inserção Laboral de Jovens, incluindo aulas profissionalizantes e oferta de bolsa aos participantes do projeto.

• Inclusão de 135 adolescentes no Projeto Cine Liberdade, que tem por objetivo capacitar os jovens para a produção de curtas-metragens a partir de suas vivências.

• Inclusão de 20 adolescentes em atividades de treinamento realizadas pelo Fortaleza Esporte Clube, onde puderam participar de atividades no Centro de Treinamento do time, visando capacitá-los para participar de seletivas.

• Implantação de um Centro de Treinamento no Centro Socioeducativo Patativa do Assaré.

TEMA – SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL

Segurança Alimentar e Nutricional (SAN) é a realização do direito de todos ao acesso regular e permanente a alimentos de qualidade, em quantidade suficiente, sem comprometer o acesso a outras necessidades essenciais, tendo como base práticas alimentares promotoras de saúde, que respeitem a diversidade cultural e que sejam sustentáveis do ponto de vista: ambiental, econômico e social.

Em conformidade com esse conceito, a SAN tem como premissa a intersetorialidade, o que requer o envolvimento tanto das esferas de governo, quanto da sociedade civil organizada, em seus diferentes setores – saúde, educação, trabalho, agricultura, desenvolvimento social, meio ambiente, dentre outros – e em diferentes linhas de ação – produção, comercialização, controle de qualidade, acesso e consumo alimentar.

Ressalte-se que a institucionalização da Política de Segurança Alimentar e Nutricional foi um dos mais expressivos ganhos observados nas políticas sociais brasileiras dos últimos anos, em especial, no tocante à temática da fome, pela urgência e necessidade de superá-la.

O Estado do Ceará, por meio de sua Câmara Intersetorial de Segurança Alimentar e Nutricional (CAISAN) e do Conselho de Segurança Alimentar e Nutricional do Ceará (CONSEA), vem cumprindo seu papel no Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional de fortalecer o debate em torno do tema e cumprindo o compromisso assumido de atender as urgências relacionadas ao combate à fome e à miséria, em parceria com o Governo Federal.

Como política pública garantidora de oferta e do acesso de alimentos para toda a população, o Governo construiu uma agenda na área da Segurança Alimentar e Nutricional, adotando as premissas básicas da SAN, em que se destaca a intersetorialidade. O conjunto de ações envolve a continuidade das políticas em implementação: ampliação do acesso aos alimentos com aumento dos empregos e transferência de renda; ampliação das tecnologias sociais de acesso à água para consumo humano e produção; expansão da cobertura da vigilância alimentar e nutricional e programas de promoção da saúde; ampliação dos programas voltados para o fortalecimento da agricultura familiar por meio de crédito, seguro, assistência técnica, ações de cooperativismo e extensão rural; e expansão das compras públicas de alimento da agricultura familiar por meio do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) e do Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE).

Associe-se a essas ações, a incorporação dos desafios de executar programas de SAN envolvendo a dimensão ambiental e territorial, o combate ao uso de agrotóxicos, as estratégias de enfrentamento aos transgênicos e as condições de fiscalização sanitária, garantindo agrobiodiversidade e controle de produtos que envolvam risco à saúde, educação alimentar e nutricional, tendo como foco principal crianças e adolescentes e monitoramento de indicadores consubstanciados nas dimensões do tema.

O resultado esperado neste tema estratégico é o acesso regular e permanente a alimentos de qualidade, em quantidade suficiente. O desempenho dos indicadores que medem o alcance do referido resultado pode ser observado na tabela abaixo:

Indicadores Temáticos – 2014-2017

Indicador	Unidade de Medida	2014	2015	2016	2017	
					Prog.	Real.(*)
Percentual de pessoas em segurança alimentar e nutricional que são atendidas pelo PAA (Programa de Aquisição de Alimentos) no Ceará	%	1,3	1,6	1,2	1,9	1,6
Número de municípios com o SISAN implementado	Nº	19	14	17	7	5
Número de pessoas capacitadas em Educação Alimentar e Nutricional	Nº	4.289	2.146	1.091	5.860	1.588

Fonte: SDA/STDS. (*) Dados preliminares sujeitos a revisão.

O indicador "Percentual de pessoas em segurança alimentar e nutricional que são atendidos pelo PAA (Programa de Aquisição de Alimentos) no Ceará" registrou em 2017 um percentual de 16% abaixo do programado para o ano, principalmente, devido ao fato de que as modalidades de operação "Compra com Doação Simultânea" e "Incentivo à Produção e Consumo de Leite" terem sido afetadas pelo longo período de estiagem que assola o Estado, dificultando a produção de alimentos.

No indicador "Número de municípios com o SISAN implementado", a meta programada para 2017, que era de sete municípios, foi atendida parcialmente (71,43%) com a adesão de mais cinco municípios ao Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (SISAN). Diante disto, registra-se que atualmente existem 32 municípios com adesão ao SISAN, representando 17,39% do total de municípios cearenses.

Quanto ao indicador "Número de pessoas capacitadas em Educação Alimentar e Nutricional", foram capacitadas 1.588 pessoas nessa temática, o que corresponde a 27,10% da meta programada para ano.

A meta programada não foi atendida na sua totalidade devido à não realização de duas capacitações. Uma capacitação com as famílias do Programa Bolsa Família não tiveram disponibilizados recursos específicos para a referida capacitação e a outra capacitação refere-se à educação a distância, que em anos anteriores foi realizada com a Escola de Gestão Pública (EGPCE) e este ano, por questão orçamentária/financeira, não pôde ser realizada.

PROGRAMAS TEMÁTICOS DA SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL

Para que o governo pudesse apresentar o desempenho observado nos indicadores relacionados acima, as ações finalísticas referentes a este tema estratégico foram desenvolvidas por meio dos programas: Promoção da Segurança Alimentar e Nutricional; e Gestão da Política de Segurança Alimentar e Nutricional. Para tanto, foi utilizado um volume de recursos orçamentários da ordem de R$ 51,55 milhões.

PROGRAMA 033 – PROMOÇÃO DA SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL

O Programa tem como objetivo principal contribuir para a garantia da segurança alimentar e nutricional da população, priorizando os grupos com vulnerabilidade social, com o acesso a alimentos em qualidade e quantidade satisfatória, tendo como

público-alvo agricultores(as) familiares e povos e comunidades tradicionais e suas representações, beneficiários dos PAA, Leite Fome Zero, entidades filantrópicas, consumidores de produtos hortifrutigranjeiros e estudantes das Escolas Públicas.

Este programa possui as seguintes iniciativas prioritárias, cujo desempenho físico de seus produtos principais pode ser observado na tabela abaixo:

Iniciativas Prioritárias	Produto	Unidade de Medida	Programado 2017	Realizado 2017 (*)
Apoio à cadeia produtiva da pecuária leiteira de base familiar com aquisição de sua produção	Produtor beneficiado	unidade	1.557	1.898
Distribuição de alimentos para pessoas em situação de vulnerabilidade alimentar e nutricional	Pessoa beneficiada	unidade	3.055.950	974.521

Fonte: Sistema Integrado de Monitoramento e Avaliação (Sima). (*) Dados preliminares sujeitos a revisão.

PRINCIPAIS REALIZAÇÕES:

• Adesões ao garantia-safra de 231.225 agricultores familiares, em 180 municípios, dos quais 16,86% já estão recebendo os benefícios, contemplados com R$ 850,00 cada.

• Implantação de 1.197 cisternas, em 62 municípios, para promoção de acesso à água para produção de alimentos, beneficiando 1.197 famílias.

• Distribuição de 2.095,80 toneladas de alimentos através do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), modalidade Compra com Doação Simultânea, atendendo 116 municípios e beneficiando 947 entidades socioassistenciais locais.

• Aquisição da produção leiteira de 1.898 fornecedores, totalizando 10.066.000 litros de leite bovino e 240.000 litros de leite caprino, por meio do PAA, Incentivo à Produção e Consumo de Leite, beneficiando 1.664 entidades socioassistenciais.

• Distribuição de alimentos a 974.521 pessoas em situação de vulnerabilidade alimentar e nutricional.

• Capacitação de 48.636 produtores rurais assistidos pela Assistência Técnica e Extensão Rural (ATER), no uso das iniciativas de acesso ao mercado PNAE e PAA e implementação na comercialização.

PROGRAMA 084 – GESTÃO DA POLÍTICA DE SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL

O Programa tem como objetivo principal promover a intersetorialidade das ações de segurança alimentar e nutricional, com base no direito humano à alimentação adequada, tendo como público-alvo gestores, técnicos e conselheiros municipais, manipuladores de alimentos, famílias beneficiárias do Programa Bolsa Família, famílias e crianças atendidas pelos Centros de Educação Infantil e pessoas em situação de Insegurança Alimentar e Nutricional (INSAN).

Este programa possui as seguintes iniciativas prioritárias, cujo desempenho físico de seus produtos principais pode ser observado na tabela abaixo:

Iniciativas Prioritárias	Produto	Unidade de Medida	Programado 2017	Realizado 2017 (*)
Apoio à implementação do Sistema de Segurança Alimentar e Nutricional - SISAN e seus mecanismos de gestão no Estado	Município apoiado	unidade	184	98
Promoção de ações de Educação Alimentar e Nutricional e Direito Humano à Alimentação Adequada	Pessoa capacitada	unidade	3.450	1.588

Fonte: Sistema Integrado de Monitoramento e Avaliação (Sima). (*) Dados preliminares sujeitos a revisão.

PRINCIPAIS REALIZAÇÕES:

• Assessoramento a 98 municípios, na difusão da Política de Segurança Alimentar e Nutricional (SAN), sensibilização dos gestores para adesão aos SISAN e a criação dos marcos regulatórios em âmbito municipal, como a elaboração de uma Lei orgânica de SAN, criação da Câmara intersetorial de SAN e do Conselho Municipal.

• Realização de 39 oficinas, totalizando 1.588 pessoas capacitadas, direcionadas para manipuladores de alimentos e profissionais que atuam em Centros de Educação Infantil de 32 municípios.

• Elaboração do II Plano Estadual de Segurança Alimentar e Nutricional pela Câmara Intersetorial de SAN (CAISAN).

• Realização do Encontro SAN+2, com o objetivo de efetivar um balanço sobre as principais deliberações registradas na V Conferência Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional, envolvendo gestores e representantes da sociedade civil que atuam na Política de SAN.

• Realização do Seminário Intersetorial de Segurança Alimentar e Nutricional.

• Regulamentação da Lei que institui as Compras Institucionais da Agricultura Familiar, o que propiciará o fomento da produção e consumo de produtos da agricultura familiar por todos os equipamentos públicos do Estado.

NOVAS IDEIAS NOS VAS CONQUISTAS

GOVERNO CEARÁ

EIXO III – CEARÁ DE OPORTUNIDADES >>

O Ceará de Oportunidades contempla as políticas governamentais voltadas aos desafios da economia estadual, mediante duas formulações de inspiração estratégica: fomento ao crescimento econômico com desenvolvimento territorial; e geração e reprodução do emprego, trabalho emancipado, renda e riqueza. O propósito central deste eixo consiste no desenvolvimento econômico sustentável, solidário e competitivo alcançado nos espaços rurais e urbanos, considerando as identidades dos territórios cearenses.

Voltados a este propósito, as ações do Governo organizam-se em nove temas estratégicos: Agricultura Familiar e Agronegócio, Indústria, Serviços, Infraestrutura e Mobilidade, Turismo, Trabalho e Renda, Empreendedorismo, Pesca e Aquicultura e Requalificação Urbana, cujas principais realizações encontram-se elencadas a seguir.

TEMA – AGRICULTURA FAMILIAR E AGRONEGÓCIO

O Governo do Estado vem atuando para o desenvolvimento da agropecuária, mediante duas frentes: o apoio à agricultura familiar e ao agronegócio.

No que tange à agricultura familiar, o Governo do Estado vem buscando tornar esse público não apenas um receptor das tecnologias ou dos produtos, e sim, um produtor qualificado, de modo que tenham incrementos de renda e melhores condições de vida e bem-estar, transformando-os em produtores credenciados para comercializarem sementes das principais culturas, mudas de essências nativas, de cajueiros e de raquetes de palma forrageira.

Tal evolução na condução dessa política pública está alinhada à intensificação das ações de Assistência Técnica e Extensão Rural (ATER), com foco no combate à pobreza rural, na garantia da segurança alimentar e nutricional e no apoio à transição agroecológica e convivência com o Semiárido, o que exige cada vez mais um processo consistente de capacitação de agricultores e agricultoras, em diferentes atividades da agropecuária cearense, com destaque na transferência de novos conhecimentos nas áreas de irrigação, produção e industrialização da mandioca, produção de mudas, sistemas agroecológicos, boas práticas na ovinocaprinocultura e produção de mel.

Convém enfatizar, ainda, o papel do Governo, em parceria com outras instituições, na busca de soluções para minimizar os efeitos danosos dos seis anos de estiagem, principalmente para os agricultores familiares, na distribuição e construção de cisternas, aquisição de equipamentos para pequenos irrigantes.

No que se refere ao setor do agronegócio cearense, a política governamental se orienta pela importância para a economia cearense de fortalecer as vantagens competitivas do Estado que se comprovaram nos últimos anos. Como estratégia de gestão, o Governo Estadual estimulou a sua organização em câmaras setoriais, podendo ser citadas as do caju, camarão, carnaúba, flores, fruticultura, leite, mel, ovinocaprinocultura e tilápia.

O resultado esperado neste tema estratégico é a economia rural fortalecida, sustentável, solidária e competitiva. O desempenho dos indicadores que medem o alcance do referido resultado pode ser observado na tabela abaixo:

Indicadores Temáticos – 2014-2017

Indicador	Unidade de Medida	2014	2015	2016	2017	
					Prog.	Real.(*)
Valor bruto da produção da agricultura	R$ mil	2.621.218	1.771.146	2.020.491	2.800.000	2.872.020
Cobertura vacinal da febre aftosa	%	95,44	92,66	91,22	90,00	92,15
Valor de exportação dos produtos da agropecuária cearense	US$ FOB mil	548.191	537.729	532.230	500.000	366.932

Fonte: SDA/Adagri/Adece. (*) Dados preliminares sujeitos a revisão.

O indicador relativo ao "Valor bruto da produção da agricultura (VBP)" representa o valor de venda da produção recebido pelo produtor por sua produção agrícola. Incluem-se neste cálculo todos os produtos cearenses constantes do LSPA (Levantamento Sistemático da Produção Agrícola), pesquisados pelo IBGE.

A oscilação nos valores do VBP no período de 2014 a 2017 se deve, principalmente, à estiagem que assola o Estado do Ceará desde 2012, influenciando tanto na produção quanto nos preços praticados pelos produtores.

Ainda assim, o VBP da Agricultura ficou 2,57% acima do previsto para 2017. Vale salientar que houve um incremento de 33% na produção de grãos em relação ao ano anterior, com incremento de 56,19% no VBP destes produtos. No que se refere às frutas frescas, mesmo com restrição da irrigação por escassez de água, o VBP teve um incremento de 34,78% em relação ao ano anterior.

O índice de cobertura vacinal no Estado do Ceará, na primeira etapa de vacinação de 2017, realizada no mês de maio, foi de 92,15% de bovinos vacinados. Ressalta-se que desde 2011 os índices atingidos vêm sendo superiores a 90%, acima da meta programada para o ano. A evolução do indicador "Cobertura vacinal da febre aftosa" demonstra o compromisso do produtor com as políticas públicas, colaborando para que o Estado continue livre de febre aftosa com vacinação, o que permitiu a comercialização de animais vivos, produtos e subprodutos de origem animal em todo o Brasil.

Outro avanço motivado por esse índice foi a mudança de estratégia da segunda etapa de vacinação, onde esta foi obrigatória somente nos animais com até 24 meses de idade. O aumento de fiscalizações em propriedades rurais, levando em consideração as de maior risco, aliado à exigência irrestrita da Guia de Trânsito Animal (GTA), contribuiu para a manutenção desse indicador em níveis elevados, visto que, indiretamente, o trânsito dos animais passou a ser monitorado de forma mais efetiva e eficiente. Ressalta-se que esses avanços, inclusive a decisiva participação de produtores/comunidade, foi resultado de um forte trabalho de parceria entre órgãos do Governo, Sindicatos dos Trabalhadores Rurais e Patronal e Prefeituras Municipais, por meio de suas Secretarias de Agriculturas, além da participação da imprensa.

O indicador "Valor de exportação dos produtos da agropecuária cearense" apresenta queda consecutiva nos quatro últimos anos. Essa redução pode ser associada aos baixos índices pluviométricos no Estado do Ceará, aliado à restrição das áreas de irrigação, afetando a produção de uma forma geral. Os principais produtos agropecuários exportados foram a castanha do caju, frutas, cera da carnaúba, sucos de fruta, lagosta, peixes, mel de abelha, dentre outros.

PROGRAMAS TEMÁTICOS DA AGRICULTURA FAMILIAR E AGRONEGÓCIO

Para que o Governo pudesse apresentar o desempenho observado nos indicadores relacionados acima, as ações finalísticas referentes a este tema estratégico foram desenvolvidas por meio dos programas: Desenvolvimento da Agropecuária Familiar; Desenvolvimento Sustentável do Agronegócio; e Defesa Agropecuária Atuante no Estado do Ceará. Para tanto, foi utilizado um volume de recursos orçamentários da ordem de R$ 48,77 milhões.

PROGRAMA 029 – DESENVOLVIMENTO DA AGROPECUÁRIA FAMILIAR

O Programa tem como objetivo principal incentivar o aumento da produtividade nas atividades econômicas da agropecuária de base familiar, garantindo um desenvolvimento econômico sustentável, solidário e competitivo, tendo como público-alvo agricultores(as) familiares e povos e comunidades tradicionais e suas representações.

Este programa possui as seguintes iniciativas prioritárias, cujo desempenho físico de seus produtos principais pode ser observado na tabela abaixo:

Iniciativas Prioritárias	Produto	Unidade de Medida	Programado 2017	Realizado 2017 (*)
Incentivo ao aumento da produção das principais culturas da agricultura familiar	Semente distribuída	Ton	3.189,70	3.032,30
Apoio à implantação de área de produção em quintal produtivo	Unidade de Produção implantada	Unidade	363	324
Apoio à implantação de projetos produtivos de irrigação	Projeto apoiado	Unidade	2.192	357
Prestação de Assistência Técnica e Extensão Rural	Produtor assistido	Unidade	64.950	48.636

Fonte: Sistema Integrado de Monitoramento e Avaliação (Sima). (*) Dados preliminares sujeitos a revisão.

PRINCIPAIS REALIZAÇÕES:

• Incentivo ao aumento da produção das principais culturas da agricultura familiar, com a distribuição de 3.032,30 toneladas de sementes selecionadas de alto poder genético para produção de grãos, 7,89 milhões de raquetes de palma forrageira, 2.873 m³ de manivas de mandioca, 366.825 mudas de cajueiro e 109.286 mudas de essências florestais nativas e exóticas, beneficiando 149.632 agricultores familiares, em 182 municípios do Estado do Ceará.

• Produção de 4.784 doses de *Bacillus thuringiensis* para o combate à lagarta do cartucho do milho, para beneficiar 2.390 agricultores familiares que venham a receber semente de milho por meio do Projeto Hora de Plantar 2017/2018.

• Recuperação de 73.400 plantas de cajueiro improdutivas através de substituição de copas com a realização de enxertias, beneficiando 201 produtores.

• Implantação de 324 unidades produtivas, beneficiando 324 famílias, com infraestrutura para a instalação de quintal produtivo.

• Prestação de Assistência Técnica nas atividades produtivas de 69 famílias de agricultores familiares no Perímetro Curupati, com uma produção de 1.291,74 toneladas em fruticultura.

• Fomento à manutenção dos 325 ha de pastejo rotacionado para 130 famílias de agricultores

familiares, no Perímetro Mandacaru, com 26 famílias apresentando produção de leite de 2.800 litros/dia.

• Reestruturação da Associação dos Pecuaristas do Mandacaru (Aspec), com a elaboração de um plano de metas para resolver pendências para liberação de recursos dos Subprojetos de Investimento Comunitário (SIC) destinados à aquisição de matrizes leiteiras.

• Apoio à implantação de projetos produtivos de irrigação, com a elaboração de 357 projetos, atendendo 357 famílias, em 33 municípios.

• Instalação de 83 kits de irrigação composto de bomba e tubulações para microaspersão e gotejamento para áreas de fruticultura, hortaliças e capineira, beneficiando 83 famílias, em 10 municípios.

• Distribuição de 4.845 matrizes de espécie caprina e 323 reprodutores em 17 municípios, em 30 assentamentos, beneficiando de forma direta 323 famílias.

• Identificação e capacitação de 330 famílias, em 36 assentamentos, a serem beneficiadas com o projeto de galinha caipira, o qual consiste na instalação completa de 330 galinheiros.

• Capacitação de 141 famílias residentes em 18 assentamentos da reforma agrária que serão beneficiadas com o recebimento de 40 colmeias.

• Implantação de projeto, em parceria com a Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE), para identificar e beneficiar 90 famílias com a distribuição de 900 matrizes e 90 reprodutores de espécie caprina, fomentando a caprinocultura leiteira do Ceará.

• Assistência, monitoramento e acompanhamento de 225 tanques de resfriamento de leite, os quais beneficiam diretamente 2.475 produtores da agricultura familiar, que, em sua maioria, vende sua produção ao PAA-Leite.

• Comercialização de 649.245 toneladas de produtos hortigranjeiros nos três entrepostos das Centrais de Abastecimento de Maracanaú, Tianguá e Barbalha, no valor de R$ 1,6 bilhão, gerando um acréscimo no valor comercializado de 3,7% em relação ao ano anterior.

• Desenvolvimento do aplicativo “Ceasa de Bolso”, importante para a cadeia produtiva do setor hortigranjeiro do Ceará, a fim de disseminar informações de mercado.

• Realização de 22.350 pesquisas de mercado, envolvendo grupos de cereais, aves, ovos, pescados, frutas e hortaliças, com a finalidade de comparação de preços, objetivando transações comerciais e atendimento do público em geral.

• Prestação de Assistência Técnica e Extensão Rural a 48.636 produtores rurais, de forma intensiva e continuada.

• Elaboração de 76.484 Declarações de Aptidão ao Pronaf (DAP) dos agricultores familiares cadastrados no Programa Garantia-Safra e efetivação do cadastro dos agricultores familiares beneficiados.

• Atendimento a 137.919 agricultores, em suas diversas atividades agrícolas e/ou pecuárias, de forma difusa, possibilitando também o conhecimento especifico necessário ao bom desenvolvimento de suas atividades produtivas.

PROGRAMA 035 – DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL DO AGRONEGÓCIO

O Programa tem como objetivo principal tornar os produtores do Estado competitivos e capazes de conviver com as adversidades, explorando as vantagens competitivas do semiárido cearense, das serras úmidas e da região litorânea, tendo como público-alvo pequenos, médios e grandes produtores do segmento agropecuário.

PRINCIPAIS REALIZAÇÕES:

• Apoio institucional a 15 eventos (Expoece 2017; Pecnordeste 2017 – Seminário Nordestino de Pecuária; Cearápão 2017 – Feira da Indústria da Panificação, Confeitaria, Gastronomia e Food Service; XXX Congresso Brasileiro de Agronomia; Conird 2017 – Congresso Internacional de Irrigação, juntamente com o IV Inovagri International Meeting e o III Simpósio Brasileiro de Salinidade; Fenacoco 2017 – Feira Nacional do Coco; O² - Encontro Intercontinental sobre a Natureza/IHAB; Tejubode 2017 – Feira de Ovinos e Caprinos de Tejuçuoca; Cibev/Padetec/UFC – Apresentação do Projeto Cibev; Cajufest 2017 – Festival do Caju de Pacajus; Feboa 2017 – Feira Regional de Boa Viagem; Cooperaceará – Encontro das Cooperativas Cearenses; Festpan – Sindipan; e o Rebob - Encontro Regional Nordeste/Gestão Participativa e Social da Água).

• Acompanhamento e apoio às Câmaras Setoriais e Temáticas ligadas ao agronegócio, com a criação das novas Câmaras de Equinos e de Água e Desenvolvimento, totalizando 13 câmaras: CS Caju, CS Camarão, CS Carnaúba, CS Frutas, CS Flores, CS Leite, CS Mel, CS Tilápia, CS Trigo, CS Ovinocaprinocultura, CS Equinocultura, CT Comércio Exterior e CT Água e Desenvolvimento.

• Realização do Projeto de Introdução de Culturas Alternativas – Avaliação do Desempenho Agronômico e Econômico das Culturas da Pera, Maçã, Romã, Caqui, Cacau, Amora, Mirtilo e Pitaia, realizado em parceria com a Embrapa Semiárido, produtores de frutas do Ceará e Univale (União dos Agronegócios do Vale do Jaguaribe).

• Realização da primeira fase (2017-2018) do projeto Cajucultura de Alto Desempenho, em parceria com a Embrapa.

• Realização do Projeto Teste e Seleção de Espécies Arbóreas para a Indústria Moveleira do Marco, realizada pela Embrapa, com a parceria do Governo do Ceará, introduzindo novas espécies em novos locais, estendendo os experimentos antes realizados somente no Perímetro Irrigado do Baixo Acaraú, para o Polo Moveleiro do Marco, a estação experimental da Embrapa de Pacajus e a Fazenda Copan em Aracati, em nova etapa do projeto relativa à análise econômica das 40 espécies plantadas.

PROGRAMA 052 – DEFESA AGROPECUÁRIA ATUANTE NO ESTADO DO CEARÁ

O Programa tem como objetivo principal elevar a segurança e competitividade dos produtos agropecuários cearenses e propiciar a qualidade sanitária dos produtos industriais e artesanais derivados de produtos animais e vegetais, tendo como público-alvo os produtores agropecuaristas.

Este programa possui as seguintes iniciativas prioritárias, cujo desempenho físico de seus produtos principais pode ser observado na tabela abaixo:

Iniciativas Prioritárias	Produto	Unidade de Medida	Programado 2017	Realizado 2017 (*)
Realização de controle da qualidade sanitária dos animais	Fiscalização realizada	unidade	1.260	1.442
Fiscalização e monitoramento da sanidade de animais e vegetais	Fiscalização realizada	unidade	600	744
Fiscalização e monitoramento da sanidade de animais e vegetais	Inspeção realizada	unidade	900	559

Fonte: Sistema Integrado de Monitoramento e Avaliação (Sima). (*) Dados preliminares sujeitos a revisão.

PRINCIPAIS REALIZAÇÕES:

• Realização de 670 fiscalizações sobre o uso e comércio de agrotóxico.

• Realização de 1.442 fiscalizações no âmbito do controle da qualidade sanitária dos animais.

• Realização 744 fiscalizações e 559 inspeções no âmbito da fiscalização e monitoramento da sanidade de animais e vegetais.

• Realização de 215 ações de fiscalização e monitoramento da sanidade de animais e vegetais em eventos agropecuários.

• Emissão de 231 certificações sanitárias dos estabelecimentos e produtos de origem animal.

• Realização de 1.781 fiscalizações de prevenção e controle de pragas quarentenárias e de importância econômica.

TEMA – INDÚSTRIA

Nas últimas décadas, a economia cearense registrou uma forte expansão da capacidade instalada da indústria, com reflexo no crescimento do produto industrial, fruto de reformas estruturais, implantação de projetos estruturantes e aplicação de uma política de incentivo e atração de investimentos externos. Segundo o Instituto de Pesquisa e Estratégia Econômica do Ceará (Ipece), tal desempenho foi influenciado, especialmente, pela Construção Civil e pelas atividades industriais de utilidade pública de eletricidade, gás e água, seguida da Indústria de Transformação. A Construção Civil cearense foi positivamente afetada pelos investimentos conduzidos pelo Governo do Estado, distribuídos, principalmente, em construção de escolas, hospitais, equipamentos turísticos, infraestrutura rodoviária, portuária, hídrica e aeroportuária.

A Indústria Extrativa Mineral, a despeito de possuir a menor participação na composição da indústria cearense, revela sua importância para a economia estadual, guardando relações importantes, tanto com a Construção Civil, como com a Indústria de Transformação, no fornecimento de insumos para os seus respectivos processos produtivos. O crescimento médio anual negativo desse ramo de atividade, evidenciado nos últimos anos, pode, no entanto, ser explicado pela redução na produção de petróleo observada.

A Indústria de Transformação, por sua vez, o mais importante segmento da indústria cearense, exerce forte influência no crescimento e no poder de competição de toda a economia.

As propostas da política governamental objetivam imprimir nova dinâmica e desenvolvimento tecnológico à indústria cearense, com a superação dos desafios que podem ser assim sintetizados:

• Incremento da produtividade da indústria cearense a partir da superação da baixa diversificação, da concentração industrial em segmentos tradicionais, intensivos em mão de obra e de baixo conteúdo tecnológico.

• Elevação do nível de qualificação da mão de obra industrial, na perspectiva do incremento da inovação e da produtividade do setor.

• Superação das fragilidades identificadas em termos do ambiente de inovação, como: a) ausência de foco em áreas selecionadas de tecnologia e atividades econômicas com maior potencial de impacto no desenvolvimento; b) ausência de uma visão clara e conjunta sobre a contribuição da inter-relação academia, governo e setor privado; c) relacionamento entre os atores do Sistema Estadual de Inovação (SEI) sem assegurar a transferência de tecnologia entre eles; d) atividades de Pesquisa e Desenvolvimento (P&D) concentradas em instituições públicas, baseadas na demanda dos pesquisadores e sem preocupação com o impacto ou relevância para a atividade produtiva; e) esforços individuais desconectados e com dificuldades para se desenvolverem; e f) transferência de tecnologia movida pela oferta, com pouca coerência com a expectativa do setor produtivo.

O resultado esperado neste tema estratégico é a indústria cearense diversificada e competitiva, com inserção nos mercados nacional e internacional. O desempenho dos indicadores que medem o alcance do referido resultado pode ser observado na tabela abaixo:

Indicadores Temáticos – 2014-2017

Indicador	Unidade de Medida	2014	2015	2016	2017	
					Prog.	Real.(*)
Empregos gerados de empreendimentos implantados	nº	2.008	1.519	3.242	250	1.672
Número de empreendimentos implantados	nº	25	22	15	15	12
Taxa de crescimento do Valor Adicionado da Indústria	%	0,40	-4,60	-6,60	-3,00	1,3 [1]
Variação do estoque de empregos formais na Indústria	%	2,76	-6,71	-11,46	-5,00	ND[2]
Volume de investimento realizado dos empreendimentos implantados	R$ milhão	289,54	146,63	9.739,23	100,00	36,2

Fonte: SDE (*) Dados preliminares sujeitos a revisão. [1] Taxa de crescimento do Valor Adicionado contabilizado até o segundo trimestre de 2017. [2] Dado ainda não disponível pelas fontes oficiais de pesquisa. A última publicação se refere a 2016, segundo dados da Relação Anual de Informações Sociais (Rais) divulgada pelo MTE.

O quadro de dificuldades registrado pela indústria cearense nos últimos anos acompanha a tendência verificada em nível nacional. Entretanto, a política de atração de investimentos em curso ainda se configura como uma das mais importantes para o desenvolvimento do setor, razão pela qual tem sido mantida e, como tal, os indicadores que derivam dessa iniciativa adotada pelo Ceará são considerados satisfatórios em relação ao projetado anualmente.

Durante os primeiros 11 meses de 2017, foram implantados 12 empreendimentos que geraram 1.672 novos empregos no Ceará, com expectativa de se confirmar, até dezembro, a meta de 15 unidades projetadas, com impacto positivo nos indicadores de emprego dos empreendimentos implantados e no volume de investimentos privados.

Estima-se que melhorias no quadro macroeconômico nacional possam consolidar o Ceará ainda mais na área industrial, principalmente por ter um cenário fiscal favorável e por buscar constante

aprimoramento no ambiente de negócios.

Mesmo não atingindo o patamar projetado quanto ao "Volume de investimento realizado dos empreendimentos implantados", o resultado de R$ 36,2 milhões teve um impacto significativo no número de empregos gerados (1.672), pois representa mais de 50% do valor registrado em 2016, quando se registrou um volume de investimentos privados de R$ 9.7 bilhões com o efetivo início de operação da Companhia Siderúrgica do Pecém (CSP).

Apesar desse esforço, a "Taxa de crescimento do Valor Adicionado da Indústria" acompanhou, em 2016, a tendência nacional de queda, com variação negativa de empregos formais no setor. Nos dois primeiros trimestres de 2017, a indústria obteve um crescimento médio de 1,3%, com destaque para a Indústria de Transformação, que cresceu 3,04% no primeiro trimestre e 2,96% no segundo trimestre, em comparação com o trimestre imediatamente anterior.

PROGRAMAS TEMÁTICOS DA INDÚSTRIA

Para que o Governo pudesse apresentar o desempenho observado nos indicadores relacionados acima, as ações finalísticas referentes a este tema estratégico foram desenvolvidas por meio do programa Promoção e Desenvolvimento da Indústria Cearense, utilizando, para tanto, um volume de recursos orçamentários da ordem de R$ 52,22 milhões.

PROGRAMA 041 – PROMOÇÃO E DESENVOLVIMENTO DA INDÚSTRIA CEARENSE

O Programa tem como objetivo principal fortalecer e diversificar a indústria no Ceará, promovendo a elevação da competitividade, em nível nacional e internacional, com consequente aumento dos empregos gerados, tendo como público-alvo o setor produtivo industrial.

Este programa possui a seguinte iniciativa prioritária, cujo desempenho físico de seu produto principal pode ser observado na tabela abaixo:

Iniciativas Prioritárias	Produto	Unidade de Medida	Programado 2017	Realizado 2017(*)
Implantação ou ampliação de empreendimentos de médio e grande porte	Empreendimento implantado	unidade	19	12

Fonte: Sistema Integrado de Monitoramento e Avaliação (Sima). (*) Dados preliminares sujeitos a revisão.

PRINCIPAIS REALIZAÇÕES:

• Aprovação pelo Conselho Estadual de Desenvolvimento Industrial do Ceará (CEDIN) de 12 resoluções de benefícios do Fundo de Desenvolvimento Industrial do Ceará (FDI), com investimentos privados de R$ 36,2 milhões, gerando 1.672 empregos diretos, bem como de 34 protocolos de intenções, com investimentos privados projetados de R$ 1,67 bilhões e geração de 4.719 empregos diretos.

• Cessão em comodato de quatro galpões industriais para empresas, com investimento privado de aproximadamente R$ 14,5 milhões, instaladas nos municípios de Aracati, Tauá, Umirim e Quixeramobim, gerando aproximadamente 1.177 empregos diretos.

• Apoio/participação em 15 eventos no intuito de fomentar o desenvolvimento das cadeias produtivas do Estado, atração de investimentos e prospecção de negócios: Primeiro Fórum Permanente de Logística Portuária, Fortaleza Stone Fair, Francal,

Ceará Moda Contemporânea, Conferência Latino-Americana de Desenvolvimento, BrazilWindpower, All About Energy, Expolog, Expocomer, 23ª Intermodal South America, 3º Congresso Mundial de Zonas Francas, Fortaleza StoneFair, 20ª Feira Internacional da China (20TH CIFIT) Xiamen, EEBA - Encontro Econômico Brasil-Alemanha, e 21ª Conferência de Zonas Francas das Américas.

• Apoio à implantação do Polo Industrial e Tecnológico da Saúde (PITS), por meio de articulações com o setor público, promovendo o desenvolvimento da infraestrutura necessária.

• Monitoramento de 311 empresas incentivadas pelo FDI, com a realização de acompanhamentos a distância, reuniões *in loco* e visitas ao processo produtivo.

• Acompanhamento e apoio às Câmaras Setoriais e Temáticas ligadas ao desenvolvimento da indústria.

• Atração de empresa para se instalar na ZPE Ceará, com assinatura de protocolo de intenção com a Portocem Geração de Energia Ltda, no setor de energias renováveis, com investimento estimado em R$ 3,147 bilhões, para uma área de 30 ha.

• Desenvolvimento do aplicativo SICA Mobile, com as funcionalidades para o controle de entrada e saída de pessoas e veículos nas áreas alfandegadas da ZPE para o controle na entrada de matérias-primas a granel (carvão e minério) e da saída das placas de aço produzidas pela CSP.

• Desenvolvimento da integração com o sistema SIC-PORT da Cearáportos, para troca de informações em tempo real, contemplando o ciclo logístico/operacional na exportação das placas de aço produzidas pela CSP.

• Registro do Sistema Integrado de Controle Aduaneiro (SICA) junto ao Instituto Nacional da Propriedade Industrial (INPI), para disponibilização desta ferramenta ao CZPE, facilitando a viabilização dos projetos ZPE no Brasil.

TEMA – SERVIÇOS

Nas últimas décadas, mudanças profundas foram operadas na sociedade brasileira, como o avanço do processo democrático, o controle inflacionário e a retomada da trajetória de crescimento, apoiada, sobretudo, no aumento da demanda por produtos brasileiros no mercado nacional e internacional.

Neste ambiente, a rede de proteção social trouxe resultados significativos, permitindo a um novo estrato social protagonizar um importante papel na expansão do consumo no mercado interno: “a nova classe média brasileira”.

Esse novo contingente de consumidores foi responsável pelo crescimento sem precedentes das atividades comerciais e de serviços, reforçando a liderança do Setor Terciário na economia do Estado em termos de produto, emprego e, consequentemente, contribuição fiscal.

O setor de serviços responde por uma significativa parcela do PIB do Estado, o que revela a importância que essa atividade assume para a economia cearense. Dentre as atividades que compõem este setor, merecem destaque a administração, saúde e educação públicas e seguridade social e a atividade de comércio.

Se a participação da administração pública na geração de valor adicionado pela economia cearense, por um lado reflete a ampliação da oferta de serviços públicos e o crescimento da máquina pública no Estado e em seus municípios, por outro, indica uma economia ainda pouco diversificada, onde boa parte das atividades econômicas detém participações pouco expressivas.

Por seu turno, a atividade do comércio, em especial o comércio varejista, tradicionalmente se destaca diante das demais atividades e tem apresentado crescimento nos últimos anos, o que é algo positivo para a economia do Estado do Ceará.

No entanto, a participação elevada destas duas atividades mostra um quadro de fragilidade do setor produtivo local, visto demonstrar sua pouca diversificação com as demais atividades, possuindo diminuta expressão. Tal situação é ainda mais grave quando se observa que, dentre as atividades com menor participação, estão os serviços com maior poder de agregação de valor, como serviços de informação e outros especializados.

Sendo assim, é importante que se promova o desenvolvimento de novas atividades capazes de ampliar a competitividade do setor e reduzir sua dependência do comércio varejista tradicional e da administração pública.

O resultado esperado neste tema estratégico é o setor terciário fortalecido, competitivo e diversificado. O desempenho dos indicadores que medem o alcance do referido resultado pode ser observado na tabela abaixo.

Indicadores Temáticos – 2014-2017

Indicador	Unidade de Medida	2014	2015	2016	2017	
					Prog.	Real.(*)
Evolução da remuneração média no setor terciário [1]	R$	2.830,17	2.810,18	2.766,23	2.800,00	ND
Participação do setor serviços na massa salarial	%	74,81	74,68	75,00	74,00	ND
Taxa de crescimento do Valor Adicionado do Setor de Serviços	%	3,66	-1,48	-5,52	2,00	ND
Variação anual do estoque de empregos formais no setor de Serviços	%	4,12	1,24	-4,77	0	ND
Variação da Receita Nominal de Serviços no acumulado do ano	%	8,00	3,50	3,40	8,00	ND

Fonte: SDE (*) Dados ainda não disponíveis pelas fontes oficiais de pesquisa. [1] Valores encontram-se deflacionados pelo IPCA de 2016.

O Governo do Estado, no âmbito do desenvolvimento econômico do Ceará, vem imprimindo mais esforços para alterar a realidade do setor de serviços, que tradicionalmente concentra-se no setor de comércio e serviços de utilidade pública. A iniciativa governamental deu ênfase a ações que promovem maior produtividade, assim como agregam valor maior ao setor, ao tempo em que estimula o comércio, o turismo e também a infraestrutura para o fluxo de dados. A ideia é tornar o Ceará um centro logístico, integrando os serviços de infraestrutura de telemática, para aproveitar a posição geográfica privilegiada do Ceará.

A proposta consiste em aumentar a participação de serviços de maior valor agregado na economia do setor terciário, bem como aumentar a remuneração média dos profissionais do setor com relações formais. Os indicadores medidos pela remuneração média desse setor e pela variação do valor adicionado, nos anos de 2014 a 2016, apresentaram uma queda que muito se explica pelo reflexo da crise econômica e

política da conjuntura econômica nacional e da geopolítica internacional.

Embora a crise econômica atual tenha desdobramentos em praticamente todos os setores da economia, a do setor terciário cearense se mantém constante, ficando na casa dos 75% em 2016, mesmo sendo observado uma redução de mais de 5% do valor adicionado do setor e uma variação negativa do estoque de empregos formais.

A atuação governamental tem conseguido prospectar negócios que devem produzir bons resultados futuros a esses indicadores. Com isso, estima-se que a estrutura do terceiro setor cearense torne-se mais competitiva e retome a curva de crescimento a partir do ano de 2017, cujos indicadores serão contabilizados em 2018.

PROGRAMAS TEMÁTICOS DE SERVIÇOS

Para que o Governo pudesse apresentar o desempenho observado nos indicadores relacionados acima, as ações finalísticas referentes a este tema estratégico foram desenvolvidas por meio do programa Fortalecimento do Setor de Serviços.

PROGRAMA 042 – FORTALECIMENTO DO SETOR DE SERVIÇOS

O Programa tem como objetivo principal fortalecer o setor terciário, tornando-o mais competitivo e diversificado, com capacidade de acomodar um estoque de mão de obra melhor qualificado, tendo como público-alvo o setor produtivo e seus trabalhadores.

Este programa possui a seguinte iniciativa prioritária, cujo desempenho físico de seu produto principal pode ser observado na tabela abaixo:

Iniciativas Prioritárias	Produto	Unidade de Medida	Programado 2017	Realizado 2017(*)
Apoio a realização de eventos de promoção de negócios	Evento realizado	unidade	1	9

Fonte: Sistema Integrado de Monitoramento e Avaliação (Sima) (*) Dados preliminares sujeitos a revisão

PRINCIPAIS REALIZAÇÕES:

• Apoio a nove eventos: Cenário Imobiliário 2017, VI Seminário Aprece, Rio Content Market, Clakcscal Brasil e 47º Congresso Skal, Ceará Fashion Trade, Recicla Nordeste 3ª edição, Seminário do Audiovisual e 28ª Convenção Estadual do Comércio Lojista.

• Acompanhamento e apoio às Câmaras Setoriais: Audiovisual, Automotiva, Comércio e Serviços, Eventos, Imobiliária, Reciclagem, Saúde, Tecnologia da Informação e Vestuário.

• Participação das articulações que resultaram no anúncio oficial do lançamento de novas linhas aéreas do *hub* das companhias Air France, KLM e Gol, com rotas para destinos europeus e aumento do fluxo interno de voos da companhia Gol Linhas Aéreas.

• Participação nas negociações que resultaram na formalização do memorando de entendimentos com o Porto de Rotterdã, visando incrementar o potencial logístico cearense.

• Participação na negociação do *hub* de dados datacenter da Angola Cables, que permitirá alocação de dados de conteúdos digitais de dentro ou fora do País.

TEMA – INFRAESTRUTURA E MOBILIDADE

O Estado do Ceará tem sido preparado para liderar um processo de desenvolvimento de grande envergadura no Nordeste. O núcleo central deste projeto são os investimentos em infraestrutura, sobretudo em logística de transportes, energia, água e mobilidade urbana, garantindo ao Ceará uma posição de destaque na esfera nacional.

Cabe ao Governo a responsabilidade pela implantação de uma política pública consolidada de infraestrutura e mobilidade, com o objetivo de garantir ao Estado do Ceará a promoção do desenvolvimento sustentável, com a eliminação dos gargalos, o aumento da produtividade e da competitividade, norteado pelas vocações e aptidões naturais de cada região, de modo a promover o crescimento econômico com desenvolvimento territorial.

Alinhado a isso, destacam-se: o gerenciamento e a fiscalização do Sistema de Transporte Rodoviário Intermunicipal de Passageiros do Estado do Ceará, que, de forma eficiente, busca ampliar o atendimento das necessidades de deslocamento em todos os 184 municípios cearenses, por meio das transportadoras regularizadas perante o Poder Concedente; e a integração de sistemas de transporte público coletivo intermunicipal de passageiros com a implantação do Bilhete Único Metropolitano, possibilitando a integração tarifária entre os serviços metropolitano e urbano da capital, mediante subsídio financeiro custeado pelo Tesouro Estadual.

No que se refere ao transporte de passageiros sobre trilhos, destaca-se a busca constante por oferecer um serviço com maior qualidade a partir de aprimoramentos técnicos na Linha Sul (RMF) e da oferta de serviço de transporte de passageiros na Linha Sul (metrô) e de VLT nas linhas Oeste (RMF), Sobral (RMS) e Cariri (RMC).

O resultado esperado neste tema estratégico é infraestrutura e mobilidade asseguradas para o desenvolvimento sustentável. O desempenho dos indicadores que medem o alcance do referido resultado pode ser observado na tabela abaixo:

Indicadores Temáticos – 2014-2017

Indicador	Unidade de Medida	2014	2015	2016	2017	
					Prog.	Real.(*)
Movimentação da Carga no Terminal do Pecém (MCTP)	ton	8.274.471	7.011.355	11.230.466	23.480.707	15.548.132
Percentual da malha viária em condição "BOA"	%	74,40	76,00	72,63	74,40	74,00
Participação do número de passageiros transportados por sistema Metro ferroviário na Matriz de Transporte Público da RMF	%	1,49	1,58	1,93	6,20	2,38
Incremento do número de passageiros transportados no Sistema Rodoviário Intermunicipal de Transporte Público Estadual	%	8,01	-0,84	4,12	-3,96	-13,86
Número de vítimas fatais por 10.000 veículos	unidade	11,82	9,26	9,05	8,81	7,11

Fonte: Seinfra/SCidades (*) Dados preliminares sujeitos a revisão.

O indicador "Movimentação da Carga no Terminal do Pecém" apresentou um crescimento de 38,45% em relação a 2016, atingindo um total de peso bruto de 15,5 milhões de toneladas. É importante frisar que a meta estipulada para o ano de 2017 tomava por base, em suas premissas, a movimentação de materiais para a construção de uma refinaria, o que acabou por não ocorrer, inviabilizando seu alcance.

O Indicador "Percentual da malha viária em condição 'BOA'" apresentou um crescimento de 1,89% em relação a 2016, atingindo 99,5% da meta programada. Convém ressaltar, no entanto, ser indispensável a consolidação da política de manutenção rodoviária, de modo a se preservar a condição de tráfego em bom nível de serviço, evitando-se, por outro lado, a médio prazo, a deterioração descontrolada dos pavimentos, com altos prejuízos para a economia do Estado.

O indicador "Participação do número de passageiros transportados por sistema Metroferroviário na Matriz de Transporte Público da RMF" representa, em 2017, o percentual de 2,38%, indicando a participação de passageiros no transporte metroferroviário e rodoviário na matriz de transporte público da RMF, referindo-se às linhas urbanas e interurbanas em todo o Estado. Tal índice foi considerado satisfatório diante da estrutura oferecida e da dificuldade de recursos no exercício de 2017, bem como pela não interface do Bilhete Único com o Transporte Metroviário.

O indicador "Incremento do número de passageiros transportados pelo Sistema de Rodoviário Intermunicipal de transporte público estadual" representa, em percentual, a variação do número de passageiros registrados pelo sistema de transporte rodoviário intermunicipal de passageiros do Estado do Ceará, que inclui os serviços por espécie – regular metropolitano, regular interurbano e regular complementar (metropolitano e interurbano).

Os dados parciais de 2017, estimados até dezembro com base na média mensal de janeiro a novembro, registraram 79.478.607 passageiros beneficiados pelo serviço de transporte rodoviário intermunicipal público estadual. Este indicador apresenta uma variação de -13,86% em relação a 2016, inferior à variação programada de -3,96%. Esse desempenho negativo pode ser atribuído, por exemplo, a fatores como a redução da frequência de utilização do serviço de transporte intermunicipal pela população, em decorrência da crise financeira vivenciada em 2017.

O indicador "Número de vítimas fatais por 10.000 veículos", em números parciais, registra 7,11 vítimas fatais para cada 10.000 veículos envolvidos em acidentes de trânsito, número inferior à estimativa de 8,81 vítimas. Em relação a 2016, que registrou 9,05 vítimas para cada 10.000 veículos envolvidos em acidentes de trânsito, a redução foi de 21,44%. No período 2014-2017, houve uma redução de 39,85% do número de vítimas fatais para cada 10.000 veículos envolvidos em acidentes de trânsito. Essa redução pode ser atribuída à intensificação das ações de fiscalização a partir de 2015, às campanhas educativas (por meio de cursos, palestras, blitzes educativas, peças teatrais e campanhas na mídia), aos investimentos em sinalização de trânsito (vertical, horizontal, semafórica e instalação de dispositivos de segurança) nas rodovias estaduais e na aquisição de veículos e materiais para suporte às operações de fiscalização.

PROGRAMAS TEMÁTICOS DA INFRAESTRUTURA E MOBILIDADE

Para que o Governo pudesse apresentar o desempenho observado nos indicadores relacionados acima, as ações finalísticas referentes a este tema estratégico foram desenvolvidas por meio dos programas: Infraestrutura e Logística; Mobilidade Urbana; e Gestão e Disciplinamento do Trânsito. Para tanto, foi utilizado um volume de recursos orçamentários da ordem de R$ 1,15 bilhão.

PROGRAMA 010 – INFRAESTRUTURA E LOGÍSTICA

O Programa tem como objetivo principal assegurar infraestrutura adequada e diversificada para o desenvolvimento sustentável do Estado do Ceará, tendo como público-alvo a população do Estado do Ceará.

Este programa possui as seguintes iniciativas prioritárias, cujo desempenho físico de seus produtos principais pode ser observado na tabela abaixo:

Iniciativas Prioritárias	Produto	Unidade de Medida	Programado 2017	Realizado 2017 (*)
Ampliação da capacidade operativa do Terminal Portuário do Pecém	Porto ampliado	unidade	1	1
Modernização do Terminal Portuário do Pecém	Porto modernizado	unidade	1	1
Promoção de melhorias na infraestrutura de transporte rodoviário estadual	Rodovia restaurada	km	345,50	119,49
Ampliação da infraestrutura de transporte rodoviário estadual	Rodovia pavimentada	km	203,20	40,30
Manutenção da qualidade da infraestrutura do transporte rodoviário estadual	Rodovia conservada	km	11.369,80	11.450,90
Melhoria da sinalização de trânsito nas rodovias estaduais (vertical, horizontal, semafórica e dispositivos de segurança viária)	Sinalização implantada	unidade	780.000	949.030
Melhoria de infraestrutura viária urbana	Via restaurada	km	55,50	68,52
Melhoria da infraestrutura viária urbana das cidades do Cariri Central e Vales do Acaraú e Jaguaribe	Via pavimentada	km	8,85	5,20

Fonte: Sistema Integrado de Monitoramento e Avaliação (Sima) (*) Dados preliminares sujeitos a revisão.

PRINCIPAIS REALIZAÇÕES:

• Pavimentação de 40,30 km de rodovias estaduais no ano de 2017.

• Revitalização e/ou restauração de 119,49 km de rodovias.

• Execução de 99,09 km dos 201,03 km de rodovias de obras em implantação/pavimentação e 187,12 km dos 278,49 km de rodovias de obras em restauração.

• Conservação rotineira em 11.450,90 km de rodovias.

• Implantação de 1.703 unidades de sinalização nas estradas cearenses, seja sinalização vertical, sinalização horizontal, sinalização semafórica, bem como a implantação de dispositivos de segurança viárias (tachinhas e tachões, colunas cônicas e defensas metálicas).

PROGRAMA 019 – MOBILIDADE URBANA

O Programa tem como objetivo principal implantar e operacionalizar o sistema metroferroviário do Estado e aprimorar as condições de segurança do trânsito em vias públicas, visando atender a necessidade de deslocamento da população cearense, tendo como público-alvo a população do Estado do Ceará.

Este programa possui as seguintes iniciativas prioritárias, cujo desempenho físico de seus produtos principais pode ser observado na tabela abaixo:

Iniciativas Prioritárias	Produto	Unidade de Medida	Programado 2017	Realizado 2017 (*)
Expansão da oferta de serviços de transporte metroviário - Linha Sul [1]	Linha Sul do Metrô implantada	unidade	1	0
Expansão da oferta de serviços de transporte ferroviário de passageiros - Linha Parangaba/Mucuripe	Linha de Trem de Passageiros implantada	unidade	1	0
Gerenciamento e fiscalização do transporte intermunicipal de passageiros	Gerenciamento de Trânsito e Transporte realizado	unidade	1	1

Fonte: Sistema Integrado de Monitoramento e Avaliação (Sima) (*) Dados preliminares sujeitos a revisão. [1] O Produto Linha Sul do Metrô implantada consta com 95,01% de execução.

PRINCIPAIS REALIZAÇÕES:

• Elaboração de Projeto Executivo do Plano Básico Ambiental da Linha Leste do Metrô de Fortaleza, com 7,17% executados.

• Avanço Físico do 1º Estágio do Projeto Metrô de Fortaleza – Linha Sul: 95,01%, sendo: 99,8% de Obras Civis; 81,24% de Sistemas Fixos; 19,83% de Material Rodante Alstom; 95% de Material Rodante AnsaldoBreda SPA; 51,48% de Integração de Sistemas; 97,24% de desapropriação e 91,72% de estudos e projetos (realizado acumulado até outubro de 2017).

• Conclusão das obras da Estação Juscelino Kubitscheck.

• Entrega de sete dos oito VLTs contratados. A previsão de entrega da última unidade do veículo é primeiro semestre de 2018.

• Na Região Metropolitana de Fortaleza, foram transportados 5.194.797 passageiros na Linha Sul e 1.744.316 passageiros na Linha Oeste, totalizando 6.939.113 passageiros beneficiados no período de janeiro a outubro de 2017.

• Transporte de 140.065 passageiros na Região do Cariri, registrando uma média de 28.013 passageiros por mês ou 1.278 passageiros por dia útil, no período de junho a outubro de 2017, pois o sistema de transporte teve sua operação suspensa em virtude da construção de um viaduto em Juazeiro do Norte.

• Transporte de 191.489 passageiros em Sobral, registrando uma média de 19.149 passageiros por mês ou 749 passageiros por dia útil.

• Benefício a 66.889 pessoas, com o cadastramento no sistema do Bilhete Único Metropolitano, das quais 25.970 passageiros realizaram ao menos uma vez integração entre o sistema de transporte público urbano de Fortaleza e da RMF, com um total de 2.026.167 integrações subsidiadas em 2017.

• Benefício a 79.478.607 passageiros pelo sistema de transporte rodoviário intermunicipal público estadual, sendo 42.011.739 por meio do serviço regular metropolitano, 15.534.585 por meio do serviço regular interurbano e 21.932.283 por meio do serviço regular complementar – metropolitano e interurbano.

PROGRAMA 037 – GESTÃO E DISCIPLINAMENTO DO TRÂNSITO

O Programa tem como objetivo principal melhorar a segurança e a fluidez do trânsito nas rodovias do Estado do Ceará, reduzindo o número de infrações no trânsito e, consequentemente, os índices de acidentes,

tendo como público-alvo os usuários dos sistemas de trânsito, condutores de veículos automotores, pedestres e a população em geral.

Este programa possui as seguintes iniciativas prioritárias, cujo desempenho físico de seus produtos principais pode ser observado na tabela abaixo:

Iniciativas Prioritárias	Produto	Unidade de Medida	Programado 2017	Realizado 2017 (*)
Cadastramento e habilitação de condutores de veículos automotores do Estado do Ceará	Gerenciamento de Trânsito de Transporte realizado	unidade	1	1
Cadastramento e habilitação de condutores de veículos automotores do Estado do Ceará	Habilitação concedida	unidade	675.000	563.552
Ampliação da oferta de serviços de fiscalização do trânsito e transporte	Unidade Operacional implantada	unidade	5	2
Ampliação da oferta de serviços de registro de veículos e habilitação de condutores	Unidade Operacional implantada	unidade	4	2

Fonte: Sistema Integrado de Monitoramento e Avaliação (Sima) (*) Dados preliminares sujeitos a revisão.

PRINCIPAIS REALIZAÇÕES:

• Benefício a 563.552 condutores com o serviço de concessão de habilitação, sendo 107.814 com novas Carteiras Nacionais de Habilitação (CNH), 308.684 com renovações de CNH, 97.294 com Permissão para Dirigir (PPD), 48.139 com expedições de 2ª via de CNH e 1.621 com expedições de CNH referentes a outros serviços (reabilitação de motoristas, registro de habilitações estrangeiras, e registro de CNHs com adições de categoria A/B).

• Benefício a 2.307.942 usuários, com o serviço de registro de veículos, que incluíram o licenciamento anual de 1.844.149 veículos e motos, 359.791 registros de transferências de veículos e a implantação de 104.002 veículos novos.

• Realização de 7.430 operações fiscalizatórias (blitzes), por meio das quais foram fiscalizados 305.834 veículos, com os seguintes resultados: 66.823 veículos irregulares, 19.576 veículos removidos para depósito, 2.800 habilitações recolhidas e lavradas e 101.409 autuações de trânsito.

• Benefício a 31.128 alunos de 290 escolas públicas e particulares, com atividades educativas de trânsito, nas unidades de Fortaleza e Sobral.

• Benefício a 17.339 pessoas, com atendimentos por meio da Unidade Móvel de Trânsito, em 72 eventos.

• Implantação de sinalização de trânsito nas rodovias estaduais, que inclui a sinalização horizontal, com a execução de 1.954,65 km de pintura asfáltica; sinalização vertical, com a confecção de 17.130,54 m² de placas; montagem de 14 pórticos em rodovias estaduais; fixação de 493.237 unidades de tachinhas e tachões distribuídas em 1.483,51 km; e a instalação de 40.459,36 m de defensas.

• Construção de dois postos de fiscalização da Polícia Rodoviária Estadual (PRE), nos municípios de São Benedito e Cariré.

• Construção de duas áreas de Exames de Prática de Direção, nos municípios de Quixadá e Itapipoca.

TEMA – TURISMO

O produto turístico cearense se compõe essencialmente dos segmentos de sol e praia, eventos – negócios e religiosidade –, enquanto os componentes científico-cultural e compras são considerados de cunho transversal ou complementar. Em que pese possuir potencialidades naturais e atrativos culturais, o Governo vem atuando com a consciência de que transformar a imagem do Estado, de uma região seca e com vocação agrícola, em moderna e, sobretudo, turística, só se dá em longo prazo.

A missão governamental passou a ser transformar o Ceará em um destino turístico consolidado, mediante reestruturação econômica, marketing promocional, implantação de infraestrutura urbana e turística e, especialmente, qualificação de mão de obra e captação de negócios e de investimentos turísticos para o Estado.

A importância do turismo é traduzida pelo efeito multiplicador em diversos setores integrantes da sua cadeia produtiva, como: alojamento, alimentação, transporte, entretenimento, agenciamento, locação de veículos, câmbio de moedas, aquisição de produtos de conveniência e souvenirs, recepção, organização de eventos, intérprete e tradução simultânea, serviço de guia, informações turísticas, planejamento e consultoria turística, entre outros, envolvendo essa malha multissetorial na movimentação de um grande número de pequenas e médias empresas formais e informais no Estado, criando novas oportunidades de crescimento.

O resultado esperado neste tema estratégico é o destino turístico cearense sustentável e considerado referência nacional. O desempenho dos indicadores que medem o alcance do referido resultado pode ser observado na tabela abaixo:

Indicadores Temáticos – 2014-2017

Indicador	Unidade de Medida	2014	2015	2016	2017	
					Prog.	Real.(*)
Fluxo turístico para o Ceará via Fortaleza	Nº	3.262.259	3.343.815	3.243.501	3.400.000	3.384.593
Gasto *per capita* diário do turista no Estado	R$	173,17	204,41	231,04	190,00	273,31
Índice de Interiorização do turismo via Fortaleza	%	71,5	72,0	72,5	70,50	73,0
Índice de satisfação do turista com infraestrutura, atrativos e serviços turísticos	%	77,9	78,1	78,3	78,50	79,0
Número de empregos nas atividades características do turismo	Nº	63.174	65.069	77.902	67.500	78.665
Oferta hoteleira (UHs)	Nº	30.686	32.286	33.140	32.000	33.253
Taxa de ocupação hoteleira	%	72,04	72,40	69,60	74,00	73,5

Fonte: Setur (*) Dados preliminares sujeitos a revisão.

O indicador "Fluxo turístico para o Ceará via Fortaleza" revelou um crescimento no período analisado de 2014/2017 de 3,7%, tendo o número de turistas saltado de 3.262.259 para 3.384.593. Esse índice é obtido pelos Boletins de Ocupação Hoteleira, encaminhados mensalmente pela rede hoteleira e pela Ficha de Acompanhamento Mensal. Além disso, são utilizadas as variáveis das pesquisas realizadas anualmente pelo Governo.

O indicador "Gastos *per capita* diário do turista

no Estado" revela um crescimento significativo no período analisado. Comparando os anos de 2014 a 2017, os gastos *per capita* diário saltaram de R$ 173,17 para R$ 273,31. Sendo a média anual de crescimento de 16,3%. Esse índice é obtido pelas pesquisas de perfil da demanda turística nacional e internacional, realizadas nos principais portões de saída da capital (aeroporto, rodoviárias e rodovias federais e estaduais), e nos principais pontos turísticos.

Quanto ao indicador "Índice de interiorização do turismo via Fortaleza", observa-se um contínuo crescimento anual, tendo o índice saltado de 71,5% para 73,0%, com crescimento de 2,1%. Tal resultado é reflexo de importantes investimentos realizados no interior do Estado em infraestrutura turística e melhoria dos acessos aos destinos turísticos. Além disso, programas de capacitação profissional e qualificação dos destinos e produtos turísticos e sinalizações turísticas foram realizados. Tais dados são obtidos pelas pesquisas de perfil da demanda turística nacional e internacional, realizadas nos principais portões de saída da capital.

No que tange ao "Índice de satisfação do turista com infraestrutura, atrativos e serviços turísticos", este também apresentou contínuo crescimento anual, saltando de 77,9% para 79,0%. Tal resultado é reflexo de importantes investimentos realizados no interior do Estado em infraestrutura turística e melhoria dos acessos aos destinos turísticos. Além disso, programas de capacitação profissional e qualificação dos destinos, e produtos e sinalizações turísticas foram realizados. Esse índice é obtido pelas pesquisas de perfil da demanda turística nacional e internacional, realizadas nos principais portões de saída da capital, e também nos principais pontos turísticos.

O indicador "Número de empregos nas atividades características do turismo" considera somente os empregos dos setores de alojamento, alimentação, agências de viagens, locadoras de veículos, lazer e entretenimento e registrou um aumento de 24,5% no período analisado. As estatísticas oficiais sobre emprego são disponibilizadas por meio do Registro Anual de Informações Sociais (RAIS) e contabilizam apenas os empregos formais.

Já o indicador referente à "Oferta Hoteleira (UHs)" apresentou contínuo crescimento anual, saltando de 30.787 para 33.253 Uhs (apartamentos), um crescimento de 8,0% de 2014 a 2017. Tal resultado também é um reflexo dos importantes investimentos realizados na capital e no interior do Estado em infraestrutura turística e melhoria dos acessos aos destinos turísticos. O indicador é obtido pelas pesquisas mensais realizadas para os empreendimentos hoteleiros na capital e interior.

Por fim, no que diz respeito ao indicador "Taxa de ocupação hoteleira", este revelou um crescimento no período analisado de 2014/2017 de 2,1%. Tal percentual foi de 72,0% para 73,5%. Esse índice é obtido pelos Boletins de Ocupação Hoteleira, encaminhado mensalmente pela rede hoteleira e pela Ficha de Acompanhamento Mensal, que são as pesquisas realizadas diariamente via contato telefônico com a rede hoteleira.

PROGRAMAS TEMÁTICOS DO TURISMO

Para que o Governo pudesse apresentar o desempenho observado nos indicadores relacionados acima, as ações finalísticas referentes a este tema estratégico foram desenvolvidas por meio do programa Desenvolvimento e Consolidação do Destino Turístico Ceará, utilizando, para tanto, um volume de recursos orçamentários da ordem de R$ 165,50 milhões.

PROGRAMA 028 – DESENVOLVIMENTO E CONSOLIDAÇÃO DO DESTINO TURÍSTICO CEARÁ

O programa tem como objetivo consolidar o Ceará como destino turístico sustentável em nível nacional e internacional, tendo como público-alvo turistas, entidades de classe, profissionais da cadeia produtiva, organizações não governamentais, associações comunitárias, estudantes e professores.

Este programa possui as seguintes iniciativas prioritárias, cujo desempenho físico de seus produtos principais pode ser observado na tabela abaixo:

Iniciativas Prioritárias	Produto	Unidade de Medida	Programado 2017	Realizado 2017 (*)
Ampliação da infraestrutura de acesso rodoviário a destinos e localidades turísticas	Rodovia construída	quilômetro	58,00	61,50
Realização de ações de valorização dos destinos turísticos	Área urbanizada	unidade	9	6
Promoção de ações de divulgação dos destinos turísticos cearenses	Campanha realizada	unidade	3	4
Formação e qualificação profissional nos serviços turísticos	Pessoa capacitada	unidade	8.400	0

Fonte: Sistema Integrado de Monitoramento e Avaliação (Sima) (*) Dados preliminares sujeitos a revisão.

PRINCIPAIS REALIZAÇÕES:

• Obra de valorização da Vila do Cumbuco e da Prainha.

• Iluminação do acesso à Praia de Arpoeiras, no município de Acaraú.

• Conclusão do ponto de acesso à Praia da Barra, no município de Itarema.

• Pavimentação em pedra tosca de ruas existentes na Praia da Baleia, em Itapipoca, e na Praia de Icaraí de Amontada.

• Execução de melhorias no acesso à Praia do Preá.

• Duplicação da CE 085 – Trecho IV entre CE 341 (acesso a Paracuru) e CE 163 (acesso a Trairi).

• Duplicação, adequação e melhoramento da CE 040, no trecho compreendido de Paripueira a Guajiru, com extensão de 11,7 km; obra com 70% de execução física, o que representa 6,8 km.

• Implantação de Rodovia: trecho de Pindoretama a Praia do Batoque – CE 454, com 9,80 km; obra com execução física de 98%, o que representa 9,47 km.

• Urbanização da Beira Mar de Lagoinha – execução física de 98%.

• Fortalecimento institucional no entorno dos 13 municípios do litoral Oeste – execução física de 71,16%.

• Realização de 17 Feiras Internacionais: Madri, Bogotá, Berlim, Lisboa (3), Frankfurt (2), Santiago, Cidade do México, Miami, Paris, Las Vegas, Rimini, Assunção, Buenos Aires e Londres; e de 13 Feiras Nacionais: Foz do Iguaçu (2), São Paulo (4), Camboriú, Salvador, Ribeirão Preto, Tiradentes, Santos, Campinas e Gramado – investimento de R$ 9,3 milhões.

• Participação no Roadshow Mercado & Eventos: Curitiba, Rio de Janeiro, Recife, Salvador, Brasília, Belo Horizonte, São Paulo e Porto Alegre; bem como Argentina, Buenos Aires, Córdoba e Rosário.

TEMA – TRABALHO E RENDA

A globalização da economia e a modernização tecnológica, aliadas ao nível de escolaridade da população estadual, têm se constituído barreiras à inserção no mercado de trabalho, cada vez mais exigente e competitivo, quando não gera exclusão dos trabalhadores.

Para fazer face a essa realidade, presente em diversos países, o Governo tem o importante e indelegável papel de formular e executar políticas públicas que promovam o desenvolvimento econômico e social, assegurando a empregabilidade dos cearenses.

Os investimentos públicos e incentivos estatais para ampliação do setor produtivo, tornando o Estado competitivo e com maior potencial econômico, são políticas essenciais, mas não devem se constituir nas principais alternativas para combater as desigualdades sociais e assegurar trabalho e renda.

As transformações no quadro existente no Estado dependem das políticas intersetoriais de investimento em educação, qualificação profissional, programas de incentivo à permanência na escola e à inserção de jovens no mercado de trabalho, inserção produtiva de famílias de baixa renda por meio de incentivos e fortalecimento da Agricultura Familiar e dos Arranjos Produtivos Locais (APL). Associam-se, ainda, as diretrizes de desenvolvimento integrado, reunindo as políticas de Desenvolvimento Social, Segurança Alimentar e Nutricional e Trabalho e Renda, para a inserção social e produtiva da população em situação de vulnerabilidade social como estratégia de superação da pobreza e melhoria da qualidade de vida.

O Governo elegeu ainda como prioridade o desenvolvimento de projetos de qualificação profissional, oportunizando a interiorização das ações e o atendimento às demandas por profissionais qualificados apresentadas pelos setores produtivos nas regiões estaduais.

O resultado esperado neste tema estratégico é a população com oportunidades de inserção produtiva, trabalho de qualidade e renda ampliadas. O desempenho dos indicadores que medem o alcance do referido resultado pode ser observado na tabela abaixo.

Indicadores Temáticos – 2014-2017

Indicador	Unidade de Medida	2014	2015	2016	2017	
					Prog.	Real.(*)
Números de ocupações geradas e mantidas nas unidades produtivas de Artesanato	Nº	27.372	22.129	21.175	22.900	20.610
Participação do Sistema Público de Emprego na movimentação do emprego	%	15,30	14,00	17,10	15,50	17,35
Taxa de Colocação de Jovens (16 a 29 anos) pelo Sistema Público de Emprego	%	62,30	54,10	60,20	61,00	61,62
Variação do rendimento médio real dos trabalhadores	%	1,80	-6,20	-3,00	1,90	ND [1]

Fonte: STDS (*) Dados preliminares sujeitos a revisão. [1] Não existe mais essa informação, pois a Pesquisa de Emprego e Desemprego foi cancelada pelo Ministério do Trabalho(MTB).

PROGRAMA 083 – DESENVOLVIMENTO DO ARTESANATO

O desempenho do indicador "Números de ocupações geradas e mantidas nas unidades produtivas de Artesanato" apresenta redução em seus valores ao longo da série histórica em análise, devido à crescente restrição de recursos que impactou na implementação da política pública do artesanato, resultando, em 2017, em uma realização 10% inferior ao programado para o ano.

Os demais indicadores temáticos obtiveram um bom desempenho, pois ultrapassaram suas metas programadas no período. A "Participação do Sistema Público de Emprego na movimentação do emprego" superou em 12% a meta estabelecida, refletindo o aumento da participação dos colocados do Sine/CE em relação aos admitidos do Caged do Ministério do Trabalho. A "Taxa de Colocação de Jovens de 16 a 29 anos pelo Sistema Público de Emprego" ultrapassou em 1% a meta programada, o que significa uma leve melhora na participação da juventude no total de colocados do Sine/CE.

Quanto à "Variação do Rendimento Médio Real dos Trabalhadores", no período de 2014 a 2016, houve uma queda no rendimento do trabalhador, passando de 1,8% de incremento em 2014, para uma redução de 3% em 2016, o que se justifica pela elevação constante na taxa de desemprego nesses três anos. Isso aconteceu porque um contingente considerável de pessoas perderam seus empregos com carteira assinada e passaram a trabalhar no setor informal, onde a remuneração normalmente é menor. A partir de janeiro de 2017 não foi mais possível se obter essa informação, porque a pesquisa que mensurava essa taxa foi cancelada pelo Ministério do Trabalho.

PROGRAMAS TEMÁTICOS DE TRABALHO E RENDA

Para que o Governo pudesse apresentar o desempenho observado nos indicadores relacionados acima, as ações finalísticas referentes a este tema estratégico foram desenvolvidas por meio dos programas: Inclusão Econômica e Enfrentamento à Pobreza Rural; Inclusão e Desenvolvimento do Trabalhador; e Desenvolvimento do Artesanato. Para tanto, foi utilizado um volume de recursos orçamentários da ordem de R$ 119,34 milhões.

PROGRAMA 031 – INCLUSÃO ECONÔMICA E ENFRENTAMENTO À POBREZA RURAL

O Programa tem como objetivo principal viabilizar o acesso à estrutura básica produtiva para desenvolvimento de negócios rurais e acesso aos mercados, gerando oportunidades de trabalho e renda, buscando a permanência das famílias no campo, e tem como público-alvo agricultores(as) familiares, povos e comunidades tradicionais e suas representações.

Iniciativas Prioritárias	Produto	Unidade de Medida	Programado 2017	Realizado 2017 (*)
Promoção da inserção produtiva de agricultores familiares com financiamento de projetos	Projeto Produtivo implantado	unidade	187	95
Implantação de projetos produtivos em assentamentos e reassentamentos estaduais, comunidades tradicionais e áreas especiais	Projeto implantado	unidade	39	29
Desenvolvimento de capacidades para famílias da agricultura familiar	Família beneficiada	unidade	24.090	24.186

Fonte: Sistema Integrado de Monitoramento e Avaliação (Sima) (*) Dados preliminares sujeitos a revisão.

Este programa possui as seguintes iniciativas prioritárias, cujo desempenho físico de seus produtos principais pode ser observado na tabela abaixo:

PRINCIPAIS REALIZAÇÕES:

• Promoção da inserção produtiva de 295 agricultores familiares, com o financiamento de 95 projetos de apoio às cadeias produtivas da agricultura familiar, com recursos do Fundo Estadual da Agricultura Familiar.

• Implantação de 29 projetos produtivos agrícolas e não agrícolas em áreas de reassentamento, comunidades originárias (indígenas) e tradicionais (quilombolas e pescadores artesanais), beneficiando 700 famílias.

• Elaboração de 59 Planos de Investimentos, dos quais 29 encontram-se conveniados (R$ 9,14 milhões), para o fortalecimento das cadeias produtivas e convivência com o semiárido.

• Prestação de assessoria técnica para 24.186 famílias, de 600 comunidades, em 31 municípios.

• Prestação de assistência técnica e extensão rural a 21.350 agricultores familiares, com enfoque no acesso à estrutura básica produtiva para o desenvolvimento de negócios rurais e acesso aos mercados.

• Qualificação e capacitação técnica, gerencial e organizacional de 2.630 agricultores familiares.

• Contratação de 1.020 planos de créditos de investimento e custeio do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf) para pequenos negócios agrícolas e não agrícolas.

PROGRAMA 078 – INCLUSÃO E DESENVOLVIMENTO DO TRABALHADOR

O Programa tem como objetivo principal viabilizar maiores e melhores oportunidades de qualificação profissional, colocação no emprego e no serviço autônomo e inserção produtiva, tendo como público-alvo os trabalhadores desempregados, jovens em busca do primeiro emprego, pessoas com deficiência, trabalhadores autônomos prestadores de serviços, trabalhadores requerentes do seguro-desemprego e população socialmente vulnerável.

Este programa possui as seguintes iniciativas prioritárias, cujo desempenho físico de seus produtos principais pode ser observado na tabela abaixo:

Iniciativas Prioritárias	Produto	Unidade de Medida	Programado 2017	Realizado 2017 (*)
Atendimento integrado aos trabalhadores pelo Sistema Público de Emprego	Trabalhador Colocado no Mercado de Trabalho	pessoa	62.845	54.322
Ampliação das oportunidades de qualificação profissional às pessoas socialmente vulneráveis	Pessoa qualificada	unidade	22.675	7.601

Fonte: Sistema Integrado de Monitoramento e Avaliação (Sima) (*) Dados preliminares sujeitos a revisão.

PRINCIPAIS REALIZAÇÕES:

• Colocação/recolocação de 54.322 trabalhadores no mercado formal de trabalho, por intermédio das 33 unidades de atendimento do Sistema Público de Emprego no Ceará.

• Qualificação de 7.601 pessoas socialmente vulneráveis, entre jovens, adultos, mulheres chefes de família, pessoas com deficiência, jovens egressos e em cumprimento de medidas socioeducativas.

PROGRAMA 083 – DESENVOLVIMENTO DO ARTESANATO

O Programa tem como objetivo fomentar o artesanato como atividade econômica sustentável e de inclusão social e produtiva, integrando-o à cadeia produtiva do turismo e da cultura, tendo como público-alvo artesãos, grupos produtivos e entidades artesanais.

Este programa possui as seguintes iniciativas prioritárias, cujo desempenho físico de seus produtos principais pode ser observado na tabela abaixo:

Iniciativas Prioritárias	Produto	Unidade de Medida	Programado 2017	Realizado 2017 (*)
Apoio à comercialização dos produtos artesanais cearenses	Peça Artesanal comercializada	unidade	128.780	70.000
Melhoria da qualidade da produção artesanal	Artesão beneficiado	pessoa	7.500	26.654

Fonte: Sistema Integrado de Monitoramento e Avaliação (Sima) (*) Dados preliminares sujeitos a revisão.

PRINCIPAIS REALIZAÇÕES:

• Comercialização de 70.000 peças artesanais, viabilizando o volume de vendas de mais de R$ 2,11 milhões nas quatro lojas CeArt, sendo três em Fortaleza e uma no interior do Estado, beneficiando diretamente 26.654 artesãos.

• Realização de 61 eventos, entre os quais o IX Salão de Artesanato em Brasília, XVIII Feneart – Feira Nacional de Negócios do Artesanato em Pernambuco e 28ª Feira Nacional de Artesanato, em Minas Gerais; a 66ª Expocrato – Exposição Agropecuária do Crato; Feirarts – Feira de Artesanato do Ceará e 40ª Feira Nacional de Artesanato de Vila do Conde-Portugal.

• Cadastramento de 5.689 artesãos no Programa de Desenvolvimento do Artesanato do Estado do Ceará e no Programa de Artesanato Brasileiro.

• Capacitação de 3.240 artesãos nas diferentes tipologias artesanais.

• Implantação do Sistema de Certificação de Autenticidade dos Produtos Artesanais e de Reconhecimento das Obras de Arte Popular Cearenses, com a emissão de certificados com o Selo CeArt para 1.700 produtos artesanais em 2017, beneficiando 6.892 artesãos.

• Assessoramento técnico a 251 entidades artesanais e/ou grupos produtivos, na área de gestão de negócios, planejamento estratégico, organização e precificação.

TEMA – EMPREENDEDORISMO

O Empreendedorismo no Estado experimentou avanços importantes com a criação de uma estrutura de apoio e fomento ao empreendedor e implementação dos benefícios do Estatuto das Microempresas e Empresas de Pequeno Porte, a partir do advento da Lei Geral das Micro e Pequenas Empresas, em 2006, além de oportunizar o crescimento dos pequenos negócios a partir das políticas públicas voltadas para incentivar os micro e pequenos empreendimentos.

Os desafios que se apresentam no tema orientam as estratégias de políticas que visam assegurar a sustentabilidade dos empreendimentos e proporcionar condições para que os novos empreendimentos se estabeleçam e prosperem com o atendimento de suas necessidades, por meio da simplificação do marco legal, desoneração tributária, formalização simplificada e desburocratizada, orientação técnica e gerencial, formação empreendedora, acesso ao crédito, incorporação de tecnologias atuais e comercialização da produção.

Assim, criar uma política pública moderna, realista, socialmente inclusiva, criativa,

inovadora, sustentável e integrada, para dar suporte aos empreendedores, especialmente aos microempreendedores individuais e às microempresas, e a elaboração de um plano estadual de apoio ao empreendedorismo, abrangendo todas as fases do ciclo de criação e consolidação dos empreendimentos, são grandes desafios que o Governo assume nos quatro anos deste Plano Plurianual (PPA).

O resultado esperado neste tema estratégico é a população com capacidade de inserção produtiva, empreendedora e inovadora. O desempenho dos indicadores que medem o alcance do referido resultado pode ser observado na tabela abaixo:

Indicador Temático – 2014-2017

Indicador	Unidade de Medida	2014	2015	2016	2017	
					Prog.	Real.(*)
Microempreendedores individuais formalizados	nº	147.333	179.475	206.179	100.000	246.435

Fonte: SDE. (*) Dados preliminares sujeitos a revisão.

Por meio do indicador "Microempreendedores individuais formalizados", observa-se um cenário positivo de aumento de formalização de empreendedores individuais a cada ano. Comparando os dados de 2017 em relação a 2016, por exemplo, verifica-se um aumento de aproximadamente 20% do número de microempreendedores individuais (MEIs) formalizados.

Além da atual conjuntura econômica, com elevado nível de desemprego, impactaram diretamente no crescimento deste indicador a simplificação do processo de registro de microempreendedores individuais, as medidas adotadas pela Junta Comercial do Estado do Ceará (JUCEC) para facilitar a instalação de novos negócios e a redução dos juros da economia, com oferta de linhas de crédito mais atrativas.

PROGRAMAS TEMÁTICOS DO EMPREENDEDORISMO

Para que o Governo pudesse apresentar o desempenho observado nos indicadores relacionados acima, as ações finalísticas referentes a este tema estratégico foram desenvolvidas por meio dos programas: Empreendedorismo e Protagonismo Juvenil; e Empreendedorismo e Economia Solidária. Para tanto, foi utilizado um volume de recursos orçamentários da ordem de R$ 1,28 milhão.

PROGRAMA 043 – EMPREENDEDORISMO E PROTAGONISMO JUVENIL

O Programa tem como objetivo principal promover e ampliar a educação e a cultura empreendedora no Estado do Ceará, tendo como público-alvo empreendedores e potenciais empreendedores.

PRINCIPAIS REALIZAÇÕES:

- Apoio à realização do X Encontro Estadual das Microempresas e Empresas de Pequeno Porte do Ceará – Festmicro 2017 e a II Feira Multissetorial de Negócios da Região Metropolitana de Fortaleza – Oportuniza.

- Cessão em comodato de oito galpões para empreendimentos nos municípios de Canindé, Caucaia, Itaitinga, Itapajé, Maracanaú, Maranguape, São Gonçalo do Amarante e Sobral, totalizando 2.704 empregos diretos.

PROGRAMA 082 – EMPREENDEDORISMO E ECONOMIA SOLIDÁRIA

O Programa tem como objetivo principal contribuir para o desenvolvimento de uma cultura empreendedora, da economia formal, que possibilite ao empreendedor criar e alavancar o seu negócio de forma competitiva

e com qualidade para enfrentar os desafios do mercado, tendo como público-alvo microempresários, empresários de pequeno porte, microempreendedores individuais, cooperativas e grupos produtivos de economia solidária, profissionais autônomos ou liberais e empreendedores em geral.

Este programa possui a seguinte iniciativa prioritária, cujo desempenho físico de seu produto principal pode ser observado na tabela abaixo:

Iniciativas Prioritárias	Produto	Unidade de Medida	Programado 2017	Realizado 2017 (*)
Ampliação de acesso ao crédito para empreendimentos	Empreendedor apoiado	unidade	2.916	9.959

Fonte: Sistema Integrado de Monitoramento e Avaliação (Sima). (*) Dados preliminares sujeitos a revisão.

PRINCIPAIS REALIZAÇÕES:

• Capacitação de 12.986 pessoas em ações de empreendedorismo, por meio de palestras e cursos para os autônomos e interessados na temática.

• Formalização de 3.645 empresas (limitada, individual e empreendedor individual).

• Apoio a 9.959 empreendedores na orientação à aquisição de microcrédito junto aos bancos oficiais (Caixa Econômica, Banco do Brasil e Banco do Nordeste).

• Realização do Seminário de Avaliação dos Empreendedores da Rede da Economia Solidária, desenvolvido em parceria com o Instituto Sementes da Sustentabilidade e o Ministério do Trabalho.

• Atendimento a 1.000 famílias, em 27 municípios, dos Centros Públicos de Economia Solidária, com ações de inclusão produtiva.

• Estruturação de Centro Público de Economia Solidária em três territórios, com infraestrutura e modelo de governança solidária implantado.

TEMA – PESCA E AQUICULTURA

O tema da Pesca e Aquicultura integra o Eixo Ceará de Oportunidades como importante alternativa econômica para pequenos, médios e grandes produtores.

Na atividade de aquicultura, destacam-se no Estado a produção de camarão e tilápia. No que se refere à carcinicultura, segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), a região Nordeste é responsável pela quase totalidade da produção nacional, sendo os Estados do Ceará e Rio Grande do Norte os maiores produtores do Brasil.

No Ceará, aproximadamente 180 fazendas atuam no segmento de produção de camarão, proporcionando cerca de 10 mil empregos diretos nos polos de produção de Acaraú, Coreaú, Mundaú-Curu, Baixo e Médio Jaguaribe. Entretanto, apesar de ser um alimento desejado pela maioria dos brasileiros, o consumo de camarão equivale apenas a 1% do consumo anual *per capita* da carne, com cerca de meio quilo por pessoa.

Com relação à produção de tilápia, essa se destaca como a espécie mais cultivada no Brasil, representando 45,4% do total da pesca nacional. Apesar da crise hídrica e as mortalidades de peixe, o município de Jaguaribara, no Ceará, tem grande representatividade no setor. Essa

representatividade o colocou, nos anos anteriores, em segunda posição em relação à produção de peixes no Brasil, e em primeiro lugar em relação à produção de tilápia.

Como estratégia de gestão dos setores de agronegócio cearense, o Governo Estadual tem estimulado a sua organização em câmaras setoriais, como as ligadas ao tema do camarão e da tilápia, constituindo-se em importantes fóruns de discussão entre os diversos elos das cadeias produtivas.

O resultado esperado neste tema estratégico é a atividade pesqueira e aquícola com desenvolvimento integrado e sustentável. O desempenho dos indicadores que medem o alcance do referido resultado pode ser observado na tabela abaixo:

Indicadores Temáticos – 2014-2017

Indicador	Unidade de Medida	2014	2015	2016	2017	
					Prog.	Real.(*)
Número de ocupações formais geradas nas atividades de pesca e aquicultura	nº	3.605	3.580	850	1.100	269
Valor das exportações de pescado no Estado	US$ FOB mil	46.947,00	48.450,72	51.947,64	45.000,00	41.485,84

Fonte: Seapa. (*) Dados preliminares sujeitos a revisão.

O indicador "Número de ocupações formais geradas nas atividades de pesca e aquicultura" é obtido a partir da quantidade de empregos formais gerados pelo setor de pesca e aquicultura, o qual demonstra um declínio na quantidade de empregos gerados, nas respectivas atividades, no decorrer da série histórica, o que pode ser associado ao recuo da economia em todo o território nacional.

Quanto ao indicador "Valor das exportações de pescado no Estado", após uma sequência crescente, observa-se em 2017 uma queda de 20,14% em relação ao valor de 2016, devido, principalmente, à baixa nos valores dos principais itens exportados (lagosta, camarão e peixes). Essa queda também pode ter sido ocasionada pela demanda de mercado, variação cambial, ou até mesmo diminuição dos estoques pesqueiros nesse ano.

PROGRAMAS TEMÁTICOS DA PESCA E AQUICULTURA

Para que o Governo pudesse apresentar o desempenho observado nos indicadores relacionados acima, as ações finalísticas referentes a este tema estratégico foram desenvolvidas por meio do programa Desenvolvimento Integrado e Sustentável da Pesca e Aquicultura, utilizando, para tanto, um volume de recursos orçamentários da ordem de R$ 1,73 milhão.

PROGRAMA 034 – DESENVOLVIMENTO INTEGRADO E SUSTENTÁVEL DA PESCA E AQUICULTURA

O Programa tem como objetivo principal possibilitar o incremento da produção advinda da pesca extrativa e da aquicultura marinha e continental e, por consequência, contribuir para o aumento do consumo *per capita* de pescado estadual, além de ensejar a geração de emprego e renda dos pescadores e aquicultores, tendo como público-alvo pescadores e aquicultores de águas marinhas e continentais.

Este programa possui as seguintes iniciativas prioritárias, cujo desempenho físico de seus produtos principais pode ser observado na tabela abaixo:

Iniciativas Prioritárias	Produto	Unidade de Medida	Programado 2017	Realizado 2017 (*)
Apoio e implantação de projetos de pesca marinha e continental	Projeto apoiado	unidade	9	0
Apoio e implantação de projetos de aquicultura marinha e continental	Projeto apoiado	unidade	23	0
Prestação de serviços de assistência técnica e extensão pesqueira	Produtor assistido	unidade	2.500	773

Fonte: Sistema Integrado de Monitoramento e Avaliação (Sima). (*) Dados preliminares sujeitos a revisão.

PRINCIPAIS REALIZAÇÕES:

• Prestação de assistência técnica a 773 aquicultores marinhos e continentais.

• Assistência concedida a 40 entidades de aquicultura em 48 municípios.

• Distribuição de 2.000.000 alevinos em açudes do Estado do Ceará.

• Realização de 903 análises presuntivas no Programa de Saúde nas Fazendas de Camarão – PSF Camarão.

• Realização de 187 visitas técnicas a estabelecimentos com Serviço de Inspeção Estadual (SIE).

TEMA – REQUALIFICAÇÃO URBANA

A política de desenvolvimento urbano é tratada no Plano Plurianual numa visão intersetorial, envolvendo temas que se articulam e concorrem para o cumprimento das funções sociais da cidade, o equilíbrio ambiental e uma gestão democrática, quais sejam: mobilidade urbana (na operação do transporte metroferroviário e na gestão do transporte rodoviário), requalificação de espaços públicos, saneamento básico e habitação.

Torna-se importante também salientar que a execução de estratégias e ações efetivas no âmbito de cada um dos temas deve se respaldar em planos setoriais e municipais com diretrizes, indicadores e projetos que assegurem a organização e o desenvolvimento das áreas urbanas.

É com base nessa assertiva que o apoiar/fomentar o desenvolvimento da capacidade institucional dos governos municipais assume um papel central para o planejamento e gestão do desenvolvimento das cidades, que deve ser protagonizado pelas gestões municipais.

Por seu turno, cabe ao Governo Estadual uma visão integrada dos municípios em função das necessidades e das questões de interesses comuns, objetivando otimizar os recursos destinados a investimentos para promover o desenvolvimento regional.

As regiões metropolitanas requerem políticas especiais de planejamento urbano, econômico e de mobilidade, como também de fortalecimento de suas centralidades em função da polarização que exercem no contexto do Estado.

Neste contexto, a União estabeleceu diretrizes gerais para o planejamento, gestão e execução das funções públicas de interesse comum em regiões metropolitanas e em aglomerações urbanas instituídas pelos Estados, por meio da elaboração de um Plano de Desenvolvimento Urbano Integrado para as regiões

metropolitanas ou as aglomerações urbanas instituídas, mediante lei complementar estadual, até a data da entrada em vigor da Lei Federal.

Para definir as diretrizes na gestão do PPA, a política relativa ao tema parte do reconhecimento de avanços contabilizados nos últimos anos, dentre as quais se pode mencionar a requalificação de espaços públicos por meio da ampliação da oferta e da promoção de melhoria de estruturas públicas, estruturas públicas administrativas e infraestruturas públicas de convivência social, que contribuem para a redução das disparidades socioeconômicas entre a capital e as demais cidades do interior do Estado.

O resultado esperado neste tema estratégico são os espaços públicos requalificados e utilizados adequadamente pela população. O desempenho dos indicadores que medem o alcance do referido resultado pode ser observado na tabela abaixo:

Indicadores Temáticos – 2014-2017

Indicador	Unidade de Medida	2014	2015	2016	2017	
					Prog.	Real.(*)
Área urbana requalificada	m²	110.041,82	107.678,74	283.111,82	116.205,65	101.595,52
Intervenção em vias urbanas	km	90,85	73,62	61,37	260,23	116,73

Fonte: SCidades. (*) Dados preliminares sujeitos a revisão.

O indicador "Área Urbana Requalificada" representa, em m², o somatório de áreas urbanas construídas e/ou reformadas no Governo do Ceará, no programa de Melhoria de Espaços e Equipamentos Públicos. A extensão de áreas urbanas requalificadas, em dados parciais de 2017, é de 101.595,52 m², o que representa 87,4% do programado para o ano. Foram beneficiados 23 municípios do Estado.

Os principais fatores desse desempenho estiveram relacionados às mudanças das gestões municipais, as quais priorizaram o processo de estruturação de seus modelos de gestão no primeiro ano do mandato 2017-2020. Outras causas estiveram relacionadas à situação de inadimplência/irregularidade cadastral de muitas prefeituras municipais em relação ao Estado do Ceará, e essas condições tanto dificultaram a transferência de recursos para os convênios e congêneres vigentes, bem como impediram a celebração de novos instrumentos.

Além disso, a crise fiscal e econômica do país e, consequentemente, a redução do Fundo de Participação dos Municípios foram fatores que dificultaram o cumprimento da Lei de Responsabilidade Fiscal para a maioria dos municípios cearenses, com repercussões na execução das obras de requalificação urbana em 2017.

Vale ressaltar que, em 2016, os 283.111,82 m² de área urbana requalificada haviam sido impulsionados pelas entregas do Projeto Desenvolvimento Econômico Regional – Cidades do Ceará – Cariri Central, no penúltimo ano de sua execução. O referido projeto havia registrado 144.700,00 m² de áreas urbanas requalificadas, o que representou 51,11% do valor do indicador naquele ano.

O indicador "Intervenção em vias urbanas" representa, em Km, o somatório de vias pavimentadas, vias implantadas e vias restauradas, com abrangência geográfica em

todo o Estado do Ceará, registradas por meio do Programa Infraestrutura e Logística.

A extensão de vias urbanas pavimentadas, implantadas e restauradas, em dados parciais de 2017, é de 116,73 km, o que representa 44,9% do programado para o ano, sendo beneficiados 66 municípios do Estado.

O crescimento do indicador em 2017, revertendo a tendência de queda, pode ser atribuído à conclusão de obras pelas prefeituras municipais em 2016, que foram supervisionadas a partir do segundo trimestre de 2017.

Destaque-se, em 2017, pela importância social e econômica para a Região do Cariri, a conclusão da obra da Avenida do Contorno, no município de Juazeiro do Norte, com 5,2 Km executados nesse exercício, correspondentes aos Trechos II e III. Essa obra foi construída em duas etapas e possui três trechos, em uma extensão em torno de 8,57 km, que incluem uma via pavimentada, dois viadutos, canteiro central com bueiros, ciclovias, passeios acessíveis, iluminação e sinalização horizontal e vertical.

No período 2014-2017, foi registrada uma extensão de 342,57 Km de vias urbanas pavimentadas, implantadas e restauradas no Estado.

PROGRAMAS TEMÁTICOS DA REQUALIFICAÇÃO URBANA

Para que o Governo pudesse apresentar o desempenho observado nos indicadores relacionados acima, as ações finalísticas referentes a este tema estratégico foram desenvolvidas por meio do programa Melhoria de Espaços e Equipamentos Públicos, utilizando, para tanto, um volume de recursos orçamentários da ordem de R$ 47,57 milhões.

PROGRAMA 040 – MELHORIA DE ESPAÇOS E EQUIPAMENTOS PÚBLICOS

O Programa tem como objetivo principal oferecer infraestrutura adequada aos municípios, de forma a subsidiar seu desenvolvimento econômico e social, tendo como público-alvo a população que reside em municípios com carência de espaços e equipamentos públicos:

Este programa possui as seguintes iniciativas prioritárias, cujo desempenho físico de seus produtos principais pode ser observado na tabela abaixo:

Iniciativas Prioritárias	Produto	Unidade de Medida	Programado 2017	Realizado 2017 (*)
Ampliação da oferta de estruturas públicas	Equipamento Público construído	unidade	41	5
Promoção da melhoria nas estruturas públicas	Equipamento Público estruturado	unidade	65	19
Ampliação da oferta de infraestrutura pública de convivência social	Espaço Público construído	unidade	49	10
Promoção da melhoria da infraestrutura pública de convivência social	Espaço Público estruturado	unidade	16	14

Fonte: Sistema Integrado de Monitoramento e Avaliação (Sima). (*) Dados preliminares sujeitos a revisão.

PRINCIPAIS REALIZAÇÕES:

- Reforma do Centro Administrativo do município de Iracema.
- Construção de cemitério público, em Assaré.
- Construção do Terminal de Passageiros Marítimos, em Camocim.

• Construção de passarela para pedestres em Fortaleza: nas proximidades do Centro de Eventos, nas proximidades do Regimento de Polícia Montada – Cavalaria – Polícia Militar do Ceará e nas proximidades do Aeroporto Internacional Pinto Martins.

• Reforma e ampliação do Mercado Público do Distrito de Genezaré, em Assaré.

• Reforma e ampliação da quadra do Sítio Correia, em Pindoretama.

• Reforma e ampliação do terminal rodoviário, em Massapê.

• Reforma do Mercado Central, na sede do município de Cariré.

• Reforma do Galpão dos Feirantes, em Hidrolândia.

• Reforma do Mercado Público, em Chaval.

• Construção de uma estação de tratamento de esgoto no Centro Socioeducativo José Bezerra de Menezes, em Juazeiro do Norte.

• Construção de calçadão na Rua Expedito Seleiro, localizada em Nova Olinda.

• Construção de praça: no Distrito de Nova Betânia, em Farias Brito; no Bairro Lagoinha, em Horizonte; no Distrito de São Joaquim, em Umirim (esta com palyground); em Itapipoca; no Distrito de Araticum, em Ubajara; e no Conjunto Antônio de Lurdes, em Forquilha.

• Urbanização do acesso ao município de Aracati pela BR 304.

• Construção de calçamento em diversas ruas no município de Caridade.

• Implantação da reserva indígena Taba dos Anacés, em São Gonçalo do Amarante.

• Urbanização da entrada da cidade de Milagres.

• Reforma de praças: São Francisco, em Baixio; e Conjunto São Pedro, Cioba, Albacora, Beijupirá, Narcisa Borges e Ayrton Senna, em Fortaleza.

• Reforma de quatro campos de futebol, com grama sintética e infraestrutura, em Fortaleza.

• Reforma e ampliação da Praça do Relógio, em Mulungu.

• Revitalização da Avenida Beira Rio – 1ª Etapa, no município de Jaguaribe.

• Reforma da Praça Marechal Rondon, na sede do município de Pereiro.

NOVAS IDEIAS NOS VAS CONQUISTAS

GOVERNO CEARÁ

EIXO IV – CEARÁ SUSTENTÁVEL >>

O Ceará Sustentável contempla as políticas governamentais de convivência que atenuam os impactos climáticos. Essas políticas são alimentadas pela existência das diversificadas alternativas e estratégias disponíveis desde o aproveitamento do Bioma Caatinga. O propósito central deste eixo consiste no meio ambiente protegido, com utilização racional dos recursos naturais. Voltados a este propósito, as ações do Governo organizam-se em três temas estratégicos: Recursos Hídricos, Meio Ambiente e Energias, cujas principais realizações encontram-se elencadas a seguir.

TEMA – RECURSOS HÍDRICOS

A ação de Governo, no âmbito dos Recursos Hídricos, corresponde a uma política implementada no Estado do Ceará há mais de duas décadas. Tal ação se constitui num aspecto fundamental na vida da população cearense e contribui para o incremento das atividades produtivas do Estado.

O desafio constante é a busca da qualidade da água consumida pelas pessoas e a universalização do seu uso, com a inclusão de todas as camadas da população no processo de abastecimento hídrico.

Para a superação desse desafio, é necessário promover o fortalecimento da infraestrutura hídrica do Estado, dando segurança ao setor produtivo no que tange à viabilidade dos investimentos e à continuidade da geração de emprego e renda, e estimulando o desenvolvimento de uma política de Gestão da Demanda, fundamentada no pleno conhecimento dos múltiplos usos, no uso mais eficiente da água, na redução das perdas de água nos sistemas e na incorporação proativa e consciente dos usuários da água. Passa ainda pela promoção do fortalecimento institucional do Sistema de Recursos Hídricos, enfatizando a sustentabilidade na gestão da água e a participação social na gestão e na tomada de decisão em relação ao uso, controle e conservação da água.

Esse arcabouço de política exige novos programas de saneamento voltados para um progressivo número de comunidades urbanas e rurais do Ceará, bem como a integração de bacias hídricas, a requalificação do sistema de adutoras e do tratamento de água e esgoto.

O resultado esperado neste tema estratégico é o abastecimento de água com qualidade garantida para todo o Estado. O desempenho dos indicadores que medem o alcance do referido resultado pode ser observado na tabela abaixo:

Indicadores Temáticos – 2014-2017

Indicador	Unidade de Medida	2014	2015	2016	2017	
					Prog.	Real.(*)
Capacidade de transferência hídrica	m³/s	29,68	30,47	30,73	30,73	30,79
Capacidade hídrica dos açudes estaduais	milhões/m³	3.164	3.164	3.174	3.192,68	3.178,95
Famílias rurais beneficiadas com abastecimento d'água	nº	22.645	35.287	39.586	25.046	48.245
Média de eficiência no faturamento da água bruta	%	44,59	51,52	87,98	47,12	96,09

Fonte: SRH. (*) Dados preliminares sujeitos a revisão.

Em relação à "Capacidade de Transferência Hídrica", foram realizadas ações direcionadas à implementação da infraestrutura hídrica, destacando a continuação da construção do Cinturão das Águas do Ceará (CAC), com execução física de 18,39 km, representando um percentual de execução de 86,46% do total de 21,27 km programados, considerando apenas a extensão de canal, sifão e túnel concluídos.

Foram também construídos 109,44 km de adutoras em diversos municípios, evidenciando o esforço do Estado em minimizar os efeitos do prolongado período de estiagem, com algumas já em funcionamento, aumentando a capacidade de transferência hídrica do Estado em 0,06 m³/s. Dentre essas obras, pode-se mencionar: a conclusão das adutoras Granja/Distrito de Santa Terezinha, com 33,28 km, beneficiando 910 famílias; a construção da adutora Granja/Adrianópolis e Timonha, com 30,08 km, beneficiando 2.346 famílias; implantação de sistemas de abastecimentos, de água em Acaraú/localidades de Buriti I, com 7,47 km, beneficiando 111 famílias, Buriti II, com 12,46 km, beneficiando 261 famílias, já em operação, Cachorro Seco, com 6,03 km, beneficiando 82 famílias, Tope, com 4,98 km, beneficiando 129 famílias, e Espraiado, com 11,09 km, beneficiando 380 famílias, estas últimas já em operação; e a implantação de Sistema de Abastecimento de Água no Crato/Dom Quintino, com uma extensão total de 6,06 km, que beneficiará uma população de 927 famílias, tendo sido executado, no período, 3,24 km.

Com referência à "Capacidade hídrica dos açudes estaduais", a construção da Barragem Germinal, com 3,145 milhões de metros cúbicos, deverá suprir o abastecimento d'água da sede municipal de Palmácia e localidades de Gado dos Rodrigues, Santo Antônio, Volta do Rio, Santa Maria, Gado dos Ferros, Boqueirão e Rochedo, beneficiando 3.252 famílias. Além disso, houve a construção da Barragem Ponta do Serrote, em Massapê, com acumulação hídrica de 1,8 milhões de metros cúbicos, beneficiando uma população de 195 famílias, aumentando a capacidade de acumulação hídrica do Estado em 4,95 milhões de metros cúbicos. Foram também construídas e recuperadas outras 13 pequenas barragens no interior do estado, beneficiando um total de 3.092 famílias.

No âmbito do indicador "Famílias rurais beneficiadas com abastecimento d'água", houve a perfuração de 1.374 poços profundos e a implantação de 257 sistemas de abastecimento, sendo 218 chafarizes e três dessalinizadores, em todo o interior do estado, como também foram entregues 36 Sistemas do Programa Água Doce (PAD).

Também foram realizadas 166 visitas técnicas para manutenção de sistemas simplificados de abastecimento d'água com chafariz/dessalinizador; adquiridos três comboios para perfuração de poços, sendo dois de pequeno porte, com capacidade de perfuração de 200 m, e um de grande porte, com capacidade de perfuração de 350 m, com investimento aproximado de R$ 7,3 milhões.

Em relação à Média de eficiência no faturamento da água bruta, com o prolongamento da estiagem no Estado do Ceará, houve uma diminuição no armazenamento de água bruta nos reservatórios gerenciados pela Cogerh. O volume disponibilizado ficou concentrado nas finalidades de uso com maior prioridade – abastecimento humano e industrial. No caso do Ceará, o maior volume demandado para essas categorias situa-se na Região Metropolitana de Fortaleza (RMF), por haver uma maior concentração populacional e industrial.

De acordo com o indicador acima, há uma relação entre o volume de água bruta liberada e o volume de água bruta faturado, que atingiu um percentual de 96,09% em 2017.

PROGRAMAS TEMÁTICOS DOS RECURSOS HÍDRICOS

Para que o Governo pudesse apresentar o desempenho observado nos indicadores relacionados acima, as ações finalísticas referentes a este tema estratégico foram desenvolvidas por meio dos programas: Oferta Hídrica para Múltiplos Usos; Gestão dos Recursos Hídricos; e Climatologia, Meio Ambiente e Energias Renováveis. Para tanto, foi utilizado um volume de recursos orçamentários da ordem de R$ 329,22 milhões.

PROGRAMA 016 – OFERTA HÍDRICA PARA MÚLTIPLOS USOS

O Programa tem como objetivo garantir a oferta de água para o abastecimento humano, agropecuário, industrial e de empreendimentos turísticos para centros urbanos e rurais, tendo como público-alvo a população residente nas sedes dos municípios, distritos e localidades rurais em todo o Estado do Ceará.

Este programa possui as seguintes iniciativas prioritárias, cujo desempenho físico de seus produtos principais pode ser observado na tabela abaixo:

Iniciativas Prioritárias	Produto	Unidade de Medida	Programado 2017	Realizado 2017(*)
Ampliação e garantia da capacidade de acumulação hídrica	Barragem construída	unidade	1	2
Ampliação e garantia da capacidade de transferência hídrica	Adutora construída	quilômetro	138,61	109,44
Construção do Cinturão das Águas do Ceará - CAC	Eixo de Integração construído	quilômetro	21,27	18,39
Ampliação da infraestrutura de abastecimento de água às comunidades difusas	Sistema de abastecimento de Água Simplificado implantado	unidade	55	257

Fonte: Sistema Integrado de Monitoramento e Avaliação (Sima). (*) Dados preliminares sujeitos a revisão.

PRINCIPAIS REALIZAÇÕES:

• Construção, recuperação e ampliação de 15 barragens, aumentando a capacidade de acumulação hídrica do Estado em 4,95 milhões de m³ e beneficiando 6.539 famílias, tendo como principais ações a construção da Barragem Germinal, em Pacoti, e da Barragem Ponta do Serrote, em Massapê; as ampliações do Açude Boa Esperança, em Tamboril, e do Açude São Miguel, em Quixeramobim; e a recuperação e ampliação do Açude Sucesso, em Tamboril.

• Construção de 109,44 km de adutoras, beneficiando um total de 4.219 famílias, estando já em operação as adutoras Granja/Distrito de Santa Terezinha, Granja/Adrianópolis e Timonha, e os sistemas de abastecimento de água em Acaraú, nas localidades de Buriti I, Buriti II, Cachorro Seco, Tope e Espraiado.

• Construção de 18,39 km do Cinturão das Águas Trecho I (Jati-Cariús), considerando extensão de canal, sifão e túnel.

• Perfuração de 1.246 poços para comunidades difusas, em áreas rurais e urbanas.

• Implantação de 257 sistemas de abastecimento de água, sendo 218 chafarizes e três dessalinizadores, e entrega de 36 Sistemas do Programa Água Doce (PAD).

• Realização de estudos visando à proposição de sistemas de adução de água tratada, interligando mananciais com potencial

hídrico que garantam condições qualitativas e quantitativas de fornecimento de água para o abastecimento humano até os núcleos urbanos em todo o Estado do Ceará – Malha d'Água.

PROGRAMA 017 – GESTÃO DOS RECURSOS HÍDRICOS

O Programa tem como objetivo promover o uso múltiplo eficiente com qualidade adequada e a gestão participativa dos recursos hídricos, tendo como público-alvo entidades governamentais, setor produtivo, população residente nos municípios, distritos e localidades rurais em todo o Estado do Ceará.

PRINCIPAIS REALIZAÇÕES:

• Realização da Campanha do Dia Mundial da Água, pelo Sistema Estadual de Recursos Hídricos.

• Realização do Seminário em Comemoração ao Dia Mundial da Água, com a participação de aproximadamente 70 pessoas.

• Realização de blitz ambiental, com distribuição de mudas, folders e outras atividades de conscientização ambiental, com a presença de aproximadamente 1.000 pessoas.

• Realização da "Blitz Reciclando Atitudes", por meio de parceria com Prefeitura de Fortaleza, Funasa e ONG – Limpando o Mundo, com distribuição de folder, apresentação de mágica, exposição de reciclagem e diálogo com os transeuntes sobre o uso racional da água.

• Execução de trabalhos de campo referentes à elaboração dos inventários dos reservatórios selecionados na Bacia do Acaraú e na Sub-bacia do Salgado, com a entrega do Relatório Parcial de Metodologia de Enquadramento de Reservatórios.

• Criação de um Programa de Educação Ambiental para todas as Instituições do Sistema de Gestão de Recursos Hídricos (SIGERH) do Ceará.

• Concessão de 380 das 578 solicitações de outorgas de execução de obras e/ou serviços de interferência hídrica.

• Concessão de 1.977 das 3.053 solicitações de outorga de direito de uso de recursos hídricos.

PROGRAMA 018 – CLIMATOLOGIA, MEIO AMBIENTE E ENERGIAS RENOVÁVEIS

O Programa tem como objetivo gerar dados e informações para subsidiar a formulação do planejamento governamental, na definição de políticas e diretrizes de distribuição e gestão de recursos hídricos e energia, de desenvolvimento rural e agrário, na implementação de ações de combate à degradação ambiental e na convivência com as variabilidades climáticas do semiárido, tendo como público-alvo entidades governamentais, setor produtivo, em especial os agricultores, e a sociedade civil.

Este programa possui a seguinte iniciativa prioritária, cujo desempenho físico de seu produto principal pode ser observado na tabela abaixo:

Iniciativas Prioritárias	Produto	Unidade de Medida	Programado 2017	Realizado 2017(*)
Produção de conhecimento técnico-científico sobre tempo, clima, recursos hídricos, meio ambiente e energias	Estudo e pesquisa realizados	Unidade	3	3

Fonte: Sistema Integrado de Monitoramento e Avaliação (Sima). (*) Dados preliminares sujeitos a revisão.

PRINCIPAIS REALIZAÇÕES:

• Aprimoramento dos prognósticos da Funceme, com a implementação das previsões de Temperatura de Superfície do Mar (TSM) no seu modelo climático global.

• Colaboração com a Agência Nacional de Águas (ANA) no contexto do Plano de Gestão Anual (PGA) e da inclusão de 10 municípios do Ceará no Semiárido Nordestino, que poderão contar com apoio federal em diversas frentes que estimulam o desenvolvimento regional.

• Produção dos seguintes estudos: Desenvolvimento de uma Metodologia de Modelagem de Qualidade de Água, para ser aplicada nos reservatórios do Estado do Ceará (PforR); Rede de tempo, clima e impactos: uso da informação de tempo e clima nos setores de Recursos Hídricos e Agricultura - Projeto Lampião (CNPq); e Sistema de previsão e gerenciamento de riscos hidrológicos no Semiárido Brasileiro – Secas e Enchentes (CNPq).

• Recuperação de área degradada em processo de desertificação na sub-bacia hidrográfica do Riacho do Brum, no município de Jaguaribe, através da implementação de técnicas de manejo e conservação.

• Cooperação franco-brasileira para desenvolvimento de estudos no Nordeste, com o *Institut de Recherche pour le Développement (IRD)*, para definição de uma estrutura para diálogo e troca de informações em áreas como monitoramento e previsão do clima, variabilidade climática e seus impactos, interação oceano-atmosfera, modelagem hidrológica e degradação da terra e desertificação.

• Avaliação, ajustes e articulações para operação e melhorias no Monitor de Secas do Nordeste, uma ferramenta colaborativa entre os estados do Semiárido brasileiro e coordenada pela ANA, que lança, mensalmente, mapas mostrando a evolução de cinco graus de severidade da seca.

TEMA – MEIO AMBIENTE

Na perspectiva da implementação de uma Política Ambiental no Estado apoiada segundo a lógica de uma sociedade igualitária, socialmente justa, ambientalmente saudável e sustentável, busca-se desenvolver com excelência as ações que visam apoiar e incentivar o desenvolvimento de práticas sustentáveis no Ceará, cumprindo, assim, sua missão, que é proteger o meio ambiente e assegurar a sustentabilidade no uso dos recursos naturais, com vistas a promover a qualidade ambiental que propicia à vida.

Além disso, o Governo realiza o monitoramento, a fiscalização e o licenciamento ambiental, sendo também responsável pela proteção da fauna e flora do Estado.

Há também o trabalho de melhoria das condições socioambientais por meio da execução de projetos estratégicos de estruturação urbana, nos quais tem sido possível, com muitos desafios, eliminar áreas de risco e recuperar áreas urbanas ambientalmente degradadas devido às práticas humanas de agressão e poluição do meio ambiente, as quais, além de destruir esse recurso não renovável, produz efeitos negativos sobre a população, como o surgimento de doenças que prejudicam a sua qualidade de vida.

Nesse sentido, são desenvolvidas iniciativas por meio da execução de obras de urbanização para revitalização de áreas ambientalmente

degradadas, contribuindo para a utilização desses espaços de forma sustentável; de obras hídricas para controle de cheias e inundações; da implantação de sistemas de abastecimento de água e de esgotamento sanitário, proporcionando a infraestrutura necessária aos empreendimentos habitacionais, nos quais são realocadas famílias que ocupam, de forma irregular, áreas de preservação permanente, bem como aos empreendimentos habitacionais para os quais são conduzidas as famílias cujas moradias encontram-se em área de interesse público, nas quais são executadas obras de infraestrutura e mobilidade.

O resultado esperado neste tema estratégico são os recursos ambientais com uso racional e sustentável. O desempenho dos indicadores que medem o alcance do referido resultado pode ser observado na tabela abaixo:

Indicadores Temáticos – 2014-2017

Indicador	Unidade de Medida	2014	2015	2016	2017	
					Prog.	Real.(*)
Área de risco eliminada	nº	0	0	2	5	3
Área revitalizada	ha	0	11,23	0	117,70	69,53
População urbana da RMF com destinação final adequada de resíduos sólidos	%	88,87	88,80	88,86	88,82	88,82
População urbana do interior (CE, exceto RMF) com destinação final adequada de resíduos sólidos	%	6,31	6,70	7,71	7,73	7,73
Área de mata ciliar reflorestada	ha	-	-	81,2	2,7	2,7
Área de solos degradados recuperada	ha	-	-	5	2,7	2,7
Área Protegida em Unidade de Conservação	%	21,11	21,11	21,11	24,00	7,47[1]
Índice de desertificação	%	10,02	10,02	10,02	10,02	11,45
Índice de qualidade de água bruta	%	81,81	80,09	79,59	80	81,21
Municípios certificados com Selo Município Verde	Nº	9	0	19	40	19
Percentual da área de reserva legal delimitada	%	0	17,3	32,03	70	60,31

Fonte: Scidades/Sema. (*) Dados preliminares sujeitos a revisão. [1] Percentual referente à nova metodologia de cálculo do indicador, revisado em 2017.

Os indicadores referentes à "Área de mata ciliar reflorestada" e "Área de solos degradados recuperada" sofreram um impacto negativo no alcance do resultado, uma vez que o atingimento da meta programada está diretamente relacionado a processos naturais da quadra invernosa. Sob esse prisma e considerando também o cenário de crise financeira no âmbito nacional, o Governo envidou esforços no sentido de articular as demais instituições públicas e privadas, bem como organizações não governamentais, para formação de um Grupo de Trabalho, visando à discussão de uma proposta técnica capaz de preparar as ações de recuperação e reflorestamento a serem executadas logo que as condições climáticas no estado se apresentem favoráveis. Cita-se, como exemplo, o projeto de recuperação de 25 hectares de área de Preservação Permanente (APP) na bacia do Pacoti (em andamento), 50 hectares correspondentes ao plantio de 20.000 mudas na bacia do Rio Cocó, dois hectares na bacia do Rio Ceará, 25 hectares na Bacia Hidrográfica do Acaraú, 26 hectares na Bacia do Jaguaribe, além da distribuição de 110.000 mudas de espécies nativas nos municípios.

Quanto ao indicador "Área protegida em Unidade de Conservação", o percentual menor não significa redução de área, trata-se de ajuste técnico realizado a partir da implementação, em 2017, do Cadastro Estadual de Unidade Conservação (CEUC), no qual se revisou a base de dados e metodologia de cálculo, além do mapeamento da sobreposição de áreas protegidas que não retratavam a realidade do indicador. Assim, considerando o valor do indicador em 2017, o Estado ultrapassou a meta programada

no que se refere à criação de Unidades de Conservação (UCs), além do incentivo aos municípios e entes privados, a partir da publicação de Edital para criação das UCs municipais e particulares.

Merece destaque a concretização, em 2017, de uma luta histórica da sociedade cearense, no sentido da regulamentação do Parque Estadual do Cocó, abrigando em sua poligonal uma área de 1.571,28 hectares, que protegem recursos naturais exuberantes, como manguezais e fauna diversa. O parque ainda proporciona momentos de lazer e cultura, a partir da realização do Projeto Viva o Parque: uma sala disponível para apresentação de documentários ambientais, encontros educativos e área destinada à prática esportiva, trilhas e navegação com passeio de barco.

No tocante à gestão das UCs estaduais, ressaltamos que se encontram em fase de elaboração 14 Planos de Manejo, cujos instrumentos são indispensáveis ao planejamento e efetivação das ações a serem desenvolvidas em cada unidade de conservação.

Na busca pelo fortalecimento da relação entre sociedade e natureza, em 2017, foi alcançado um total de 500 mil visitantes nas UCs, um acréscimo de 42,36% em relação a 2016.

Com relação ao indicador "Índice de desertificação", embora o Centro de Gestão e Estudos Estratégicos (CGEE) tenha demonstrado em estudo recente (2016) que o Ceará tem 100% do seu território inserido em Área Suscetível à Desertificação (ASD) do Brasil, o parâmetro utilizado para monitorar o referido indicador foi a publicação do Programa de Ação Estadual de Combate à Desertificação e Mitigação dos Efeitos da Seca (PAE-CE), que considerou três áreas caracterizadas como as mais degradadas e suscetíveis à desertificação no Estado: a Região dos Inhamuns/Sertões do Crateús, o município de Irauçuba e regiões circunvizinhas e o Médio Jaguaribe. Com base nesse estudo, estima-se que, atualmente, 11,45% do território cearense caracteriza-se como ASD, o que equivale a 17.042,16 km². Dessa forma, houve um crescimento de 1,43% de área em processo de desertificação, justificado, dentre outros fatores, pelo longo período de estiagem no estado.

No que se refere ao "Índice de Qualidade de Água Bruta", em 2017, foram concluídas três etapas do levantamento, onde foram realizadas 3.661 análises, das quais 2.973 se apresentaram de acordo com a Resolução Conama nº 375/05, correspondendo a 81,21%. Já o indicador "Municípios certificados com Selo Município Verde", considerando a alteração da Lei nº 16.128, de 14 de outubro de 2016, a certificação passou a ser concedida de forma bianual. Portanto, no ano de 2017, permanecem com a certificação os municípios que alcançaram o índice em 2016. Esta certificação vem fortalecendo a gestão ambiental dos municípios, a exemplo da implementação dos Conselhos Municipais de Defesa do Meio Ambiente (COMDEMA), atualmente contando com 171 conselhos.

O indicador "Percentual de área de reserva legal delimitada", que tem como base o Sistema Nacional de Cadastro Ambiental Rural (SICAR), criado por meio do Decreto nº 7.830/2012 e definido como sistema eletrônico de âmbito nacional destinado à integração e ao gerenciamento de informações ambientais dos imóveis rurais de todo o país.

A reserva legal é a área do imóvel rural que, coberta por vegetação natural, pode ser explorada com o manejo florestal sustentável, nos limites estabelecidos em lei para o bioma em que está a propriedade. Por abrigar parcela representativa do ambiente natural da região onde está inserida e que, por isso, se torna necessária à manutenção da biodiversidade local.

De acordo com o SICAR, no ano de 2017, observou-se um incremento de 10,01% de reserva legal delimitada no Estado em

relação ao ano de 2016, que foi de 50,30%, atingindo um percentual de 60,31% em 2017, considerada uma meta satisfatória.

Em dados parciais de 2017, o indicador "Área de risco eliminada" registra a eliminação de três áreas de risco, sendo uma do Projeto Rio Maranguapinho (Área do Cal/Bubu) e duas do Projeto Rio Cocó (Cano da Cagece e Nova Ocupação Jangurussu), executando 60% da meta programada para o ano.

Alguns dos principais fatores que influenciam diretamente o desempenho do indicador estão relacionados à demora na negociação e na liberação dos valores para pagamento das indenizações às famílias que ocupam áreas de forma irregular, bem como à demora para desocupação das áreas pelas famílias que aderiram aos projetos habitacionais e que aguardam a conclusão dos residenciais para reassentamento.

O indicador "Área revitalizada" tem programado para o período do PPA 2016-2019 a revitalização de 929,77 hectares de áreas situadas no Projeto Rio Maranguapinho (729,76 ha), no Projeto Rio Cocó (162,42 ha) e no Projeto Dendê (37,59 ha). Essas áreas são revitalizadas por meio de obras de urbanização, as quais contribuem para a preservação ambiental, e as famílias que ocupam as áreas de forma irregular são retiradas mediante o reassentamento em residenciais ou pagamento de indenização.

Em 2017, foi programada a revitalização de 117,70 ha, sendo 48,17 ha do Projeto Rio Maranguapinho e 69,53 ha do Projeto Rio Cocó. Em dados parciais de 2017, registra-se a revitalização de 69,53 ha do Projeto Rio Cocó, referentes à urbanização do Trecho Zero – Margem Esquerda e Trecho III – Margem Direita, o que corresponde a 59,07% do programado para o ano.

O desempenho do indicador foi prejudicado pela não conclusão da obra de urbanização do Trecho IV do Projeto Maranguapinho (48,17 ha), em decorrência da necessidade de replanilhamento de serviços dessa obra, os quais requerem a aprovação do agente financiador, a Caixa Econômica Federal.

O indicador "População urbana da RMF com destinação final adequada de resíduos sólidos" refere-se ao percentual da população urbana da Região Metropolitana de Fortaleza (RMF) que é atendido com a destinação adequada dos resíduos sólidos produzidos pela atividade humana.

Segundo a Política Nacional de Resíduos Sólidos, estabelecida pela Lei nº 12.305/2010, a destinação adequada inclui a reutilização, a reciclagem, a compostagem, a recuperação e o aproveitamento energético ou outras destinações admitidas pelos órgãos competentes, como os aterros sanitários e as centrais de tratamento de resíduos.

Os três aterros sanitários existentes na RMF, nos municípios de Caucaia, Maracanaú e Aquiraz, atendem uma população urbana estimada, em 2017, de 3.394.011 habitantes, sobre um total estimado de 3.821.376 habitantes, que resulta, em dados parciais, no percentual de 88,82% da população atendida, cumprindo, assim, a meta programada para o ano.

A queda desse indicador em 2017, em relação a 2016, decorre de uma correção metodológica na série histórica, relacionada à atualização da estimativa populacional.

O indicador "População urbana do interior (CE, exceto RMF) com destinação final adequada de resíduos sólidos" refere-se ao percentual da população urbana do interior (excetuando-se a RMF) que é atendido com a destinação adequada dos resíduos sólidos produzidos pela atividade humana.

Estima-se que as estruturas existentes hoje no interior (CE, exceto RMF) atendam com destinação final adequada de resíduos sólidos a uma população urbana estimada,

em 2017, de 228.275 habitantes, de um total de população urbana do interior estimado em 2.950.202 habitantes, atingindo, assim, em dados parciais, a meta programada para o ano, de 7,73%.

O crescimento do indicador no período de 2014-2017 pode ser explicado, além do crescimento vegetativo da população, pela iniciativa de algumas gestões municipais que celebraram instrumentos com municípios do interior (exceto a RMF) para destinar resíduos sólidos em aterros sanitários operados de forma adequada, como é o caso dos municípios de Meruoca e Santana do Acaraú, que, a partir de 2016, passaram a destinar seus resíduos no aterro sanitário de Sobral.

O Governo tem empreendido esforços no sentido de contribuir com a destinação final adequada de resíduos sólidos para a população urbana do interior (exceto a RMF) por meio de duas ações. Uma é a construção de duas Centrais de Tratamento de Resíduos (CTR), as quais atenderão aos consórcios públicos municipais denominados CGIRS-RMS (Consórcio para Gestão Integrada de Resíduos Sólidos da Região Metropolitana de Sobral) e Comares-UL (Consórcio Municipal para Aterro de Resíduos – Unidade Limoeiro do Norte). Serão beneficiados 28 municípios, com a destinação e tratamento de resíduos sólidos urbanos, de construção civil e de serviço de saúde.

A segunda ação trata da elaboração de estudos ambientais e projetos de engenharia de CTRs e aterros sanitários que serão entregues aos consórcios intermunicipais de resíduos, para que estes executem as obras. O Governo também disponibiliza projeto-padrão de Centrais Municipais de Reciclagem (CMR) aos municípios, fomentando a implantação da gestão integrada de resíduos sólidos no Estado, o qual vem desenvolvendo iniciativas de promoção de destinação final adequada de resíduos sólidos e de fomento à implementação da coleta seletiva no Estado.

PROGRAMAS TEMÁTICOS DO MEIO AMBIENTE

Para que o Governo pudesse apresentar o desempenho observado nos indicadores relacionados acima, as ações finalísticas referentes a este tema estratégico foram desenvolvidas por meio dos programas: Revitalização de Áreas Degradadas; Resíduos Sólidos; Ceará Mais Verde; Ceará no Clima; e Ceará Consciente por Natureza. Para tanto, foi utilizado um volume de recursos orçamentários da ordem de R$ 101,26 milhões.

PROGRAMA 027 – REVITALIZAÇÃO DE ÁREAS DEGRADADAS

O Programa tem como objetivo melhorar as condições socioambientais em áreas de risco e adjacências, tendo como público-alvo famílias de baixa renda residentes nas áreas das intervenções.

Este programa possui as seguintes iniciativas prioritárias, cujo desempenho físico de seus produtos principais pode ser observado na tabela abaixo:

Iniciativas Prioritárias	Produto	Unidade de Medida	Programado 2017	Realizado 2017(*)
Urbanização das margens do Rio Maranguapinho	Área Urbanizada	unidade	4	0
Urbanização das margens do Rio Cocó	Área Urbanizada	unidade	1	1
Recuperação da faixa de proteção do mangue e urbanização de áreas na comunidade do Dendê	Área Urbanizada	unidade	2	0

Fonte: Sistema Integrado de Monitoramento e Avaliação (Sima). (*) Dados preliminares sujeitos a revisão.

PRINCIPAIS REALIZAÇÕES:

• Execução de 84,84% da obra de urbanização do Trecho II – Margem Direita do Rio Maranguapinho (entre a Av. Fernandes Távora e a Av. Osório de Paiva).

• Execução de 68,43% da obra de urbanização do Trecho III B – Margens Direita e Esquerda do Rio Maranguapinho (entre a Av. Jardim Fluminense e o Anel Viário).

• Conclusão da obra da Barragem do Rio Cocó, em Fortaleza.

• Conclusão da obra de urbanização do Trecho III – Margem Direita do Rio Cocó (entre a BR-116 e a Av. Paulino Rocha).

• Atendimento a 1.360 pessoas do Projeto Rio Maranguapinho, Projeto Rio Cocó e Projeto Dendê (área da urbanização e área do reassentamento), com 30 oficinas nos temas mobilização e organização comunitária, desenvolvimento socioeconômico e educação sanitária e ambiental.

• Atendimento a 6.689 pessoas dos Projetos Rio Maranguapinho, Rio Cocó e Dendê, com 370 visitas domiciliares e 6.319 atendimentos presenciais para acesso a informações gerais sobre os projetos, adesão aos residenciais, atualização cadastral, aluguel social e pagamento de indenizações, entre outros.

• Atendimento a 325 catadores de material reciclável, com 10 oficinas de sensibilização de inclusão dos catadores na gestão integrada de resíduos sólidos, envolvendo 39 gestores municipais, de 24 municípios.

• Conclusão da reforma da primeira etapa do Balneário José Izo Pessoa, na sede do município de Uruoca.

PROGRAMA 064 – RESÍDUOS SÓLIDOS

O Programa tem como objetivo reduzir os impactos negativos da disposição inadequada de resíduos sólidos no meio ambiente, tendo como público-alvo a população urbana e rural.

Este programa possui as seguintes iniciativas prioritárias, cujo desempenho físico de seus produtos principais pode ser observado na tabela abaixo:

Iniciativas Prioritárias	Produto	Unidade de Medida	Programado 2017	Realizado 2017(*)
Apoio à implementação da coleta seletiva nos municípios	Município beneficiado	unidade	8	81
Promoção de ações voltadas à recuperação de áreas degradadas por lixões a céu aberto	Plano elaborado	unidade	49	49

Fonte: Sistema Integrado de Monitoramento e Avaliação (Sima). (*) Dados preliminares sujeitos a revisão.

PRINCIPAIS REALIZAÇÕES:

• Elaboração de três Planos de Gestão Regionalizada de Coleta Seletiva, beneficiando 81 municípios do Estado do Ceará, inseridos nas Bacias Metropolitana, Salgado e Acaraú.

• Desenvolvimento do modelo tecnológico para a implementação da política de Coletas Seletivas Múltiplas.

• Capacitação jurídico-contábil dos catadores de materiais recicláveis, residentes nos 81 municípios inseridos nas Bacias Metropolitana, Acaraú e Salgado, com vistas ao fortalecimento do cooperativismo.

• Organização e instrumentalização jurídica de 64 municípios inseridos nas Bacias Metropolitana, Salgado e Acaraú, para constituição dos consórcios públicos para

Gestão Integrada de Resíduos Sólidos.

• Elaboração dos Planos Regionais de Gestão Integrada de Resíduos Sólidos para 159 municípios do Ceará.

• Elaboração e assinatura do Termo de Compromisso para implementação da Logística Reversa de Embalagens de Agrotóxicos.

• Elaboração de 49 dos 81 planos de recuperação de áreas degradadas por lixões (PRAD).

• Construção de uma Central de Tratamento de Resíduos na Regional Norte - CTR/Regional Norte.

• Organização e instrumentalização jurídica para constituição do: Consórcio de Gestão Integrada de Resíduos Sólidos da Região Metropolitana de Sobral – CGIRS-RMS (17 municípios da Região Sertão de Sobral); do Consórcio Municipal para Aterro de Resíduos – Unidade Limoeiro do Norte (Comares-UL); e do Consórcio para Gestão Integrada dos Resíduos Sólidos para os municípios de Cascavel, Pindoretama e Beberibe.

• Realização de estudos de Co-Digestão Anaeróbia de Resíduos Sólidos Orgânicos utilizando a casca de coco como co-substrato, visando à produção de Biogás, e utilização de peneiras moleculares para purificação do gás de aterros sanitários.

PROGRAMA 066 – CEARÁ MAIS VERDE

O Programa tem como objetivo conservar, recuperar, ampliar e proteger a cobertura vegetal e os solos do Ceará, tendo como público-alvo os grandes e pequenos produtores rurais do estado, terceiro setor, gestores municipais, população residente no entorno das unidades de conservação do estado, sociedade civil em geral e população difusa.

Este programa possui as seguintes iniciativas prioritárias, cujo desempenho físico de seus produtos principais pode ser observado na tabela abaixo:

Iniciativas Prioritárias	Produto	Unidade de Medida	Programado 2017	Realizado 2017(*)
Implementação de ações de florestamento e reflorestamento de áreas degradadas	Área reflorestada	ha	2.000	2,7
Criação e implementação de Unidades de Conservação	Unidade de Conservação implementada	Nº	13	13
Avaliação do impacto econômico da degradação ambiental	Estudo e pesquisa realizados	Nº	3	3
Ampliação do controle dos recursos ambientais em Unidades de Conservação do Estado do Ceará	Unidade de Conservação protegida	Nº	23	23
Ampliação das ações de proteção dos recursos ambientais das áreas protegidas do Estado do Ceará	Área protegida	Nº	0	23

Fonte: Sistema Integrado de Monitoramento e Avaliação (Sima). (*) Dados preliminares sujeitos a revisão.

PRINCIPAIS REALIZAÇÕES:

• Reflorestamento em execução de 25 hectares da Área de Preservação Permanente – APP na Bacia do Pacoti.

• Reflorestamento em execução de 50 hectares correspondente ao plantio de 20.000 mudas na Bacia do Rio Cocó.

• Reflorestamento de dois hectares de área na Bacia do Rio Ceará.

• Reflorestamento em execução de 25 hectares

na Bacia Hidrográfica do Acaraú.

• Reflorestamento em execução de 26 hectares na Bacia do Jaguaribe.

• Distribuição de 110.000 mudas de espécies nativas para 125 municípios.

• Construção de dois viveiros para produção de mudas de espécies nativas nos municípios de Redenção e Pacoti.

• Regulamentação da Unidade de Conservação (UC) do Parque Estadual do Cocó, a partir da elaboração de estudos técnicos e realização de audiências públicas.

• Realização de serviços de manutenção preventiva e corretiva das instalações físicas e prediais da UC Parque do Cocó.

• Realização do concurso de ideias de Urbanismo, Paisagismo e Arquitetura do Parque do Cocó.

• Elaboração de estudos técnicos para subsidiar a criação e implementação de duas Unidades de Conservação nos municípios de Crato e Caucaia.

• Elaboração de 14 planos de manejo para conduzir a gestão de 14 Unidades de Conservação Estadual.

• Implementação do Projeto de Agente Voluntário Ambiental (AVA), com 10 voluntários desenvolvendo atividades nas UCs estaduais.

• Implementação do Cadastro Estadual de Unidades de Conservação (CEUC).

• Implementação do Programa de Incentivo às Unidades de Conservação Municipais (PROUCM).

• Implantação do Projeto do Teleférico de Barbalha, com vistas à implementação de Educação Ambiental, com foco nas UCs.

• Elaboração de estudos e pesquisas nas bacias hidrográficas do Salgado, Metropolitana e Acaraú, com produção de um compêndio e cartilhas focados no impacto econômico da Degradação Ambiental.

• Monitoramento e fiscalização das 23 Unidades de Conservação Estadual do Ceará, com o objetivo de combater as agressões e crimes praticados contra o Meio Ambiente. Em 2017, foram formalizadas 1.127 denúncias de degradação ambiental ocorridas exclusivamente nas Unidades de Conservação Estadual. Desse total, foram atendidas 58,84%, ou seja, 663 ocorrências, das quais 67,77% consideradas procedentes, confirmando-se 449 denúncias. Tais casos foram confirmados após apuração realizada pela equipe de fiscalização ambiental.

• Elaboração de estudos e pesquisas para análise de viabilidade da política de saneamento ambiental do Estado, com foco na qualidade da água.

PROGRAMA 067 – CEARÁ NO CLIMA

O Programa tem como objetivo minimizar os efeitos negativos das mudanças climáticas e reduzir as emissões de gases do efeito estufa, orientando e disciplinando a utilização racional dos recursos ambientais, tendo como público-alvo grandes e pequenos produtores rurais do Estado do Ceará, terceiro setor, gestores municipais, população residente no entorno das Unidades de Conservação do Estado, sociedade civil em geral e população difusa.

Este programa possui as seguintes iniciativas prioritárias, cujo desempenho físico de seus produtos principais pode ser observado na tabela abaixo:

Iniciativas Prioritárias	Produto	Unidade de Medida	Programado 2017	Realizado 2017(*)
Implementação e ampliação de ações de eficiência energética para as indústrias ceramistas e polo gesseiro	Projeto Ambiental implantado	unidade	13	13
Implementação da política de gerenciamento costeiro	Plano elaborado	unidade	1	3
Realização de análise da qualidade dos recursos hídricos do Estado do Ceará	Diagnóstico publicado	unidade	97	93
Realização de análise da qualidade da balneabilidade no litoral cearense	Praia monitorada	unidade	65	65

Fonte: Sistema Integrado de Monitoramento e Avaliação (Sima). (*) Dados preliminares sujeitos a revisão.

PRINCIPAIS REALIZAÇÕES:

• Entrega de 60 termopares para os ceramistas da região do Jaguaribe.

• Assinatura do pacto para produção sustentável, envolvendo: Secretaria de Meio Ambiente do Estado, Superintendência Estadual de Meio Ambiente, Instituto de Desenvolvimento Agrário do Ceará, Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária e Sindicato dos Ceramistas.

• Assistência Técnica para acompanhar a execução de 17 Planos de Manejo Integrado Agrossilvipastoril em assentamentos estaduais e federais, beneficiando 461 famílias e gerando uma renda anual de R$ 2.636,00/ família.

• Realização de 12 cursos de capacitação e dois intercâmbios em práticas de manejo florestal e uso de motosserra para 341 assentados.

• Elaboração de 17 diagnósticos rurais participativos nas áreas dos assentamentos beneficiários do projeto.

• Realização de workshop para divulgação dos resultados do projeto "Desenvolvimento de Práticas de Manejo Florestal Sustentável na Região do Baixo Jaguaribe", com participação de 100 pessoas.

• Elaboração do Projeto de Zoneamento Ecológico e Econômico da Zona Costeira (ZEEC).

• Realização de seis oficinas para elaboração e revisão do Plano de Gestão Integrada da Orla Marítima, nos municípios de Itapipoca, Cascavel, Caucaia e Fortaleza.

• Entrega de prêmio a cinco municípios com a certificação Praia Limpa: Paraipaba, Jijoca, Cascavel, Beberibe e Fortaleza.

• Realização de 10 seminários regionais para preparação dos municípios na certificação Selo Município Verde e fortalecimento dos Conselhos Municipais de Defesa do Meio Ambiente.

• Aquisição de uma estação de monitoramento, localizada na Estação Ecológica do Pecém, no município de São Gonçalo do Amarante, para monitoramento do Complexo Industrial e Portuário do Pecém (CIPP). A estação conta com analisadores para monitorar continuamente a qualidade do ar, gases e partículas, o que possibilita uma gestão ambiental mais efetiva em prol de uma saudável qualidade de vida da população.

• Realização de coletas semanais nos 31 pontos da capital e coletas mensais nos 34 pontos do interior, cumprindo, assim, a meta do programa que é de 65 pontos de coleta. Das 1.896 análises realizadas, 1.143 se apresentaram como própria à balneabilidade, correspondendo 60,28% das praias de Fortaleza.

PROGRAMA 068 – CEARÁ CONSCIENTE POR NATUREZA

O Programa objetiva estabelecer um processo contínuo de educação ambiental no Estado do Ceará, propiciando mudanças de atitudes e valores, visando a uma relação harmoniosa com o meio ambiente, tendo como público-alvo gestores públicos, comunidade escolar, agricultores, população ribeirinha e comunidades tradicionais.

Este programa possui as seguintes iniciativas prioritárias, cujo desempenho físico de seus produtos principais pode ser observado na tabela abaixo:

Iniciativas Prioritárias	Produto	Unidade de Medida	Programado 2017	Realizado 2017(*)
Promoção de ações de sensibilização da sociedade para preservação e proteção dos recursos ambientais no Ceará	Evento realizado	unidade	14	248
Capacitação para o pessoal técnico municipal	Pessoa capacitada	unidade	300	252
Promoção de ações específicas de educação ambiental nas Unidades de Conservação	Pessoa capacitada	unidade	1.391	815

Fonte: Sistema Integrado de Monitoramento e Avaliação (Sima). (*) Dados preliminares sujeitos a revisão.

PRINCIPAIS REALIZAÇÕES:

• Realização de 43 eventos alusivos à Festa Anual das Árvores, em 43 municípios e em 19 Unidades de Conservação.

• Realização de 85 eventos alusivos à semana do meio ambiente, em 85 municípios e 20 Unidades de Conservação.

• Implementação do Projeto Viva o Parque, por meio da realização de 171 edições, sendo 133 no Parque do Cocó e 38 no Parque Botânico, localizados nos municípios de Fortaleza e Caucaia, respectivamente. As edições incluem zumba, aeróbica, yoga, biodança, tai chi chuan, dança de salão, capoeira, slackline e apresentações culturais. Para as crianças, jogos coletivos, como: corrida de saco, carimba e bandeirinhas, aulas de circo, pintura facial, contação de histórias, teatro de bonecos, teatro de rua, malabares, arvorismo, além das brincadeiras tradicionais de pipa, bola de gude, elástico e ciranda.

• Realização do programa Parque Escola – Aprendendo com a Natureza, realizando um evento no Parque do Cocó com 35 professores das Escolas Estaduais de Ensino Médio e aulas práticas com 1.225 alunos.

• Implementação da Agenda Ambiental na Administração Pública (A3P) em sete Unidades de Conservação.

• Realização de um Encontro Interinstitucional da A3P com 48 instituições públicas, envolvendo 84 participantes.

• Realização de quatro cursos de capacitação em A3P, envolvendo 96 pessoas.

• Entrega de 10 Certificados de Adesão, junto ao Ministério do Meio Ambiente, de instituições públicas estaduais e municipais.

• Publicação da lei de criação do Programa Selo Escola Sustentável.

• Realização de 13 Cursos de Capacitação em Educação Ambiental para a Qualidade da Água, envolvendo 252 pessoas, nas bacias hidrográficas do Salgado, Metropolitana e Acaraú, beneficiando 81 municípios.

• Realização de capacitações envolvendo 815 pessoas, abordando a temática Mais Água Mais Vida, nos municípios de Barreira, Ipu, Tauá e Quixadá.

TEMA – ENERGIAS

Os combustíveis fósseis ainda representam o principal vetor de geração de energia, embora já se vislumbre uma acentuada expansão das energias renováveis, motivada pela busca da segurança energética e pela ameaça do aquecimento global. Esta tendência amplia as oportunidades de inovação tecnológica, com elevado potencial de redução de custos.

Ademais, as energias renováveis surgem como alternativa ao acesso às fontes energéticas em áreas e comunidades remotas. Servem à inclusão social e ao combate à pobreza na medida da sua estratégica contribuição ao desenvolvimento socioeconômico – de acordo com sua produção, uso local e benefícios ambientais.

Além desse aspecto ambiental, pode-se afirmar que este tema também possui um importante papel na expansão da economia no meio rural, uma vez que a carência de eletrificação neste espaço, sobretudo do tipo trifásica, tem se demonstrado um entrave à produção rural.

O resultado esperado neste tema estratégico é a matriz elétrica diversificada, com oferta e fornecimento de energia ampliada e com qualidade. O desempenho dos indicadores que medem o alcance do referido resultado pode ser observado na tabela abaixo.

Indicadores Temáticos – 2014-2017

Indicador	Unidade de Medida	2014	2015	2016	2017	
					Prog.	Real.(*)
Participação de fontes alternativas renováveis de energia na matriz energética do Estado	%	39,00	42,58	41,58	45,00	45,00
Participação do gás natural na matriz energética do Estado	%	22,00	18,00	18,00	19,00	14,00
Percentual de incremento da produção interna de energia	%	31,00	22,00	15,00	12,00	-7,00

Fonte: Seduc/IBGE/Pnad/Mec/Inep/Caed/UFJF. (*) Dados estimados sujeitos à revisão.

O indicador "Participação de fontes alternativas renováveis de energia na matriz energética do Estado" refere-se à participação de fontes energéticas voltadas exclusivamente para a geração de energia elétrica. O ano de 2017 foi caracterizado por um leve incremento de unidades geradoras, por meio das fontes eólica e solar. Contudo, essas representam apenas 45% de toda a capacidade de geração de energia elétrica no Estado do Ceará.

O indicador "Participação do gás natural na matriz energética do Estado" refere-se somente a participação do gás natural como insumo das unidades geradoras de energia elétrica. Este sofreu uma redução de quatro pontos percentuais em relação a 2016, devido à parada para manutenção do Terminal de Regaseificação de Gás Natural Liquefeito por 72 dias durante o ano de 2017.

Como a matriz elétrica nacional é notadamente dependente da fonte hídrica, e sabendo que este ano o nível dos reservatórios dedicados à geração de energia chegou a níveis mínimos, o Governo Federal decidiu colocar em operação as unidades termelétricas mais próximas das regiões Sul e Sudeste para preservar os mananciais, o que afetou diretamente a produção interna das unidades geradoras no Ceará, que ficaram 7% abaixo da produção ocorrida no ano passado.

PROGRAMAS TEMÁTICOS DE ENERGIAS

Para que o Governo pudesse apresentar o desempenho observado nos indicadores relacionados acima, as ações finalísticas referentes a este tema estratégico foram desenvolvidas por meio do programa Matriz Energética do Estado do Ceará, utilizando, para tanto, um volume de recursos orçamentários da ordem de R$ 3,76 milhões.

PROGRAMA 009 – MATRIZ ENERGÉTICA DO ESTADO DO CEARÁ

O Programa tem como objetivo contribuir com as políticas públicas estaduais na atração de novos empreendimentos, tendo como público-alvo empresas do setor industrial, comercial e de serviços, população residencial e comunidades.

Este programa possui as seguintes iniciativas prioritárias, cujo desempenho físico de seus produtos principais pode ser observado na tabela abaixo:

Iniciativas Prioritárias	Produto	Unidade de Medida	Programado 2017	Realizado 2017(*)
Expansão da infraestrutura de distribuição de gás natural	Rede de distribuição de gás natural instalada	km	29,80	29,57

Fonte: Sistema Integrado de Monitoramento e Avaliação (Sima). (*) Dados preliminares sujeitos a revisão.

PRINCIPAIS REALIZAÇÕES:

• Assinatura e início do fornecimento de gás natural para a Companhia Siderúrgica do Pecém (CSP).

• Construção de um gasoduto de 23 km, no valor de R$ 22 milhões, para atender ao Projeto Gás Natural Renovável (GNR Fortaleza), que consiste em captar e purificar o biogás gerado no Asmoc, transformando-o em GNR.

• Instituição do Programa Cegás de Responsabilidade Social, que objetiva patrocinar, com recursos próprios e, preferencialmente, de leis de incentivos, projetos nas áreas de cultura, educação, esporte, meio ambiente e saúde, bem como projetos transversais a essas áreas.

NOVAS IDEIAS NOS VAS CONQUISTAS

GOVERNO CEARÁ

EIXO V – CEARÁ DO CONHECIMENTO >>

O Ceará do Conhecimento contempla as políticas governamentais voltadas a proporcionar à população uma formação integral com qualidade, que atenda às necessidades sociais e regionais, garantindo a equidade e o protagonismo por meio da inovação.

Voltados a este propósito, as ações do Governo organizam-se em cinco temas estratégicos: Educação Básica, Educação Profissional, Ensino Superior, Ciência, Tecnologia e Informação e Cultura, cujas principais realizações encontram-se elencadas a seguir.

TEMA – EDUCAÇÃO BÁSICA

A Educação, em uma concepção mais ampla, é compreendida além da aprendizagem, no nível de competências que formam pessoas mais aptas a assimilar mudanças, mais soberanas em suas escolhas, que respeitem as diferenças e mostrem a capacidade de superar a fragmentação social com mais estudo e protagonismo, num ambiente pedagógico fortalecido, mais solidário na superação coletiva e exitosa das dificuldades. Educação Básica universal de qualidade é o fundamento na construção de uma sociedade mais justa, social e economicamente mais desenvolvida, o eixo principal na edificação de uma sociedade do conhecimento.

Conforme consta no Plano Estadual de Educação 2016-2024, a implantação das políticas públicas só pode ser realizada de forma concreta quando nascem do conhecimento da realidade e dos desafios a serem superados. Mais do que isso, é importante que sejam coerentes, sustentáveis e perenes. Assim, o Estado tem dado continuidade às políticas educacionais implantadas, com foco no Regime de Colaboração entre Estado e Municípios, no Ensino Médio Articulado à Educação Profissional, na Escola em Tempo Integral e no apoio aos estudantes no Exame Nacional do Ensino Médio (Enem), evidenciando o incentivo à inserção dos alunos no Ensino Superior. Isso corresponde aos resultados de um planejamento articulado, verdadeiro exercício de valorização das gestões governamentais que investem na educação como um dos pilares do desenvolvimento da sociedade.

Todavia, apesar dos recentes avanços obtidos no campo da Educação Básica, ainda há muitos desafios a enfrentar para potencializar a contribuição deste importante tema para a construção de um Ceará do Conhecimento.

O resultado esperado neste tema estratégico é a população com Educação Básica de qualidade na idade adequada. O desempenho dos indicadores que medem o alcance do referido resultado pode ser observado na tabela abaixo:

Indicadores Temáticos – 2014-2017

Indicador	Unidade de Medida	2014	2015	2016	2017	
					Prog.	Real.(*)
Crianças no 2º ano do Ensino Fundamental alfabetizadas (Spaece Alfa)	%	84,60	86,10	87,40	88,68	88,70
Ideb do Ensino Fundamental nos anos finais (9° ano)	índice	0	4,54	0	4,93	4,78
Ideb do Ensino Fundamental nos anos iniciais (5° ano)	índice	0	5,73	0	6,47	6,19
Percentual de estudantes concludentes do Ensino Médio com média das proficiências a partir de 460 pontos no Enem	%	48,7	57,3	60,3	70,58	62,97
Percentual de jovens de 16 anos que concluíram o Ensino Fundamental	%	77,00	77,00	81,80	77,60	84,40
Percentual de jovens de 19 anos que concluíram o Ensino Médio	%	54,60	58,80	59,33	63,8	60,75
Taxa de atendimento de 0 a 3 anos	%	37,50	37,10	38,60	35,7	39,70
Taxa de atendimento de 15 a 17 anos	%	84,6	83,1	86,41	84,61	87,2
Taxa de atendimento de 4 a 5 anos	%	97,5	96	97,72	97,78	99,02
Taxa de atendimento de 6 a 14 anos	%	97,4	97,8	99,9	98,5	100

Fonte: Seduc/IBGE/Pnad/Mec/Inep/Caed/UFJF. (*) Dados estimados sujeitos à revisão.

O percentual de "Crianças no 2º ano do Ensino Fundamental alfabetizadas (Spaece Alfa)", em 2016, foi de 87,40, caracterizando um aumento de 2,8 pontos percentuais em relação a 2014. Isso se deve ao investimento do Governo em ações estratégicas voltadas para a alfabetização das crianças na idade adequada, em parceria com todos os municípios do Ceará. Dos 184 municípios cearenses, 180 encontram-se no padrão desejável, e os outros quatro, no padrão suficiente, no que diz respeito à aprendizagem dos estudantes do 2º ano do Ensino Fundamental. É o que demonstra o resultado do Sistema Permanente de Avaliação da Educação Básica (Spaece), relativo ao ano de 2015. Esta é a primeira vez, desde o lançamento do Programa Alfabetização na Idade Certa (PAIC), em 2007, que o Ceará alcança avaliação positiva em todos os municípios, neste nível de ensino. Verifica-se, portanto, que, ao todo, 87,40% dos alunos finalizaram o 2º ano alfabetizados em 2016, sendo que, em 2007, este percentual era de apenas 39,9%. Para 2017, estima-se alcançar 88,70%.

O Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (Ideb) foi criado pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais (Inep), em 2007, em uma escala de zero a dez, que sintetiza dois conceitos igualmente importantes para a qualidade da educação: aprovação e média de desempenho dos estudantes em língua portuguesa e matemática. O indicador é calculado a partir dos dados sobre aprovação escolar, obtidos no Censo Escolar, e das médias de desempenho nas avaliações do Inep, o Saeb e a Prova Brasil. Segundo os resultados do Inep, a rede pública do Estado do Ceará apresentou a melhor evolução dos anos iniciais do Ensino Fundamental, passando de 2,8 em 2005 para 5,73 em 2015, em ritmo de crescimento superior à média nacional nos anos iniciais, ultrapassando a meta de 4,5 estipulada pelo Inep. Mantendo a tendência de evolução do indicador, o índice projetado para 2017 é de 6,19.

Ao referir-se aos cinco primeiros anos do Ensino Fundamental, vale ressaltar que, das 100 escolas do país com melhor desempenho no Ideb, 77 unidades escolares estão no Ceará, dentre as quais se destacaram as escolas situadas nos municípios de Sobral, Coreaú, Fortim e Massapê, que apresentaram notas entre 9,6 e 9,8.

De acordo com nota divulgada pelo Inep, o Ceará está na 5ª colocação do Brasil e é líder no Nordeste no ranking de melhores instituições, com 33% das escolas de anos iniciais (1º ao 5º ano) do Ensino Fundamental, alcançando a meta nacional de qualidade estipulada pelo Ministério da Educação (MEC) para o ano de 2021, correspondente ao nível 6 do Ideb.

Em relação aos anos finais (6º ao 9º ano) do Ensino Fundamental, considerando o desempenho de todas as escolas públicas, 28,6% dos municípios brasileiros alcançaram a meta proposta para 2015. Destaca-se novamente o Ceará com índice superior a 80% das escolas. Dentre estas, as que apresentaram melhores notas estão localizadas nos municípios de Brejo Santo, Sobral, Porteiras e Coreaú. Além disso, nos anos finais do Ensino Fundamental, a média alcançada em 2015 foi de 4,54, também superando a projeção prevista para o ano de 2015, que seria de 4,3. Em 2017, estima-se alcançar o Ideb de 4,78 desta modalidade de ensino.

O percentual de jovens de 16 anos que concluíram o Ensino Fundamental no Ceará em 2016 foi de 81,80%, apresentando um aumento de 4,8 pontos percentuais em relação a 2015 (77%). Em 2017, a estimativa é de 84,40%.

Quanto ao indicador "Percentual de jovens de 19 anos que concluíram o Ensino Médio", obteve-se, em 2016, o percentual de 59,33%, configurando um aumento de 4,73 pontos percentuais em relação ao ano de 2014. Isso decorre dos investimentos financeiros e pedagógicos, além das ações de protagonismo que estimulam nos jovens dessa faixa etária um maior empenho acadêmico, levando-os à conclusão do Ensino Médio. Seguindo essa linha de crescimento, a estimativa para 2017 é de 60,75%.

Em relação ao indicador "Percentual de estudantes concludentes do Ensino Médio com média das proficiências a partir de 460 pontos no Enem", o Ceará apresentou, em 2016, um percentual de 60,3%, obtendo um acréscimo de três pontos percentuais comparado a 2015 (57,3%). Esse resultado impacta no número de estudantes concludentes do Ensino Médio com média das proficiências a partir de 460 pontos no Enem, para o qual contribuíram ações e projetos voltados para a motivação, preparação e a participação dos alunos no Exame Nacional do Ensino Médio.

A evolução das "Taxas de atendimento para as crianças de 0 a 3 anos" de 37,50 (2014) para 38,60 (2016) é reflexo do aumento do número de creches e dos Centros de Educação Infantil em todo o Estado, a partir da parceria entre o Governo Estadual e municípios. A estimativa é de que se alcance 39,70% em 2017.

Em relação ao atendimento dos jovens de 15 a 17 anos, o Ceará atualmente possui vagas na rede pública para atender a toda a matrícula obrigatória do Ensino Médio. Logo, se justifica a projeção de 87,20% para 2017, uma vez que se pretende a universalização gradual desse atendimento. Todavia, é necessário dar continuidade às ações de busca ativa de estudantes que, por motivos diversos, ainda estão fora da escola. Das ações empreendidas, podemos destacar o "#ChegueiEnsinoMédio", que é um compromisso com o ingresso e a motivação dos jovens cearenses para cursarem e concluírem o Ensino Médio, cujo objetivo é matricular 100% dos alunos concluintes do 9º ano do Ensino Fundamental na 1ª série do Ensino Médio, garantindo a permanência dos estudantes na escola e resgatando os jovens de 15 a 17 anos aptos a cursar esta etapa de ensino.

A partir das políticas públicas voltadas para a Educação Infantil, bem como para o Ensino Fundamental, estima-se alcançar 99,02% de atendimento em 2017 para as crianças na faixa etária de 4 a 5 anos, e 100% no atendimento de crianças e jovens na faixa etária de 6 a 14 anos.

PROGRAMAS TEMÁTICOS DA EDUCAÇÃO BÁSICA

Para que o Governo pudesse apresentar o desempenho observado nos indicadores relacionados acima, as ações finalísticas referentes a este tema estratégico foram desenvolvidas por meio dos programas: Inclusão e Equidade na Educação; Acesso e Aprendizagem das Crianças e Jovens na Idade Adequada; Gestão e Desenvolvimento da Educação Básica; e Gestão de Políticas Públicas da Educação. Para tanto, foi utilizado um volume de recursos orçamentários da ordem de R$ 1,84 bilhão.

PROGRAMA 006 – INCLUSÃO E EQUIDADE NA EDUCAÇÃO

O Programa tem como objetivo garantir a escola como espaço educador sustentável, inclusiva, que respeite as diversidades e promova a equidade no padrão de acesso, nas condições de oferta, de permanência e nos resultados de aprendizagem, atendendo adequadamente aos educandos com necessidades especiais, com características diferenciadas e/ou àqueles pertencentes às populações vulneráveis em articulação intersetorial, tendo como público-alvo segmentos pertencentes às populações vulneráveis e/ou com características diferenciadas e alunos da Educação Básica que necessitem de formação em inclusão e temas de diversidade.

PRINCIPAIS REALIZAÇÕES:

• Realização da matrícula de 16.899 alunos na rede estadual de ensino, na modalidade Educação de Jovens e Adultos (EJA).

• Realização da oferta de reorganização curricular do Ensino Médio Noturno para 3.450 alunos.

• Adaptação de 51 escolas com salas de recursos multifuncionais implantadas.

• Efetivação de atendimento nas Salas de Recursos Multifuncionais (SRM) e nos Centros de Atendimento Educacional Especializado conveniados com o Estado para 8.284 alunos.

• Atendimento a 47 escolas localizadas em áreas rurais ou urbanas, que desenvolvem proposta pedagógica específica e diferenciada, atendendo às populações do campo, indígenas e quilombolas.

• Atendimento a 7.192 alunos que participaram das ações do Projeto Educação Ambiental, por meio da realização do Programa Parque Escola: Aprendendo com a Natureza, concluindo a Edição 2017.

• Implantação de duas escolas do campo: sendo uma no município de Monsenhor Tabosa (Região Sertão dos Crateús) e a outra no município de Ocara (Região Maciço de Baturité).

• Readequação de quatro escolas com melhorias na infraestrutura necessária para atender às especificidades das propostas pedagógicas das escolas estaduais de campo em áreas de assentamento, indígenas e quilombolas.

PROGRAMA 008 – ACESSO E APRENDIZAGEM DAS CRIANÇAS E JOVENS NA IDADE ADEQUADA

O Programa tem como objetivo o fortalecimento da Educação Infantil e elevação do nível de alfabetização e de aprendizagem das crianças e jovens na idade adequada do Ensino Fundamental, tendo como público-alvo a população de 0 a 16 anos.

Este programa possui as seguintes iniciativas prioritárias, cujo desempenho físico de seus produtos principais pode ser observado na tabela abaixo:

Iniciativas Prioritárias	Produto	Unidade de Medida	Programado 2017	Realizado 2017(*)
Desenvolvimento de ações para promoção da aprendizagem na idade adequada	Aluno beneficiado	unidade	481.742	1.415.279
Premiação dos alunos e escolas com melhor desempenho no SPAECE	Escola premiada	unidade	750	355
Implantação dos Centros de Educação Infantil - CEIs	Centro de Educação Infantil implantado	unidade	75	5
Qualificação da oferta municipal de Educação Infantil	Criança beneficiada	unidade	272.966	272.966

Fonte: Sistema Integrado de Monitoramento e Avaliação (Sima). (*) Dados preliminares sujeitos a revisão.

PRINCIPAIS REALIZAÇÕES:

• Atendimento a 1.415.279 alunos beneficiados com impressão de material de apoio didático pedagógico do 1º ano do Ensino Fundamental e formações continuadas para professores do Mais PAIC.

• Premiação de 355 escolas públicas que apresentaram melhores resultados no IDE-Alfa (Índice de Desempenho Escolar no 2º Ano do Ensino Fundamental), IDE-5 (Índice de Desempenho Escolar do 5º Ano do Ensino Fundamental) e IDE-9 (Índice de Desempenho Escolar do 9º Ano do Ensino Fundamental) nas avaliações do Sistema Permanente de Avaliação da Educação Básica (Spaece).

• Implantação de cinco Centros de Educação Infantil (CEI), sendo: um em Itaitinga, um em Pacatuba, um em Farias Brito e dois em São Gonçalo do Amarante.

• Qualificação da oferta municipal para 272.966 crianças atendidas por meio da realização de formação voltada para cerca de 609 professores formadores, a partir do Programa de Formação Continuada em Educação Infantil.

• Atendimento a 121.260 alunos da rede estadual de ensino com transporte escolar, prioritariamente os residentes na zona rural.

PROGRAMA 023 – GESTÃO E DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO BÁSICA

O Programa tem como objetivo garantir as condições para o bom funcionamento da gestão organizacional e pedagógica, focadas na permanência, no fluxo e na aprendizagem dos alunos, tendo como público-alvo os alunos da Educação Básica, professores, gestores e profissionais da educação.

Este programa possui a seguinte iniciativa prioritária, cujo desempenho físico de seus produtos principais pode ser observado na tabela abaixo:

Iniciativas Prioritárias	Produto	Unidade de Medida	Programado 2017	Realizado 2017(*)
Ampliação da oferta de vagas de tempo integral nas escolas estaduais de Educação Básica	Escola implantada	unidade	36	45

Fonte: Sistema Integrado de Monitoramento e Avaliação (Sima). (*) Dados preliminares sujeitos a revisão.

PRINCIPAIS REALIZAÇÕES:

• Atendimento no Núcleo Trabalho, Pesquisa e Práticas Sociais (NTPPS) em 165 escolas, sendo 94 de tempo parcial e 71 em tempo integral. Os professores são capacitados bimestralmente, com encontros de 20 horas.

• Capacitação de 6.876 profissionais da educação, entre coordenadores e professores,

em Formação de Gestão em Sala de Aula e em formações do Circuito de Gestão para Resultados de Aprendizagem – Projeto Jovem de Futuro.

• Atendimento a 618 escolas com o Projeto Professor Diretor de Turma.

• Readequação de 603 escolas com equipamentos, mobiliários, reformas e ampliações.

• Atendimento a 121.260 alunos da rede estadual de ensino com transporte escolar, prioritariamente os residentes na zona rural.

• Oferta dos serviços educacionais, resultando na manutenção de 601 escolas e atendimento a 387.570 alunos.

• Implantação de 45 Escolas Públicas Estaduais de Tempo Integral.

• Lançamento do edital de seleção do Programa AvanCE – Bolsa Universitário.

• Inscrição de 99.224 alunos da rede pública estadual no projeto Enem, Chego Junto, Chego Bem.

• Realização da oferta de reorganização curricular do Ensino Médio Noturno para 3.450 alunos.

PROGRAMA 079 – GESTÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS DA EDUCAÇÃO

O Programa tem como objetivo apoiar a implementação de boas práticas de gestão do ensino, contribuindo para a melhoria dos indicadores educacionais, tendo como público-alvo escolas da rede de ensino do Estado, alunos das escolas públicas municipais de Ensino Fundamental e usuários e parceiros do sistema de ensino.

Este programa possui as seguintes iniciativas prioritárias, cujo desempenho físico de seus produtos principais pode ser observado na tabela abaixo:

Iniciativas Prioritárias	Produto	Unidade de Medida	Programado 2017	Realizado 2017(*)
Capacitação de Gestores Escolares	Pessoa capacitada	nº	320	1.219
Atualização do credenciamento das Instituições de Ensino	Escola credenciada	nº	1.380	1.394

Fonte: Sistema Integrado de Monitoramento e Avaliação (Sima). (*) Dados preliminares sujeitos a revisão.

PRINCIPAIS AÇÕES REALIZADAS:

• Capacitação de 1.219 cursistas, abrangendo 23 municípios.

• Atualização do credenciamento em 1.394 escolas, envolvendo 42 municípios.

• Capacitação de membros dos Conselhos Municipais de Educação, bem como dos pretensos candidatos, em 30 municípios com menor Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) e nos Conselhos Municipais que apresentam problemas e dificuldades no seu funcionamento.

TEMA – EDUCAÇÃO PROFISSIONAL

A Educação Profissional insere-se numa visão de política governamental mais ampla, que objetiva a formação de capital humano no Estado. É consenso que o patamar de desenvolvimento desejado para a sociedade cearense requer o crescimento da economia estadual apoiado na produtividade dos fatores de produção e na agregação de valor aos produtos da economia para modernização da estrutura produtiva no Estado, resultando na ampliação do seu poder de competição.

Foi a partir dessa análise, que o Governo Estadual, no âmbito do Projeto para Resultados, objeto de acordo de empréstimo celebrado com o Banco Mundial, elegeu como um dos componentes o Crescimento Econômico. Nesta perspectiva, foi produzido o documento "Estratégia de Desenvolvimento Econômico para o Estado do Ceará a partir do Fortalecimento do Setor Produtivo, apoiada em Inovação e com foco na Formação de Capital Humano", enfatizando a necessidade de garantir que os benefícios advindos com os avanços produtivos alcancem toda a sociedade, com ampliação das oportunidades e distribuição dos ganhos, pressupondo a qualificação da mão de obra como elemento central nesse processo.

A análise qualitativa sobre a formação de capital humano no Estado identifica dois problemas chave: baixa qualidade da Educação Básica e baixo nível de qualificação técnica do trabalhador na economia cearense. As ações direcionadas a ampliar a qualificação da força de trabalho, portanto, deve, necessariamente, contemplar a melhoria da qualidade do Ensino Básico, eliminando a defasagem ainda presente em relação à situação média do país e dos Estados mais bem colocados em nível nacional. As iniciativas devem, ainda, buscar ampliar o estoque de profissionais qualificados e adequar o fluxo de trabalhadores às necessidades do mercado. Urge expandir a formação superior, inclusive nos níveis de pós-graduação e em áreas estratégicas, assim como estimular o emprego das pessoas qualificadas no setor privado, no sentido de propiciar um ambiente favorável à inovação.

É oportuno um destaque sobre as iniciativas, já em andamento, para ampliar a formação de técnicos conduzidos pelo Governo do Estado. Trata-se da implantação da rede de Escolas Estaduais de Educação Profissional, num modelo que integra a formação básica de Ensino Médio com a formação de nível técnico. Com seu início no ano de 2008, já beneficia todas as regiões do Estado. Os retornos destas ações devem se materializar mais fortemente no médio e longo prazos.

Destacam-se, ainda, os cursos ofertados pelo Centro de Treinamento Técnico do Ceará (CTTC) para atender as demandas do Complexo Industrial e Portuário do Pecém (CIPP), e pela Universidade do Trabalho Digital (UTD), que vêm contribuindo para o Ceará do Conhecimento, alcançando ainda o Eixo Ceará Pacífico, com a formação inicial e continuada na área da Tecnologia da Informação de forma inclusiva.

No âmbito do Ensino Médio Integrado à Educação Profissional, ressalta-se que o projeto de educação profissional do Estado é mais uma iniciativa que visa ampliar a política de inclusão social. Por esse motivo, 80% das vagas são destinadas a estudantes egressos das escolas públicas, enquanto os 20% restantes se destinam a estudantes de escolas privadas.

O resultado esperado neste tema estratégico é a educação profissional consolidada e articulada com o mercado de trabalho. O desempenho dos indicadores que medem o alcance do referido resultado pode ser observado na tabela abaixo:

Indicadores Temáticos – 2014-2017

Indicador	Unidade de Medida	2014	2015	2016	2017	
					Prog.	Real.(*)
Percentual de estudantes egressos das escolas estaduais de educação profissional inseridos no mercado de trabalho [1]	%	19,00	16,95	13,60	25	14,00
Percentual de estudantes matriculados no Ensino Médio Integrado à Educação Profissional em relação ao total de matrículas do Ensino Médio	%	12	13,40	14,20	14,88	15,21
Número de concluintes nos cursos de qualificação profissional	nº	10.132	12.681	15.510	24.962	10.792
Número de concluintes nos cursos técnicos subsequentes	nº	142	160	805	364	216
Número de tecnólogos diplomados	nº	80	149	541	230	73

Fonte: Sistema Integrado de Monitoramento e Avaliação (Sima). (*) Dados preliminares sujeitos a revisão.
[1] Dados prévios, pois o monitoramento de inserção das turmas no mercado de trabalho é feito em até três anos após o referido ingresso.

O indicador "Percentual de estudantes egressos das escolas estaduais de educação profissional inseridos no mercado de trabalho", em 2017, possui a estimativa de 14%, tendo em vista que os alunos vão iniciar a inserção em 2018. Essa projeção, com aumento de 0,40 pontos em relação ao percentual de 13,60% obtido em 2016, explica-se pela intensificação do acompanhamento da inserção dos alunos em campo de trabalho, a partir de um sistema piloto, aberto para os principais atores: alunos, professores e gestores da rede de educação profissional. No entanto, pode-se observar quedas consecutivas neste indicador ao longo da série histórica (2013 a 2016), que podem ser justificadas, dentre outros motivos, por: crise econômica que tem afetado os setores produtivos de nossa economia; e elevada quantidade de inserção desses jovens no Ensino Superior, sobretudo em virtude das características diferenciadas do ensino integrado.

Quanto ao "Percentual de estudantes matriculados no Ensino Médio Integrado à Educação Profissional em relação ao total de matrículas do Ensino Médio", observa-se, em 2017, um aumento de 1,01 pontos percentuais no número de jovens beneficiados na rede de educação profissional implantada, comparativamente a 2016. Reflexo positivo dos investimentos do Governo nessa área.

O indicador "Número de concluintes nos cursos de qualificação profissional" mede o número de pessoas profissionalizadas para o mercado de trabalho, em nível de Formação Inicial e Continuada. Em 2017, foram registradas 10.792 pessoas capacitadas nos cursos de Formação Inicial e Continuada, resultado que é referência para dimensionar os índices de conclusão e investimentos do Governo Estadual. Na eficiência de conclusão profissionalizante, que expressa a relação dos alunos que concluíram seus cursos com êxito, o ano de 2017 apresentou um decréscimo percentual em torno de 30%, resultado do contingenciamento de recursos do Governo Federal. O novo cenário contribuiu para uma análise e redesenho das ações de Educação Profissional, ocasionando paralisação de algumas ações nos Centros Vocacionais Tecnológicos e ainda a redução do quadro de pessoal, prejudicando a capacidade de execução e alcance das metas projetadas.

Apesar do referido contingenciamento, os valores extremos desse indicador na série

histórica analisada apresentam ainda uma crescente de 6,51% (2014-2017), refletindo o compromisso do Governo Estadual com esta política.

O indicador "Número de concluintes nos Cursos Técnicos Subsequentes" expressa o número de alunos qualificados que concluíram os cursos de educação profissional técnica de Nível Médio ofertados nas unidades de ensino profissional do Governo do Ceará. O indicador demonstra uma crescente em seus resultados nos primeiros anos da série histórica, registrando em 2016 a maior entrega de toda a série, formando 805 técnicos. No ano de 2017, o indicador apresentou um decréscimo de 73,17%, ficando aquém da meta programada, consequência do contingenciamento de recursos do Governo Federal, o que fez com que o Governo Estadual mudasse suas estratégias, traçasse novas metas e priorizasse ações. O processo ocasionou paralisação de vestibulares nos anos de 2015, 2016 e no primeiro semestre de 2017, para os cursos ofertados pelos Centros Vocacionais Técnicos (CVTECs), resultando na redução das vagas para novos alunos. Apesar do cenário pautado, o Governo Estadual autorizou a reabertura dos vestibulares para novas vagas, que serão preenchidas em 2018.1, o que contribuirá para impulsionar novamente os dados relativos a esse indicador.

O indicador "Numero de Tecnólogos Diplomados" refere-se à mensuração do número de alunos diplomados nos cursos superiores de tecnologia, ofertados nas Faculdades Tecnológicas (FATECs) do Cariri e do Sertão Central. O indicador demonstra uma crescente em seus resultados até o ano de 2016, apresentando, em 2017, um decréscimo percentual em torno de 86,51%, resultado também do contingenciamento dos recursos do Governo Federal, que contribuiu para que o Governo Estadual realizasse um novo redesenho e foco de suas ações. O processo ocasionou paralisação de vestibulares nos anos de 2015, 2016 e no primeiro semestre de 2017 para os cursos tecnológicos nas Faculdades de Tecnologia Centec (FATECs) do Cariri e Sertão Central, resultando na redução das vagas para novos alunos. O indicador registrou, nesse último ano, 73 graduados de nível tecnológico, alcançando um percentual de 31,74% da meta programada. A reabertura dos vestibulares para novas vagas a serem preenchidas em 2018.1 sinaliza uma possível melhora do indicador nos próximos anos.

PROGRAMAS TEMÁTICOS DA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL

Para que o Governo pudesse apresentar o desempenho observado nos indicadores relacionados acima, as ações finalísticas referentes a este tema estratégico foram desenvolvidas por meio dos programas: Ensino Integrado à Educação Profissional; e Desenvolvimento da Educação Profissional nos Níveis: Formação Inicial e Continuada, Técnico e Tecnológico. Para tanto, foi utilizado um volume de recursos orçamentários da ordem de R$ 504,27 milhões.

PROGRAMA 020 – ENSINO INTEGRADO À EDUCAÇÃO PROFISSIONAL

O Programa tem como objetivo atender às necessidades do mundo do trabalho, contribuindo para o desenvolvimento do Estado e para a inserção dos estudantes no mercado de trabalho e no Ensino Superior, tendo como público-alvo a população demandante de Educação profissional integrada ao Ensino.

Este programa possui as seguintes iniciativas prioritárias, cujo desempenho físico de seus produtos principais pode ser observado na tabela abaixo:

Iniciativas Prioritárias	Produto	Unidade de Medida	Programado 2017	Realizado 2017(*)
Ampliação da oferta de Ensino Integrado à Educação Profissional	Escola implantada	unidade	2	2
Oferta de Ensino de Jovens e Adultos integrado à Educação Profissional	Aluno beneficiado	unidade	3.570	0

Fonte: Sistema Integrado de Monitoramento e Avaliação (Sima). (*) Dados preliminares sujeitos a revisão.

PRINCIPAIS REALIZAÇÕES:

• Implantação de duas escolas profissionais, situadas nos municípios de Sobral (Região Sertão de Sobral) e Palmácia (Região do Maciço de Baturité).

• Readequação de 116 escolas, onde foram entregues 3.880 itens (equipamentos diversos, mobiliários, laboratórios e/ou acervo).

• Oferta de serviços educacionais para manutenção de 117 escolas e atendimento de 50.393 alunos.

• Adequação da oferta e dos currículos de 117 escolas profissionais em funcionamento, de acordo com as demandas locais.

• Capacitação de 587 profissionais, dentre professores, coordenadores, diretores e superintendentes que atuam na rede de Educação Profissional, em encontros formativos voltados para a qualificação do atendimento dos serviços de Ensino Médio articulado à Educação Profissional.

• Formação de 15.199 alunos em estágio curricular obrigatório, correspondendo a cargas horárias de 400h ou 600h, conforme a exigência curricular.

• Elaboração de dois modelos de gestão, sendo um deles modelo piloto de gerenciamento/acompanhamento da inserção dos alunos em campo de trabalho, e o outro, para avaliação do desempenho acadêmico dos alunos na formação técnica.

PROGRAMA 058 – DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL NOS NÍVEIS: FORMAÇÃO INICIAL E CONTINUADA, TÉCNICO E TECNOLÓGICO

O Programa tem como objetivo contribuir para a qualificação de jovens e adultos, aumentando suas oportunidades de emprego e renda, tendo como público-alvo, jovens e adultos.

Este programa possui as seguintes iniciativas prioritárias, cujo desempenho físico de seus produtos principais pode ser observado na tabela abaixo:

Iniciativas Prioritárias	Produto	Unidade de Medida	Programado 2017	Realizado 2017(*)
Melhoria da estrutura das unidades de Educação Profissional	Unidade de Ensino modernizada	unidade	14	0
Promoção da qualificação profissional em nível de formação inicial e continuada	Bolsa concedida	unidade	10	0
Promoção da qualificação profissional em nível de formação inicial e continuada	Pessoa capacitada	unidade	13.380	10.165
Promoção da qualificação profissional em nível técnico	Pessoa capacitada	unidade	4.574	843
Promoção da qualificação profissional em nível tecnológico	Pessoa capacitada	unidade	1.128	73
Promoção da qualificação profissional em cursos de Tecnologia da Informação e Comunicação	Pessoa capacitada	unidade	3.978	2.827

Fonte: Sistema Integrado de Monitoramento e Avaliação (Sima). (*) Dados preliminares sujeitos a revisão.

PRINCIPAIS REALIZAÇÕES:

• Reestruturação da Rede Centec, para atender aos trabalhadores cearenses por meio da transferência de tecnologia, graduação técnica e tecnológica.

• Revitalização e tematização de 14 Centros Vocacionais Tecnológicos, de acordo com a vocação e demanda do município, por meio da entrega de 15 laboratórios em Fortaleza, Horizonte, Maranguape, Maracanaú, Iguatu, Quixeré, Brejo Santo, Quixadá, Massapê, São Benedito, Aracoiaba, Crateús, Tabuleiro do Norte e Limoeiro do Norte.

• Capacitação de 10.165 pessoas nos cursos de formação inicial e continuada, atendendo às demandas das 14 regiões.

• Graduação técnica de 146 profissionais para o mercado de trabalho, nas áreas de eletroeletrônica, meio ambiente, mecânica, eletrotécnica, agricultura, metalurgia, eletromecânica, cozinha, saúde e segurança do trabalho, nas macrorregiões do Cariri, Sertão Central e Grande Fortaleza.

• Graduação de 73 tecnólogos de Nível Superior nas áreas de alimentos, saneamento ambiental, irrigação e drenagem, eletromecânica e agronegócio, nas regiões do Cariri e Sertão Central.

• Graduação de 70 pessoas no Curso de Especialização Técnica em Enfermagem do Trabalho, em Fortaleza, e 627 pessoas capacitadas pelo Programa Funece/Pronatec, totalizando 697 pessoas beneficiadas.

TEMA – EDUCAÇÃO SUPERIOR

O crescimento econômico contemporâneo depende substancialmente da capacidade de acumulação de força de trabalho (manual e intelectual) qualificada do país ou região. A competitividade, a agregação de valor, a criação de oportunidades com impactos positivos sobre a distribuição da renda, a inovação dos processos de produção e de seus produtos resultam, essencialmente, da geração e difusão do conhecimento nas áreas de P&D das empresas, dentro das universidades ou institutos de pesquisa científica.

Nesse contexto, o setor público tem papel relevante como indutor da geração de conhecimento, por intermédio da oferta de Ensino Superior de qualidade e mediante programas de apoio à ciência, tecnologia e inovação.

As universidades estaduais do Ceará – UECE, URCA e UVA – são instituições públicas, gratuitas, patrimônios científicos, acadêmicos e culturais da sociedade cearense. É responsabilidade e competência do Estado, com participação da União, assegurar o financiamento público dessas instituições, nos termos das Constituições Federal e do Estado do Ceará.

As universidades contribuem para a formação intelectual e técnica, geração de conhecimento e inovação tecnológica, constituindo-se numa base imprescindível para o desenvolvimento econômico e social.

Nos últimos anos, muitos investimentos foram realizados em diversas áreas das universidades estaduais; por outro lado, há novos desafios no horizonte.

O resultado esperado neste tema estratégico é a Educação Superior consolidada e articulada com as necessidades sociais. O desempenho dos indicadores que medem o alcance do referido resultado pode ser observado na tabela abaixo:

Indicadores Temáticos – 2014-2017

Indicador	Unidade de Medida	2014	2015	2016	2017	
					Prog.	Real.(*)
Índice de qualificação docente	índice	3,77	3,48	3,67	3,67	3,78
Número de graduados	nº	4.026	3.879	2.994	4.839	3.670
Número de grupos de pesquisa desenvolvidos nas instituições de Ensino Superior	nº	769	255	277	271	280
Número de pós-graduados *Stricto Sensu*	nº	400	667	669	470	606
Percentual da população de 18 a 24 anos que está matriculado no Ensino Superior	%	48,28	54,55	59,99	52,7	59,82
Produção acadêmica	nº	7.309	6.410	7.965	8.761	5.402
Taxa de sucesso na graduação	%	46,4	46,76	45,28	48,13	47,70

Fonte: Secitece. (*) Dados preliminares sujeitos a revisão.

Na série histórica em análise, observa-se uma leve variação crescente no indicador "Índice de qualificação docente", ocasionada pela nomeação de novos professores, cujas titulações de mestres, doutores e pós-doutores influenciam na elevação do índice. Dentre as ações e investimentos do Governo que contribuíram para a qualificação do corpo docente das Instituições de Ensino Superior (IES), destacan-se: nomeação de 138 professores para os cursos de graduação na UECE e na UVA; realização do concurso público para professor efetivo assistente e adjunto da UVA, com 29 vagas; implantação de novos cursos de mestrado e doutorado – Mestrado Interinstitucional (Minter) e Doutorado Interinstitucional (Dinter).

Embora não tenha sido atingida a meta estabelecida para 2017, no cômputo geral, as matrículas nos cursos de graduação nas instituições de Educação Superior públicas estaduais apresentaram crescimento de 22,58% em relação ao ano anterior. Destaca-se, no âmbito do respectivo indicador "Número de graduados", a preocupação do Governo em garantir aos estudantes a normalização do ano letivo, discutindo com a categoria a adoção de medidas para saneamento das reivindicações.

Após uma representativa queda em 2015, o indicador "Número de grupos de pesquisa desenvolvidos nas instituições de Ensino Superior" retomou um comportamento crescente a partir de 2016 e superou a meta estabelecida para 2017 em 3,32%. Destacam-se na contribuição para este indicador as seguintes ações de incentivo que vêm sendo desenvolvidas pelo Governo do Estado: concessão de bolsas pelas agências de fomento; ampliação no número de cursos de mestrado e doutorado; apoio técnico e financeiro às pesquisas; apoio técnico e financeiro à produção de livros de professores e alunos e à publicação da produção científica de professores em revistas indexadas; e ampliação e modernização da infraestrutura física e do acervo bibliográfico da pós-graduação.

O indicador "Número de pós-graduados *Stricto Sensu*" manteve um crescimento regular na série histórica, considerando que os valores de 2017 são referentes ao primeiro semestre do ano. Esse comportamento decorre de ações de fomento à pós-graduação, entre as quais se destacam: oferta de novos cursos *stricto* e *lato* sensu, melhorias na infraestrutura de equipamentos de pesquisa, apoio técnico à elaboração, desenvolvimento e implantação de projetos de pesquisa, bem como crescimento na oferta de bolsas pelas

instituições de fomento.

No cômputo geral, o indicador "Percentual da população de 18 a 24 anos que está matriculada no Ensino Superior" vem apresentando evolução significativa ao longo do período analisado, registrando 7,12 pontos percentuais acima da meta programada para 2017. Dentre as ações que mais impactaram neste resultado, estão os investimentos nos equipamentos das IES públicas estaduais, por meio do estabelecimento de relações mais sustentadas entre a universidade e a sociedade. Destaca-se, ainda, a expansão da Universidade Aberta do Brasil (UAB), com cursos de graduação e pós-graduação *lato sensu* ofertados a distância, beneficiando os municípios de baixo IDH e contribuindo para a expansão do Ensino Superior em regiões de vulnerabilidade.

O valor realizado em 2017 pelo indicador "Produção acadêmica publicada" ainda não corresponde à totalidade do período, uma vez que os Relatórios de Gestão das Universidades de 2017 deverão ser disponibilizados a partir de março de 2018. Dessa forma, ainda há uma perspectiva de que o número de produções publicadas se aproxime da meta estabelecida para o ano, bem como da média dos últimos anos da série histórica. Dentre as ações que contribuem para o desempenho do indicador, destacam-se a ampliação no número de cursos de mestrado e doutorado, o apoio técnico e financeiro às pesquisas, o apoio técnico e financeiro à produção de livros de professores e alunos e à publicação da produção científica de professores em revistas indexadas, e, especialmente, o incremento na concessão de bolsas de pós-graduação pelas instituições de fomento à pesquisa, particularmente Capes e Funcap.

O indicador "Taxa de sucesso na graduação" fornece o percentual de alunos que concluem o curso no tempo de duração padrão previsto. No geral, as matrículas nos cursos de graduação nas instituições de Educação Superior públicas atuantes no Ceará apresentaram um comportamento equilibrado nos anos em análise. Apesar do atraso do calendário acadêmico pela ocorrência de greves em algumas universidades, o indicador não apresentou variações de queda ao longo do período.

PROGRAMAS TEMÁTICOS DO ENSINO SUPERIOR

Para que o Governo pudesse apresentar o desempenho observado nos indicadores relacionados acima, as ações finalísticas referentes a este tema estratégico foram desenvolvidas por meio do programa Gestão e Desenvolvimento da Educação Superior, utilizando, para tanto, um volume de recursos orçamentários da ordem de R$ 85,65 milhões.

PROGRAMA 071 – GESTÃO E DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO SUPERIOR

O Programa tem como objetivo elevar o nível de escolarização da população cearense, estruturando o Sistema Estadual de Educação Superior, em condições de ampliar a oferta de projetos de graduação e de pós-graduação e desenvolver pesquisas e atividades de extensão direcionadas às demandas sociais, tendo como público-alvo instituições de Ensino Superior, comunidades acadêmicas, agências de fomento e organizações de formação tecnológica.

Este programa possui as seguintes iniciativas prioritárias, cujo desempenho físico de seus produtos principais pode ser observado na tabela abaixo:

Iniciativas Prioritárias	Produto	Unidade de Medida	Programado 2017	Realizado 2017(*)
Ampliação do acesso da população ao Sistema Estadual de Educação Superior da População	Vaga ofertada	unidade	9.013	9.564
Ampliação da formação em pós-graduação *Stricto Sensu*	Bolsa concedida	unidade	1.690	1.597
Ampliação da formação em pós-graduação *Stricto Sensu*	Vaga ofertada	unidade	1.026	2.924
Melhoria da estrutura das instituições de Ensino Superior	Universidade estruturada	unidade	8	5
Manutenção da oferta dos serviços de Educação Superior de qualidade à sociedade	Universidade mantida	unidade	14	14
Ampliação da assistência estudantil, em especial aos alunos em vulnerabilidade social	Aluno beneficiado	unidade	3.630	3.048
Ampliação das ações de extensão das IES Estaduais	Pessoa beneficiada	unidade	238.067	53.201

Fonte: Sistema Integrado de Monitoramento e Avaliação (Sima). (*) Dados preliminares sujeitos a revisão.

PRINCIPAIS REALIZAÇÕES:

• Oferta de 9.564 vagas nos cursos de graduação pelas Instituições de Ensino Superior (IES) Estaduais, beneficiando a população das 14 regiões, sendo 7.814 presencial e 1.750 na modalidade a distância (EaD).

• Oferta de 2.924 vagas nos cursos de pós-graduação *stricto sensu* pelas IES Estaduais.

• Realização, em parceria com a Universidade Federal do Ceará (UFC), do II Seminário de Integração dos Polos do Sistema Universidade Aberta do Brasil (UAB).

• Premiação de reconhecimento às IES que obtiveram nota máxima pela Capes nos cursos *stricto sensu* e nos cursos de graduação pelo Exame Nacional de Avaliação de Desempenho dos Estudantes (Enade).

• Criação de 280 grupos de pesquisa desenvolvidos nas IES Estaduais.

• Publicação de 5.402 produções acadêmicas nas IES Estaduais.

• Concessão de 1.624 bolsas de pós-graduação *stricto sensu*, sendo 710 de Iniciação Científica e Tecnológica, 489 de Mestrado e 425 de Doutorado.

• Realização de melhorias em cinco *campi* das IES Estaduais: reforma e ampliação do biotério e reforma do prédio do Programa de Pós-graduação em Ciências Veterinárias/ FAVET da UECE; reforma do Salão de Atos da URCA; conclusão das obras do restaurante universitário, aquisição de equipamentos e mobiliários para a residência universitária, atualização dos acervos bibliográficos e aquisição de veículo para aulas de campo e transporte para a Fazenda Experimental da UVA.

• Aquisição de equipamentos de TI para interligar o Campus Multi-institucional Humberto Teixeira, na cidade de Iguatu, ao Cinturão Digital.

• Atendimento a 3.048 alunos matriculados nos cursos de graduação das IES Estaduais, com ações de Assistência Estudantil, por meio de Bolsas de Estágio e Auxílio Alimentação.

• Atendimento a 53.201 pessoas, por meio das ações de extensão universitária desenvolvidas pelas IES Estaduais.

• Atendimento a 9.034 pessoas, com as ações implementadas pelo Geopark Araripe.

• Aprovação pela Capes do Mestrado em Educação Profissional, que faz parte do Programa de Pós-graduação – Mestrado Profissional da URCA.

• Oferta de 18 vagas, por meio do Programa de Residência Multiprofissional em Saúde Coletiva, para profissionais de saúde, nas categorias: Enfermagem, Educação Física, Biologia, Fisioterapia, Nutrição e Farmácia.

• Oferta de 20 vagas para o Mestrado Profissional em Saúde da Família, através da participação na Rede Nordeste de Formação em Saúde da Família (Renasf).

• Aprovação do Mestrado Profissional em Matemática, em associação com a Rede Nacional Profissionalizante de Matemática (Profmat), com sede no *campus* Crajubar, em Juazeiro do Norte.

• Regulamentação do Sistema de Cotas Sociais e Étnico-raciais no âmbito do ensino da graduação pela URCA.

• Realização do Evento Regional Nordeste da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (SBPC).

TEMA – CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INOVAÇÃO

A produção do conhecimento científico acompanhou a trajetória do desenvolvimento social e, a cada momento da história, até a atualidade, iluminou as necessidades humanas na resolução das suas necessidades concretas e na elucidação das manifestações mitológicas e míticas. A atividade da pesquisa científica é um instrumento indispensável para a formação da inteligência necessária à busca do êxito das nações e dos povos.

O princípio é, portanto, o reconhecimento do valor da ciência para a sociedade e a afirmação do empenho em fomentar o seu desenvolvimento em nosso Estado.

Todavia, o conhecimento científico, sua utilização por meio da tecnologia e seu efeito na produção de riquezas pela via da inovação superam-se e ocupam posição tão central nas estruturas econômicas das sociedades do século XXI quanto aquelas que, na vanguarda do desenvolvimento, são descritas como "sociedades do conhecimento".

O instrumento pelo qual o conhecimento exerce o seu impacto na economia é a inovação, que consiste na possibilidade de transformação do conhecimento em riqueza e desenvolvimento econômico-social. Ou seja, pode apresentar-se como efetiva apropriação dos benefícios do conhecimento pela sociedade. Por outro lado, a inovação é o *locus* do encontro do setor produtivo com sua produção científica. Esse encontro será patrocinado pela mediação do Estado, mediante uma política consistente de Ciência, Tecnologia e Inovação.

A grande tarefa para a implementação dessa política é a construção de um sistema de inovação para o Estado do Ceará, centro da estratégia de desenvolvimento. Para tanto, deve ser concebido de forma ampla, contemplando a pesquisa básica, sua aplicação no setor produtivo e a qualificação profissional propiciada pelos institutos técnicos, instituições de ensino profissionalizante, de Ensino Superior, até as pós-graduações, mestrados e doutorados.

Os governos Estadual e Federal já possuem um bom lastro de realizações com esse conteúdo, avançando-se bastante no sentido

da interiorização do sistema.

O resultado esperado neste tema estratégico é a geração de riqueza e desenvolvimento econômico, social e ambiental apoiado no Sistema Estadual de Inovação, na produção e difusão científica e tecnológica. O desempenho dos indicadores que medem o alcance do referido resultado pode ser observado na tabela abaixo:

Indicadores Temáticos – 2014-2017

Indicador	Unidade de Medida	2014	2015	2016	2017	
					Prog.	Real.(*)
Número de bolsas no setor produtivo apoiado	nº	-	-	1.690	1.597	1.659
Número de depósitos de propriedade intelectual	nº	5	25	14	47	28
Número de empresas atendidas com serviços e inovações	nº	1.024	248	888	1.100	630
Número de empresas graduadas	nº	54	54	14	54	45
Número de empresas incubadas	nº	25	28	20	32	19
Percentual de investimentos em ciência, tecnologia e inovação em relação ao PIB Estadual	%	0,02	0,03	0,25	0,01	ND[1]
Percentual de domicílios com acesso à Internet por Banda Larga Fixa (coluna densidade-acessos por 100 hab)	%	21,35	22,01	21,37	22,5	24,65

Fonte: Secitece/Seplag. (*) Dados preliminares sujeitos a revisão. [1] Dado ainda não disponível pelas fontes oficiais de pesquisa.

O indicador "Número de bolsas no setor produtivo apoiado" iniciou sua mensuração em 2016 e representa o total de bolsas concedidas nas modalidades iniciação científica, mestrado, doutorado e pesquisador com pós-doutorado, direcionados a projetos realizados nas empresas em colaboração com as Instituições de Pesquisa Científica e Tecnológica (ICTs), refletindo o apoio dado pelo Governo ao setor produtivo para promoção e aumento das atividades de inovação, competitividade das empresas e da economia do Estado. Ressalta-se que, no ano de 2017, o Governo lançou o Programa InovaFIT, visando o estímulo e a colaboração entre o setor empresarial e a pesquisa científica, o que contribuiu para um desempenho acima da meta estabelecida para 2017.

O indicador "Número de depósitos de propriedade intelectual" mede a quantidade de tecnologias que possuem real possibilidade de chegar à sociedade, gerando renda em toda a cadeia do desenvolvimento. Os pedidos de patentes são apoiados pela Rede de Núcleos de Inovação Tecnológica (Redenit), que, após o estudo de sua patenteabilidade, são encaminhados ao Instituto Nacional de Propriedade Intelectual (INPI) para análise e emissão de carta-patente, quando aprovados. Sendo esse um processo demorado (em torno de 18 meses). Em 2017, foram realizados 28 pedidos, sendo seis de registro de marcas, seis de software e 16 de pedidos de registro de patentes.

Considerando o período analisado, observa-se uma instabilidade na série histórica, com números ainda discretos para o porte da economia cearense. Apesar da contenção de gastos no cenário federal, o Estado do Ceará empenha-se no apoio às ações de Ciência, Tecnologia e Inovação, o que se reflete no resultado de 2017, quando o número de depósitos de propriedade intelectual duplicou, comparativamente ao ano anterior. O número de pedidos de patentes solicitados é um indicativo do nível de inovação e do esforço de investimento do Governo.

O indicador "Número de empresas atendidas com serviços e inovações" mede a quantidade de empresas atendidas com a melhoria de processos, produtos, serviços e/ou o

desenvolvimento de conhecimentos e informações. A série histórica aponta um decréscimo em torno 38,47%, levando-se em consideração os anos extremos, 2014 e 2017. Ainda em 2014, dois grandes programas apoiados pelo Governo, Peiex e Sibratec, alavancaram os números do indicador. A partir de sua conclusão, houve um decréscimo expressivo em 2015, porém, com incentivo do Governo do Estado, inicia-se uma recuperação por meio do lançamento de novos editais voltados para inovação nas empresas, pela modernização dos laboratórios da Fundação Núcleo de Tecnologia Industrial do Ceará (Nutec) e, ainda, pela reestruturação da Incubadora de Empresas da Universidade Estadual do Ceará (IncubaUece).

Ressalta-se também a implementação recente das ações voltadas à melhoria de processos, produtos e serviços e/ou ao desenvolvimento de inovações tecnológicas com recursos do Fundo de Inovação Tecnológica (FIT), direcionadas para pequenas, médias e grandes empresas, com o objetivo de ampliar e estimular a criação de projetos inovadores nas empresas.

O indicador "Número de empresas graduadas" computa a quantidade de empresas que passaram por todas as fases de processo de incubação e estão aptas para atuar no mercado de forma competitiva. Observa-se que a série histórica, embora apresente um decréscimo de 16,67% entre seus extremos, mostra um crescimento do indicador no último ano, sinalizando uma possível retomada dos investimentos nessa área. A incidência do fenômeno empreendedorismo nas empresas, aliado à capacidade de gestão, apresenta-se como uma característica imprescindível na atualidade para se alcançar o sucesso em um negócio.

O indicador "Número de empresas incubadas" consiste em medir o número de empresas que tiveram estímulo e apoio nos processos de geração, consolidação e expansão de micro, pequenas e médias empresas inovadoras. Observa-se a mudança na dinâmica mundial, cuja manifestação mais explícita relaciona-se à ocorrência de grande número de inovações. O Estado do Ceará vem incentivando o desenvolvimento tecnológico por meio da Rede de Incubadoras de Empresas do Ceará (RIC), avançando para um Ceará mais produtivo e inovador. O indicador apresenta 19 empresas incubadas no ano de 2017, incentivando a competitividade e qualidade de seus produtos. A série histórica apresenta uma leve variação decrescente inerente ao processo da incubação.

O Indicador "Percentual de investimentos em ciência, tecnologia e inovação em relação ao PIB estadual" contabiliza quanto o governo tem destinado à pesquisa, inovação e formação de recursos humanos para o desenvolvimento da ciência, tecnologia e inovação do Estado. O período analisado refere-se aos anos de 2014 a 2017, não podendo mensurar o índice do ano de 2017 por indisponibilidade do PIB. A superação do subdesenvolvimento demanda, dentre outras iniciativas, investimentos substanciais, tanto do setor público, quanto do privado, em Pesquisa e Desenvolvimento (P&D), e na ampliação da formação de recursos humanos voltados à Ciência, Tecnologia e Inovação (CT&I). Destaca-se o percentual de investimentos do último ano analisado em que, apesar do contingenciamento dos recursos federais, alcançou uma taxa de investimento de 0,25 em relação ao PIB, contribuindo para tornar o Estado do Ceará mais competitivo e desenvolvido.

O percentual de 24,65% alcançado em 2017, baseado na última publicação disponibilizada pela Agência Nacional de Telecomunicações (Anatel), indica um expressivo incremento na densidade de domicílios com acesso à Internet por meio de banda larga no Estado. Para efeito

de comparação, o resultado obtido em 2016 foi de 21,37%.

Este bom resultado demonstra que todo o investimento realizado em infraestrutura de fibra óptica implantada em mais de 100 municípios do Estado do Ceará, combinado com as ações de fomento e envolvimento de provedores locais, começa a dar frutos, possibilitando que mais e mais cidadãos possam ter acesso à internet de qualidade e bom desempenho. Vale ressaltar que o percentual atingido pelo Ceará é muito superior à média do Nordeste, que atualmente é de 19,07%.

PROGRAMAS TEMÁTICOS DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INOVAÇÃO

Para que o Governo pudesse apresentar o desempenho observado nos indicadores relacionados acima, as ações finalísticas referentes a este tema estratégico foram desenvolvidas por meio dos programas: Desenvolvimento da Produção Científica, da Difusão Tecnológica, e da Cultura de Inovação; e Tecnologia da Informação e Comunicação Estratégica do Ceará. Para tanto, foi utilizado um volume de recursos orçamentários da ordem de R$ 68,42 milhões.

PROGRAMA 061 – DESENVOLVIMENTO DA PRODUÇÃO CIENTÍFICA, DA DIFUSÃO TECNOLÓGICA, E DA CULTURA DE INOVAÇÃO

O Programa tem como objetivo promover a pesquisa, inovação e difusão científica e tecnológica para o desenvolvimento econômico, social e ambiental do Estado do Ceará, tendo como público-alvo: estudantes, professores, pesquisadores, incubadoras, empresas, empreendedores, cadeias produtivas, associações e cooperativas.

Este programa possui as seguintes iniciativas prioritárias, cujo desempenho físico de seus produtos principais pode ser observado na tabela abaixo:

Iniciativas Prioritárias	Produto	Unidade de Medida	Programado 2017	Realizado 2017(*)
Promoção de ações voltadas à consolidação do Sistema de Ciência, Tecnologia e Inovação do Estado do Ceará	Plano elaborado	unidade	1	1
Melhoria da estrutura das unidades de serviços em Ciência, Tecnologia e Inovação (CT&I)	Unidade de CT&I estruturada	unidade	4	1
Ampliação da formação e qualificação profissional em Ciência, Tecnologia e Inovação	Pessoa capacitada	unidade	185	400
Difusão, popularização e interiorização da Ciência, Tecnologia e Inovação	Evento realizado	unidade	35	27
Ampliação do fomento à pesquisa científica, tecnológica e de inovação	Projeto apoiado	unidade	23	22
Ampliação da assistência tecnológica aos setores produtivos	Arranjo Produtivo apoiado	unidade	40	3
Apoio à geração e ampliação de energias renováveis	Projeto apoiado	unidade	3	6

Fonte: Sistema Integrado de Monitoramento e Avaliação (Sima). (*) Dados preliminares sujeitos a revisão.

PRINCIPAIS REALIZAÇÕES:

• Conclusão do estudo de viabilidade do Parque Tecnológico do Estado do Ceará.

• Entrega do Plano de Ciência, Tecnologia e Inovação 2018–2026 para a sociedade cearense.

• Conclusão do Projeto de criação do Observatório de Ciência, Tecnologia e Inovação.

• Realização da I Feira do Conhecimento do Estado do Ceará, atendendo diretamente 15 mil visitantes.

• Apoio a 400 novos empreendedores para o desenvolvimento de novas *startups* de base tecnológica através do Programa Corredores Digitais.

• Implantação de 20 centros de apoio à inovação tecnológica, assessorando as *startups* de forma a conectá-las com possíveis investidores.

• Realização de Bootcamp para modelagem de negócio de 100 *startups* selecionadas pelo Programa Corredores Digitais.

• Capacitação de 400 jovens empreendedores em modelagem de negócio.

• Articulação para realização da maior competição de soluções de tecnologia do mundo – Imagine Cup, realizada pela Microsoft, com participação de 15 times selecionados, sendo três times de instituições de ensino superior cearense (UFC, Unifor e Farias Brito).

• Atração do Centro de Inovação da Microsoft para o Estado do Ceará, em parceria com a Faculdade Farias Brito e a Indústria M. Dias Branco.

• Implantação de um ambiente de inovação IncubaWorking no Centro de Fortaleza, para atender empresas cearenses, possibilitando sua aceleração e consolidação no mercado.

• Realização de 27 eventos voltados à popularização, difusão e interiorização da Ciência, Tecnologia e Inovação (CT&I) e ao empreendedorismo.

• Apoio ao desenvolvimento de agricultura familiar no setor da Cajucultura, por meio do Projeto Intercaju, em 15 comunidades das regiões do Litoral Norte e Maciço de Baturité, através de aquisição de máquinas e equipamentos, consultorias, cursos e oficinas, beneficiando 274 famílias.

• Atração da 2ª Turma do Curso de Mestrado Profissional em Segurança de Aviação e Aeronavegabilidade Continuada, com 50 vagas ofertadas.

• Apoio a 22 projetos voltados à inovação por meio do Edital Inovafit.

• Apoio a 110 projetos, sendo: 71 decorrentes do Programa de Pesquisa para o SUS-PPSUS, em parceria com o CNPq; 19 no Programa de Apoio a Núcleos de Excelência (Pronex); 3 no Programa de Desenvolvimento Científico e Tecnológico Regional (DCR); 16 no Programa de Apoio a Núcleos Emergentes (Pronem), e um projeto em parceria com o *Institut National de Recherche en Informatique et en Automatique (Inria)* e o *Centre National de la Recherche Scientifique (CNRS)*, por meio do *Institut des Sciences de l'Information et de leurs Interactions (INS2I)*, dois dos maiores institutos de pesquisa da França na área de tecnologia da informação e da comunicação.

• Implantação do Laboratório de Resíduos Sólidos e Efluentes.

• Realização de 40.070 serviços tecnológicos nos laboratórios de tecnologia industrial.

• Incubação de cinco novas empresas de base tecnológica, por meio da Incubadora do Parque Tecnológico do Nutec (Partec).

• Efetivação de 28 depósitos de propriedade intelectual, sendo 16 pedidos de registro de depósito de patente, 6 de Software e 6 pedidos de marcas.

• Apoio a seis projetos na área de energias renováveis.

• Instalação de uma "Árvore Fotovoltaica"

para bicicletas elétricas, em parceria com a empresa Associada – Eco Soluções em Energia, instalada na UECE.

PROGRAMA 063 – TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO ESTRATÉGICA DO CEARÁ

O Programa tem como objetivo promover o acesso de qualidade à informação digital, fomentando o desenvolvimento socioeconômico e incrementando a inclusão digital da população, tendo como público-alvo órgãos e entidades governamentais, instituições privadas e a população cearense.

PRINCIPAIS REALIZAÇÕES:

• Realização da pesquisa de satisfação dos clientes no segundo semestre de 2017, quando foram avaliados os vários serviços de Tecnologia da Informação ofertados pelo Governo, bem como o atendimento e o nível de relacionamento com os clientes, com resultado de 8,43 em uma escala de 0 a 10.

• Interligação de 19 novos municípios ao Cinturão Digital do Ceará (CDC): Araripe, Campos Sales, Senador Pompeu, Varjota, Aquiraz, Hidrolândia, Pentecoste, Barreira, Umirim, Baturité, Eusébio, Tabuleiro do Norte, Jaguaruana, Paracuru, Paraipaba, Ipú, Pacoti, Santa Quitéria e São Benedito.

• Manutenção e gerenciamento do CDC, com a parceria de empresas contratadas para manutenção de fibra óptica, de enlaces de rádios, torres e mastros, bem como do Sistema DWDM.

TEMA – CULTURA

A Cultura é um dos traços definidores do ser humano. É identidade, é pensamento, é criatividade, é expressão, é sentimento de pertença e de reconhecimento, definindo aspectos fundamentais da estruturação das sociedades e constituindo-se na fotografia do perfil civilizatório e nas nuances de um povo e de uma nação.

O conceito contemporâneo, orientado para o campo da Economia da Cultura, abraça noções de economia cultural, economia criativa e também da economia do conhecimento. Do ponto de vista antropológico, envolve as linguagens artísticas e as ações, a fala, a brincadeira, os sonhos, entre outros.

A Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura – UNESCO adota uma definição adequada ao planejamento de políticas culturais: "o campo cultural é composto de atividades humanas e produtivas, cuja razão consiste na criação, interpretação, expressão, transmissão, preservação, investigação e gestão de conteúdos simbólicos".

Assegurado pela Constituição Federal de 1988, no mesmo patamar de outros direitos essenciais, o direito à cultura é uma prerrogativa da cidadania para cuja concretização o Poder Público tem um importante papel. É missão do Estado contribuir para o pleno exercício dos direitos culturais pela população, garantindo democratização do acesso aos bens e serviços culturais, reconhecendo e apoiando práticas e expressões culturais, possibilitando a permanência e a ampliação da diversidade cultural cearense.

O Ceará comemorou, em 2016, os 50 anos de sua Secretaria da Cultura, a primeira de todo o Brasil, confirmando o espírito pioneiro,

inovador e inventivo do cearense. O tema Cultura se destaca na agenda do Governo do Estado, a partir de cinco novas percepções:

• A percepção simbólica, que consiste em mobilizar e encantar as pessoas em sua diversidade cultural cearense como elemento de autoestima, empoderamento, pertencimento e crença no futuro, a partir da valorização de suas próprias culturas e expressões artísticas.

• A percepção política, que implica inserir a cultura na agenda social, política e institucional do Governo.

• A percepção econômica, alinhada em reconhecer o papel da cultura como vetor de desenvolvimento econômico, dinamizando vocações, arranjos e o empreendedorismo cultural criativo na geração de trabalho, distribuição de renda e no desenvolvimento sustentável do Estado.

• A percepção urbana, voltada para beneficiar os municípios com programação cultural e infraestrutura de equipamentos na requalificação urbana, no convívio e no restabelecimento da confiança social da população cearense.

• A percepção da transversalidade da cultura, posicionando-a como vetor de transformação nas ações estratégicas do Governo, qualificando programas e equipamentos de outras pastas em ambientes de inovação, criação, produção e de mudança cultural para uma sociedade do conhecimento.

A defesa das percepções que fundamentam as ações da cultura implica em desenvolvimento e qualificação daquilo que é primordial na política cultural: o acesso aos bens e serviços culturais, o fomento à criação e circulação das artes e a promoção da memória e do patrimônio cultural. Destacar o Ceará como uma sociedade do conhecimento consiste em situá-lo como um Estado da Cultura. Um Estado que, ao mesmo tempo em que celebra os 50 anos da Secult, posiciona o tema Cultura como política central para o desenvolvimento inovador, criativo, sustentável e humano do Ceará e de sua gente, com grande potencial gerador de ocupações e emprego.

O resultado esperado neste tema estratégico é a cultura cearense valorizada em sua transversalidade e diversidade. O desempenho dos indicadores que medem o alcance do referido resultado pode ser observado na tabela abaixo.

Indicadores Temáticos – 2014-2017

Indicador	Unidade de Medida	2014	2015	2016	2017	
					Prog.	Real.(*)
Índice de acesso a bens e serviços culturais	%	17,95	20,25	24,3	26,70	22,20
Percentual de municípios beneficiados com equipamentos culturais	%	72,83	72,83	74,46	73,91	74,46
Percentual de municípios com Sistema Municipal da Cultura implantado	%	66,8	66,85	66,85	73,37	78,26

Fonte: Secult. (*) Dados preliminares sujeitos a revisão.

Com relação ao "Índice de acesso a bens e serviços culturais", este registrou, em 2017, o percentual de 22,20%, onde o número total de acessos foi de 1.876.587 de pessoas. Considerando os 24,3% apresentados em 2016, o indicador teve uma queda de 2,17 pontos percentuais. Essa involução foi motivada pelo fato de parte dos equipamentos culturais estaduais estarem em reforma: o anexo do Theatro José de Alencar paralisou as atividades no primeiro semestre até reabertura para o público; o Arquivo Público

e o Museu da Imagem e do Som (MIS) passam por ampla reforma, com atividades restritas ao longo do ano; e a Casa Juvenal Galeno passou também por obras de manutenção no primeiro semestre. Essas reformas, além da manutenção, qualificam esses espaços para uma melhor democratização da política pública de cultura, demonstrada pelo crescente número de pessoas que foram usufrutuárias da programação ofertada pela rede de equipamentos da Cultura.

O "Percentual de municípios beneficiados com equipamentos culturais" demonstra a forma como estão distribuídos esses equipamentos entre os 184 municípios das 14 regiões de planejamento do Estado. A importância dos equipamentos culturais é o fato de que, além de ofertarem programação artístico-cultural, 50% são tombados pelo patrimônio cultural. Há ainda os espaços culturais mantidos em parceria com a Secult.

Em 2017, verifica-se que o valor referente a este indicador manteve-se igual a 2016, devido à não entrega de novos equipamentos, apenas com a requalificação dos existentes. Entretanto, para o ano de 2018, há uma perspectiva de crescimento devido à concretização dos repasses de recursos para o projeto Escolas da Cultura e a entrega para a sociedade de pelo menos cinco salas de cinema em cinco municípios.

O indicador "Percentual de municípios com Sistema Municipal da Cultura implantado" apresentou, em 2017, uma evolução de 66,85% para 78,26%, devido ao acréscimo de mais 21 municípios ao Sistema Nacional de Cultura (SNC/MinC), como também pelas ações de fortalecimento do sistema estadual e municipal, atrelado ao fato da aprovação do Plano Estadual da Cultura, que traçou diretrizes e impactou no bom desempenho do indicador.

PROGRAMAS TEMÁTICOS DA CULTURA

Para que o Governo pudesse apresentar o desempenho observado nos indicadores relacionados acima, as ações finalísticas referentes a este tema estratégico foram desenvolvidas por meio dos programas: Promoção do Acesso e Fomento à Produção e Difusão da Cultura Cearense; Preservação e Promoção da Memória e do Patrimônio Cultural Cearense; e Fortalecimento do Sistema Estadual de Cultura do Ceará. Para tanto, foi utilizado um volume de recursos orçamentários da ordem de R$ 83,10 milhões.

PROGRAMA 044 – PROMOÇÃO DO ACESSO E FOMENTO À PRODUÇÃO E DIFUSÃO DA CULTURA CEARENSE

O Programa tem como objetivo democratizar o acesso aos bens, serviços e o uso de equipamentos e espaços culturais, bem como fomentar os processos de criação, produção, difusão, formação, pesquisa, intercâmbio e fruição das expressões artísticas e culturais cearenses, com ênfase nas políticas afirmativas e de acessibilidade para promoção da cidadania cultural e desenvolvimento da economia da cultura no Estado, tendo como públicos-alvo profissionais, artistas, produtores, grupos, coletivos e realizadores que compõem as cadeias criativa, produtiva e mediadora das diversas linguagens artísticas e dos segmentos do campo cultural, povos e comunidades tradicionais, estudantes e arte-educadores, gestores públicos e privados, investigadores e pesquisadores e a população em geral.

Este programa possui as seguintes iniciativas prioritárias, cujo desempenho físico de seus produtos principais pode ser observado na tabela abaixo:

Iniciativas Prioritárias	Produto	Unidade de Medida	Programado 2017	Realizado 2017(*)
Ampliação das ações culturais na linguagem da música	Projeto Cultural apoiado	unidade	29	393
Ampliação das ações culturais na linguagem da dança	Projeto Cultural apoiado	unidade	24	110
Ampliação das ações culturais na linguagem da literatura	Projeto Cultural apoiado	unidade	26	122
Difusão e intercâmbio da arte e cultura cearenses nos cenários regional, nacional e internacional	Projeto Cultural apoiado	unidade	29	0
Expansão da Rede de Pontos de Cultura	Projeto Cultural apoiado	unidade	99	57
Ampliação da oferta de infraestrutura de acesso às ações culturais nas diversas linguagens	Equipamento Cultural implantado	unidade	15	0
Melhoria da infraestrutura de acesso às ações culturais nas diversas linguagens	Equipamento Cultural reformado	unidade	7	7
Ampliar o fomento às ações culturais e apoio a projetos culturais, previsto pela Lei 13.811	Projeto Cultural apoiado	unidade	262	265

Fonte: Sistema Integrado de Monitoramento e Avaliação (Sima). (*) Dados preliminares sujeitos a revisão.

PRINCIPAIS REALIZAÇÕES:

• Realização da XII Bienal Internacional do Livro do Ceará, com o tema “Cada pessoa, um livro; o mundo, a biblioteca” com público com mais de 450 mil pessoas. O evento gerou 3.100 empregos diretos e indiretos, com 350 editoras presentes, trazendo à Bienal cerca de 80 mil títulos. A movimentação financeira estimada é de R$ 5 milhões, montante avaliado como bastante positivo.

• Realização do XIII Festival Música da Ibiapaba, com 67 oficinas de formação em música, capacitação de 600 pessoas, dentre as quais 400 estudantes das escolas públicas. Além disso, a realização de shows, que contabilizaram o acesso a atividades de música para aproximadamente 14.816 pessoas.

• Realização de 747 ações artísticas e culturais no Centro Cultural Dragão do Mar, com um público geral de 1.041.918 pessoas, com destaque para o Maloca Dragão, que reuniu um total de 452.875 pessoas.

• Realização de 698 ações culturais no Cineteatro São Luiz, com programação diversificada, das quais 530 são na linguagem audiovisual, ultrapassando o número de 164 mil espectadores e a marca de 39 mil estudantes atendidos no projeto Escola no Cinema.

• Realização de 82 ações culturais na linguagem da música, 22 na linguagem de teatro e 11 na de humor, dentre outras.

• Realização de 323 ações culturais na Escola Porto Iracema das Artes, com público de 15.724 pessoas, sendo 118 ações formativas, capacitando 4.506 pessoas.

• Realização de 71 ações culturais no Centro Cultural Bom Jardim, com um público total de 26.642 pessoas, dentre as quais se destacam 26 ações de formação nas linguagens da dança, teatro, literatura e circo, envolvendo um público de 5.678 pessoas.

• Realização de 55 ações culturais na Escola de Artes e Ofícios Thomaz Pompeu Sobrinho, com 4.676 pessoas.

• Realização de 58 ações culturais na Vila da Música, no Crato, para um público de 5.064 pessoas, com destaque para 37 ações de formação nas linguagens da música, capacitando 1.659 pessoas, entre jovens, adultos e idosos.

• Realização de 406 ações culturais no Theatro José de Alencar, notadamente nas linguagens de teatro, música, dança e artes visuais, dentre outras, para um público de 105.694 pessoas.

• Realização de 84 ações culturais na Biblioteca Pública Espaço Estação, para um público de 1.925 pessoas.

• Realização de 85 ações culturais no Sobrado Dr. José Lourenço, especialmente na linguagem das artes visuais, literatura e artes integradas, registrando um público de 9.753 pessoas.

• Realização de 352 ações culturais na Casa de Juvenal Galeno, para um público de 15.678 pessoas, com ênfase nas ações nas linguagens de literatura, teatro, música, audiovisual e artes integradas.

• Realização de 26 ações culturais no Museu do Ceará, para um público de 6.498 pessoas, com ênfase nas ações nas linguagens do patrimônio.

• Oferta de estágios para 10 alunos do Curso Técnico em Guia de Turismo/Hospedagem das Escolas Estaduais de Educação Profissional de Aquiraz e Cascavel.

• Realização de 7 ações culturais no Museu da Imagem e do Som (MIS), para um público de 425 pessoas.

• Apoio à execução de 22 projetos do X Edital de Incentivo às Artes, dentre os quais se destacam as seguintes linguagens: artes visuais (oito), teatro (quatro) música (três), dança (dois), literatura (três), circo (um), além de um projeto de fotografia no "Prêmio Chico Albuquerque".

• Apoio à produção de 8 projetos, selecionados por meio do I Edital de Apoio a Projetos Culturais de Demanda Espontânea, que movimentaram a economia dos municípios de Aquiraz, Aracati, Barbalha, Fortaleza, Guaramiranga e Maracanaú.

• Apoio à produção de 53 projetos, por meio do XI Edital Carnaval do Ceará 2017, com destaque para os projetos de maracatu, escolas de samba, blocos, cordões e afoxés, contemplando 21 municípios.

• Apoio à execução de 38 projetos, por meio do XIII Edital Ceará da Paixão 2017, com ações relacionadas às tradições regionais cearenses, sendo 20 projetos na capital e 18 em cidades do interior do Estado.

• Apoio à produção de 115 projetos, por meio do XIX Edital Ceará Junino – 2017, todos relacionados às tradições regionais cearenses voltadas para os festejos juninos em 46 municípios.

• Apoio à produção de 41 projetos, por meio do XIII Edital Ceará Natal de Luz 2017, sendo 20 em cidades do interior do Estado, 20 na capital e a realização da Mostra Estadual Ceará Natal de Luz, com a participação de 20 grupos de tradição natalina.

• Apoio à execução de 18 projetos, por meio do IX Edital Mecenas do Ceará, contemplando quatro municípios, abrangendo as linguagens da música, artes integradas, teatro, literatura e audiovisual.

PROGRAMA 045 – PRESERVAÇÃO E PROMOÇÃO DA MEMÓRIA E DO PATRIMÔNIO CULTURAL CEARENSE

O Programa tem como objetivo preservar, restaurar, ampliar e difundir a memória e o conjunto dos bens móveis/acervos e imóveis do patrimônio material e imaterial de interesse histórico e artístico-cultural

cearense, para o fortalecimento de suas expressões e manifestações de identidades e de diversidade cultural, tendo como públicos-alvo mestres da cultura tradicional popular, grupos tradicionais populares, artistas e produtores culturais, gestores municipais e de equipamentos culturais, e a população em geral.

Este programa possui as seguintes iniciativas prioritárias, cujo desempenho físico de seus produtos principais pode ser observado na tabela abaixo:

Iniciativas Prioritárias	Produto	Unidade de Medida	Programado 2017	Realizado 2017(*)
Preservação e restauração dos bens imóveis do patrimônio de interesse histórico, artístico-cultural do Estado	Equipamento Cultural reformado	unidade	5	5
Apoio à pesquisa, investigação e produção de conteúdos sobre o patrimônio cultural material e imaterial	Estudo e Pesquisa realizados	unidade	6	3
Promoção da conexão de saberes e fazeres patrimoniais	Evento realizado	unidade	1	1

Fonte: Sistema Integrado de Monitoramento e Avaliação (Sima). (*) Dados preliminares sujeitos a revisão.

PRINCIPAIS REALIZAÇÕES:

• Realização da XI edição do Encontro Mestres do Mundo do Ceará. Reunindo um total de 56 mestres e mestras, bem como integrantes dos seus grupos de cultura popular; participaram das rodas de saberes e das apresentações mais de 8.000 pessoas.

• Apoio a 3 projetos de pesquisa, o Projeto "Memórias Reveladas: As Lutas Políticas no Ceará (1964-1985)"; o Projeto "Identificação, Organização e Descrição dos Documentos da Chefatura de Polícia da Província do Ceará (1826-1889)"; e o Projeto "Conheça o Arquivo Público do Estado do Ceará".

• Realização de obras e reformas de manutenção preventivas no Theatro José de Alencar, Museu da Imagem e do Som, Arquivo Público do Ceará, Arquivo Intermediário e Casa de Juvenal Galeno.

PROGRAMA 046 – FORTALECIMENTO DO SISTEMA ESTADUAL DE CULTURA DO CEARÁ

O Programa tem como objetivo fortalecer institucionalmente o Sistema Estadual da Cultura, com vistas à qualificação de sua gestão, implementação, monitoramento e avaliação, bem como o aprimoramento da cooperação com os órgãos municipais de cultura e a interação com os segmentos artísticos e culturais no Estado do Ceará, tendo como público-alvo gestores culturais dos setores público e privado e produtores culturais.

Este programa possui as seguintes iniciativas prioritárias, cujo desempenho físico de seus produtos principais pode ser observado na tabela abaixo:

Iniciativas Prioritárias	Produto	Unidade de Medida	Programado 2017	Realizado 2017(*)
Apoio aos processos participativos de discussão e construção da política de cultura	Evento realizado	unidade	2	2
Apoio à formação/capacitação em gestão e política cultural	Pessoa capacitada	unidade	150	116

Fonte: Sistema Integrado de Monitoramento e Avaliação (Sima). (*) Dados preliminares sujeitos a revisão.

PRINCIPAIS REALIZAÇÕES:

• Realização do I Encontro do Sistema Estadual de Cultura do Ceará, que resultou na retomada da articulação interinstitucional entre os municípios cearenses, na atualização dos dados cadastrais e dos respectivos Sistemas Municipais.

• Realização do Encontro DiCultura, que apresentou as ferramentas básicas para desenvolvimento de Sistemas Municipais de Cultura no Ceará, com o objetivo de orientar e sensibilizar os gestores para a importância da implantação dos Sistemas Municipais de Cultura.

• Realização de dois encontros da Regional Nordeste para Formação de Planos Municipais de Cultura em Ambiente de Aprendizagem a Distância, que capacitou 40 pessoas, em parceria com o Ministério da Cultura.

NOVAS IDEIAS NOS VAS CONQUISTAS

GOVERNO CEARÁ

EIXO VI – CEARÁ SAUDÁVEL >>

O Ceará Saudável contempla as políticas governamentais que enfatizam os pressupostos da cidadania, garantia de direitos, promoção da saúde, fortalecimento das ações comunitárias, criação de ambientes favoráveis, do desenvolvimento de habilidades pessoais e mudança de estilos de vida.

Voltados a este propósito, as ações do governo organizam-se em três temas estratégicos: Saúde, Esporte e Lazer, e Saneamento Básico, cujas principais realizações encontram-se elencadas a seguir.

TEMA – SAÚDE

O Governo do Estado reconhece o Sistema Único de Saúde (SUS) como um projeto político em permanente construção, que demanda entendimentos, articulações políticas e novos arranjos técnicos e institucionais. Nesse sentido, o Ceará Saudável prioriza o SUS por sua repercussão na qualidade de vida social e na construção cotidiana de um ambiente saudável.

O SUS apresenta princípios e diretrizes voltados para assegurar o acesso universal e igualitário às ações e aos serviços de saúde, proteção e atenção à população, com prioridade para os grupos sociais mais carentes, de forma a consolidar um modelo de Atenção Integral à Saúde.

Seu fundamento sociopolítico-institucional pressupõe uma rede de conselhos de saúde que garantam a participação da população, organizada por meio de representação das instâncias formais do SUS – conselhos e conferências de saúde.

Desta forma, na concepção do SUS, a população contribui na formulação, fiscalização e deliberação sobre as políticas de saúde.

O Governo apresenta, desse modo, um compromisso com o fortalecimento do SUS e das Regiões de Saúde, no sentido de integrar o planejamento, a organização e a prestação dos serviços, estimulando a adoção de metas avaliáveis e efetivo controle social, direcionando prioritariamente o financiamento para os serviços públicos de saúde.

Essa diretriz compreende avanços na implantação de Redes de Atenção à Saúde enquanto conjunto de ações e serviços articulados em níveis de complexidade crescente. Pressupõe a valorização dos trabalhadores da Saúde e a integralidade da atenção humanizada e da vigilância efetiva.

O resultado esperado neste tema estratégico é a população com saúde integral e de qualidade. O desempenho dos indicadores que medem o alcance do referido resultado pode ser observado na tabela abaixo:

Indicadores Temáticos – 2014-2017

Indicador	Unidade de Medida	2014	2015	2016	2017	
					Prog.	Real.(*)
Proporção de nascidos vivos de mães com sete ou mais consultas de pré-natal	%	63,30	67,00	68,80	65,00	69,59
Proporção de partos normais	%	42,20	43,30	42,40	43,10	43,40
Proporção de trabalhadores que atendem ao SUS com vínculos seguros	%	84,17	69,38	94,79	84,00	ND[1]
Taxa de incidência de sífilis congênita	por mil nascidos vivos	9,4	9,6	10,2	9,2	6,70
Taxa de mortalidade específica por dengue	por 100 mil habitantes	0,6	0,8	0,37	0,48	0,30
Número de óbitos específicos por leishmaniose visceral (calazar)	Nº	47	50	47	30	20
Taxa de mortalidade infantil neonatal	por mil nascidos vivos	8,6	8,6	8,8	8,34	9,22
Taxa de mortalidade por causas externas	por 100 mil habitantes	105,1	98,4	67,10	93,86	81,7
Taxa de mortalidade prematura (30 a 69 anos) por doenças crônicas não transmissíveis (DCNT)	por 100 mil habitantes	268,0	263,7	258,50	244,61	229,27
Trabalhadores capacitados e formados nos serviços de saúde	%	10,71	4,41	7,25	7,58	7,72

Fonte: Sesa. (*) Dados preliminares sujeitos a revisão. [1] Dado ainda não disponível pelas fontes oficiais de pesquisa.

As ações desenvolvidas para melhoria do indicador “Proporção de nascidos vivos de mães com sete ou mais consultas de pré-natal” integram o projeto QualificaAPSUS, que objetiva o processo de qualificação de profissionais de saúde, por meio de oficinas da Atenção Primária nos municípios, com foco no pré-natal e na estratificação de risco da gestante e da criança, como também a instituição de ações para a certificação dos municípios, através do selo de qualidade para a atenção primária e o lançamento da Linha Guia Nascer no Ceará, para gestantes e crianças menores de dois anos.

As ações desenvolvidas para a melhoria do indicador “Proporção de parto normal” contemplam os cursos de capacitação da enfermeira obstétrica, das boas práticas no parto e nascimento para profissionais das maternidades de referência e melhoria da ambiência das maternidades, com foco na humanização do parto. Entretanto o alto índice de cesárea na rede privada do Estado contribui para o não alcance do índice da meta pactuada.

As ações desenvolvidas para melhoria do indicador “Taxa de incidência de sífilis congênita” estão relacionadas à distribuição do teste rápido e do medicamento específico para o tratamento para os municípios. A inclusão do parceiro no tratamento é uma estratégia essencial para a redução dessa taxa.

O indicador “Taxa de mortalidade específica para dengue” registra redução para 0,3%, abaixo da meta programada para 2017 (0,48%). Observa-se uma redução em relação aos anos de 2015 (0,80%) e 2016 (0,37%). Ressalta-se que a estratégia do Plano Estadual de Vigilância e Controle das Arboviroses no Ceará, que define as ações de vigilância epidemiológica nos períodos epidêmicos e não epidêmicos no âmbito Estadual, Regional e Municipal, tem contribuído para diminuição dessa taxa.

O indicador “Número de óbitos específicos por leishmaniose visceral (calazar)” revela uma queda de 57,5% em relação aos óbitos por leishmaniose visceral de 2016, ou seja, uma redução de 27 óbitos. Portanto,

o indicador encontra-se de acordo com a meta programada. Ressalta-se que há um monitoramento constante desse indicador junto às coordenadorias regionais de saúde.

As ações desenvolvidas para melhoria do indicador "Taxa de mortalidade infantil neonatal" contemplam a capacitação dos profissionais para qualificação do pré-natal e estratificação de risco e elaboração de protocolos de atendimento da Atenção Primária, por meio do projeto QualificaAPSUS; lançamento da Linha Guia Nascer no Ceará, para gestantes e crianças menores de dois anos; bem como a elaboração do Projeto Nascer do Ceará, que será implantado a partir de janeiro de 2018 nas cinco Macrorregiões de Saúde do Estado, contemplando o atendimento das gestantes de alto risco com a ampliação de leitos de UTI Neonatal e capacitação dos profissionais das maternidades em Reanimação do Recém Nascido e de Cuidados Intermediários nas maternidades regionais e macrorregionais.

Segundo dados parciais, o indicador "Taxa de mortalidade por causas externas" apresenta um discreto declínio para o ano de 2017. Os homicídios e os acidentes de trânsito se destacam como o maior índice na ocorrência dos óbitos relacionados a causas externas. No que concerne a acidentes de trânsito, o Governo, por meio do Projeto Vida no Trânsito, vem desenvolvendo ações de promoção e prevenção de acidentes, as quais estão vinculadas também às ações preconizadas pelo Pacto por um Ceará Pacífico.

Em relação ao indicador "Taxa de mortalidade prematura (30 a 69 anos) por doenças crônicas não transmissíveis (DCNT)", observa-se uma redução progressiva desse indicador, atribuída a diversas ações intersetoriais: maior qualificação da atenção primária, por meio do projeto QualificaAPSUS; instituição de ações para certificação dos municípios por meio do selo de qualidade para a atenção primária; descentralização da atenção à saúde por meio das policlínicas e dos hospitais regionais; capacitação em estratificação de risco de pacientes hipertensos e diabéticos; ações em promoção e prevenção em saúde; e elaboração e aprovação em CIB do Plano Estadual de Atenção Oncológica.

O indicador "Trabalhadores de saúde capacitados e formados nos serviços de saúde" revela uma evolução no resultado em 2017: 7,72% trabalhadores de saúde capacitados e formados nos serviços de saúde. Apesar do desempenho da meta ser favorável, ainda está aquém das necessidades de capacitação e formação do SUS.

PROGRAMAS TEMÁTICOS DA SAÚDE

Para que o Governo pudesse apresentar o desempenho observado nos indicadores relacionados acima, as ações finalísticas referentes a este tema estratégico foram desenvolvidas por meio dos programas: Fortalecimento da Gestão, Participação, Controle Social e Desenvolvimento Institucional do SUS; Vigilância em Saúde; Atenção à Saúde Integral e de Qualidade; e Gestão do Trabalho, da Educação e da Ciência e Tecnologia na Saúde. Para tanto, foi utilizado um volume de recursos orçamentários da ordem de R$ 2,44 bilhões.

PROGRAMA 055 – FORTALECIMENTO DA GESTÃO, PARTICIPAÇÃO, CONTROLE SOCIAL E DESENVOLVIMENTO INSTITUCIONAL DO SUS

O Programa tem como objetivo aprimorar as políticas de planejamento, gestão, regulação, avaliação, auditoria e controle, para o

fortalecimento do Sistema Único de Saúde do SUS, tendo como público-alvo a população usuária do SUS.

PRINCIPAIS REALIZAÇÕES:

• Realização de trinta reuniões no âmbito das regiões de saúde, com temas sobre o funcionamento do Sistema Único de Saúde; impactos na saúde da população na atual conjuntura; conceitos de pacto pela vida e descentralização das ações; e serviços de saúde e o papel dos conselhos de saúde para o fortalecimento do SUS.

• Realização de 29 auditorias de demandas externas e internas, por meio de denúncias anônimas ou solicitação jurídica.

• Elaboração de 154 Relatórios de Gestão aprovados.

• Realização do curso de qualificação com ouvidorias dos SUS, em parceria com o Doges/MS, fortalecendo as ouvidorias das nossas regionais.

• Realização de 101 eventos para promoção de ações voltadas à ampliação da resolutividade do Sistema Regional de Saúde.

• Realização de sete eventos de abrangência macrorregionais, de promoção da melhoria da informação e comunicação nas regiões de saúde.

PROGRAMA 056 – VIGILÂNCIA EM SAÚDE

O Programa tem como objetivo reduzir morbimortalidade e riscos à saúde e intervir nos problemas de saúde pública da população cearense, por meio de ações estratégicas de vigilância da saúde, prevenção e controle de doenças e promoção da saúde, tendo como público-alvo a população usuária do SUS.

PRINCIPAIS REALIZAÇÕES:

• Monitoramento dos indicadores de Vigilância Entomológica, por doenças e agravos, pactuados com os 184 municípios.

• Monitoramento dos serviços de vacinação dos 184 municípios, através do Sistema de Informação do Programa Nacional de Imunização (SIPNI), e apoio técnico no planejamento de estratégias eficientes que alcancem coberturas vacinais.

• Realização da Campanha Todos Contra o Mosquito, com ações permanentes, para reduzir focos do *Aedes Aegypti* e incentivo do Governo do Estado de R$ 10 milhões a municípios que atingirem os melhores resultados no enfrentamento às arboviroses (dengue, zika e chikungunya).

• Divulgação de boletim semanal, com a atualização de casos notificados e óbitos por arboviroses.

PROGRAMA 057 – ATENÇÃO À SAÚDE INTEGRAL E DE QUALIDADE

O Programa tem como objetivo promover a integralidade e o aprimoramento da política da atenção básica, especializada, ambulatorial e hospitalar, tendo como público-alvo a população usuária do SUS.

Este programa possui as seguintes iniciativas prioritárias, cujo desempenho físico de seus produtos principais pode ser observado na tabela abaixo:

Iniciativas Prioritárias	Produto	Unidade de Medida	Programado 2017	Realizado 2017(*)
Ampliação da distribuição de medicamentos das centrais de abastecimento farmacêutico	Farmácia implantada	unidade	20	20
Ampliação da oferta dos serviços hospitalares de média e alta complexidade	Hospital Regional implantado	unidade	0	1
Melhoria da estrutura das unidades prestadoras de serviços ambulatoriais e hospitalares	Unidade de Saúde estruturada	unidade	29	28
Ampliação da oferta dos serviços ambulatoriais especializados	Policlínica implantada	unidade	1	0
Realização de ações voltadas para a unidade de gerenciamento de projetos	Unidade de Saúde acreditada / certificada	unidade	9	12
Ampliação da oferta dos serviços ambulatoriais de urgência e emergência	Unidade de Pronto Atendimento (UPA) implantada	unidade	7	2

Fonte: Sistema Integrado de Monitoramento e Avaliação (Sima). (*) Dados preliminares sujeitos a revisão.

PRINCIPAIS REALIZAÇÕES:

• Concessão de benefício às pessoas com necessidades especiais, sendo elas: 16.268 pessoas com alergia à proteína do leite de vaca, 22.366 pessoas colostomizadas/ostomizadas e 2.751 pessoas beneficiadas com cadeiras de rodas com características diversas, próteses e órteses com inúmeras especificidades, bengalas, andadores, muletas, carrinhos, exames PET-SCAN, tratamentos com oxigenoterapia hiperbárica, colchão d'água e caixa de ovo.

• Concessão e entrega de dietas, suplementos e fórmulas especiais à pacientes beneficiados no programa de terapia nutricional e domiciliar do SUS, no Ceará.

• Realização de 27.439 cirurgias eletivas de alta e média complexidades, por meio da oferta dos serviços contratados.

• Realização de 1.518 transplantes de órgãos e tecidos.

• Produção de 228 atividades cirúrgicas; 729 atendimentos ambulatoriais; 864 exames de imagem, sendo 50,58% em radiologia, 27,78% em ultrassonografia, 12,38% em eletrocardiograma e 3.717 exames laboratoriais, alcançando 75,59% da meta programada de atividades do Hospital Regional do Sertão Central.

• Realização de 1.409 cirurgias em glaucoma, vitrectomia e catarata.

• Realização de ação integrada que, em 2017, conseguiu com que o Estado zerasse a fila para cirurgias de lábio leporino.

• Realização da primeira neurocirurgia com paciente acordado no Ceará.

• Realização de coleta de sangue pelo serviço especializado de identificação de pessoas com tipos sanguíneos raríssimos. O Banco de Sangue de Doadores Raros do Hemoce tem 80 doadores de sangue que apresentam diferentes tipos sanguíneos raros no mundo.

• Realização de monitoramento das 30 Unidades de Pronto Atendimento (UPAs) existentes no Estado do Ceará.

• Reinauguração da Unidade de Acidente Vascular Cerebral (AVC) do Hospital Geral de Fortaleza (HGF), onde estiveram internados cerca de 714 pacientes em 2017.

• Reforma e estruturação da nova ala da

Maternidade e Neonatologia do Hospital César Cals.

• Entrega de 48 novos leitos na Emergência do Hospital de Messejana.

• Inauguração de estrutura clínica modernizada e qualificada do novo Centro de Imagem do Hospital José Martiniano de Alencar.

• Inauguração de duas UPAs 24h, sendo uma no município de Aracati e outra em Caucaia.

• Certificação pela Organização Nacional de Acreditação (ONA), por atenderem aos critérios de Segurança do Paciente em todas as áreas de atividade, em 12 unidades de saúde (três hospitais, um laboratório, quatro policlínicas e quatro CEOs).

• Realizações de ações voltadas em saúde do trabalhador, contemplando 23 municípios apoiados.

• Realização de 28 eventos voltados para a alimentação e nutrição.

• Realizações de ações voltadas à pessoa com deficiência, contemplando 1.409 pessoas beneficiadas.

• Realização de 29 eventos para as ações de saúde do adolescente.

PROGRAMA 076 – GESTÃO DO TRABALHO, DA EDUCAÇÃO E DA CIÊNCIA E TECNOLOGIA NA SAÚDE

O Programa tem como objetivo promover a sustentabilidade e o avanço das políticas de Gestão do Trabalho, da Educação e da Ciência e Tecnologia na Saúde, num processo contínuo de valorização do trabalhador no SUS, impactando na melhoria da qualidade do sistema e prestação dos serviços de saúde à população no Estado do Ceará, tendo como público-alvo trabalhadores, gestores e usuários do SUS, residentes, estudantes, pesquisadores, instituições de ensino e conselheiros de saúde.

Este programa possui as seguintes iniciativas prioritárias, cujo desempenho físico de seus produtos principais pode ser observado na tabela abaixo:

Iniciativas Prioritárias	Produto	Unidade de Medida	Programado 2017	Realizado 2017(*)
Promoção da melhoria contínua da força de trabalho nos sistemas e serviços de saúde	Trabalhador de Saúde capacitado	unidade	4.031	6.614
Promoção da formação profissional em saúde	Trabalhador de Saúde formado	unidade	370	208
Capacitação de membros dos conselhos de saúde e comunidades no âmbito da gestão, atenção e vigilância em saúde	Pessoa capacitada	unidade	108	504
Ampliação da residência médica em medicina de família e comunidade	Vaga ofertada	unidade	620	0
Promoção da adoção da gestão de excelência em serviços de saúde	Entidade atendida	unidade	4	1
Ampliação da produção de conhecimentos científicos e tecnológicos em saúde para a promoção da Saúde	Estudo e Pesquisa realizados	unidade	1	14
Ampliação da produção de conhecimentos científicos e tecnológicos em saúde para a promoção da Saúde	Produção Científica publicada	unidade	2	8
Promoção da qualificação profissional para conselheiros e secretários executivos de saúde	Capacitação realizada	unidade	24	10

Fonte: Sistema Integrado de Monitoramento e Avaliação (Sima). (*) Dados preliminares sujeitos a revisão.

PRINCIPAIS REALIZAÇÕES:

• Capacitação de 263 profissionais de saúde: farmacêuticos e profissionais da atenção primária no Projeto QualificaAPSUS.

• Capacitação complementar em Assistência Farmacêutica, trabalhando os profissionais na Seleção Programação para Uso Racional dos Medicamentos.

• Iniciada a primeira turma de residência médica em Infectopediatria, pelo Hospital São José.

• Implantação, coordenação e acompanhamento do Contrato Organizativo de Ação Pública de Ensino-Saúde (COAPES).

• Realização do curso de formação dos preceptores da rede pública estadual.

• Realização de capacitação para 12.000 trabalhadores de saúde, com atuação em áreas finalísticas de gestão e atividade-meio.

TEMA – ESPORTE E LAZER

A melhoria das condições de saúde e qualidade de vida da população pressupõe uma visão integradora das políticas sociais, diálogos interdisciplinares e ações intersetoriais. Nessa perspectiva, apontamos as políticas educacionais, de cultura, esporte e lazer que considerem o fortalecimento da cidadania como capazes de promover mudanças estruturais efetivas e sustentáveis no cotidiano da sociedade.

As ações direcionadas ao esporte e lazer, como demanda social, devem ser capazes de recriar a sociabilidade cotidiana, produzindo, coletivamente, um contexto favorável à valorização dos sujeitos, promoção da saúde e desenvolvimento local.

Relacionado a isso, é necessário ampliar o campo social das possibilidades, proporcionando uma agenda permanente no campo da cultura, esporte e lazer capaz de ampliar o capital social e favorecer o fortalecimento da cidadania e das redes de solidariedade, para a melhoria das condições de saúde e da qualidade de vida.

Neste tema estratégico de Esporte e Lazer, apesar dos avanços que foram obtidos ao longo dos anos, principalmente na última década, no que diz respeito à promoção da prática esportiva e de lazer por parte da população cearense, alguns desafios se apresentam perante o Governo do Estado e devem ser encarados de forma direta e planejada.

O resultado esperado neste tema estratégico é o acesso democratizado à prática e à cultura do esporte e lazer. O desempenho dos indicadores que medem o alcance do referido resultado pode ser observado na tabela abaixo:

Indicadores Temáticos – 2014-2017

Indicador	Unidade de Medida	2014	2015	2016	2017	
					Prog.	Real.(*)
Quantidade de atletas apoiados em competições esportivas	Nº	2.060	112	73	80	95
Quantidade de municípios atendidos por núcleos de esporte e lazer	Nº	52	56	56	65	0
Público em eventos de esporte e lazer promovidos pelo Estado	Nº	1.092.964	962.172	661.840	1.300.000	143.202
Número de vagas ofertadas em núcleos de esporte e lazer	Nº	46.600	38.812	40.000	41.000	0

Fonte: Sesporte. (*) Dados preliminares sujeitos a revisão.

Em relação ao indicador "Quantidade de atletas apoiados em competições esportivas", foram apoiados através de passagens aéreas, para que pudessem disputar competições nacionais e internacionais, 95 atletas destaques em diversas modalidades esportivas, tais como atletismo, natação, basquetebol em cadeiras de rodas, kung fu, futebol para amputados, surf, beach tênis, bicicross, parabadminton, ginástica rítmica, ironman, taekwondo e paratriathon, contribuindo, desta forma, para valorizar e fomentar o esporte de rendimento no Estado do Ceará.

O Programa Esporte e Lazer na Cidade (PELC), uma parceria com o Ministério do Esporte, vinha contribuindo fortemente para o desempenho dos indicadores "Quantidade de municípios atendidos por núcleos de esporte e lazer", "Público em eventos de esporte e lazer promovidos pelo Estado" e "Número de vagas ofertadas em núcleos de esporte e lazer", visto que possuía 100 núcleos implantados em 56 municípios do Ceará e que beneficiava 40.000 pessoas por mês, afora a disponibilização de atividades para milhares de pessoas da população de seus entornos. Entretanto, o lançamento de um novo edital pelo Ministério do Esporte ocorreu somente no segundo semestre de 2017, devido a uma reanálise do programa e ao próprio contexto econômico do país. Mesmo assim, a inscrição no edital foi efetivada para habilitar o Estado do Ceará a voltar a operar o referido programa em 2018, e já teve a aprovação da proposta pelo Ministério do Esporte na primeira fase do edital de chamamento público.

Embora o desempenho do indicador "Público em eventos de esporte e lazer promovidos pelo Estado" também tenha sido prejudicado pelos motivos expostos acima, os Jogos Escolares 2017, os eventos realizados no Centro de Formação Olímpica e a reativação das Vilas de Esporte e Lazer de Messejana, do Genibaú e do Conjunto Ceará contribuíram para o resultado alcançado.

PROGRAMAS TEMÁTICOS DO ESPORTE E LAZER

Para que o Governo pudesse apresentar o desempenho observado nos indicadores relacionados acima, as ações finalísticas referentes a este tema estratégico foram desenvolvidas por meio dos programas: Esporte e Lazer para a População; e Ceará no Esporte de Rendimento. Para tanto, foi utilizado um volume de recursos orçamentários da ordem de 18,37 milhões.

PROGRAMA 050 – ESPORTE E LAZER PARA A POPULAÇÃO

O Programa tem como objetivo promover a saúde, a cidadania e a integração da população cearense na convivência social, tendo como público-alvo a população cearense.

Este programa possui as seguintes iniciativas prioritárias, cujo desempenho físico de seus produtos principais pode ser observado na tabela abaixo:

Iniciativas Prioritárias	Produto	Unidade de Medida	Programado 2017	Realizado 2017(*)
Realização de projetos e eventos esportivos para população	Evento realizado	unidade	90	1.337
Ampliação da oferta de equipamentos e instalações para a prática esportiva	Equipamento de Esporte e Lazer construído	unidade	74	3
Melhoria da estrutura dos equipamentos e instalações esportivas	Parque Esportivo modernizado	unidade	46	3

Fonte: Sistema Integrado de Monitoramento e Avaliação (Sima). (*) Dados preliminares sujeitos a revisão.

PRINCIPAIS REALIZAÇÕES:

• Realização de 65 eventos no Centro de Formação Olímpica (CFO) até o mês de novembro, os quais tiveram mais de 17.000 atletas envolvidos e um público total de aproximadamente 90.000 pessoas.

• Realização dos Jogos Escolares do Ceará 2017, categorias 12 a 14 anos e 15 a 17 anos, com a participação de escolas públicas e privadas, em parceria com as federações das modalidades disputadas.

• Disponibilização de 195 passagens aéreas para a delegação cearense participar da etapa nacional dos Jogos Escolares 2017, categoria 12 a 14 anos, em Curitiba, incluindo atletas, técnicos e dirigentes, resultando na conquista de 11 medalhas para o Estado do Ceará.

• Participação de 180 alunos-atletas integrantes da delegação cearense, para a disputa da etapa nacional dos Jogos Escolares da Juventude, categoria 15 a 17 anos, os quais conquistaram seis medalhas para o Estado do Ceará nas modalidades: ciclismo, judô, luta olímpica e natação.

• Realização de 278 eventos pela Vila de Esporte e Lazer de Messejana, entre aulas de zumba, atividades recreativas com crianças e adolescentes, futsal feminino e futsal masculino; 96 eventos pela Vila de Esporte e Lazer de Genibaú, entre torneios de futsal e rodas de capoeira; e 898 ações pela Vila de Esporte e Lazer do Conjunto Ceará, dentre os quais, treinamentos em jiu-jitsu e capoeira, jogos e escolinhas de futsal e campo e educação física para alunos do Liceu do Ceará.

• Concessão de 841 bolsas a crianças, jovens e adultos, pelo Programa Ceará Atleta (Bolsa Esporte do Ceará).

• Conclusão de três obras de equipamentos e instalações esportivas, sendo duas quadras descobertas com áreas urbanizadas nos entornos, em Monsenhor Tabosa, no Distrito de Pitombeiras e no Distrito Lagoa dos Santos, e uma quadra poliesportiva coberta na localidade de Lagoa das Pedras, no município de Apuiarés.

• Conclusão de três reformas realizadas nos ginásios esportivos das sedes Patriús e Capim da Roça, em Pindoretama.

• Recuperação da Vila Olímpica de Messejana.

• Reforma das quadras poliesportivas nos distritos de Garças, Icaraí, Moitas, Sabiaguaba e Aracatiara, em Amontada e Estádio Municipal Ubiratan Diniz de Aguiar, em Caridade.

PROGRAMA 086 – CEARÁ NO ESPORTE DE RENDIMENTO

O Programa tem como objetivo projetar o esporte cearense no cenário regional, nacional e internacional, tendo como público-alvo atletas, delegações e entidades participantes de competições esportivas de rendimento.

PRINCIPAIS REALIZAÇÕES:

• Concessão de 95 passagens aéreas para atletas do Ceará participarem de competições nacionais e internacionais, como: Super Sup Brasil-Praia-Mole Grand Slam – 1ª Etapa (Stand Up), Open Internacional Swimming Championships Argentina (Natação Paralímpica), Circuito Mundial de Vôlei de Praia, Circuito Loterias Caixa (Natação Paralímpica), CSN 2º Indoor (Equestre), Copa Brasil de Squash 2017, 7TH Campeonato Sul-americano de Kung Fu Wushu, II Copa Brasil de Integração de Polo Aquático 2017, Surdolimpíada de Verão de Vôlei Indoor de Surdos, 2ª Etapa

Nacional do Circuito Loterias Caixa, Jogos Paralímpicos Universitários 2017 – Etapa Nacional, XXVIII Campeonato Brasileiro de Kung Fu Wushu, Campeonato Brasileiro de Futebol de Amputados, Campeonato Mundial de Triathlon e Campeonato Brasileiro de Taekwondo Adulto Master 2017.

• Realização de 26 eventos de esporte de rendimento no CFO, dentre eles: o UFC Fight Night Fortaleza, evento mundial de MMA, Campeonato Brasileiro de Jiu Jitsu Pro & Nogi, Campeonato Cearense de Judô, Campeonatos Cearenses Juvenil e Adulto de Atletismo, Campeonato Cearense de Handebol, Liga Nacional Feminina de Handebol, 2ª Etapa do Campeonato Brasileiro de Bicicross, Campeonato Brasileiro Interclubes Sub-16 de Atletismo, Campeonato Brasileiro Paralímpico Outdoor de Tiro com Arco, Campeonato Brasileiro Interclubes de Judô Sub 15, Campeonato Brasileiro de Damas, Finais da Supercopa Brasileira de Voleibol Masculino e Feminino, Circuito Nordeste de Futsal, Copa Internacional Cidade de Fortaleza, Campeonato Brasileiro de Parabadminton, Campeonato Brasileiro de Parabadminton e Campeonato Cearense de Ginástica Artística.

TEMA – SANEAMENTO BÁSICO

A Política de Saneamento compreende o planejamento para a universalização do abastecimento de água e do esgotamento sanitário no Ceará; o apoio ao planejamento das ações municipais de saneamento; a implantação, ampliação e melhoria dos sistemas de abastecimento d'água e esgotamento sanitário; a coleta e disposição de resíduos sólidos; a drenagem urbana; e o controle de vetores, enfatizando-se a relação desta política com a política pública de saúde, que repercute na melhoria da qualidade de vida da população e no processo de desenvolvimento social.

O alcance das ações do tema do saneamento básico indica a sua transversalidade e seu potencial como ferramenta capaz de contribuir para a melhoria das condições de saúde da população e a inclusão social.

No Marco Regulatório Nacional de Saneamento Básico, que possui como referência a Lei nº 11.445 de 05 de janeiro de 2007, têm-se como destaques:

• A adoção de um conceito amplo de Saneamento Básico.

• A priorização do acesso aos serviços de saneamento básico à população de baixa renda.

• A afirmação do papel essencial do Estado e da natureza universal do serviço público de Saneamento fornecido com equidade.

• A afirmação dos conceitos de regulação, planejamento e avaliação dos serviços.

• A formulação de regras claras para a delegação dos serviços, dentre as quais a necessidade de plano municipal e de consulta pública.

• O reconhecimento do controle social como um dos instrumentos da gestão dos serviços.

Em junho de 2016 foi publicada a Lei Complementar Nº 162, que institui a Política

Estadual de Abastecimento de Água e Esgotamento Sanitário. Além de convergir com os preceitos instituídos pelo marco regulatório nacional, esta lei traz diretrizes que respeitam as condições particulares do Estado, especialmente no tocante ao Saneamento Rural. A Lei aborda, ainda, diversos instrumentos que devem contribuir com a melhoria da gestão pública e o alcance da universalização.

Há também o trabalho de melhoria das condições socioambientais por meio da execução de projetos estratégicos de estruturação urbana, que incluem ações de saneamento básico em áreas cujo meio ambiente e, de modo especial, os mananciais e os leitos de recursos hídricos têm sido agredidos e poluídos de forma recorrente pela ação do homem, contribuindo para o surgimento ou agravamento da incidência de doenças, provocando danos à qualidade de vida da população.

Uma vez que esses recursos naturais não são renováveis e são vitais à preservação do meio ambiente e da espécie humana, o Governo desenvolve atividades de educação ambiental e patrimonial e de mobilização, organização e fortalecimento social por meio de trabalho junto às comunidades beneficiadas pelos projetos de melhoria urbana e ambiental, com a intenção de educar para a cidadania e de elevar o nível de consciência das pessoas acerca do uso racional desses recursos.

O resultado esperado neste tema estratégico é o saneamento básico expandido e garantido com qualidade, dando cumprimento à Política Estadual. O desempenho dos indicadores que medem o alcance do referido resultado pode ser observado na tabela abaixo:

Indicadores Temáticos – 2014-2017

Indicador	Unidade de Medida	2014	2015	2016	2017	
					Prog.	Real.(*)
Percentual de municípios com Plano Municipal de Saneamento Básico elaborado	%	20,11	28,81	29,35	32,07	31,52
População rural atendida com abastecimento de água	%	-	-	42,60	52,00	52,60
População rural atendida com esgotamento sanitário	%	-	-	27,23	23,06	27,23
População urbana coberta por Sistema de Abastecimento de Água (SAA) tratada	%	91,63	94,06	92,05	92,05	92,11
População urbana coberta com Sistema de Esgotamento Sanitário	%	36,16	37,10	38,24	39,20	39,53
Percentual de domicílios atendidos com água potável para consumo humano no meio rural	%	37,26	37,31	37,37	52,64	37,42

Fonte: SCidades/SDA. (*) Dados preliminares sujeitos a revisão.

O objetivo dos Planos Municipais de Saneamento Básico (PMSBs) é estabelecer o planejamento para a implantação gradual de serviços de saneamento básico, que incluem abastecimento de água, esgotamento sanitário, limpeza urbana e manejo de resíduos sólidos, drenagem e manejo de águas pluviais urbanas. O Governo Estadual atua no papel de interveniente na elaboração desses planos, fornecendo as orientações técnicas necessárias.

O valor do indicador "Percentual de municípios com Plano Municipal de Saneamento Básico elaborado", em dados parciais de 2017, registra que 31,52% dos municípios do Estado elaboraram seus planos. Essa evolução em 2017, comparativamente a 2016, é atribuída

à conclusão dos PMSBs de Aquiraz e Tianguá. A meta programada para o ano não foi alcançada porque o PMSB de Quixeramobim ainda se encontra em finalização.

O indicador "População rural atendida com abastecimento de água" refere-se ao percentual da população rural do Estado atendida por soluções individuais ou coletivas para o abastecimento de água.

Os sistemas de abastecimento de água no Ceará são mantidos pelos prestadores do serviço de saneamento, notadamente prefeituras municipais, Serviços Autônomos de Água e Esgoto (SAAEs), associações comunitárias e o Sistema Integrado de Saneamento Rural (SISAR), sendo os dois últimos os principais prestadores de serviço da zona rural.

O percentual da população rural atendida com abastecimento de água, em dados parciais de 2017, é de 52,60%, acima da meta estabelecida para o ano, e representa cerca de 1.087.591 habitantes com soluções individuais ou coletivas. Esse desempenho pode ser atribuído aos programas de investimento em saneamento rural desenvolvidos pelo Estado, a exemplo do Ceará II e Ceará III, Água para Todos e Projeto São José, além da iniciativa do SISAR, os quais incluem sistemas de abastecimento de água, a construção de cisternas e a perfuração de poços, utilizados pela população por meio de chafarizes.

O indicador "População rural atendida com esgotamento sanitário" refere-se ao percentual da população rural do Estado beneficiada com soluções individuais ou coletivas de esgotamento sanitário para o tratamento de águas residuais, caracterizadas principalmente por soluções individuais, tais como conjuntos de fossas e sumidouros, sendo a manutenção de responsabilidade do cidadão.

O Governo executa projetos de construção de módulos para a destinação adequada de efluentes residuais, destacando-se os programas de investimento Ceará II e Ceará III, bem como o Projeto São José, que incluem a construção de fossas sanitárias e seus complementares.

Em dados parciais de 2017, o indicador atingiu o percentual de 27,23%, representando em torno de 563.020 habitantes com soluções individuais ou coletivas de esgotamento sanitário. Ressalta-se a superação da meta estabelecida para o ano o valor das campanhas educativas e das ações de educação sanitária e ambiental, as quais contribuem para elevar o nível de consciência da população quanto à importância da destinação adequada dos efluentes residuais.

O indicador "População urbana coberta com Sistema de Abastecimento de Água (SAA) tratada" refere-se ao percentual da população urbana coberta com rede de distribuição de água no Estado do Ceará.

Em referência ao abastecimento de água, em 2017, os serviços de saneamento em áreas urbanas do Estado foram ofertados pelo Governo Estadual, em 152 municípios; pelos SAAEs, em 27 municípios; e pelas prefeituras municipais, em oito municípios.

Em dados parciais de 2017, o percentual da população urbana coberta com abastecimento de água é de 92,11%, superior ao programado de 92,05%, e beneficiou aproximadamente 6.404.065 habitantes do Estado. Esse desempenho considera principalmente os investimentos do Governo do Ceará neste setor, cujo percentual da população coberta

com abastecimento de água, registrado em outubro de 2017, é de 98,25%, beneficiando aproximadamente 5.661.158 habitantes, em 310 localidades.

Destaque-se, no período 2014-2017, a implantação e ampliação de sistemas de abastecimento de água, como a obra do Sistema Adutor do Complexo Integrado Jaburu-Ibiapaba, a construção da adutora de água bruta de Cascavel, a construção da adutora de água bruta de Capistrano, e a conclusão da adutora de água tratada para atender o Polo Farmacoquímico de Saúde, no município de Eusébio.

O indicador "População urbana coberta com Sistema de Esgotamento Sanitário" refere-se ao percentual da população urbana coberta com rede coletora de esgoto no Estado do Ceará, cujos serviços foram ofertados em 2017 pelo Governo Estadual, em 74 municípios; pelos SAAEs, em 27 municípios; e pelas prefeituras municipais, em oito municípios.
Em dados parciais de 2017, o percentual da população urbana coberta com esgotamento sanitário é de 39,53%, superior ao valor programado de 39,20%, beneficiando aproximadamente 2.748.178 habitantes do Estado e consolidando a trajetória de evolução do indicador.

Destaque-se, no período 2014-2017, a implantação e ampliação de SES do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), em trechos correspondentes às bacias do Rio Siqueira, afluente do Rio Maranguapinho, na RMF; a implantação dos SES em Quixadá, Maranguape, Crateús e Aracati, do Programa Sanear II, no interior do Estado; a ampliação do SES de Maranguape; a ampliação do Sistema de Esgotamento Sanitário de Fortaleza – Sub-bacias SE-2 e SD-6; e a implantação de emissário de efluentes industriais do Setor I – Fase I – Complexo Industrial e Portuário do Pecém (CIPP).

Além disso, o Governo vem realizando estudos para analisar parcerias públicas de investimento, tendo em vista os serviços de abastecimento de água e esgotamento sanitário nas regiões metropolitanas de Fortaleza e do Cariri. Esses estudos poderão indicar concessão, subconcessão, parceria-público-privada (PPP), entre outros.

O indicador "Percentual de domicílios atendidos com água potável para consumo humano no meio rural" considera o total de domicílios existentes no meio rural do Ceará (Anuário Estatístico do Ceará) e o total de domicílios beneficiados.

O percentual realizado para o indicador em 2016 e 2017 foi estimado a partir de ações como a implantação de sistemas de abastecimento de água, cisternas de placa, cisternas de polietileno e perfuração de poços. Os valores poderão sofrer algum ajuste após a disponibilização dos dados oficiais pelo Ipece. O desempenho da iniciativa foi aquém do esperado, devido, principalmente, pelo atraso no cronograma de desembolso dos recursos conveniados com o Ministério da Integração para implantação de sistemas de abastecimento de água e cisternas de polietileno.

PROGRAMAS TEMÁTICOS DO SANEAMENTO BÁSICO

Para que o Governo pudesse apresentar o desempenho observado nos indicadores relacionados acima, as ações finalísticas referentes a este tema estratégico foram desenvolvidas por meio dos programas Abastecimento de Água, Esgotamento Sanitário e Drenagem Urbana e

Abastecimento de Água e Esgotamento Sanitário no Meio Rural, utilizando, para tanto, um volume de recursos orçamentários da ordem de R$ 193,23 milhões.

PROGRAMA 025 – ABASTECIMENTO DE ÁGUA, ESGOTAMENTO SANITÁRIO E DRENAGEM URBANA

O Programa tem como objetivo ampliar a cobertura da população urbana do Estado com acesso aos serviços de abastecimento de água, esgotamento sanitário e macrodrenagem, tendo como público-alvo a população do meio urbano.

Este programa possui as seguintes iniciativas prioritárias, cujo desempenho físico de seus produtos principais pode ser observado na tabela abaixo:

Iniciativas Prioritárias	Produto	Unidade de Medida	Programado 2017	Realizado 2017(*)
Ampliação do serviço de abastecimento de água	Sistema de Abastecimento de Água ampliado	unidade	1	0
Ampliação do serviço de esgotamento sanitário	Sistema de Esgotamento Sanitário ampliado	unidade	5	1

Fonte: Sistema Integrado de Monitoramento e Avaliação (Sima). (*) Dados preliminares sujeitos a revisão.

PRINCIPAIS REALIZAÇÕES:

• Implantação do sistema de abastecimento de água de Mineiro, no município de Jaguaribara (PAC2 / G3).

• Implantação de emissário de efluentes industriais do Setor I – Fase I – Complexo Industrial e Portuário do Pecém (CIPP).

• Conclusão da adutora de água tratada para atender o Polo Farmacoquímico de Saúde, no município de Eusébio.

• Conclusão da obra de ampliação do sistema de esgotamento sanitário no Residencial José Lino da Silveira (2.816 unidades habitacionais), relacionado ao Programa Minha Casa Minha Vida, no município de Caucaia.

• Conclusão da adutora de água tratada no município de Aquiraz.

• Atendimento de 193.276 pessoas, por meio de 76.659 ações socioambientais, em 37 municípios.

PROGRAMA 032 – ABASTECIMENTO DE ÁGUA E ESGOTAMENTO SANITÁRIO NO MEIO RURAL

O Programa tem como objetivo ampliar o acesso da população rural cearense aos serviços de abastecimento de água e esgotamento sanitário, tendo como público-alvo a população residente no meio rural.

Este programa possui as seguintes iniciativas prioritárias, cujo desempenho físico de seus produtos principais pode ser observado na tabela abaixo:

Iniciativas Prioritárias	Produto	Unidade de Medida	Programado 2017	Realizado 2017(*)
Implementação de solução domiciliar de acesso à água potável	Cisterna implantada	unidade	6.774	7.592
Implantação do serviço de abastecimento de água	Sistema de Abastecimento de Água implantado	unidade	522	104
Implantação dos serviços de abastecimento de água com esgotamento sanitário simplificado	Sistema de Abastecimento de Água implantado	unidade	132	23

Fonte: Sistema Integrado de Monitoramento e Avaliação (Sima). (*) Dados preliminares sujeitos a revisão.

PRINCIPAIS REALIZAÇÕES:

• Implantação de 7.592 cisternas, sendo 5.230 cisternas de placa e 2.362 cisternas de polietileno, beneficiando 37.960 pessoas, em 69 municípios, no Estado do Ceará.

• Implantação de 104 sistemas de abastecimento de água pelo Programa Água para Todos, beneficiando 4.885 famílias, em 56 municípios.

• Implantação de 23 sistemas de abastecimento de água pelo projeto São José III, beneficiando 3.905 famílias, em 15 municípios.

• Capacitação de 5.230 beneficiários de cisterna implantada em Gerenciamento de Recursos Hídricos (GRH).

• Perfuração de três poços tubulares para atendimento de sistemas de abastecimento de água, beneficiando 999 famílias.

• Aquisição de três estações móveis de tratamento de água (ETA), para abastecimento das cisternas de armazenamento de água para consumo das famílias de agricultores pobres e extremamente pobres atendidas pelo Projeto Paulo Freire.

• Prestação de assistência técnica e extensão rural a 48.636 produtores rurais, na captação e armazenamento da água no período das chuvas.

NOVAS IDEIAS NOS VAS CONQUISTAS

GOVERNO CEARÁ

EIXO VII – CEARÁ PACÍFICO >>

O Ceará Pacífico se dimensiona na concepção de uma Sociedade Justa, Solidária e Pacífica, ancorada na compreensão do direito universal à proteção, amparo, defesa e justiça, na qual o Estado, protagonista e fiador desses direitos, conta com a participação da sociedade, como coadjuvante na conquista de uma cultura de paz e num ambiente mais justo e solidário. Neste eixo, não há fronteiras restritivas aos esforços que visam assegurar a toda a sociedade, de forma ampla, qualificada e igualitária, a segurança cidadã e a justiça efetivas.

Voltados a esta visão, as ações do governo organizam-se em três temas estratégicos: Segurança Pública, Justiça e Cidadania e Política sobre Drogas, cujas principais realizações encontram-se elencadas a seguir.

TEMA – SEGURANÇA PÚBLICA

A construção de um Ceará justo e pacífico orienta-se pela visão de segurança como serviço público prestado segundo a ótica democrática e comunitária. Esse processo se efetiva numa polícia cidadã, que se apresenta à população como promotora de direitos sociais e de uma convivência mais pacífica entre cidadãos e destes com a polícia, seus agentes e suas instituições.

Essa concepção estimula uma abordagem mais focada nas questões relacionadas à segurança dos cidadãos, com o envolvimento da sociedade, a valorização de arranjos participativos locais e a transparência das instituições policiais.

Ainda em conformidade com a visão de segurança cidadã, a já tradicional fragmentação de políticas e polícias dá lugar a uma ação articulada entre as polícias, aos mecanismos de prevenção, ao aperfeiçoamento da inteligência e da investigação criminal. A noção, portanto, de polícia cidadã adota importantes fatores para a sua ação: envolvimento com a comunidade, foco na vida e na humanização da ação policial, ação articulada em diferentes áreas, enfim, não sendo, a segurança, função exclusivamente policial.

Integrada ao viés da polícia cidadã, a Segurança Pública também executa as ações de socorro, quer seja por meio do atendimento de resgate, busca, salvamento e combate a incêndio, quer pelo atendimento às vítimas de desastres e restabelecimento de estruturas colapsadas por desastres, contando também com o apoio dado pela Coordenadoria Integrada de Operações Aéreas (CIOPAER) aos diversos atendimentos realizados, inclusive, em algumas situações, com a parceria do Serviço de Atendimento Móvel de Urgência (SAMU). A característica de humanização no atendimento ao cidadão permanece mesmo quando o foco deixa de ser o policiamento ostensivo.

Entre o conjunto de ações governamentais relativas à segurança pública estão também as que exercem o controle externo da atividade dos agentes dos Órgãos de Segurança Pública e Sistema Penitenciário, que possibilita ao cidadão maior participação social, com ampla discussão a respeito do exercício funcional desses profissionais. Nessa linha, registre-se, ainda, o incremento dos mecanismos de transparência da administração pública, os quais facilitam o acesso do cidadão aos meios formais para proceder reclamações e cobrar do Governo respostas céleres aos fatos denunciados pela sociedade.

O resultado esperado neste tema estratégico é a ampliação da proteção à pessoa e a violência minimizada. O desempenho dos indicadores que medem o alcance do referido resultado pode ser observado na tabela abaixo:

Indicadores Temáticos – 2014-2017

Indicador	Unidade de Medida	2014	2015	2016	2017	
					Prog.	Real.(*)
Número de acidentes de trânsito com vítimas fatais nas rodovias estaduais	Nº	489	404	327	432	308
Número de vítimas de crimes referentes à Lei 11.340 (Lei Maria da Penha)	Nº	11.111	13.371	23.213	3.275	19.414
Percentual de famílias afetadas por desastres e assistidas por ações da defesa civil	%	6,99	9,29	3,52	11,5	69,19
Taxa de adolescentes de 12 a 17 anos apreendidos em flagrante, por 100 mil adolescentes	casos por 100 mil adolescentes (pop. de 12 a 17 anos)	841,05	829,29	733,60	743,15	666,05
Taxa de Crimes Violentos contra o Patrimônio – CVP (roubo) por 100 mil habitantes	casos por 100 mil habitantes	0	684,65	810,6	753,8	783,12
Taxa de jovens de 18 a 29 anos autuados em flagrante, por 100 mil jovens	casos por 100 mil jovens (pop. de 18 a 29 anos)	802,84	879,47	796,05	709,39	821,01
Taxa de violência sexual contra crianças e adolescentes, por 100 mil crianças e adolescentes	casos por 100 mil crianças e adoles-centes	50,52	46,54	49,89	41,26	43,81
Tempo médio de resposta no atendimento de ocorrências policiais na RMF	min	16,31	12,56	12,52	14,41	12,40

Fonte: SSPDS. (*) Dados preliminares sujeitos a revisão.

Os dados registrados em 2017 indicam que as metas programadas para os indicadores "Número de acidentes de trânsito com vítimas fatais nas rodovias estaduais", "Taxa de adolescentes de 12 a 17 anos apreendidos em flagrante, por 100 mil adolescentes" e "Tempo médio de resposta no atendimento de ocorrências policiais na RMF", mesmo sendo desafiadoras, foram superadas, evidenciando, até o momento, uma redução em percentuais acima das expectativas, com redução de 28%, 10% e 2 min, respectivamente, em relação aos valores programados. Ressalte-se que os resultados acima também foram inferiores aos registrados em 2016, o que confirma a eficiência das ações desenvolvidas pelo Governo para esses indicadores. Importante destacar aqui o trabalho de excelência realizado pela Polícia Rodoviária Estadual (PRE) na busca por melhorias que garantam uma maior segurança no trânsito das rodovias estaduais. Outro ponto positivo é todo o trabalho realizado pela Coordenadoria Integrada de Operações de Segurança (CIOPS) que, com o uso da tecnologia, consegue melhor orientar as equipes do policiamento ostensivo para a consequente diminuição do tempo de resposta, sem esquecer o trabalho de mobilidade urbana que vem sendo desenvolvido pela Prefeitura de Fortaleza, que garante uma maior fluidez no trânsito.

No que se refere ao indicador vinculado à Lei Maria da Penha, é importante registrar novamente que, no período do estabelecimento das metas para o período 2016-2019, a base de dados da SSPDS não era consistente, o que levou a projeções inviáveis para as metas anuais, refletindo, desta forma, na grande divergência que se verifica entre a meta programada e a realizada. Dito isto, é prudente que se faça o comparativo dos dados de 2017 com o realizado no ano anterior, o que remete à conclusão de que, confirmadas as projeções para o encerramento do ano, será obtido um número de registro bem

aproximado ao registro de 2016, não se consumando, neste caso, a diminuição desse tipo de crime.

No indicador "Taxa de Crimes Violentos contra o Patrimônio (CVP)", verifica-se ainda a tendência de crescimento desse indicador, em parte explicada pelas várias ações realizadas no sentido de incentivar o cidadão a realizar a notificação dos crimes. A continuidade da modernização da Delegacia Eletrônica e a instalação das Bases Móveis em mais três Unisegs (Conjunto Ceará, Bom Jardim e Sobral) possibilitam a diminuição da subnotificação e traz dados mais realistas da taxa de CVP no Estado. Ressalte-se que, na comparação dos dados 2016/2015, o crescimento foi de 18,4%, e quando se faz o mesmo comparativo para o período 2017/2016, o crescimento foi de 5,1%. Desta forma, pode-se afirmar que ações, como a parceria com a PRF para utilização do "Sistema SPIA" e o fortalecimento e realização de operações integradas com os órgãos de segurança da esfera federal e municipal, têm trazido resultados que ainda não são os desejáveis, mas que apontam que as atividades que estão sendo realizadas poderão resultar na diminuição efetiva da Taxa de CVP, que certamente será traduzida numa maior sensação de segurança da população cearense.

Na "Taxa de jovens de 18 a 29 anos autuados em flagrante, por 100 mil jovens", o realizado apresenta-se com índice maior que o programado, o que reflete, dentre outros fatores, a maior intensidade com que o Governo tem realizado operações que resultam na autuação em flagrante por cometimento de ilícitos. Em 2017, o número de autuações em flagrante foi de 31.542, até novembro, com perspectiva de superar o número registrado em 2016, que foi de 32.565. Para o Governo do Estado, no contexto geral, esse número é preocupante, pois representa também um aumento do número de jovens que se envolvem com ilícitos, fazendo-se necessário o desenvolvimento de ações intersetoriais para diminuição dessa taxa.

A "Taxa de violência sexual contra crianças e adolescentes, por 100 mil crianças e adolescentes" também teve o valor realizado superior à meta programada, porém com tendência de redução, comparando-se ao registro de 2016. Os dados até o momento registrados contabilizam o período de janeiro a outubro de 2017, remetendo a uma projeção positiva e demonstrando que os esforços envidados no enfrentamento a esse tipo de crime, apesar de não terem sido suficientes para alcance da meta estabelecida, contribuíram para sua redução em relação ao ano anterior.

Por fim, tem-se o indicador "Percentual de famílias afetadas por desastres e assistidas por ações da defesa civil", que registrou o percentual de 69,19% em 2017. Tal fato se deu em razão da situação atípica relacionada às ações de serviços essenciais aos habitantes de áreas afetadas por desastres, as quais se concentraram no restabelecimento da capacidade das Estações de Bombeamento do Castanhão, do Banabuiú e de Itaiçaba, de modo que, considerando tratar-se do principal reservatório de abastecimento da região Grande Fortaleza, o benefício estendeu-se a diversas famílias além daquelas declaradas em situação de emergência.

PROGRAMAS TEMÁTICOS DA SEGURANÇA PÚBLICA

Para que o Governo pudesse apresentar o desempenho observado nos indicadores relacionados acima, as ações finalísticas referentes a este tema estratégico foram

desenvolvidas por meio dos programas: Gestão de Riscos e Desastres; Segurança Pública Integrada; Segurança Pública Cidadã; e Controle Disciplinar dos Sistemas de Segurança Pública e Penitenciário. Para tanto, foi utilizado um volume de recursos orçamentários da ordem de R$ 328,28 milhões.

PROGRAMA 001 – GESTÃO DE RISCOS E DESASTRES

O Programa tem como objetivo tornar o Estado mais resiliente aos desastres naturais ou tecnológicos, tendo como público-alvo moradores de áreas de risco afetadas por desastres.

Este programa possui as seguintes iniciativas prioritárias, cujo desempenho físico de seus produtos principais pode ser observado na tabela abaixo:

Iniciativas Prioritárias	Produto	Unidade de Medida	Programado 2017	Realizado 2017(*)
Assistência às vítimas de desastres	Pessoa assistida	unidade	245.000	40.976
Restabelecimento de serviços essenciais aos habitantes de áreas afetadas por desastres	Família em situação de risco assistida	unidade	8.100	757.470

Fonte: Sistema Integrado de Monitoramento e Avaliação (Sima). (*) Dados preliminares sujeitos a revisão.

PRINCIPAIS REALIZAÇÕES:

• Atendimento, por meio da Operação Carro-Pipa, a 40.976 pessoas, em dez Municípios (Campos Sales, São Gonçalo, Palmácia, Deputado Irapuan Pinheiro, Mombaça, Pedra Branca, Boa Viagem, Iracema, Pereiro e Alto Santo).

• Execução de ações de restabelecimento da capacidade das Estações de Bombeamento do Castanhão, de Banabuiú e de Itaiçaba, voltadas para o reforço do sistema hídrico da Região Metropolitana de Fortaleza, que abastece cerca de 757.470 famílias.

PROGRAMA 003 – SEGURANÇA PÚBLICA INTEGRADA

O Programa tem como objetivo enfrentar a criminalidade e a violência, focando na redução de seus indicadores, tendo como público-alvo a sociedade cearense.

Este programa possui as seguintes iniciativas prioritárias, cujo desempenho físico de seus produtos principais pode ser observado na tabela abaixo:

Iniciativas Prioritárias	Produto	Unidade de Medida	Programado 2017	Realizado 2017(*)
Promoção da formação profissional para novos integrantes da Segurança Pública	Profissional formado	unidade	1.000	2.705
Ampliação da oferta de serviços de policiamento civil	Delegacia implantada	unidade	1	1
Melhoria da estrutura e da oferta de serviços nas unidades de perícia forense	Unidade de Perícia Forense estruturada	unidade	1	1
Ampliação da oferta de serviços bombeirísticos	Quartel implantado	unidade	1	0
Melhoria da estrutura das unidades prestadoras de serviços de policiamento ostensivo militar	Quartel estruturado	unidade	39	41
Melhoria dos serviços de videomonitoramento das áreas de segurança integrada	Sistema de Vídeo-monitoramento ampliado	unidade	1	0

Fonte: Sistema Integrado de Monitoramento e Avaliação (Sima). (*) Dados preliminares sujeitos a revisão.

PRINCIPAIS REALIZAÇÕES:

• Estruturação de 41 unidades da PMCE com a aquisição de bens do tipo: equipamento de proteção individual, armamento e viaturas.

• Conclusão da formação de 2.705 profissionais para preenchimento de vagas no cargo de Soldado da PMCE.

• Implantação da Uniseg III – Conjunto Ceará, da Uniseg IV – Bom Jardim e da Uniseg de Sobral.

• Implantação de nove Companhias do Batalhão Raio (BPRaio), abrangendo os municípios de Tauá, Canindé, Maracanaú, Caucaia, Fortaleza, Maranguape, Crato, Eusébio e Acaraú.

• Capacitação de 1.892 profissionais de segurança pública nos cursos de Capacitação e Habilitação Profissional.

• Capacitação de 1.980 profissionais de segurança pública nos cursos de Ascensão Profissional.

• Estruturação do prédio da Coordenadoria de Identificação Humana e Perícias Biométricas, incluindo a reforma da estrutura física e substituição de ativos da infraestrutura de TI, diminuindo o *downtime* dos serviços prestados.

• Implantação da nova sede da Delegacia de Capturas.

• Implantação da nova sede do 32º DP – Bom Jardim.

• Implantação do aplicativo "190 Ceará", para acionamento do policiamento ostensivo por meio de smartphones.

PROGRAMA 007 – SEGURANÇA PÚBLICA CIDADÃ

O Programa tem como objetivo aumentar a sensação de segurança e a credibilidade dos órgãos da segurança pública perante a população cearense, tendo como público-alvo a sociedade cearense.

Este programa possui as seguintes iniciativas prioritárias, cujo desempenho físico de seus produtos principais pode ser observado na tabela abaixo:

Iniciativas Prioritárias	Produto	Unidade de Medida	Programado 2017	Realizado 2017(*)
Ampliação dos serviços voltados à preservação dos direitos das crianças, adolescentes, mulheres e minorias	Delegacia implantada	unidade	1	0
Ampliação de ações educacionais de resistência às drogas e projetos sociais	Município beneficiado	unidade	89	58
Melhoria da estrutura das unidades prestadoras de serviços de Segurança Pública	Unidade da Segurança Pública equipada	unidade	3	0

Fonte: Sistema Integrado de Monitoramento e Avaliação (Sima). (*) Dados preliminares sujeitos a revisão.

PRINCIPAIS REALIZAÇÕES:

• Realização do Programa Educacional de Resistência às Drogas (Proerd), em 58 municípios do Estado.

• Estruturação das unidades de saúde da Polícia Militar.

• Realização de mais de 12.000 atendimentos de saúde, tendo com público-alvo os profissionais de segurança pública e seus dependentes.

• Realização do Encontro Estadual dos Conselhos Comunitários de Defesa Social (CCDS), no Centro de Eventos.

• Criação do Conselho de Defesa do Policial no Exercício da Função.

PROGRAMA 024 – CONTROLE DISCIPLINAR DOS SISTEMAS DE SEGURANÇA PÚBLICA E PENITENCIÁRIO

O Programa tem como objetivo prevenir e inibir transgressões disciplinares dos agentes dos órgãos de segurança pública e do sistema penitenciário, tendo como público-alvo os agentes desses órgãos.

Este programa possui as seguintes iniciativas prioritárias, cujo desempenho físico de seus produtos principais pode ser observado na tabela abaixo:

Iniciativas Prioritárias	Produto	Unidade de Medida	Programado 2017	Realizado 2017(*)
Promoção da melhoria das atividades de controle disciplinar	Servidor capacitado	unidade	137	158
Manutenção da oferta de serviços da Controladoria Geral de Disciplina	Unidade Operacional mantida	unidade	5	5

Fonte: Sistema Integrado de Monitoramento e Avaliação (Sima). (*) Dados preliminares sujeitos a revisão.

PRINCIPAIS REALIZAÇÕES:

• Oferta de serviços relativos à orientação, controle, acompanhamento, investigação, auditoria, processamento e punição disciplinares, por meio da Célula de Fortaleza e de quatro Células Regionais (Juazeiro do Norte, Sobral, Quixadá e Tauá).

• Realização de quatro eventos na Região da Grande Fortaleza, referentes à promoção do diálogo com a sociedade civil, por meio de reuniões com entidades (associações, sindicatos, representativas dos trabalhadores da área da Segurança Pública e Sistema Penitenciário do Ceará).

• Capacitação de 158 servidores nas atividades de controle disciplinar.

• Realização de 31 sessões de mediação, do total de 52 processos recebidos pelo Núcleo de Soluções Consensuais, até o mês de novembro de 2017.

TEMA – JUSTIÇA E CIDADANIA

Promover a justiça significa garantir o cumprimento da legislação, valorizando os princípios constitucionais que estabelecem a máxima do respeito à igualdade de todos os cidadãos diante da lei.

A política de Justiça e Cidadania do Governo do Estado do Ceará guia-se pelos pressupostos de uma justiça restaurativa, sustentada em termos de resolutividade conflitiva, uma modalidade alternativa de resolução de conflitos, extrajudicial, reforçada por uma série de esforços de recuperação social, promovidos pela ação integrada de poder público, família e escola.

Nesta perspectiva, são premissas fundamentais a articulação permanente com as instituições que compõem o sistema de Justiça para a sincronia das ações do estado; o fomento, a participação e efetiva colaboração da iniciativa privada e da academia, como essenciais à sustentabilidade das políticas de redução da violência e inclusão social; bem como a política do Estado de conhecer e desenvolver as experiências exitosas, nacionais e internacionais, voltadas à redução da violência, à efetiva inclusão social de

fomento à cultura de paz.

O resultado esperado neste tema estratégico é a população contemplada com sistema de justiça eficaz e humanizado. O desempenho dos indicadores que medem o alcance do referido resultado pode ser observado na tabela abaixo:

Indicadores Temáticos – 2014-2017

Indicador	Unidade de Medida	2014	2015	2016	2017	
					Prog.	Real.(*)
Percentual de internos matriculados no sistema educacional penitenciário	%	11,56	9,24	9,54	10,21	6,79
Percentual de pessoas presas com reiterada prática delitiva	%	18,21	31,21	32,83	18,21	33,20
Percentual de pessoas presas de forma provisória sobre a população carcerária	%	49,30	42,23	47,38	35,00	49,13
Taxa de internos e/ou egressos beneficiados com qualificação profissional	%	8,17	6,28	7,94	20,82	16,17
Taxa de internos e/ou egressos empregados	%	4,52	2,70	3,31	3,40	3,26
Taxa de Ocupação de Vagas no Sistema Penitenciário	preso por vaga	1,75	2,03	2,05	2,08	2,06

Fonte: Sejus. (*) Dados preliminares sujeitos a revisão.

No tocante ao indicador "Percentual de internos matriculados no sistema educacional penitenciário", a oferta educacional chegou em 2017 a 1.858 internos, resultado ainda abaixo das expectativas, em virtude de não terem sido retomadas as aulas em algumas unidades prisionais que sofreram rebeliões no ano de 2016 e que precisaram passar por reformas. Isso resultou em uma realização 3,42 pontos percentuais abaixo da meta programada para o ano. Das unidades em funcionamento, 43 contaram com salas de aula, podendo destacar a inclusão das unidades prisionais Agente Luciano Andrade Lima e Desembargador Francisco Adalberto Barros de Oliveira Leal. Em 2017, o Governo voltou a participar do Exame Nacional para Certificação de Competências de Jovens e Adultos (ENCCEJA), tendo 2.190 alunos inscritos que buscam a certificação no Ensino Fundamental. Já o Exame Nacional do Ensino Médio alcançou o número de 1.003 inscritos. Foram aprovados 16 detentos para o Ensino Superior e 120 jovens foram capacitados no Primeiro Passo Jovem Bolsista.

O indicador "Taxa de internos e/ou egressos beneficiados com qualificação profissional", embora não tenha atingido a meta estabelecida para o ano, ficou 103,65% acima do valor realizado em 2016. Isso pode ser explicado pelo incremento de ações como realização de cursos e capacitações online, em parceria com o Instituto Mundo Melhor.

Sobre o "Percentual de pessoas presas com reiterada prática delitiva", é importante esclarecer que, embora se esteja longe de alcançar a meta programada, todos os esforços têm sido feitos para evitar que este número cresça ainda mais. Para isso, dentre outras ações, o Governo tem investido nas ações de qualificação profissional e empregabilidade dos presos e egressos, com vistas a ofertar novas oportunidades e, assim, reduzir o percentual de reincidentes no sistema.

No que tange ao indicador "Taxa de internos e/ou egressos empregados", o realizado ficou muito próximo da meta programada, refletindo o esforço que o Governo tem feito no sentido de fazer projetos e firmar parcerias com empresas para contratarem mão de obra dentro e oriunda do sistema prisional. Exemplo disso foi a contratação de 80 presos por cinco empresas instaladas dentro das unidades prisionais no ano de 2017.

No que diz respeito ao indicador "Percentual de pessoas presas de forma provisória sobre

a população carcerária", observa-se que este percentual tem crescido nos últimos anos, sobretudo pelos desafios à celeridade do Sistema de Justiça no julgamento dos processos. Contudo, é importante destacar o trabalho feito pela Central de Alternativas Penais (CAP), que atualmente acompanha cerca de 3.000 pessoas que poderiam estar presas de forma provisória, mas estão contempladas com alternativas prisionais.

Outrossim, o indicador "Taxa de Ocupação de Vagas no Sistema Penitenciário" não depende apenas das ações desenvolvidas pelo Governo, por meio da Secretaria da Justiça e Cidadania (Sejus), mas também do trabalho que é feito pelo Sistema de Justiça. Uma vez que a prestação jurisdicional não tem sido célere o suficiente para dar conclusão aos processos, estabelecendo sentenças de condenação ou de liberdade à população penitenciária, há impacto direto em todo o sistema prisional, verificado pela superlotação das vagas. Nesse contexto, uma das ações adotadas para reduzir o excedente prisional é a construção de novas unidades prisionais, a exemplo da Unidade Masculina Professor José Sobreira de Amorim, com oferta de 600 vagas.

PROGRAMAS TEMÁTICOS DA JUSTIÇA E CIDADANIA

Para que o Governo pudesse apresentar o desempenho observado nos indicadores relacionados acima, as ações finalísticas referentes a este tema estratégico foram desenvolvidas por meio do programa Infraestrutura e Gestão do Sistema Penitenciário, utilizando, para tanto, um volume de recursos orçamentários da ordem de R$ 244,55 milhões.

PROGRAMA 004 – INFRAESTRUTURA E GESTÃO DO SISTEMA PENITENCIÁRIO

O Programa tem como objetivo garantir a infraestrutura apropriada à gestão das atividades afins do Sistema Penitenciário do Ceará, tendo como público-alvo servidores, funcionários, presos e egressos do sistema penitenciário.

Este programa possui as seguintes iniciativas prioritárias, cujo desempenho físico de seus produtos principais pode ser observado na tabela abaixo:

Iniciativas Prioritárias	Produto	Unidade de Medida	Programado 2017	Realizado 2017(*)
Ampliação da oferta de vagas no sistema prisional	Unidade Prisional implantada	unidade	3	1
Desenvolvimento de ações voltadas à ressocialização e ao apoio à empregabilidade do preso e egresso	Preso/Egresso beneficiado	unidade	12.612	9.650

Fonte: Sistema Integrado de Monitoramento e Avaliação (Sima). (*) Dados preliminares sujeitos a revisão.

PRINCIPAIS REALIZAÇÕES:

• Ampliação de 600 vagas no sistema prisional, com a inauguração da Cadeia Pública Masculina Professor José Sobreira de Amorim, em Itaitinga.

• Ampliação do encaminhamento de egressos ao mercado de trabalho, a partir da regulamentação da Lei das Vagas – Lei N° 15.854/2015, possibilitando a entrada de 305 egressos no mercado de trabalho.

• Reforço na industrialização dos presídios, com a implantação de cinco empresas dentro do sistema prisional, que beneficiaram 80 presos, por meio das oficinas de trabalho realizadas nas unidades.

• Realização do Projeto Livro Aberto, que consiste na remissão de pena pela leitura e beneficiou 1.358 presos.

• Atendimento a 9.650 pessoas, considerando presos e egressos, com ações de qualificação profissional e cultura.

TEMA – POLÍTICA SOBRE DROGAS

A política sobre drogas traz, em sua essência, o desafio da intersetorialidade e da transversalidade que todo tema complexo requer. Seus princípios já herdam da luta por uma sociedade justa e igualitária a garantia do respeito à dignidade humana, aos direitos humanos e ao cuidado em liberdade.

Como tal, devem convergir diferentes saberes e práticas que permitam a compreensão do fenômeno contemporâneo do uso abusivo de drogas, de modo integrado e diversificado, com uma leitura plural, multidisciplinar, com compreensão ampla da vida, que considere a pessoa como sujeito de direitos na perspectiva da integralidade do ser e de sua autonomia.

As estratégias de intervenção devem ser concebidas de forma ampla, estimulando práticas que possibilitem maior humanização e acolhimento, de forma a estimular o envolvimento da coletividade na discussão e implementação de práticas, inclusive de cunho econômico, não excludentes das pessoas em situação de vulnerabilidade social.

Neste contexto, o Governo está priorizando o fortalecimento da Política Estadual sobre Drogas, ampliando as ações já desenvolvidas, garantindo uma intervenção intersetorial, com ações integradas nas áreas da educação, saúde, assistência social, cultura, esporte e lazer, além da segurança pública.

O resultado esperado neste tema estratégico são as pessoas, famílias e comunidades com proteção ampliada no âmbito das drogas. O desempenho dos indicadores que medem o alcance do referido resultado pode ser observado na tabela abaixo:

Indicadores Temáticos – 2014-2017

Indicador	Unidade de Medida	2014	2015	2016	2017	
					Prog.	Real.(*)
Percentual de adolescentes (12 a 17 anos) apreendidos com drogas em relação ao total de adolescentes apreendidos	%	0,04	1,78	0,99	0,03	0,90
Percentual de adolescentes (12 a 17 anos) autuados em flagrante por tráfico de drogas em relação ao total de adolescentes autuados em flagrante	%	35,47	16,10	13,02	35,00	20,18
Percentual de autuados em flagrante por tráfico de drogas em relação ao total de pessoas autuadas em flagrantes	%	15,87	17,00	16,02	15,30	16,74

Fonte: Seas/SSPDS. (*) Dados preliminares sujeitos a revisão.

Ao analisar o quadro acima, constata-se que o indicador referente ao percentual de jovens apreendidos com drogas em relação ao número total de jovens adolescentes manteve-se nos mesmos patamares do ano de 2016 (0,99%), bem inferior ao percentual alcançado em 2015, onde atingiu o patamar de 1,78%. Apesar de apresentar queda nos últimos três anos, esse indicador ainda está bem acima da meta planejada pelo Governo. No tocante aos jovens adolescentes autuados por tráfico de drogas em relação ao total de jovens autuados em flagrante, observa-se que o indicador está 42% abaixo da meta estabelecida (35%) tendo atingido o patamar de 20,18%. Mesmo assim, esse indicador sofreu um leve crescimento em relação ao valor obtido em 2016.

Em relação ao "Percentual de autuados em flagrante por tráfico de drogas em relação ao total de pessoas autuadas em flagrantes", o indicador atingiu o percentual de 16,74%, com pequena variação em relação ao ano anterior e próximo da meta estabelecida.

No conjunto, esses percentuais demonstram uma relativa estabilidade nos indicadores que medem a participação da população jovem na problemática das drogas, especialmente no envolvimento com tráfico ou porte de drogas, apesar de todos os esforços empreendidos pelo Governo, com ações voltadas à prevenção, acolhimento e cuidado e reinserção social e profissional de pessoas envolvidas com o uso abusivo de álcool e outras drogas.

A melhoria desses indicadores requer um trabalho articulado do poder público e da sociedade civil, na busca de encontrar as melhores soluções para tema tão relevante e atual no mundo moderno. A interiorização e a ampliação de ações e iniciativas voltadas para a sensibilização, orientação e prevenção ao uso de drogas junto a crianças, adolescentes, jovens e familiares, sem desconsiderar o trabalho de repressão ao tráfico, seriam de inconteste importância na diminuição desses índices, partindo da premissa de que os jovens estão tendo seu primeiro contato com a droga cada vez mais cedo.

Implantar equipamentos como os Centros de Referência sobre Drogas (CRDs), Unidades de Acolhimento e a expandir o Projeto Corre Pra Vida para bairros e cidades de maior vulnerabilidade social seriam iniciativas de grande impacto e contribuição para um Ceará com "pessoas, famílias e comunidades com proteção ampliada no âmbito das drogas".

PROGRAMAS TEMÁTICOS DA POLÍTICA SOBRE DROGAS

Para que o Governo pudesse apresentar o desempenho observado nos indicadores relacionados acima, as ações finalísticas referentes a este tema estratégico foram desenvolvidas por meio do programa Proteção Contra o Uso Prejudicial de Drogas. Para tanto, foi utilizado um volume de recursos orçamentários da ordem de R$ 3,9 milhões.

PROGRAMA 085 – PROTEÇÃO CONTRA O USO PREJUDICIAL DE DROGAS

O programa tem como objetivo reduzir as consequências sociais decorrentes do uso prejudicial de drogas para as pessoas, famílias e comunidades, tendo como público-alvo usuários, familiares e comunidade em geral.

Este programa possui as seguintes iniciativas prioritárias, que incorporam um conjunto de ações e projetos cujo desempenho físico de seus produtos principais pode ser observado na tabela abaixo:

Iniciativas Prioritárias	Produto	Unidade de Medida	Programado 2017	Realizado 2017(*)
Prestação de serviços de prevenção no âmbito das drogas	Pessoa atendida	unidade	36.065	40.951
Prestação de serviços de tratamento e acolhimento no âmbito das drogas	Pessoa atendida	unidade	150.919	50.976
Prestação de serviços de inserção social e profissional de pessoas envolvidas no uso problemático de drogas	Pessoa atendida	unidade	842	540
Melhoria da prestação de serviços no âmbito das drogas	Profissional capacitado	unidade	1.613	0

Fonte: Sistema Integrado de Monitoramento e Avaliação (Sima). (*) Dados preliminares sujeitos a revisão.

PRINCIPAIS REALIZAÇÕES:

• Expansão dos projetos de prevenção e tratamento ao uso abusivo de álcool e outras drogas para mais 23 municípios.

• Atendimento a 30 escolas de Ensino Fundamental e de Ensino Médio, com ações de prevenção ao uso abusivo de álcool e outras drogas, em parceria com o Governo Federal.

• Capacitação de 767 profissionais ligados às áreas de saúde, educação e assistência social sobre a temática Política sobre Drogas, com ênfase na prevenção ao uso abusivo de álcool e outras drogas e na valorização da vida.

• Sensibilização, orientação e capacitação de 40.951 pessoas (jovens e adolescentes em período escolar, familiares e lideranças comunitárias), com informações sobre prevenção e tratamento ao uso abusivo de álcool e outras drogas.

• Realização de 25 gincanas artístico-culturais, envolvendo diferentes expressões artísticas, incluindo premiações a partir da leitura da realidade, com sinalizações de perspectivas de futuro saudáveis para indivíduos, família e comunidades, em 25 escolas do Ensino Médio da rede pública, com a participação efetiva 23 mil pessoas, entre alunos, pais, profissionais da educação e pessoas das comunidades do entorno das escolas, além da realização de 25 exposições/passeatas nas comunidades dos municípios beneficiados com as ações.

• Encaminhamento de 195 usuários de substâncias psicoativas para o sistema de acolhimento e cuidado da dependência química em 12 Comunidades Terapêuticas, com uma média de seis meses de tratamento.

• Capacitação social e profissional de 540 pessoas em situação de acolhimento e cuidado nas comunidades terapêuticas, visando à inserção profissional no mercado de trabalho.

• Realização de 71 encontros/eventos, em 68 municípios, com a participação de 1.646 pessoas, com o objetivo de disseminar a política sobre drogas, orientando prefeituras e sociedade civil na implementação de políticas locais e na implantação de Conselhos Municipais de Políticas sobre Drogas (COMPODS).

• Participação da unidade móvel em 32 eventos, em 27 municípios, para atendimentos diversos a 13.754 pessoas.

• Realização de um curso de Formação de Multiplicadores em Prevenção ao Uso Abusivo de Drogas, com a participação de 65 profissionais.

• Realização de 14 palestras para profissionais de diversas instituições sobre a temática Política sobre Drogas.

• Realização do I Seminário Estadual de Políticas sobre Drogas.

• Realização do Simpósio de Políticas sobre Drogas – Novas Perspectivas no Eixo da Prevenção.

NOVAS IDEIAS NOS VAS CONQUISTAS

GOVERNO CEARÁ

TEMAS TRANSVERSAIS >>

TEMA – DESENVOLVIMENTO INTEGRAL DA JUVENTUDE

O Tema Desenvolvimento Integral da Juventude tem por objetivo o desenvolvimento e fortalecimento de ações voltadas para o segmento da juventude no Estado do Ceará, por meio da implementação, manutenção e monitoramento de Políticas Públicas de Estado nas áreas de Educação, Saúde, Cultura, Esporte, Lazer, Segurança, Trabalho e Empreendedorismo, garantindo, também, por meio de normatizações, a estabilidade dos direitos e deveres dos jovens na faixa de 15 a 29 anos.

O principal desafio do Estado do Ceará é diminuir os altos índices de homicídios que incidem, sobretudo, sobre a população jovem. De acordo com o Mapa da Violência 2015, o Ceará é o terceiro estado no ranking de homicídios por arma de fogo do Brasil. Diante deste cenário, o Governo do Estado lançou o Programa Ceará Pacífico, que tem o objetivo de construir alternativas para a diminuição dos homicídios do Ceará através da articulação de diferentes políticas públicas, fortalecimento das iniciativas inovadoras da sociedade civil e promoção de uma segurança cidadã. A ideia, acima de tudo, é fortalecer e ampliar ações de prevenção dos homicídios, promovendo a garantia de direitos dos cidadãos e mediação de conflitos nos territórios de maior vulnerabilidade social.

Assim, o Governo desenvolve políticas de acesso à escolarização, ao trabalho e à renda e de enfrentamento à mortalidade juvenil, destacando-se, dentre as principais iniciativas, a execução do Programa Nacional de Inclusão de Jovens (Projovem), que tem o objetivo de ampliar o acesso à educação e à qualificação profissional para jovens de 15 a 29 anos que não concluíram o Ensino Fundamental. Tem, ainda, articulado políticas de acesso à educação, à cultura, à qualificação profissional, aos esportes coletivos e ao acesso à justiça, junto às demais secretarias, promovendo uma ressignificação dos territórios e uma cultura de paz. Dessa forma, enxerga-se o jovem como um sujeito de direitos, que deve tê-los garantidos pelo Estado, para ter condições de viver com dignidade, desenvolver suas potencialidades e construir uma sociedade cada vez melhor.

PRINCIPAIS REALIZAÇÕES:

PROGRAMA 058 – DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL NOS NÍVEIS: FORMAÇÃO INICIAL E CONTINUADA, TÉCNICO E TECNOLÓGICO

• Revitalização e tematização de 14 Centros Vocacionais Tecnológicos, de acordo com a vocação e demanda dos municípios, por meio da entrega de 15 laboratórios em Fortaleza, Horizonte, Maranguape, Maracanaú, Iguatu, Quixeré, Brejo Santo, Quixadá, Massapê, São Benedito, Aracoiaba, Crateús, Tabuleiro do Norte, Limoeiro do Norte.

• Capacitação de 10.165 pessoas nos cursos de formação inicial e continuada, por meio dos 33 Centros Vocacionais Tecnológicos (CVTs), Centro de Treinamento do Trabalhador Cearense (CTTC) e Universidade do Trabalho Digital (UTD).

• Graduação técnica de 146 profissionais para o mercado de trabalho nas áreas de Eletroeletrônica, Meio ambiente, Mecânica, Eletrotécnica, Agricultura, Metalurgia, Eletromecânica, Cozinha, Saúde, Segurança do Trabalho, nas macrorregiões do Cariri, Sertão Central e Grande Fortaleza.

• Graduação de 73 Tecnólogos de Nível Superior nas áreas de Alimentos, Saneamento Ambiental, Irrigação e Drenagem, Eletromecânica e Agronegócio, nas regiões do Cariri e Sertão Central.

• Graduação de 70 pessoas nos cursos de especialização técnica em Enfermagem do Trabalho, em Fortaleza, e capacitação de 627 pessoas pelo programa Funece/Pronatec, totalizando 697 pessoas beneficiadas.

PROGRAMA 061 – DESENVOLVIMENTO DA PRODUÇÃO CIENTÍFICA, DA DIFUSÃO TECNOLÓGICA E DA CULTURA DE INOVAÇÃO

• Capacitação de 400 jovens empreendedores em Modelagem de Negócio, por meio do Programa Corredores Digitais.

PROGRAMA 071 – GESTÃO E DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO SUPERIOR

• Oferta de 9.564 vagas nos cursos de graduação pelas Instituições de Ensino Superior (IES) Estaduais, beneficiando a população das 14 macrorregiões, sendo 7.814 presenciais e 1.750 pelo ensino a distância.

• Atendimento a 3.048 alunos matriculados nos cursos de graduação das universidades públicas estaduais, com ações de Assistência Estudantil, por meio de Bolsas de Estágio e Auxílio Alimentação.

• Atendimento a 53.201 pessoas, por meio das ações de extensão universitária desenvolvidas pelas IES Estaduais.

PROGRAMA 044 – PROMOÇÃO DO ACESSO E FOMENTO À PRODUÇÃO E DIFUSÃO DA CULTURA CEARENSE

• Realização de mais de 70 ações culturais, para um público de 26.642, pessoas no Centro Cultural Bom Jardim (CCBJ), destacando-se as formações nas linguagens da dança, teatro, literatura e circo, todas voltadas para o jovem, com destaque para o Encontro das Juventudes e para o II Fórum de Juventude do Grande Bom Jardim.

• Apoio ao Simpósio Internacional Sobre a Juventude Brasileira, no Cineteatro São Luiz.

• Realização da Feira Gastronômica e de Artesanato e Mostra Cultural, com um público de 1.687 pessoas.

PROGRAMA 006 – INCLUSÃO E EQUIDADE NA EDUCAÇÃO

• Implantação do Centro de Educação de Jovens e Adultos de Caucaia, beneficiando jovens na faixa etária de 18 a 29 anos e adultos da região da Grande Caucaia e municípios vizinhos que não concluíram a Educação Básica e estão fora da escola.

• Matrícula de 16.899 alunos na modalidade Educação de Jovens e Adultos (EJA), com destaque para 5.083 alunos regularmente matriculados na rede estadual de ensino, no Curso EJA + Qualificação Profissional, voltado para jovens na faixa etária de 18 a 29 anos e adultos que não concluíram a Educação Básica e estão fora da escola, distribuídos em 118 escolas, de 60 municípios de todas as regiões do Estado do Ceará

PROGRAMA 020 – ENSINO INTEGRADO À EDUCAÇÃO PROFISSIONAL

• Implantação de duas Escolas de Ensino Integrado à Educação Profissional (EEEP), totalizando 117 unidades escolares da rede estadual de ensino nesta modalidade.

• Formação de 15.199 alunos em estágio curricular obrigatório, correspondendo às cargas horárias de 400h/a ou 600h/a, conforme a exigência curricular.

PROGRAMA 023 – GESTÃO E DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO BÁSICA

• Implantação de 45 escolas estaduais de Educação Básica em Tempo Integral, totalizando 72 unidades escolares da rede estadual de ensino nesta modalidade.

• Atendimento no Núcleo de Trabalho, Pesquisa e Práticas Sociais (NTPPS) aos alunos de 165 escolas, sendo 94 de tempo parcial e 71 em tempo integral.

• Oferta de reorganização curricular do Ensino Médio Noturno para 3.450 alunos.

PROGRAMA 076 – GESTÃO DO TRABALHO, DA EDUCAÇÃO E DA CIÊNCIA E TECNOLOGIA NA SAÚDE

• Capacitação de 53 jovens dos bairros do Vicente Pinzon, Barra do Ceará e Bom Jardim, discutindo ações de redução de danos nesses territórios e esclarecendo sobre o uso de drogas com o menor dano possível à saúde do adolescente.

• Formação de 18 Técnicos em Radiologia e em Agente Comunitário de Saúde, com idade entre 18 a 29 anos.

PROGRAMA 085 – PROTEÇÃO CONTRA O USO PREJUDICIAL DE DROGAS

• Realização de 71 encontros/eventos, com a participação de 1.646 pessoas, com o objetivo de disseminar a política sobre drogas, orientando prefeituras e sociedade civil na implementação de políticas locais e na implantação de conselhos municipais sobre drogas.

• Formação de 790 lideranças estudantis, em 25 escolas do Ensino Médio, para trabalharem como multiplicadores de uma metodologia utilizada na prevenção ao uso abusivo de drogas.

• Capacitação de 8.960 estudantes de escolas do Ensino Médio na utilização dos jogos da metodologia de prevenção às drogas da Secretaria Especial de Políticas sobre Drogas (SPD).

PROGRAMA 078 – INCLUSÃO E DESENVOLVIMENTO DO TRABALHADOR

• Qualificação de 4.539 jovens, por meio de cursos de formação inicial e continuada do projeto Primeiro Passo, nas linhas de ação Jovem Bolsista, Jovem Aprendiz e Empreendedor Criativo.

• Inserção de 1.751 jovens em atividades de estágio, por meio da qualificação em serviço, em instituições públicas e privadas, com e sem fins lucrativos (uma das linhas de ação do projeto Primeiro Passo).

PROGRAMA 054 – PROMOÇÃO E DEFESA DOS DIREITOS HUMANOS

• Apoio à realização da 10ª Bienal da União Nacional dos Estudantes (UNE), no Centro Dragão do Mar de Arte e Cultura, com a participação de 5.173 pessoas.

• Elaboração, mobilização e acompanhamento do projeto Educação de Jovens e Adultos (EJA), articulado à Qualificação Profissional junto à Secretaria da Educação.

• Lançamento do Edital NaPaz, com a

participação de cerca de 3.000 pessoas, em parceria com o Programa Ceará Pacífico e o Instituto de Desenvolvimento do Trabalho.

• Capacitações para 7.507 jovens, sendo 5.230 por meio dos Projovens Urbano 3, Urbano 5, Campo Saberes da Terra, e as demais, por meio de curso de Fabricação de Pães Artesanais e Caseiros, em parceria com o Serviço Nacional de Aprendizagem Rural (SENAR), participando da Feira Agroecológica, em parceria com o Instituto Antônio Conselheiro; intercâmbio das turmas de Quixeramobim e Araripe para conhecimento de um Sistema de Bioágua, dentre outras.

• Capacitação sobre o ID Jovem no Ceará, documento que permite aos jovens de baixa renda acesso à mobilidade e cultura, em parceria com a Secretaria Nacional de Juventude, com a participação de 75 pessoas.

• Viabilização da meia estudantil para cerca de 23.002 jovens nas macrorregiões do Ceará.

TEMA – POLÍTICA DE GÊNERO

O tema Política de Gênero visa garantir o acesso às políticas públicas de proteção às mulheres e enfrentamento às diversas formas de violência, por meio da criação e fortalecimento de organismos sociais, ampliação da rede de atendimento e interiorização das políticas de gênero, com foco no empoderamento e autonomia das mulheres.

O combate à violência contra a mulher é uma luta diária no Brasil. No Ceará, o número de denúncias cresce a cada ano e, para dar o devido suporte e atendimento às mulheres, o Estado vem fortalecendo sua rede de enfrentamento a esse tipo de violência.

A implantação da Casa da Mulher Brasileira, em parceria com a Secretaria de Políticas para as Mulheres da Presidência da República, é uma ação estratégica que vem sendo desenvolvida para a política de gênero do Estado do Ceará, com impacto direto na adequação e celeridade do atendimento prestado às usuárias, pois reúne espacialmente serviços especializados e garante uma metodologia unificada nas políticas de enfrentamento à violência de gênero, com envolvimento de outros entes e do Sistema de Justiça, para garantir condições de enfrentamento à violência, o empoderamento da mulher e sua autonomia econômica.

A autonomia econômica das mulheres constitui fator de suma importância na busca pela equidade de gênero, representando uma perspectiva de vida de longo prazo, com acesso a previdência social e a serviços públicos. Isso ressalta a necessidade de desenvolvimento de políticas públicas voltadas para a inserção e a permanência das mulheres no mundo do trabalho e a ampliação dos seus direitos sociais.

Promover a igualdade de gênero também passa por garantir a participação política das mulheres e o controle social, tendo como maior expressão o fortalecimento do Conselho Cearense dos Direitos da Mulher, através do qual tem-se ampliado a participação popular na elaboração das políticas de gênero, através da implantação dos Fóruns Regionais dos Conselhos Municipais de Mulheres em todo o Estado, refletindo a necessidade de que as mudanças sejam promovidas nas variadas esferas sociais: culturais, educacionais, legislativas e institucionais.

PRINCIPAIS REALIZAÇÕES:

PROGRAMA 044 – PROMOÇÃO DO ACESSO E FOMENTO À PRODUÇÃO E DIFUSÃO DA CULTURA CEARENSE

• Realização de três dias de Programação do Dia das Mulheres no Centro Cultural Bom Jardim, em parceria com a Defensoria Pública do Estado do Ceará, com um público de 180 pessoas.

• Realização de dois encontros "Abertura do Curso de Formação – Mulheres Negras: Rompendo Silêncios e Invisibilidades", parceria do Museu do Ceará com o Instituto Negra do Ceará, que reuniu 120 pessoas.

• Realização de duas capacitações voltadas para o tema: "Curso de Formação Inegra – Interseccionalidade: Feminismo Negro-Mulherismo. Mulheres Negras: Quem Somos? Lésbicas, Encarceradas, Jovens" e "Curso de Formação Inegra – Mulheres Negras e Quilombolas. Mulheres Negras e Povos de Terreiro", realizadas pela parceria do Instituto Inegra do Ceará com o Museu do Ceará.

PROGRAMA 006 – INCLUSÃO E EQUIDADE NA EDUCAÇÃO

• Capacitação de 180 educadores (professores e gestores) da rede estadual de ensino, na temática Direitos Humanos em Gênero e Sexualidade, nas Regiões de Grande Fortaleza e Sertão de Sobral.

• Atendimento a 4.257 alunos e 1.868 educadores (gestores e professores), de 180 escolas estaduais, por meio de atividades pedagógicas relativas ao Combate à Discriminação e à Violência Sexual, e à Promoção da Defesa dos Direitos Humanos no âmbito escolar.

PROGRAMA 057 – ATENÇÃO À SAÚDE INTEGRAL E DE QUALIDADE

• Realização do seminário Planejamento Sexual e Reprodutivo para Mulheres em Situação de Risco Social, visando implementar o planejamento reprodutivo nas Unidades de Saúde referenciadas.

• Realização da Campanha Quem Espera, Espera, na perspectiva de reduzir cesarianas desnecessárias e conscientizar a população e profissionais sobre a importância do trabalho de parto espontâneo.

PROGRAMA 072 – PROTEÇÃO SOCIAL ESPECIAL

• Atendimento por meio de acolhimento institucional a 25 mulheres vítimas de violência, acompanhadas de seus filhos, totalizando 50 crianças/adolescentes.

PROGRAMA 054 – PROMOÇÃO E DEFESA DOS DIREITOS HUMANOS

• Realização da I Caravana de Combate à Violência Contra a Mulher, em 20 escolas, nas regiões da Grande Fortaleza, Sertão de Sobral, Serra da Ibiapaba e Cariri, com a participação de 2.117 pessoas.

• Atendimento, por meio das Unidades Móveis de Acolhimento, às Mulheres em Situação de Violência do Campo, da Floresta e das Águas, à população de 29 distritos pertencentes a 13 municípios cearenses, contemplando as macrorregiões do Cariri, Região Metropolitana de Fortaleza, Sertão Central, Sertão dos Inhamuns, Serra da Ibiapaba, Vale do Jaguaribe e Sertão de Canindé.

TEMA – IGUALDADE ÉTNICO-RACIAL

O Tema Igualdade Étnico-Racial tem como principal objetivo a implementação de políticas públicas que atendam às demandas dos grupos historicamente discriminados: indígenas, quilombolas, povos de terreiro, população negra e ciganos(as). Busca ampliar o debate sobre questões que dizem respeito às diversas manifestações de racismo e fortalecer as ações com o intuito de realizar sua superação, bem como apoiar o etnodesenvolvimento de povos e comunidades tradicionais e reduzir as desigualdades por meio de políticas setoriais, dando ênfase ao pertencimento étnico-racial.

Essa questão envolve o desenvolvimento de ações que promovam a proteção dos direitos de indivíduos e grupos étnicos afetados por discriminações raciais e demais formas de intolerância, de modo articulado com os diversos setores das administrações públicas estadual, municipais, assim como órgãos não governamentais e a sociedade de modo geral.

Visando assegurar a promoção da igualdade étnico-racial, o Governo do Estado assume o compromisso com a execução qualificada e efetiva de ações que promovam desenvolvimento econômico e social em benefício de negros(as), indígenas, quilombolas, povos de terreiro e ciganos(as), assim como o combate às múltiplas formas de violências e violações de direitos que incidem sobre este público.

PRINCIPAIS REALIZAÇÕES:

PROGRAMA 006 – INCLUSÃO E EQUIDADE NA EDUCAÇÃO

• Atendimento a 47 escolas, localizadas em áreas rurais ou urbanas, que desenvolvem proposta pedagógica específica e diferenciada, atendendo às populações do campo, indígenas e quilombolas.

• Implantação de duas escolas do campo, sendo uma no município de Monsenhor Tabosa e a outra no município de Ocara.

• Formação de 100 professores da rede estadual de ensino na temática das relações étnico-raciais, como forma de implementação da Lei Nº 11.645/2013, que trata da inserção dessa temática transversal no currículo das escolas.

PROGRAMA 054 – PROMOÇÃO E DEFESA DOS DIREITOS HUMANOS

• Realização das Conferências Macrorregionais de Promoção da Igualdade Racial nas regiões da Grande Fortaleza, Maciço de Baturité, Sertão de Canindé, Sertão Central, Sertão de Crateús, Sertão dos Inhamuns, Cariri, Centro Sul, Vale do Jaguaribe, Litoral Norte, Vale do Curu, Litoral Leste e Itapipoca, com a participação da sociedade civil e representantes governamentais.

• Realização da IV Conferência Estadual de Promoção da Igualdade Racial (Conepir), realizada em Fortaleza, no período de 11 a 12 de novembro de 2017, com a participação de 226 delegados(as).

• Capacitação de 31 agentes públicos do Centro de Pesquisa e Assessoria (Esplar) sobre relações sociais e o trabalho social com povos e comunidades tradicionais no campo.

• Realização da tradicional Festa de Yemanjá, na Praia de Iracema, promovida pela

Associação Cultural Pai Luiz de Aruanda, Associação Espírita de Umbanda e Centro Cultural de Umbanda.

• Palestra sobre Raça e Projeto Colonial, no bairro Granja Lisboa, com alunos do Ensino Médio, EJA e professores da Escola CAIC Maria Alves Carioca, bem como representantes do movimento social Tambores do Gueto, com a participação de 50 pessoas.

• Capacitação de grupos vulneráveis, com a temática Mulheres Negras e o Enfrentamento ao Racismo, no bairro Canindezinho, com a participação de 31 pessoas.

TEMA – PROMOÇÃO DE DIREITOS PARA A POPULAÇÃO DE RUA

O tema Promoção de Direitos para a População de Rua tem por objetivo o fortalecimento da política pública para atender esse segmento, centrada a partir de três eixos: capacitação de agentes públicos para o atendimento à população em situação de rua; geração de emprego e renda e aquisição de moradia digna.

São inúmeras as causas que levam homens, mulheres e crianças a saírem de suas casas e adotarem as ruas como seus lares. Uso abusivo de álcool e drogas, maus tratos, violência doméstica e desemprego estão dentre os principais fatores.

O Movimento Nacional da População de Rua de Fortaleza apresenta demandas históricas relacionadas ao enfrentamento à violência institucional, sobretudo em face da atuação de agentes da segurança pública e da saúde; à necessidade de políticas públicas específicas de geração de trabalho e renda, por meio da economia solidária; e à inclusão da população em situação rua nos programas de moradia e projetos alternativos, como locação social e desapropriação de prédios no Centro da cidade.

Alinhado a estes anseios, o Centro de Referência em Direitos Humanos do Ceará fornece atendimento jurídico e psicossocial à população de rua. Em função de um alto índice de subregistro civil, por meio de sua atuação no Comitê Estadual de Políticas Públicas para a População em Situação de Rua, o Governo do Estado formulou, no segundo semestre de 2016, a lei que garante isenção na expedição da segunda via da carteira de identidade para a população em situação de rua, viabilizando o acesso aos principais programas governamentais e a utilização de serviços públicos.

PRINCIPAIS REALIZAÇÕES:

PROGRAMA 085 – PROTEÇÃO CONTRA O USO PREJUDICIAL DE DROGAS

• Realização de 4.950 serviços/atendimentos às pessoas em situação de rua na capital, por meio do Módulo Corre pra Vida, nos quais se incluem orientações sobre a redução de danos por conta do uso de droga, bem como atendimentos individuais, acolhimento à crise, acompanhamento pré-natal, curativos/cuidados de enfermagem, medicação assistida, rodas de conversa, oficinas e acompanhamento familiar.

• Promoção do acolhimento e tratamento de

pessoas com uso problemático de álcool e outras drogas, por meio de parceria realizada com doze Comunidades Terapêuticas, beneficiando mais de 200 pessoas, gerando um total de 31.040 diárias de internação.

PROGRAMA 072 – PROTEÇÃO SOCIAL ESPECIAL

• Atendimento a 587 pessoas nos serviços de Proteção Social Especial, nas Unidades dos Centros de Referência Especializados de Assistência Social (CREAS) Regionais de Fortaleza e Cariri.

• Realização de seminário sobre o serviço de acolhimento e a metodologia de atendimento à população de rua, no município de Caucaia, com a participação de 279 pessoas.

TEMA – ATENÇÃO À PESSOA COM DEFICIÊNCIA

O Tema Atenção à Pessoa com Deficiência tem como principal propósito a articulação junto às setoriais de Governo do Estado, municípios e Governo Federal, para monitoramento, acompanhamento e indução de ações voltadas à efetivação dos direitos das pessoas com deficiência.

Tais ações devem ser consonantes com a Constituição Federal de 1988 que, em seu artigo 1º, acolhe a dignidade humana como um dos fundamentos da República, e com a nova legislação da pessoa com deficiência, que entrou em vigor no dia 1º de janeiro de 2016 (Lei Brasileira de Inclusão ou Estatuto da Pessoa com Deficiência), a qual estabelece, em seu art. 1º, que devem estar assegurados e promovidos, em condição de igualdade, o "exercício dos direitos e das liberdades fundamentais por pessoa com deficiência, visando à sua inclusão social e cidadania".

Com a finalidade de estabelecer esse exercício, o Governo do Estado do Ceará busca implementar políticas que visem à efetivação dos direitos das pessoas com deficiência, alinhadas aos marcos legais supracitados, às orientações da Convenção da ONU e ao seu protocolo facultativo (Decreto Nº 6.949/2009). Um dos grandes desafios para a Pessoa com Deficiência (PcD) reside na questão do ingresso no mercado de trabalho, mesmo com o estabelecimento da política de cotas, reservando postos de trabalho para as pessoas nessa condição, tanto no setor público quanto na iniciativa privada, por motivações que passam desde o preconceito dos empregadores, à falta de preparo das instituições para atender a esse segmento populacional, incluindo as condições de trabalho que lhes são ofertadas.

Nesse sentido, o Governo do Estado desenvolve um conjunto de ações na perspectiva transversal das políticas voltadas para a Pessoa com Deficiência, disseminando a cultura da acessibilidade através de participação e apoio a eventos, seminários, realização de oficinas de capacitação, apoio e participação em ações desenvolvidas por instâncias da sociedade civil representativas do segmento, como conselhos e organizações não governamentais para pessoas com deficiência, visando garantir a efetividade dos direitos deste público no Ceará.

PRINCIPAIS REALIZAÇÕES:

PROGRAMA 071 – GESTÃO E DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO SUPERIOR

• Concessão do Selo de Acessibilidade Padrão Prata à Universidade Estadual Vale do Acaraú (UVA), pelas instalações do Restaurante Universitário (RU), realizada pelo Conselho Municipal dos Direitos da Pessoa com Deficiência e a Prefeitura de Sobral.

• Realização da Feira da Ciência e Tecnologia, com apresentação de ações sobre tecnologia assistiva para Pessoas com Deficiência (PcD).

PROGRAMA 044 – PROMOÇÃO DO ACESSO E FOMENTO À PRODUÇÃO E DIFUSÃO DA CULTURA CEARENSE

• Realização da "Mostra de Acervo de Livros: Pessoas com Deficiência", na Biblioteca Espaço Estação.

• Realização de quatro oficinas com o Tema Convivendo com as Diferenças - Acessibilidade Atitudinal, com um público de 133 pessoas.

• Realização da I Mostra Cultural Acessível, em alusão ao Dia Internacional da Pessoa com Deficiência, com atividades de música, teatro e humor, para uma cultura acessível e exposição de produtos artesanais feitas por deficientes visuais.

PROGRAMA 006 – INCLUSÃO E EQUIDADE NA EDUCAÇÃO

• Atendimento a 8.284 alunos nas Salas de Recursos Multifuncionais (SRM) e nos Centros de Atendimento Educacional Especializado conveniados com o Estado.

• Formação Continuada e em Serviço para 272 professores das Salas de Recursos Multifuncionais (SRM) e para 70 técnicos das Coordenadorias Regionais de Desenvolvimento da Educação (CREDES) e Superintendência das Escolas Estaduais de Fortaleza (SEFOR), com carga horária de 200 horas, beneficiando 3.068 alunos.

• Realização de seminários na área de Educação Especial, para 110 professores e técnicos das CREDE e SEFOR, beneficiando 4.048 alunos incluídos nas escolas estaduais.

• Adaptação de 51 escolas com Salas de Recursos Multifuncionais implantadas.

• Capacitação de 932 pessoas, entre docentes da rede pública de ensino, pais e responsáveis pelo atendimento às pessoas público-alvo da educação especial, por meio do Centro de Referência em Educação e Atendimento Especializado do Ceará, nas áreas: Altas Habilidades e Superdotação, Libras, Deficiência Visual, Deficiência Intelectual, Atendimento Educacional Especializado e Transtorno do Espectro Autista.

PROGRAMA 057 – ATENÇÃO À SAÚDE INTEGRAL E DE QUALIDADE

• Apoio a 46 municípios, para averiguação e tomada de providências necessárias para regularização dos registros de procedimentos resultantes de ações do Centro de Atenção Psicossocial (CAPS) e o funcionamento efetivo desse serviço.

• Criação da Comissão Revisora de Internações Involuntárias.

PROGRAMA 072 – PROTEÇÃO SOCIAL ESPECIAL

• Atendimento no Abrigo Desembargador Olívio Câmara a 89 usuários, entre crianças, adolescentes e adultos com deficiência mental, que estão com seus direitos ameaçados ou violados.

• Realização do trabalho de manutenção/ fortalecimento de vínculos familiares e

comunitários, executado pelas equipes técnicas das unidades de acolhimento institucional, que teve como resultado exitoso o retorno de 20 crianças/adolescentes ao convívio sociofamiliar.

• Atendimento no Abrigo Tia Júlia a crianças na faixa etária de zero a sete anos, com direitos ameaçados ou violados, devido ao rompimento ou fragilização dos vínculos familiares.

PROGRAMA 078 – INCLUSÃO E DESENVOLVIMENTO DO TRABALHADOR

• Colocação de 1.679 pessoas com deficiência nas empresas cearenses, pelo Sistema Público de Emprego, por meio das Unidades de Atendimento do Sine/CE-IDT.

• Cadastramento de 2.142 beneficiários no Centro de Profissionalização Inclusiva da Pessoa com Deficiência (CEPID), sendo 1.012 pessoas com deficiência.

• Qualificação de 653 pessoas nos projetos CEPID e Garantindo a Acessibilidade, das quais 249 são pessoas com deficiência, por meio de cursos nas modalidades presencial e educação a distância.

• Realização de 15.674 atendimentos no Balcão de Emprego do Sine/IDT no CEPID, 549 vagas captadas junto às empresas, 2.370 encaminhamentos e 245 pessoas com deficiência colocadas nas empresas.

• Realização no CEPID de 6.357 atendimentos a paratletas, nas modalidades de Basquete em Cadeiras de Rodas, Natação, Power Soccer, Tênis de Mesa, Futsal de Cinco, Tênis de Quadra e Hidroginástica, além de 807 atendimentos de Fisioterapia.

• Realização, no Centro de Formação Olímpica do Estado do Ceará, da 2ª Corrida CEPID – A Inclusão em Movimento, reunindo cerca de 80 pessoas com as mais variadas deficiências.

• Realização do Dia D de Contratação da Pessoa com Deficiência, com a participação de 36 empresas, ofertando vagas de emprego a um público estimado de 600 pessoas com deficiência, tendo sido colocadas 24 destas pessoas.

• Qualificação de 14 pessoas com deficiência, por meio do Projeto Garantindo a Acessibilidade.

PROGRAMA 080 – PROTEÇÃO SOCIAL BÁSICA

• Instalação de equipamentos e/ou brinquedos em 20 espaços públicos de convivência, incluindo serviço de logística, adequação e manutenção, em Banabuiú, Baturité, Caririaçu, Cariús, Caucaia, Fortaleza, Granjeiro, Ibicuitinga, Jaguaribe, Jaguaruana, Jardim, Juazeiro do Norte, Maranguape, Missão Velha, Nova Olinda, Quixadá, Redenção, Santana do Cariri, Tamboril e Tarrafas, ações executadas através do Projeto Ceará Acessível.

• Realização de evento em Alusão à Semana da Deficiência Intelectual e Múltipla.

• Realização do 1º Encontrão das Pessoas com Deficiência.

• Implantação do Projeto Praia Acessível em Fortaleza e Caucaia.

PROGRAMA 054 – PROMOÇÃO E DEFESA DOS DIREITOS HUMANOS

• Construção da Pauta da Política Estadual da Pessoa com Deficiência, em parceria com o Conselho Estadual da Pessoa com Deficiência, o Ministério Público do Ceará e a sociedade civil.

• Implementação do Passe Livre Intermunicipal

para pessoas carentes com deficiência.

• Apoio técnico à gestão social dos municípios, visando à discussão e encaminhamento de pautas referentes aos direitos das pessoas com deficiência, tais como: implementação do Conselho Municipal dos Direitos da Pessoa com Deficiência, em Pacoti; enfrentamento à violência contra a pessoa com deficiência, em Senador Pompeu; capacitação de organizações não governamentais da pessoa com deficiência, em Cariri; e construção da Política Municipal da Pessoa com Deficiência, em Maracanaú.

• Realização de 227 atendimentos pela Central de Intérpretes de Libras, possibilitando aos surdos o acesso aos serviços públicos e participação em seminários, palestras, cursos e eventos.

• Inclusão de 165 surdos no processo de habilitação para concessão da Carteira Nacional de Trânsito – CNH Popular, por meio do apoio da Central de Intérpretes de Libras.

TEMA – ATENÇÃO À PESSOA IDOSA

O Tema Atenção à Pessoa Idosa envolve uma série de ações relacionadas à articulação e monitoramento da Rede Nacional de Proteção e Defesa dos Direitos da Pessoa Idosa (RENADI), apoio técnico à gestão municipal, garantia de direitos sociais aos idosos e fortalecimento de vínculos afetivos e familiares, criando condições para promover sua autonomia, participação e integração na sociedade.

A pessoa idosa em situação de pobreza e vulnerabilidade constitui um dos segmentos prioritários da Política de Assistência Social, cabendo a esta política atendê-los conforme a complexidade da situação. O envelhecimento é compreendido como um processo que demanda diferentes ações de caráter intersetorial, envolvendo políticas de educação, habitação, trabalho, saúde, justiça, assistência e previdência social, além de ações e serviços desenvolvidos por diferentes atores sociais.

O Governo do Estado, em articulação com outras secretarias estaduais, estimula e orienta os municípios para criação e manutenção dos seus Conselhos de Direito, os quais têm a finalidade de estabelecer as diretrizes para a formulação, implementação, avaliação e fiscalização da política municipal de atendimento, prevenção, promoção, proteção e defesa dos direitos da pessoa idosa.

PRINCIPAIS REALIZAÇÕES:

PROGRAMA 045 – PRESERVAÇÃO E PROMOÇÃO DA MEMÓRIA E DO PATRIMÔNIO CULTURAL CEARENSE

• Realização da XI edição do Encontro Mestres do Mundo do Ceará, envolvendo um total de 56 mestres e mestras, bem como integrantes dos seus grupos de cultura popular, participando das rodas de saberes e das apresentações mais de 8.000 pessoas.

PROGRAMA 070 – GESTÃO E DESENVOLVIMENTO ESTRATÉGICO DE PESSOAS

• Realização de eventos e atividades nas áreas de educação e aprendizagem, saúde, socialização e trabalho, com a participação de 27.160 pessoas, sendo 23.023 em 409 cursos/

atividades de educação continuada e 4.137 em 28 eventos.

PROGRAMA 057 – ATENÇÃO À SAÚDE INTEGRAL E DE QUALIDADE

• Realização de cinco eventos no âmbito do Projeto QualificaAPSUS Ceará - Qualificação da Atenção Primária à Saúde – Estratificação de Risco e Manejo Clínico da Pessoa Idosa, visando garantir a atenção integral à saúde da pessoa idosa, com estímulo ao envelhecimento ativo e controle das doenças crônicas.

PROGRAMA 076 – GESTÃO DO TRABALHO, DA EDUCAÇÃO E DA CIÊNCIA E TECNOLOGIA NA SAÚDE

• Capacitação de 30 trabalhadores de saúde (médicos, enfermeiros, dentistas e demais profissionais da atenção básica) com a realização do Seminário de Atenção à Saúde do Idoso.

• Realização de Oficina de Capacitação Complementar para Estratificação de Risco e Manejo Clínico da Pessoa Idosa, por meio do Projeto QualificaAPSUS Ceará.

PROGRAMA 072 – PROTEÇÃO SOCIAL ESPECIAL

• Atendimento a 82 idosos, através do Serviço de Acolhimento para Idosos com direitos violados, sob gestão estadual, garantindo-lhes assistência integral.

• Realização, pelas equipes técnicas das Unidades de Acolhimento Institucional, de atividades socioculturais, de lazer e educacionais para o idoso, como: passeios em shoppings, cinemas, praias, festividades em datas comemorativas, atividades religiosas, atividades físicas, acompanhamento pedagógico, realização de oficinas de memórias, de produção de artigos carnavalescos, de tapetes, de chaveiros, de cartonagem e oficinas de beleza.

• Realização de parcerias entre a Unidade de Atendimento à Pessoa Idosa e instituições públicas e privadas, dentre as quais se destacam as Organizações da Sociedade Civil Risonho e Sorriso Grisalho, que realizam um trabalho sistemático nas áreas de esporte e odontologia.

• Formação de parceria com a cooperativa SICRED, que viabiliza cursos a cada seis meses com aulas práticas para cuidadores de idosos.

• Capacitação dos profissionais da Unidade de Atendimento à Pessoa Idosa em atividades preventivas de combate a incêndios e primeiros socorros, realizada pelo Corpo de Bombeiros.

PROGRAMA 054 – PROMOÇÃO E DEFESA DOS DIREITOS HUMANOS

• Elaboração da Política Pública Estadual da Pessoa Idosa, considerando o envelhecimento ativo, a intergeracionalidade e a intersetorialidade, em parceria com o Conselho Estadual dos Direitos da Pessoa Idosa, Secretaria do Trabalho e Desenvolvimento Social, Instituições da Pessoa Idosa e representantes da sociedade civil.

• Participação sistemática em ações que possibilitam a visibilidade dos grupos vulneráveis referentes à pessoa idosa, tais como: apoio ao I Interagir da Pessoa Idosa, promovido pelo Lar Fabiano de Cristo, do Bairro da Jurema, em Caucaia, com 120 participantes; e o apoio institucional ao II Seminário da Pessoa Idosa, promovido pela Pastoral Católica.

TEMA – INCLUSÃO E DIREITOS DA POPULAÇÃO LGBT

O Tema Inclusão e Direitos da População de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais (LGBT) tem por objetivo resgatar a cidadania da população LGBT, por meio de projetos, ações e atividades de enfrentamento à LGBTfobia, caracterizada pelo ódio, aversão, preconceito e discriminação contra pessoas LGBT, e a promoção/defesa dos direitos humanos dessa população em todo o território cearense, transversalizando sua atuação em parceria com outras instâncias governamentais, em constante diálogo com o movimento social LGBT.

No Brasil, a cada ano, aumenta o índice de LGBTfobia, que se configura nas diversas formas de preconceito e discriminação. Trabalhando no combate a essa situação, o Governo do Estado desenvolve diversas ações para promover os direitos humanos dessa população, sempre buscando a parceria e apoio dos movimentos sociais organizados, numa perspectiva constante de diálogo e audição qualificada acerca das demandas e urgentes necessidades para a implementação de políticas públicas efetivas que norteiem a cidadania e o respeito às pessoas LGBT.

Importante destacar que a cultura do diálogo e da interlocução de ideias sempre será o caminho para a construção de parcerias em todas as manifestações sociais, cabendo ao Governo não medir esforços e assegurar a permanência da Política de Direitos Humanos para LGBT em toda a sua intersetorialidade, reafirmando o compromisso e respeito com essa população.

PRINCIPAIS REALIZAÇÕES:

PROGRAMA 044 – PROMOÇÃO DO ACESSO E FOMENTO À PRODUÇÃO E DIFUSÃO DA CULTURA CEARENSE

• Apoio a 21 Projetos, por meio do Edital Cultura LGBT, sendo 12 projetos na Capital e nove no interior do Estado, contemplando nove municípios, com destaque para o Festival “Sertão e Diversidade”.

• Apoio ao 3° Encontro Nacional de Grêmios e 1° Encontro LGBT da União Brasileira dos Estudantes Secundaristas (Ubes).

• Realização da 1ª Mostra Regional do Litoral Leste das Manifestações Artísticas e Culturais LGBT, com um público de 200 pessoas.

PROGRAMA 006 – INCLUSÃO E EQUIDADE NA EDUCAÇÃO

• Capacitação de 180 educadores (professores e gestores) da rede estadual de ensino na temática Direitos Humanos em Gênero e Sexualidade, nas regiões de Região Metropolitana de Fortaleza e na Região de Sobral.

• Beneficiados 4.257 alunos e 1.868 educadores (gestores e professores), de 180 escolas estaduais, por meio de atividades pedagógicas relativas ao Combate à Discriminação e à Violência Sexual, e à Promoção da Defesa dos Direitos Humanos no âmbito escolar.

PROGRAMA 054 – PROMOÇÃO E DEFESA DOS DIREITOS HUMANOS

• Articulação com a Secretaria de Segurança Pública e Defesa Social, visando dar respostas às situações adversas e às perdas, garantindo a democratização da segurança, a inserção da motivação do crime nos boletins de ocorrência para a população LGBT em todo o território cearense, a produção de dados estatísticos próprios e a medida eficaz do registro do nome social.

• Inclusão das mulheres trans e travestis no atendimento das Delegacias da Mulher do Estado do Ceará, assegurado por meio de Decreto Governamental.

• Formação em Direitos Humanos e respeito à População LGBT na Academia de Polícia.

• Implementação do Plano Estadual de Políticas Públicas para LGBT e do Conselho de Políticas Públicas para LGBT, com participação social qualificada e propositiva.

• Garantia do uso de nome social a travestis e pessoas trans, por meio do Decreto Estadual Nº 32.226/2017, determinando que órgãos e entidades da administração pública estadual deverão adotar o nome social da pessoa travesti ou transexual em seus atos e procedimentos.

• Assinatura do Termo de Cooperação Técnica, que garante acolhimento e atendimento do público LGBT nas unidades prisionais e acompanhamento das denúncias de homofobia no Ceará.

TEMA – PROMOÇÃO DE DIREITOS PARA A CRIANÇA E O ADOLESCENTE

O reconhecimento de crianças e adolescentes como sujeitos de direitos implica na afirmação de sua cidadania plena, não uma cidadania a ser exercida futuramente, mas que pode ser exercida em qualquer fase do desenvolvimento humano.

A concepção da criança e do adolescente enquanto sujeitos de direitos é recorrente na Constituição Federal de 1988. O art. 226 preconiza ser "dever da família, da sociedade e do Estado assegurar à criança e ao adolescente, com absoluta prioridade, o direito à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária, além de colocá-los a salvo de toda forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão".

Na mesma linha, a Constituição do Estado do Ceará preconiza, no art. 272, o dever do Estado em assegurar os direitos fundamentais da criança, garantindo, inclusive, a participação da sociedade civil na alocação e fiscalização dos recursos destinados a esse fim, além de consignar a prioridade orçamentária desse segmento.

Esse paradigma constitucional traz em si o princípio da prioridade absoluta, no qual se garante que crianças e adolescentes, independentemente de sua origem ou classe social, estejam no topo das políticas públicas estatais, com prioridades orçamentárias específicas.

No âmbito da defesa de direitos humanos de crianças e adolescentes, no Governo do Ceará, o Centro de Referência de Direitos Humanos trabalha nos encaminhamentos e monitoramentos de denúncias de violações de direitos humanos em face de crianças e adolescentes, como negligência, maus tratos, abuso, exploração sexual e *bullying* escolar.

Ainda na defesa de direitos humanos, o Programa Estadual de Proteção a Crianças e Adolescentes Ameaçados de Morte (PPCAAM), desde a sua implantação, em 2013, realiza atendimentos e a inclusão de pessoas no sistema de proteção, garantindo, assim, o direito à vida de crianças e adolescentes ameaçados.

Em relação à crise enfrentada no Sistema Socioeducativo, o Governo do Estado criou a Superintendência Estadual de Atendimento Socioeducativo, com a missão de realizar a gestão efetiva da execução das medidas socioeducativas, com foco em resultados, e de articular as ações necessárias ao reordenamento de todo o sistema socioeducativo, consolidando os preceitos normativos nacionais e internacionais, de modo a criar condições e possibilidades de mudança de vida para adolescentes que cometem ato infracional, gerando perspectivas de sua integração social e construção de uma cultura de paz.

PRINCIPAIS REALIZAÇÕES:

PROGRAMA 044 – PROMOÇÃO DO ACESSO E FOMENTO À PRODUÇÃO E DIFUSÃO DA CULTURA CEARENSE

• Realização de 99 ações no Cineteatro São Luiz na linguagem audiovisual, para um público de 39.240 crianças e adolescentes, com destaque para o projeto Escola no Cinema, destinado a alunos de escola pública.

• Realização de 12 ações de formação no Centro Cultural Bom Jardim, capacitando 191 crianças e adolescentes nos cursos de Robótica para Criança, Criação de Jogos Digitais e Informática para o Mercado de Trabalho.

• Realização de sete cursos de Musicalização Infantil – Módulos I, II, III e IV, na Vila da Música no Crato, com 187 crianças e adolescentes capacitados.

PROGRAMA 057 – ATENÇÃO À SAÚDE INTEGRAL E DE QUALIDADE

• Realização de 28 eventos, visando capacitar os profissionais da Atenção Básica nas ações, programas e estratégias da Política de Alimentação e Nutrição para todos os municípios do Estado do Ceará.

• Realização de 29 eventos, com o objetivo de divulgar a Agenda Proteger e Cuidar de Adolescentes nos 184 municípios e Adesão do Programa Saúde na Escola (PSE), na perspectiva de fortalecer a política de saúde do adolescente.

• Elaboração e implantação da Linha do Cuidado à Saúde Integral dos adolescentes e jovens do Estado.

• Realização de eventos para a promoção de saúde da população geral no enfoque aos direitos do adolescente.

• Realização e divulgação dos métodos contraceptivos, com enfoque no método Implanon e na saúde sexual.

• Realização de nove eventos, na perspectiva de formar tutores e capacitar profissionais das Unidades Básicas de Saúde, para fortalecer a Atenção Humanizada ao Recém-nascido de Baixo Peso – Método Canguru.

• Realização da Semana Mundial do Aleitamento Materno e Caminhada da Amamentação, reforçando a Campanha Nacional cuja temática é: Amamentar, Ninguém pode Fazer por Você, Todos podem Fazer Juntos com Você.

• Realização da oficina Estratégia de Fortalecimento da Atenção Integral às Crianças com Infecção Congênita Associada às Storch (sífilis, toxoplasmose, rubéola, citomegalovírus e herpes) e ao Zika Vírus.

PROGRAMA 072 – PROTEÇÃO SOCIAL ESPECIAL

• Oferta de serviços através do Serviço de Acolhimento Institucional para crianças e adolescentes, sob gestão estadual, garantindo a proteção integral de 797 usuários, obtendo êxito com 21 adoções e 45 retornos ao convívio familiar e comunitário.

• Parceria com o Projeto Abrigar, encaminhando 60 adolescentes e jovens ao mercado de trabalho.

• Atendimento, por meio da Comunidade Terapêutica São Pio, a 63 adolescentes e jovens na faixa etária de 16 a 21 anos, do sexo masculino, com uso abusivo de substâncias psicoativas.

• Fortalecimento da Rede Socioassistencial, por meio de celebração de Termo de Fomento entre a STDS e as Organizações da Sociedade Civil (OSC) SOBEF – Sociedade para o Bem-Estar da Família, ABBEM – Associação Batista Beneficente e Missionária e IDESC – Instituto de Desenvolvimento Social e da Cidadania, objetivando a execução dos Serviços da Proteção Social Especial para crianças e adolescentes com direitos violados.

• Realização de serviços na modalidade de Subvenção Social, por meio de cinco entidades que prestam Serviços de Acolhimento Institucional para Crianças e Adolescentes, beneficiando 258 crianças e adolescentes.

PROGRAMA 075 – PROTEÇÃO E PROMOÇÃO DOS DIREITOS DE ADOLESCENTES EM ATENDIMENTO SOCIOEDUCATIVO

• Capacitação para 200 socioeducadores e técnicos dos Centros Educacionais do Sistema Socioeducativo, com a realização de quatro turmas.

• Capacitação de 250 profissionais municipais, na elaboração dos Planos Municipais de Atendimento Socioeducativo em meio aberto.

• Capacitação de 600 profissionais do Sistema Socioeducativo de Privação de Liberdade, no Programa de Treinamento Dale Carnegier Training.

• Capacitação de 40 adolescentes e jovens, na modalidade em aprendizagem profissional, com a realização de um curso de Mecânica Automotiva.

• Capacitação de 40 adolescentes e jovens, na modalidade em aprendizagem profissional, com a realização de um curso de Multimídia.

PROGRAMA 080 – PROTEÇÃO SOCIAL BÁSICA

• Realização do Seminário Estadual Intersetorial do Programa Primeira Infância no SUAS – Criança Feliz, com 319 participantes.

• Capacitação para 366 pessoas, entre multiplicadores, supervisores e coordenadores do Programa Primeira Infância no SUAS/ Criança Feliz.

• Capacitação para 169 supervisores na metodologia sobre o Cuidado para o Desenvolvimento da Criança.

• Capacitação para 620 visitadores familiares.

• Formação de 127 Comitês Gestores Municipais.

• Realização de 31.241 visitas de acompanhamento domiciliar a famílias de 126 municípios, envolvendo 13.674 crianças e 2.137 gestantes.

• Implantação de três Centros de Educação Infantil nos Municípios de Santana do Acaraú, Assaré e Granja, beneficiando 300 crianças.

• Implantação de um Polo de Convivência Social, com quadra, no Município de Juazeiro do Norte, beneficiando 1.000 adolescentes e jovens.

• Implantação de uma Quadra Poliesportiva no município de Santana do Acaraú, beneficiando 500 adolescentes e jovens.

• Implantação de um Centro de Esporte no Município de Iguatu, beneficiando 1.200 adolescentes e jovens.

• Capacitação de 240 profissionais dos Centros de Educação Infantil (CEIs) nas oficinas de Práticas Alimentares Saudáveis em 60 municípios.

• Implantação de duas Praças Mais Infância, nos municípios de Amontada e Viçosa do Ceará, beneficiando 1.000 pessoas.

• Atendimento a 4.300 pessoas, envolvendo crianças, adolescentes, jovens e suas famílias, através dos Polos de Convivência e Fortalecimento de Vínculos Sociais (ABCs, Circos Escolas).

• Atendimento a 450 crianças, adolescentes e jovens, por meio dos projetos Inclusão Social com Arte, Esporte e Educação, com atividades de arte, cultura e esporte, e Espaço Viva Gente, com cursos de qualificação profissional, jardinagem/horto, informática, serviço de convivência e fortalecimento de vínculos, dentre outras ações.

• Atendimento de 3.642 pessoas, de 884 famílias, em quatro Centros Comunitários, por meio do Projeto Famílias - Desafios e Inclusão Social, com aquisição de documentos básicos (RG), cursos de informática, qualificação profissional, atividades de arte, esporte e cultura, serviço de convivência e fortalecimento de vínculos para pessoas idosas, oficinas produtivas, além de atendimento individual e em grupos socioeducativos.

• Capacitação de 3.425 pessoas das equipes de referência dos CRAS, equipes da Gestão do SUAS, Cadúnico, Bolsa Família, gestores, conselheiros e técnicos municipais e estaduais.

• Acompanhamento a 4.800 famílias vulneráveis, com crianças de até cinco anos, em 36 municípios, no âmbito do eixo assistência à família do Programa para Resultados - PforR, por meio do qual as crianças são inseridas no Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos (SCFV) para crianças de zero a seis anos.

• Capacitação de 430 pessoas, entre técnicos e educadores sociais, de 55 CRAS responsáveis pelo SCFV para crianças de zero a seis anos e mais 47 profissionais de municípios da Região Metropolitana de Fortaleza e da STDS.

• Realização de nove eventos em comemoração ao Dia da Criança - Arte na Praça Itinerante.

• Atendimento a 55.350 famílias e suas crianças, com acesso a equipamentos lúdicos e recreativos de qualidade.

• Implantação e gerenciamento de 18 Brinquedopraças pelo poder público estadual, em parceria com a comunidade.

• Atendimento a 1.900 crianças com as Brinquedocreches.

• Implantação de 35 Brinquedocreches em creches públicas municipais.

• Lançamento do Cartão Mais Infância, benefício de transferência de renda para famílias cearenses com crianças de zero a cinco anos e 11 meses que se encontram em situação de extrema vulnerabilidade social.

PROGRAMA 054 – PROMOÇÃO E DEFESA DOS DIREITOS HUMANOS

• Atendimento a 27 casos envolvendo a violação de direitos humanos de crianças e adolescentes pela Ouvidoria Especial de Direitos Humanos do Estado do Ceará.

TEMA – POLÍTICA DE MEMÓRIA

O Tema Política de Memória objetiva modernizar, ampliar e difundir os acervos de informações culturais e reconhecer, registrar e preservar o patrimônio material e imaterial. Com esse escopo, também pretende-se estabelecer uma política estadual de memória que preserve o legado da história do povo cearense e da memória das violações de direitos humanos ocorridas ao longo da formação histórica do Estado do Ceará.

Entende-se por direito à memória a preservação do legado histórico do passado, com o intuito de reconstruir a memória das lutas populares do povo cearense e das violações de direitos humanos, para, dessa forma, compreender-se os seus impactos sobre o presente.

Envolve a possibilidade de formulação e sustentação, na esfera pública, de uma narrativa sobre determinado período, promovendo o esclarecimento histórico de variados fatos e a integração social, na medida em que viabiliza a ampliação da narrativa sobre o passado.

PRINCIPAIS REALIZAÇÕES:

PROGRAMA 045 – PRESERVAÇÃO E PROMOÇÃO DA MEMÓRIA E DO PATRIMÔNIO CULTURAL CEARENSE

• Realização permanente da exposição A História do Ceará na Arte Sacra, na linguagem do Patrimônio, no Museu Sacro São José de Ribamar, com público de 5.176 pessoas.

• Realização da Exposição de Longa Duração – Ceará: uma História no Plural e a exposição permanente Memorial Frei Tito no Museu do Ceará, com um público de 19.345 visitantes.

• Realização de visitas guiadas, com ênfase na educação patrimonial, no Theatro José de Alencar, possibilitando o acesso a 10.852 pessoas.

• Realização da XI edição do Encontro Mestres do Mundo do Ceará, reunindo 56 mestres e mestras, bem como integrantes dos seus grupos de cultura popular, no qual participaram das rodas de saberes e das apresentações mais de 8.000 pessoas.

• Realização da 11ª Primavera de Museus: Museus e Suas Memórias. para um público de 20 pessoas.

PROGRAMA 054 – PROMOÇÃO E DEFESA DOS DIREITOS HUMANOS

• Instalação do Grupo de Trabalho Memória e Verdade, com a missão de elaborar, de forma participativa, o Plano Estadual de Memória.

• Produção do 5º minidocumentário do projeto Memória e Verdade, relatando a história da ditadura militar no Ceará, a partir das narrativas dos filhos de ex-presos políticos.

TEMA – CONVIVÊNCIA COM A SECA

O Estado do Ceará apresenta a maior parte de seu território inserido na região do semiárido, que se caracteriza pela aridez do clima, pela deficiência hídrica, variabilidade espacial e temporal das precipitações pluviométricas e pela presença de solos pobres em matéria orgânica. Essas características limitam o desenvolvimento econômico do Estado, principalmente das áreas inseridas nesse contexto, por conta da utilização de práticas econômicas e tratos culturais nem sempre adequados à realidade existente e que, muitas vezes, terminam por provocar desequilíbrios ambientais, cujo desdobramento mais evidente tem sido o processo de desertificação já verificado em algumas porções do território cearense.

Uma vasta área do solo cearense sofre regularmente com a seca, que se caracteriza não apenas pela falta ou insuficiência de chuva, mas, também, pela irregularidade das precipitações no tempo e no espaço. Ao lado disso, as áreas do Estado mais atingidas pelas calamidades das secas detêm estruturas econômicas e sociais bastante frágeis, o que torna ainda mais complexa a adoção de medidas que gerem mudanças estruturadoras capazes de acelerar o processo de desenvolvimento sustentável.

Visando atender a essas questões, foi elaborado, sob a coordenação do Instituto de Pesquisa e Estratégia Econômica do Ceará (Ipece), o Plano Estadual de Convivência com a Seca - Ações Emergenciais e Estruturantes, constituindo-se em uma iniciativa do Governo do Estado, em parceria com o Governo Federal, que reúne um conjunto de ações voltadas para superar os complexos desafios provenientes da escassez de chuvas.

Este Plano surge dentro de uma perspectiva de gestão integrada e regionalizada das ações, cuja implementação exige um novo modelo de governança que possibilite uma melhor coordenação das políticas e maior articulação dos órgãos envolvidos, com base nos princípios norteadores e de forma consistente com a estratégia de convivência com a seca.

PRINCIPAIS REALIZAÇÕES:

PROGRAMA 029 – DESENVOLVIMENTO DA AGROPECUÁRIA FAMILIAR

• Distribuição de 3.032,30 toneladas de sementes selecionadas de alto poder genético para produção de grãos, incentivando o aumento da produção das principais culturas da agricultura familiar.

• Produção de 4.784 doses de *Bacillus thuringiensis* para o combate à lagarta do

cartucho do milho, beneficiando 2.390 agricultores familiares que venham a receber semente de milho através do Projeto Hora de Plantar 2017/2018.

• Prestação de assistência técnica e monitoramento de 22 agroindústrias de mandioca implantadas com modernas tecnologias na produção de farinha, fécula e subprodutos.

• Realização de dois dias de campo sobre o uso da mecanização na cultura da mandioca e o aproveitamento do subproduto desta cultura para a alimentação do rebanho bovino, caprino e ovino dos agricultores familiares, bem como o processamento da mandioca na produção de farinha com alta tecnologia, beneficiando 130 agricultores.

• Implantação de 324 unidades produtivas, beneficiando 324 famílias com infraestrutura para a instalação de quintal produtivo.

• Recuperação de 73.400 plantas de cajueiro improdutivas, através de substituição de copas com a realização de enxertias.

• Prestação de assistência técnica a 69 famílias de agricultores familiares, no Perímetro Curupati, com uma produção de 1.291,74 toneladas em fruticultura.

• Reestruturação da Associação dos Pecuaristas do Mandacaru (Aspec), com a elaboração de um plano de metas para resolver pendências para liberação de recursos dos Subprojetos de Investimento Comunitário (SIC) destinados à aquisição de matrizes leiteiras.

• Realização de 26 oficinas e jornadas empreendedoras de motivação aos jovens e mulheres dos reassentamentos do Projeto Hidroagrícola do Castanhão.

• Apoio à implantação de projetos produtivos de irrigação com a elaboração de 357 projetos, atendendo 357 famílias, em 33 municípios.

• Instalação de 83 kits de irrigação composto de bomba e tubulações para microaspersão e gotejamento para áreas de fruticultura, hortaliças e capineira, beneficiando 83 famílias, em dez municípios.

• Capacitação de 340 produtores entre primeiro e segundo módulos para instalações dos quintais produtivos.

• Distribuição de 4.845 matrizes de espécie caprino e 323 reprodutores em 17 municípios, em 30 assentamentos, beneficiando de forma direta 323 famílias.

• Capacitação de 141 famílias que serão beneficiadas com o recebimento de 40 colmeias.

• Implantação de projeto, em parceria com a Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE), para identificar e beneficiar 90 famílias com a distribuição de 900 matrizes e 90 reprodutores de espécie caprina, fomentando a caprinocultura leiteira do Ceará.

• Atendimento a 137.919 agricultores, em suas diversas atividades agrícolas ou pecuárias, possibilitando o conhecimento necessário ao bom desenvolvimento de suas atividades produtivas.

PROGRAMA 030 – DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL RURAL SUSTENTÁVEL E SOLIDÁRIO

• Contratação, pelo Programa Nacional do Credito Fundiário (PNCF), de quatro imóveis rurais, beneficiando 28 famílias com 436,11 ha.

• Implantação de 51 subprojetos de infraestrutura produtiva e social em 28 imóveis financiados pelo PNCF por investimento comunitário – Subprojeto de Investimentos Comunitários (SICs), beneficiando 290 famílias.

• Aquisição e cessão de 284 barracas para apoio e estruturação de feiras agroecológicas, nos 13 municípios do Território do Maciço Baturité, beneficiando aproximadamente 568 agricultores familiares.

• Prestação de assistência técnica e extensão rural a 48.636 produtores rurais familiares, centrada na formação e conhecimento de novas técnicas e práticas (barragens subterrâneas, recomposição de mata ciliar, adubação orgânica, cobertura morta, uso de defensivos naturais, controle de queimadas etc.).

• Implantação de projetos de infraestrutura produtiva e social em 104 assentamentos e/ou reassentamentos estaduais.

• Apoio a ações de desenvolvimento fundiário e agrário a 5.702 famílias, referente a acompanhamento social das famílias assentadas e reassentadas indígenas, quilombolas e pescadores artesanais.

• Emissão de 9.475 títulos de domínio de imóveis, pelo Programa de Regularização Fundiária.

• Realização de georreferenciamento e cadastramento rural de 8.477 novos imóveis, distribuídos em 10 municípios das regiões Vale do Jaguaribe, Centro Sul e Litoral Norte.

• Aquisição de um imóvel rural a destinar-se à manutenção produtiva das 120 famílias impactadas pela construção da Barragem do Figueiredo, no município de Iracema.

PROGRAMA 031 – INCLUSÃO ECONÔMICA E ENFRENTAMENTO À POBREZA RURAL

• Promoção da inserção produtiva de 295 agricultores familiares, com o financiamento de 95 projetos de apoio às cadeias produtivas da agricultura familiar, com recursos do Fundo Estadual da Agricultura Familiar (FEDAF).

• Implantação de 29 projetos produtivos agrícolas e não agrícolas em áreas de reassentamento, comunidades originárias (indígenas) e tradicionais (quilombolas e pescadores artesanais), beneficiando 700 famílias.

• Elaboração de 59 Planos de Investimentos, dos quais 29 encontram-se conveniados para o fortalecimento das cadeias produtivas e convivência com o semiárido, possibilitando a garantia da Segurança Alimentar, diversificação da produção de famílias, bem como a possibilidade de comercialização dos excedentes em feiras e mercados locais/institucionais.

• Assessoria técnica em 600 comunidades, em 31 municípios, totalizando 24.186 famílias.

• Prestação de assistência técnica e extensão rural a 21.350 agricultores/as familiares, com enfoque no acesso à estrutura básica produtiva, para o desenvolvimento de negócios rurais e acesso aos mercados.

• Qualificação e capacitação técnica, gerencial e organizacional de 2.630 agricultores familiares, sendo 858 agricultores, em 222 eventos (intercâmbios, seminários, oficinas e encontros) e 1.772 agricultores em 304 cursos e/ou treinamentos.

• Contratação de 1.020 planos de créditos de investimento e custeio do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar

(PRONAF) para pequenos negócios agrícolas e não agrícolas.

PROGRAMA 032 – ABASTECIMENTO DE ÁGUA E ESGOTAMENTO SANITÁRIO NO MEIO RURAL

• Implantação de 7.592 cisternas, sendo 5.230 cisternas de placa e 2.362 cisternas de polietileno, beneficiando 37.960 pessoas, em 69 municípios no Estado do Ceará.

• Implantação de 104 Sistemas de Abastecimento de Água pelo Programa Água para Todos, beneficiando 4.885 famílias, em 56 municípios.

• Implantação de 23 sistemas de abastecimento de água pelo projeto São José III, beneficiando 3.905 famílias, em 15 municípios.

• Capacitação de 5.230 beneficiários de cisterna implantada, em Gerenciamento de Recursos Hídricos (GRH).

• Perfuração de três poços tubulares para atendimento de sistemas de abastecimento de água, beneficiando 999 famílias.

• Aquisição de três Estações móveis de Tratamento de Água (ETA), para abastecimento das cisternas de armazenamento de água para consumo das famílias de agricultores pobres e extremamente pobres.

• Prestação de assistência técnica e extensão rural a 48.636 produtores rurais na captação e armazenamento da água no período das chuvas, bem como na proteção de fontes de água e na manutenção e limpeza de cisternas e sistemas de abastecimento d'água para 50 famílias.

PROGRAMA 033 – PROMOÇÃO DA SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL

• Adesões ao Garantia Safra efetivadas para 231.225 agricultores familiares, em 180 municípios, alcançando 66,07% da adesão de agricultores estimada para este ano.

• Implantação de 1.197 cisternas, para promoção de acesso à água para produção de alimentos, em 62 municípios, beneficiando 1.197 famílias.

• Capacitação de 1.197 beneficiários de cisternas de produção em Gestão de Água para Produção de Alimentos (GAPA) e Manejo de Sistema Simplificado de Água para Produção de Alimentos (SISMA).

• Distribuição de 2.095,80 toneladas de alimentos, por meio do Programa de Aquisição de Alimentos, modalidade compra com doação simultânea, atendendo 116 municípios e beneficiando 947 entidades socioassistenciais locais.

• Aquisição da produção leiteira de 1.898 fornecedores, totalizando 10.066.000 litros de leite bovino e 240.000 de leite caprino, por meio do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) e Incentivo à Produção e Consumo de Leite, beneficiando 1.664 entidades socioassistenciais.

• Distribuição de alimentos a 974.521 pessoas em situação de vulnerabilidade alimentar e nutricional, inseridas nas entidades socioassistenciais que foram atendidas nas modalidades do Programa de Aquisição de Alimentos, na modalidade Compra com Doação Simultânea e Incentivo à Produção e Consumo de Leite.

• Capacitação a 48.636 produtores rurais assistidos pela Extensão Rural (ATER), no uso das iniciativas de acesso ao mercado (PNAE e PAA) e implementação na comercialização.

PROGRAMA 034 – DESENVOLVIMENTO INTEGRADO E SUSTENTÁVEL DA PESCA E AQUICULTURA

• Distribuição de 2.000.000 alevinos em açudes do Estado do Ceará.

PROGRAMA 006 – INCLUSÃO E EQUIDADE NA EDUCAÇÃO

• Atendimento a oito escolas da rede estadual de ensino, localizadas em regiões do semiárido cearense, com projetos de permacultura, implementando o uso de ecotécnicas pela comunidade escolar.

PROGRAMA 056 – VIGILÂNCIA EM SAÚDE

• Aquisição de equipamentos e capacitação das vigilâncias regionais e municipais para ações de vigilância ambiental.

• Mapeamento dos locais com grande potencial de risco a saúde humana, como grandes empreendimentos, agronegócio e perímetros irrigados.

• Capacitação nas notificações de agravos à saúde do trabalhador.

• Identificação de áreas fixas com populações expostas a solos potencialmente contaminados.

• Identificação de estabelecimentos com populações expostas à poluições atmosféricas relacionadas à qualidade do ar.

• Levantamento e análise de dados dos Estudos de Impactos Ambientais – EIA da Companhia Siderúrgica do Pecém (CSP).

• Realização do monitoramento da qualidade do ar (Fiocruz/VIGIAR).

• Participação na elaboração do Plano de Ação em epizootias, a ser executado no Estado do Ceará.

PROGRAMA 016 – OFERTA HÍDRICA PARA MÚLTIPLOS USOS

• Construção da Barragem Germinal, em Pacoti, com capacidade de acumulação hídrica de 3,145 milhões de m³, atendendo a 3.253 famílias.

• Construção da Barragem Ponta do Serrote, em Massapê, com acumulação hídrica de 1,8 milhões m³, beneficiando uma população de 195 famílias.

• Construção, recuperação e ampliação de 13 pequenas barragens no interior do Estado.

• Construção da adutora Granja/Distrito de Santa Terezinha, com 33,28 km, beneficiando 910 famílias.

• Construção da adutora Granja/Adrianópolis/Timonha, com 30,08 km, beneficiando 2.346 famílias.

• Implantação de sistemas de abastecimentos de água em Acaraú, localidades de Buriti I, com 7,47 km, beneficiando 111 famílias; Buriti II, com 12,46 km, beneficiando 261 famílias; Cachorro Seco, com 6,03 km, beneficiando 82 famílias; Tope, com 4,98 km, beneficiando 129 famílias; e Espraiado, com 11,09 km, beneficiando 380 famílias.

• Construção do Cinturão das Águas CAC – Trecho 1, com a execução física de 18,39 km, representando um percentual de execução de 86,46% do total de 21,27 km programados, considerando apenas a extensão de canal, sifão e túnel concluídos.

• Aquisição de três comboios para perfuração de poços, sendo dois de pequeno porte, com

capacidade de perfuração de 200 m, e um de grande porte, com capacidade de perfuração de 350 m.

• Perfuração de 1.374 poços em todo o interior do estado.

• Implantação de 257 sistemas de abastecimento, sendo 218 chafarizes e três dessalinizadores em todo o interior do Estado, e entrega de 36 Sistemas do Programa Água Doce (PAD).

• Realização de estudos visando à proposição de sistemas de adução de água tratada, interligando mananciais com potencial hídrico que garantam condições qualitativas e quantitativas de fornecimento de água para o abastecimento humano até os núcleos urbanos em todo o Ceará – Malha D'Água.

PROGRAMA 017 – GESTÃO DOS RECURSOS HÍDRICOS

• Realização da Campanha do Dia Mundial da Água, pelo Sistema Estadual de Recursos Hídricos.

• Promoção da preservação dos corpos hídricos, com a realização de um seminário em Comemoração ao Dia Mundial da Água, com a presença de aproximadamente 70 pessoas.

• Realização da "Blitz Reciclando Atitudes", por meio de parceria entre SRH, Cogerh, Prefeitura de Fortaleza, Funasa, Cagece e ONG – Limpando o Mundo, com distribuição de folders, apresentação de mágica, exposição de reciclagem e diálogo com os transeuntes sobre o uso racional da água.

• Criação de um Programa de Educação Ambiental para todas as Instituições do Sistema Estadual de Gestão de Recursos Hídricos (Sigerh).

PROGRAMA 001 – GESTÃO DE RISCOS E DESASTRES

• Atendimento, por meio da Operação Carro-Pipa, a 40.976 pessoas, em 10 Municípios (Campos Sales, São Gonçalo do Amarante, Palmácia, Deputado Irapuan Pinheiro, Mombaça, Pedra Branca, Boa Viagem, Iracema, Pereiro e Alto Santo).

• Execução de ações de restabelecimento da capacidade das Estações de Bombeamento do Castanhão, de Banabuiú e de Itaiçaba, voltadas para o reforço do sistema hídrico da Região Metropolitana de Fortaleza, que abastece cerca de 757.470 famílias.

NOVAS IDEIAS NOS VASCONQUISTAS 2018

2018

GOVERN

GOVERNO DO
ESTADO DO CEARÁ

Mensagem à
Assembleia
2018